



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA**  
**DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

**IZAIAS ARAÚJO DAS NEVES PASCHOAL**

**DOCUMENTOS DOS TERÇOS DE HOMENS PRETOS E PARDOS**  
**(1650-1793): EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA E ESTUDO DO**  
**COMPLEMENTO VERBAL LHE**

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Feira de Santana-BA  
2024

**IZAIAS ARAÚJO DAS NEVES PASCHOAL**

**DOCUMENTOS DOS TERÇOS DE HOMENS PRETOS E PARDOS  
(1650-1793): EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA E ESTUDO DO  
COMPLEMENTO VERBAL *LHE***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

**Orientadora:** Prof. Doutora Zenaide de Oliveira Novais Carneiro

**Coorientadora:** Prof. Doutora Alícia Duhá Lose

Feira de Santana-BA  
2024

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

P283 Paschoal, Izaias Araújo das Neves  
Documentos dos terços de homens pretos e pardos (1650-1793) : edição semidiplomática e estudo do complemento verbal lhe / Izaias Araújo das Neves Paschoal. – 2024.  
337 f.: il.

Orientadora: Zenaide de Oliveira Novais Carneiro.

Coorientadora: Alícia Duhá Lose.

Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2024.

1. Terços de homens pretos e pardos (1650-1793). 2. Língua Portuguesa – Brasil. 3. Sociolinguística. 4. Filologia. I. Título. II. Carneiro, Zenaide de Oliveira Novais, orient. III. Lose, Alícia Duhá, coorient. IV. Universidade Estadual de Feira de Santana.

CDU 801:806.90

Luis Ricardo Andrade da Silva - Bibliotecário - CRB-5/1790

## TERMO DE APROVAÇÃO

**IZAIAS ARAÚJO DAS NEVES PASCHOAL**

### **DOCUMENTOS DOS TERÇOS DE HOMENS PRETOS E PARDOS (1650-1793): EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA E ESTUDO DO COMPLEMENTO VERBAL LHE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

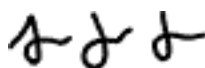
#### BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Zenaide Novais de Oliveira Carneiro  
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)  
Orientadora



Profa. Dra. Alícia Duhá Lose  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
Coorientadora



Prof. Dr. Luiz Geraldo Santos da Silva  
Universidade Federal do Paraná (UFPR)  
Examinador externo



Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda  
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)  
Examinadora interna



[...] O que os livros escondem,  
as palavras ditas libertam.  
E não há quem ponha  
um ponto final na história [...].

*Conceição Evaristo*

## AGRADECIMENTOS

No princípio, não imaginei que escrever os agradecimentos fosse tão difícil. Hoje, às vésperas da defesa, sinto que não teria chegado até aqui sem o apoio de muitas pessoas que, direta ou indiretamente, com atitudes ou palavras (muitas vezes ambas), ajudaram-me a escrever esta dissertação e a manter-me firme em meu objetivo. Como foram muitos, certa e infelizmente eu esquecerei de alguns. Ainda assim, agradeço:

À minha família, sobretudo à minha mãe, Sandra, à minha avó, Marivalda, ao meu pai, Andreino, e à minha irmã, Dulce Maria, pelo carinho, compreensão, incentivo, assistência, amparo e muitas outras coisas que eu não conseguiria citar nestas linhas. Foram dois anos longos, nos quais a ajuda de vocês foi crucial para que tudo desse certo. Desde as madrugadas indo me buscar ou me levar à rodoviária até a “comida de mãe” feita de modo a me retirar uma preocupação, devo demais e nunca saberei como agradecê-los;

À minha orientadora, professora Zenaide Carneiro, por todo o conhecimento e apoio na escrita e, sobretudo, por me auxiliar a crescer enquanto pesquisador: as dicas, as sugestões de pesquisa e as correções necessárias, além da compreensão e de todo o zelo pela Linguística e pela ciência. Sinto que fui agraciado em ser o seu orientando, pois esta dissertação sequer existiria se não fossem a sua ajuda e as suas ideias;

À minha coorientadora, professora Alícia Lose, pelo olhar atento e especial ao *corpus* e à pesquisa como um todo, cujos encaminhamentos paleográficos possibilitaram confirmarmos a veracidade dos documentos manuscritos e melhor controle metodológico deste trabalho. Foi uma honra inestimável tê-la enquanto coorientadora;

Aos meus amigos e amigas, pessoas que me fizeram rir e lembravam-me sempre de que havia uma vida além das páginas da dissertação: na Bahia, sobretudo, a Corinna; em Alagoas, a Matheus, a Rangel, a Alex, a Paulo; e a tantos outros em ambos estados;

Em especial, a João e a Rebecca, pela amizade, companhia, risos, conversas e apoio na graduação, no mestrado e, sobretudo, na vida;

À Universidade Estadual de Feira de Santana e ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, minhas casas de pesquisa, de conhecimento e de ciência;

Às professoras que marcaram a minha vida e inspiraram-me a seguir a carreira da docência, em especial à professora Janine, à professora Mariana e à professora Huda. Às duas últimas, agradeço, também, por aceitarem compor a minha banca de defesa;

Ao professor Luiz Geraldo, pelas importantes observações e pelo olhar cuidadoso a este trabalho, mormente à questão histórica dos Terços de Homens Pretos e Pardos. À professora

Adriana Dantas, por aceitar compor a banca de qualificação e oferecer uma visão interessantíssima sobre esta pesquisa;

A Wellington Lima, por seu importante acompanhamento psicoterápico, sempre com atenção, profissionalismo e carisma;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por financiar esta pesquisa;

A todos aqueles que, de alguma forma, estiveram comigo nesta jornada, nas que vieram e nas que virão. E a mim, por ter chegado até aqui e por manter o fôlego e a animação para seguir em frente.

## RESUMO

Propomos, nesta dissertação, a edição fac-similada e semidiplomática, o estudo sócio-histórico e a descrição dos contextos de variação do clítico *lhe* em vinte e oito documentos notariais manuscritos entre 1650 e 1793 – o que corresponde à terceira fase da periodização linguística de Lucchesi (2017), em sua primeira vaga de aportuguesamento – por homens pretos e pardos que integravam os Terços de Homens Pretos e Pardos, uma organização militar singular daquela sociedade. Assim, ao desenvolvê-la, atendemos às três agendas de pesquisa do Programa para a História do Português Brasileiro (Castilho, 2019): os campos histórico-filológico, da história social linguística e o gramatical. Sobre a primeira agenda, após a localização, organização e edição fac-similar, o *corpus* foi editado semidiplomaticamente e, em seguida, foi feita uma exaustiva e criteriosa análise paleográfica, com o propósito de mantermos o controle da autenticidade da documentação, com base em Berwanger; Franklin Leal, 2008; Acioli, 1994; Lose *et al*, 2009; Lose, 2022; entre outros. Na segunda agenda, da sócio-história, situamos os *scriptores* dentro de uma circunstância social, de modo a entendermos o porquê da produção dos documentos: a manutenção de sua mobilidade social; além disso, construímos fichas biográficas, a partir de Carneiro (2005), dos os escreventes sobre os quais encontramos informações, haja vista a escassez de documentos históricos relacionados ao grupo. Nesta agenda, utilizamos o paradigma indiciário (Ginzburg, 1989; Espada Lima, 2012) de modo a tentar reconstituir as relações sociais de sujeitos comuns, como eram os milicianos negros. No terceiro campo, o gramatical, baseados em Lucchesi e Baxter (2015), Lopes *et al* (2018), entre outros; descrevemos as ocorrências do clítico *lhe*, com o objetivo de verificarmos a possibilidade de variação deste nas posições dativa, como na gramática do Português Europeu, e acusativa, representativa da gramática do Português Brasileiro. Visto que a documentação não propiciou variação, elaboramos possibilidades interpretativas, destacando o constante contato com a língua-alvo, a estrutura formulaica da documentação notarial e as relações sociais dos escreventes como fatores que podem ter impedido a variação do clítico, uma vez que os Terços não poderiam ser considerado falantes das variantes sociais desprestigiadas. Todavia, o *corpus* é de grande importância para os estudos que se ocupam da reaproximação ao Português do/no Brasil, dada a sua raridade, tanto pela questão temporal, no período colonial, quanto pelo fato de terem sido produzidos por indivíduos marginalizados à época, homens negros, e por contar com um rígido controle metodológico em sua edição semidiplomática.

**Palavras-chave:** Sociolinguística Histórica. Edição semidiplomática. Sistema pronominal. Descrição do Português no Brasil Colonial.

## RESUMEN

En esta disertación, proponemos una edición facsímil y semidiplomática, un estudio sociohistórico y una descripción de los contextos de variación del clítico *lhe* en veintiocho documentos notariales manuscritos entre 1650 y 1793 – lo que corresponde a la tercera fase de la periodización lingüística de Lucchesi (2017), en su primera oleada de aportuguesamento – por hombres negros y pardos que formaban parte de los Terços de Homens Pretos e Pardos, una organización militar única en esa sociedad. Así, al desarrollarlo, cumplimos con las tres agendas de investigación del Programa de Historia del Portugués Brasileño (Castilho, 2019): los campos histórico-filológico, lingüístico social y de historia gramatical. En cuanto a la primera agenda, después de la localización, organización y edición facsimilar, el corpus fue editado semiplomáticamente y, a continuación, se realizó un exhaustivo y cuidadoso análisis paleográfico para mantener el control de la autenticidad de la documentación, basado en Berwanger; Franklin Leal, 2008; Acioli, 1994; Lose et al, 2009; Lose, 2022; entre otros. En la segunda agenda, socio-histórica, situamos a los guionistas dentro de una circunstancia social, para entender por qué producían los documentos: para mantener su movilidad social; también construimos fichas biográficas, basadas en Carneiro (2005), de los guionistas sobre los que encontramos información, dada la escasez de documentos históricos relacionados con el grupo. En esta agenda, utilizamos el paradigma indicativo (Ginzburg, 1989; Espada Lima, 2012) para intentar reconstruir las relaciones sociales de sujetos comunes, como los milicianos negros. En el tercer campo, el gramatical, con base en Lucchesi y Baxter (2015), Lopes et al (2018), entre otros, describimos las ocurrencias del clítico *lhe*, con el objetivo de verificar la posibilidad de su variación en la posición dativa, como en la gramática portuguesa europea, y la posición acusativa, representativa de la gramática portuguesa brasileña. Como la documentación no preveía la variación, desarrollamos posibilidades interpretativas, destacando el contacto constante con la lengua meta, la estructura formulaica de la documentación notarial y las relaciones sociales de los escritores como factores que pueden haber impedido la variación del clítico, ya que los Terços no podían ser considerados hablantes de variantes sociales desacreditadas. Sin embargo, el corpus es de gran importancia para los estudios que se ocupan de la reaproximación al portugués de/en Brasil, dada su rareza, tanto por el período de tiempo, en la época colonial, como por el hecho de haber sido producidos por marginados de la época, hombres negros, y por haber tenido un estricto control metodológico en su edición semidiplomática.

**Palabras-clave:** Sociolingüística histórica. Edición semidiplomática. Sistema pronominal. Descripción del portugués en el Brasil colonial.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 –</b>	Periodização da história sociolinguística do Brasil (Lucchesi, 2017)	33
<b>Figura 2 –</b>	Aspectos gráficos de Luís Nogueira de Figueiredo: escrita sem traçado de linhas	49
<b>Figura 3 –</b>	Aspectos gráficos de Henrique Dias: escrita em coluna	50
<b>Figura 4 –</b>	Lançamentos marginais	50
<b>Figura 5 –</b>	Margens do manuscrito	50
<b>Figura 6 –</b>	Recuo de parágrafo do <i>scriptor</i> Luís Álvares Pinto	51
<b>Figura 7 –</b>	Recuo de parágrafo do <i>scriptor</i> Luís Nogueira de Figueiredo	51
<b>Figura 8 –</b>	Carimbo do selo do Arquivo Histórico Ultramarino	51
<b>Figura 9 –</b>	Carimbo do selo do Arquivo Histórico Colonial	52
<b>Figura 10 –</b>	Carimbo do selo da Biblioteca Nacional do Brasil	52
<b>Figura 11 –</b>	Exemplo de desgaste na margem externa do documento	53
<b>Figura 12 –</b>	Exemplo de provável corrosão no documento	53
<b>Figura 13 –</b>	Exemplo de provável apagamento de tinta no documento	54
<b>Figura 14 –</b>	Possível exemplo de tinta repassada no documento	54
<b>Figura 15 –</b>	Códigos representativos dos elementos paleográficos	126
<b>Figura 16 –</b>	Assinatura de Jorge Luís Soares no documento CDTHPP-JLS-RN-CER-1689.1	127
<b>Figura 17 –</b>	Assinatura de Jorge Luís Soares no documento CDTHPP-JLS-RN-CER-1689.2	127
<b>Figura 18 –</b>	Excerto do documento CDTHPP-JLS-RN-CER-1689.1	128
<b>Figura 19 –</b>	Excerto do documento CDTHPP-JLS-RN-CER-1689.2	128
<b>Figura 20 –</b>	Assinatura de Domingos Rodrigues Carneiro no documento CDTHPP-DRC-PE-CER-1693	130
<b>Figura 21 –</b>	Assinatura de Domingos Rodrigues Carneiro no documento CDTHPP-DRC-PE-CER-1702	130
<b>Figura 22 –</b>	Excerto do documento CDTHPP-DRC-PE-CER-1693	131
<b>Figura 23 –</b>	Excerto do documento CDTHPP-DRC-PE-CER-1702	131
<b>Figura 24 –</b>	Assinatura de Brás de Brito Souto no documento CDTHPP-BBS-PE-CER-1739	132
<b>Figura 25 –</b>	Excerto do documento CDTHPP-BBS-PE-CER-1739	134
<b>Figura 26 –</b>	Excerto do documento CDTHPP-BBS-PE-CER-1740.1	134

<b>Figura 27 –</b>	Excerto do documento CDTHPP-BBS-PE-CER-1740.2	135
<b>Figura 28 –</b>	Excerto do documento CDTHPP-BBS-PE-CER-1741	135
<b>Figura 29 –</b>	Excerto do documento CDTHPP-BBS-PE-CER-1755	136
<b>Figura 30 –</b>	Assinatura de Luís Nogueira de Figueiredo no documento CDTHPP-LNF-PE-OFI-1775	139
<b>Figura 31 –</b>	Excerto do documento CDTHPP-LNF-PE-OFI-1774	139
<b>Figura 32 –</b>	Excerto do documento CDTHPP-LNF-PE-OFI-1775	140
<b>Figura 33 –</b>	Excerto do documento CDTHPP-LNF-PE-OFI-1776	140
<b>Figura 34 –</b>	Excerto do documento CDTHPP-LNF-PE-CER-1776	141
<b>Figura 35 –</b>	Assinatura de Luís Álvares Pinto no documento CDTHPP-LAP-PE-OFI-1770.1	143
<b>Figura 36 –</b>	Excerto do documento CDTHPP-LAP-PE-OFI-1770.1	143
<b>Figura 37 –</b>	Excerto do documento CDTHPP-LAP-PE-OFI-1770.2	143
<b>Figura 38 –</b>	Assinatura de Manuel Mendes dos Prazeres no documento CDTHPP-MMP-PE-REQ-1793	145
<b>Figura 39 –</b>	Excerto do documento CDTHPP-MMP-PE-REQ-1793	146
<b>Figura 40 –</b>	Excerto do documento CDTHPP-MMP-PE-OFI-1793	146
<b>Figura 41 –</b>	Excerto do documento CDTHPP-MMP-PE-REQ-SD	147
<b>Figura 42 –</b>	Página eletrônica (em construção) de acesso aos Documentos dos Terços de Homens Pretos e Pardos	161
<b>Figura 43 –</b>	Divisão territorial da baía de Todos os Santos no período colonial	187
<b>Figura 44 –</b>	Constituição das espécies documentais	215

## **LISTA DE MAPAS**

<b>Mapa 1</b>	–	Localização da documentação dos Terços de Homens Pretos e Pardos	185
<b>Mapa 2</b>	–	Domínio holandês no Brasil Colonial	185



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 -</b>	Coleção Documental dos Terços de Homens Pretos e Pardos (CDTHPP)	46
<b>Quadro 2 -</b>	Assinaturas presentes nos documentos do CDTHPP	52
<b>Quadro 3 -</b>	Definição das espécies documentais de acordo com Belloto (2002)	55
<b>Quadro 4 -</b>	Informações sobre os documentos dos THPP	56
<b>Quadro 5 -</b>	Descrição escriptográfica de Antônio da Costa Pereira	59
<b>Quadro 6 -</b>	Aspectos gráficos de Antônio da Costa Pereira	64
<b>Quadro 7 -</b>	Descrição escriptográfica de Antônio de Sá de Jesus	65
<b>Quadro 8 -</b>	Aspectos gráficos de Antônio de Sá de Jesus	68
<b>Quadro 9 -</b>	Descrição escriptográfica de Brás de Brito Souto	69
<b>Quadro 10 -</b>	Aspectos gráficos atribuídos a Brás de Brito Souto	73
<b>Quadro 11 -</b>	Descrição escriptográfica de Domingos Rodrigues Carneiro	74
<b>Quadro 12 -</b>	Aspectos gráficos de Domingos Rodrigues Carneiro	78
<b>Quadro 13 -</b>	Descrição escriptográfica de Francisco Xavier Correa	79
<b>Quadro 14 -</b>	Aspectos gráficos de Francisco Xavier Correa	83
<b>Quadro 15 -</b>	Descrição escriptográfica de Henrique Dias	84
<b>Quadro 16 -</b>	Aspectos gráficos de Henrique Dias	88
<b>Quadro 17 -</b>	Descrição escriptográfica de Jorge Luís Soares	89
<b>Quadro 18 -</b>	Aspectos gráficos de Jorge Luís Soares	94
<b>Quadro 19 -</b>	Descrição escriptográfica de José Mendes de Moraes	94
<b>Quadro 20 -</b>	Aspectos gráficos de José Mendes de Moraes	98
<b>Quadro 21 -</b>	Descrição escriptográfica de José Rabelo de Vasconcelos	99
<b>Quadro 22 -</b>	Aspectos gráficos de José Rabelo de Vasconcelos	103
<b>Quadro 23 -</b>	Descrição escriptográfica de Luís Álvares Pinto	104
<b>Quadro 24 -</b>	Aspectos gráficos de Luís Álvares Pinto	108
<b>Quadro 25 -</b>	Descrição escriptográfica de Luís Nogueira de Figueiredo	110
<b>Quadro 26 -</b>	Aspectos gráficos de Luís Nogueira de Figueiredo	113
<b>Quadro 27 -</b>	Descrição escriptográfica de Manoel de Oliveira Miranda	114

<b>Quadro 28 -</b>	Aspectos gráficos de Manoel Oliveira de Miranda	119
<b>Quadro 29 -</b>	Descrição escriptográfica de Manoel Mendes dos Prazeres	119
<b>Quadro 30 -</b>	Aspectos gráficos de Manoel Mendes dos Prazeres	124
<b>Quadro 31 -</b>	Comparação grafemática entre a assinatura de Jorge Luís Soares e o corpo dos documentos	128
<b>Quadro 32 -</b>	Comparação grafemática entre a assinatura de Domingos Rodrigues Carneiro e o corpo dos documentos	130
<b>Quadro 33 -</b>	Comparação das variantes do grafema nos documentos de Brás de Brito Souto	133
<b>Quadro 34 -</b>	Comparação grafemática entre a assinatura de Brás de Brito Souto e a “Mão A”	136
<b>Quadro 35 -</b>	Comparação grafemática entre a assinatura de Brás de Brito Souto e a “Mão B”	137
<b>Quadro 36 -</b>	Comparação grafemática entre a assinatura de Brás de Brito Souto e a “Mão C”	138
<b>Quadro 37 -</b>	Comparação grafemática entre a assinatura de Luís Nogueira de Figueiredo e a mão não identificada	141
<b>Quadro 38 -</b>	Comparação grafemática entre a assinatura de Luís Nogueira de Figueiredo e o corpo dos documentos	142
<b>Quadro 39</b>	Comparação grafemática entre a assinatura de Luís Álvares Pinto e o corpo dos documentos	144
<b>Quadro 40 -</b>	Comparação grafemática entre a assinatura de Manoel Mendes dos Prazeres e o corpo dos documentos	147
<b>Quadro 41 -</b>	Classificação das abreviaturas	149
<b>Quadro 42 -</b>	Abreviaturas encontradas no <i>corpus</i>	150
<b>Quadro 43 -</b>	Ficha do escrevente Henrique Dias	168
<b>Quadro 44 -</b>	Ficha do escrevente Jorge Luís Soares	170
<b>Quadro 45 -</b>	Ficha do escrevente Domingos Rodrigues Carneiro	171
<b>Quadro 46 -</b>	Ficha do escrevente Brás de Brito Souto	174
<b>Quadro 47 -</b>	Ficha do escrevente Luís Nogueira de Figueiredo	175
<b>Quadro 48 -</b>	Ficha do escrevente Luís Álvares Pinto	177
<b>Quadro 49 -</b>	Ficha do escrevente José Rabelo de Vasconcelos	179
<b>Quadro 50 -</b>	Categorização pronominal de acordo com a Gramática Tradicional	203
<b>Quadro 51 -</b>	Sistema pronominal do PB falado	203
<b>Quadro 52 -</b>	Sistema de tratamento de 2ª Pessoa até o século XVIII	211

## LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

<b>Gráfico 1 –</b>	Relações entre a Linguística Histórica e a Filologia	29
<b>Gráfico 2 –</b>	Distribuição demográfica no Brasil dos séculos 16 ao 19	165
<b>Gráfico 3 –</b>	Dados do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil (1500-1900)	181
<b>Gráfico 4 –</b>	Quantidade de documentos por período de tempo	210

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
CDTHPP	Coleção Documental dos Terços de Homens Pretos e Pardos
CE-DOHS	Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão
NELP	Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa
PB	Português Brasileiro
PE	Português Europeu
PHPB	Programa para a História do Português Brasileiro
PROHPOR	Programa para a História da Língua Portuguesa
THPP	Terço de Homens Pretos e Pardos
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
WIC	Companhia das Índias Ocidentais (tradução)

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	19
<b>I</b>	
<b>Propostas para o estudo do Português Brasileiro</b>	24
<b>1 Aspectos da constituição histórica do Português Brasileiro</b>	25
1.1 O PERCURSO DA SOCIOLINGUÍSTICA HISTÓRICA	26
1.2 AS AGENDAS DO PROGRAMA PARA A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	30
1.3 OS TERÇOS DE HOMENS PRETOS E PARDOS NO BRASIL COLONIAL	32
1.3.1 A periodização sociolinguística brasileira	33
1.3.2 A língua escrita nos Terços de Homens Pretos e Pardos	35
1.3.3 As limitações dos escritos dos Terços para o estudo do Português Brasileiro Popular	38
1.4 AS HIPÓTESES DE PESQUISA	42
1.5 SÍNTESE DA SEÇÃO	43
<b>II</b>	
<b>O campo histórico-filológico</b>	44
<b>2 OS DOCUMENTOS DOS TERÇOS DE HOMENS PRETOS E PARDOS</b>	45
2.1 DESCRIÇÃO DOS DOCUMENTOS	48
2.1.1 Aspectos extrínsecos	48
2.1.2 Aspectos intrínsecos	54
2.1.2.1 <i>Sobre os Documentos dos Terços de Homens Pretos e Pardos</i>	55
2.1.2.2 <i>Aspectos escriptográficos dos scriptores</i>	58
2.2 ANÁLISE COMPARATIVA DOS ASPECTOS GRÁFICOS	125
2.2.1 Jorge Luís Soares	127
2.2.2 Domingos Rodrigues Carneiro	129
2.2.3 Brás de Brito Souto	132
2.2.4 Luís Nogueira de Figueiredo	138
2.2.5 Luís Álvares Pinto	142
2.2.6 Manuel Mendes dos Prazeres	145
2.2.7 <i>Outros scriptores</i>	148
2.3 ABREVIATURAS PRESENTES NOS DOCUMENTOS	149
2.4 A EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA	158
2.5 SÍNTESE DA SEÇÃO	161
<b>III</b>	
<b>O campo da história social linguística</b>	163
<b>3 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DOS ESCRIVENTES</b>	164
3.1 QUEM?	166
3.1.1 Henrique Dias	166
3.1.2 Jorge Luís Soares	169
3.1.3 Domingos Rodrigues Carneiro	170
3.1.4 Brás de Brito Souto	172
3.1.5 Luís Nogueira de Figueiredo	174
3.1.6 Luís Álvares Pinto	176
3.1.7 José Rabelo de Vasconcelos	177
3.2 QUANDO?	179

3.2.1	<b>Os Terços militares de Homens Pretos e Pardos no Brasil Colonial</b>	179
3.3	ONDE?	184
3.3.1	<b>A capitania da Bahia</b>	186
3.3.1.1	<i>A economia baiana colonial</i>	187
3.3.1.2	<i>A demografia baiana colonial</i>	189
3.3.2	<b>A capitania de Pernambuco</b>	190
3.3.2.1	<i>A economia pernambucana colonial</i>	192
3.3.2.2	<i>A demografia pernambucana colonial</i>	194
3.3.3	<b>A Guerra do Açú</b>	195
3.4	PARA QUÊ?	197
3.4.1	<b>Mobilidade social nos Terços de Homens Pretos e Pardos</b>	197
3.5	SÍNTESE DA SEÇÃO	200
<b>IV</b>		
	<b>O campo gramatical</b>	201
4	<b>O CLÍTICO <i>LHE</i> E A INSTABILIDADE DO SISTEMA PRONOMINAL BRASILEIRO: ESTUDOS ANTERIORES</b>	202
4.1	A TRANSMISSÃO LINGUÍSTICA IRREGULAR E A FORMAÇÃO DO PORTUGÊS POPULAR BRASILEIRO	206
4.2	MERECEDORES DE TODA A HONRA E MERCÊ QUE SUA MAJESTADE FOR SERVIDO FAZER-LHE: O CLÍTICO <i>LHE</i> NOS DOCUMENTOS DOS TERÇOS DE HOMENS PRETOS E PARDOS	210
4.2.1	<b>Variáveis linguísticas</b>	211
4.2.1.1	<i>Forma pronominal utilizada na posição de sujeito</i>	211
4.2.1.2	<i>Tipo de verbo quanto à estrutura argumental</i>	212
4.2.2	<b>Variáveis extralinguísticas</b>	213
4.2.2.1	<i>Seção do documento</i>	214
4.2.2.2	<i>Período de produção</i>	216
4.3	AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS	217
4.4	SÍNTESE DA SEÇÃO	219
<b>V</b>		
	<b>A edição dos Documentos dos Terços de Homens Pretos e Pardos</b>	221
5	<b>A EDIÇÃO</b>	222
5.1	OS DOCUMENTOS DOS TERÇOS DE HOMENS PRETOS E PARDOS	224
5.1.1	<b>Atestados</b>	225
5.1.2	<b>Carta</b>	231
5.1.3	<b>Certidões</b>	235
5.1.4	<b>Ofícios</b>	270
5.1.5	<b>Requerimentos</b>	302
6	<b>Considerações finais</b>	308
	<b>Referências</b>	315
	<b>APÊNDICES</b>	324
	<b>ÍNDICE ANALÍTICO</b>	325
	<b>EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA E FAC-SÍMILES DO CLÍTICO <i>LHE</i> EM CONTEXTO DATIVO EXTRAÍDOS DOS DOCUMENTOS MANUSCRITOS POR HOMENS PRETOS E PARDOS</b>	328

## APRESENTAÇÃO

A edição semidiplomática, o estudo sócio-histórico e a análise linguística de vinte e oito manuscritos produzidos entre os anos de 1650 e 1793, portanto, no Brasil Colonial – pertencentes à primeira vaga de aportuguesamento (Lucchesi, 2017) –, por homens negros que integravam uma organização militar daquela sociedade, os Terços de Homens Pretos e Pardos, são os objetivos desta dissertação, que se vincula a dois grandes projetos de pesquisa: ao Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS), ligado ao Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa (Nelp), da Universidade Estadual de Feira de Santana; e ao *Modus Scribendi* (Grupo de Pesquisas Paleográficas, Filológicas e Históricas), da Universidade Federal da Bahia, tendo em vista o fato de que, em sua segunda fase, o CE-DOHS volta-se à documentação linguística produzida no Brasil Colonial, entre 1640 e 1822, por indivíduos nascidos a partir de 1590 (Santiago *et al*, 2021). Em vista disso, este trabalho insere-se dentro de uma rede de pesquisas, da qual muitos resultados já estão disponíveis, como as dissertações de Araújo (2023), Souza (2022), Santos (2021), a tese de Silva (2022); e muitos outros encontram-se em andamento.

O surgimento dos Terços de Homens Pretos e Pardos dá-se na esteira da expulsão dos holandeses da capitania de Pernambuco, quando Henrique Dias juntou-se a outros homens pretos, possivelmente na condição de escravizados, ofereceram-se para lutar no *front* da Batalha dos Guararapes e, posteriormente, atuaram em diversas esferas políticas para institucionalizarem-se como um grupo social.

As palavras de Mattos e Silva (2004, p. 50),

Uma história do português brasileiro terá como objetivo fundamental interpretar o passado linguístico e sócio-histórico do Brasil, em que, na segunda metade do século XVIII, a língua de colonização se tornou hegemônica e oficial, para dar conta da interrelação entre sócio-história e história linguística na constituição do português brasileiro heterogêneo, plural e polarizado.

Resumem a proposta da pesquisa. Com o aporte teórico do método indiciário, formatado na *nouvelle histoire*, o qual “se reporta [...] a evidências de vários aspectos do cotidiano dos diversificados agentes da história [...]” (Mattos e Silva, 2004, p. 70), buscamos, nas palavras deixadas pelos milicianos negros em seus atestados, cartas, ofícios e requerimentos, indícios indiretos – por tratarem-se da escrita, não da oralidade

– a emergência de uma gramática do Português Brasileiro e, por entendermos a língua como essencialmente um elemento cultural, não podemos deixar os aspectos demográficos, econômicos e históricos, pois estes, unidos à análise linguística, permitem uma compreensão mais apurada das mudanças causadoras da diferenciação entre Português d’aquém e d’além mar. Todavia, é imprescindível considerarmos que, conforme Houaiss (1985), por volta de 0,5% da população brasileira colonial era alfabetizada: um número ínfimo, o qual se reflete no baixo número de produções escritas no período – seja por portugueses, brancos brasileiros, indígenas, negros africanos ou negros brasileiros –, implicando a falta de representatividade desses documentos que, tanto pelo fato de serem manuscritos quanto pelo fato de virem das mãos de poucos indivíduos alfabetizados, não formam uma reaproximação do PB no período colonial<sup>1</sup>.

Não obstante, com o objetivo de garantir a originalidade e a confiabilidade para o seu estudo linguístico, os documentos manuscritos pelos integrantes dos Terços de Homens Pretos e Pardos passaram por um extenso processo de edição semidiplomática e de análise paleográfica – dos escritos e das mãos que levantaram a pena –, porquanto

Sob o ponto de vista qualitativo, a autenticidade é uma exigência decisiva: se se pretende utilizar os materiais para o estudo de história da língua, as edições devem satisfazer as necessidades de uma linguística histórica empírica e, por esse motivo, devem reflectir fielmente as características linguísticas dos manuscritos, uma vez que nelas se reflectem as marcas da variação da língua da época (Maia, 2012, p. 538).

Sem o apoio da Crítica Textual, da Diplomática e da Paleografia, não seria possível garantir a data de produção dos documentos, tampouco confirmarmos se o assinante fora, realmente, o *scriptor* responsável para que pudéssemos colher os dados linguísticos. Convém ressaltar que as edições fac-similada e semidiplomática do *corpus* será publicada, *a posteriori*, como um dos volumes da série “Documentos para a História Linguística do Brasil Colônia”, organizado por Zenaide Carneiro, Mariana Lacerda e Alícia Lose. Ademais, no volume 24, número 2, da revista “A Cor das Letras” (UEFS), foi publicado o artigo “Análise paleográfica e sócio-histórica de um manuscrito

---

<sup>1</sup> Sobre o problema da *lacunaridade* em pesquisas linguísticas sócio-históricas, recomendamos Paixão de Sousa (2006), para quem: “[...] uma ‘reconstituição’ histórica não se dá como reprodução dos fatos em forma de análise, mas como recomposição de narrativas [...]”, haja vista que essa área “constitui-se, assim, como um fazer historiográfico, no qual é preciso pensar não só o tempo, mas os *tempos do Tempo* – ou seja, onde é preciso que se reconheça analiticamente *a historicidade da própria narrativa em construção*” (grifos da autora).



seiscentista brasileiro: a história dos Terços de Homens Pretos e Pardos”, de Paschoal; Carneiro e Lose, no qual apresentamos brevemente a edição semidiplomática e o estudo paleográfico dos manuscritos de Jorge Luís Soares, de 1689.

O percurso da pesquisa foi baseado nas agendas do *Programa para a História do Português Brasileiro*, o PHPB, as quais orientam a constituição de *corpora* do PB, a agenda histórico-filológica; a construção ou reconstrução dos perfis sociais, históricos, políticos, econômicos, etc., dos *scriptores* e dos documentos, a agenda da história social linguística; e os estudos sobre a variação e mudança linguística, a agenda gramatical. Julgamos, em todas as agendas, ser a formação de um *corpus* manuscrito por homens pretos e pardos no Brasil Colonial, uma época marcada pela escravização, a maior contribuição desta pesquisa. A partir da Coleção Documental dos Terços de Homens Pretos e Pardos (CDTHPP), outras pesquisas, de cunho linguístico ou vario, podem ser realizadas.

Logo, esta dissertação foi concebida do seguinte modo:

É composta por seis partes. Em sua **primeira parte**, apresentamos as propostas para o estudo do Português Brasileiro, na qual refletimos sobre a formação da Sociolinguística Histórica enquanto ciência independente no século XX e as suas interrelações com a Sociolinguística Variacionista, da qual absorve uma parte de seu método, e com a Linguística Histórica, no que tange ao estudo da mudança linguística em uma perspectiva diacrônica. Em seguida, apresentamos a metodologia desta pesquisa, na seção 1.2, ao discutirmos as agendas propostas pelo PHPB e a sua aplicabilidade no estudo da documentação dos Terços de Homens Pretos e Pardos. As seções seguintes são dedicadas aos Terços de Homens Pretos e Pardos: nestas, contamos um pouco da história de sua formação, teorizamos sobre a penetração da língua escrita nesse grupo social e abordamos as limitações da pesquisa em sociolinguística histórica, haja vista o nosso contato quase exclusivo com o texto<sup>2</sup>, não com o falante. Concluimo-la apresentando as hipóteses da pesquisa.

A **segunda parte** corresponde à agenda histórico-filológica. Nela, introduzimos o *corpus* e realizamos a sua caracterização através da análise dos aspectos extrínsecos e intrínsecos ao documento, a fim de termos um melhor controle metodológico e de garantirmos a confiabilidade da pesquisa. Ainda, há a descrição dos aspectos

---

<sup>2</sup> Existe, mesmo remotamente, a possibilidade de contato com o *scriptor* na pesquisa em Linguística Sócio-Histórica, quando a sincronia em estudo é recente e o pesquisador pode contactar os sujeitos que escreveram os documentos.

escriptográficos dos *scriptores* dos manuscritos e, na subseção 2.2, a análise comparativa dos aspectos gráficos, importante para atestarmos o caráter autógrafo ou apógrafo da maioria dos documentos. Ao final, trazemos uma compilação das abreviaturas presentes na documentação, e os critérios utilizados para a edição semidiplomática.

As características sócio-históricas dos escreventes e dos documentos são desenvolvidas na **terceira parte**. Ocupamo-nos em responder a algumas perguntas de Petrucci (2003): no âmbito da Paleografia renovada, ou sócio-histórica: *quem* escreveu os documentos e *para que* foram escritos. No campo da Paleografia tradicional, em continuidade à seção anterior: *quando* foram escritos e *onde* foram produzidos. Assim, evidenciamos um pequeno esboço da sociedade colonial de Salvador, na capitania da Bahia, e das cidades de Recife e Olinda, na capitania de Pernambuco, de modo a situarmos os documentos em um período sócio-histórico. Além disso, como um desses foi produzido na capitania do Rio Grande, fizemos uma breve explicação sobre a Guerra do Açú.

Na **quarta parte** dedicamo-nos ao campo gramatical. Apresentamos alguns estudos anteriores feitos sobre o sistema pronominal do Português Brasileiro e, especificamente, sobre a variação entre as funções dativa e acusativa do clítico *lhe*, uma das diferenças entre o Português do Brasil e o Português de Portugal. Na subseção 4.1, discutimos um pouco sobre a Transmissão Linguística Irregular à luz de Lucchesi e Baxter (2015), o que nos ajuda a compreender o ambiente multilíngue da colonização brasileira. Em 4.2, fizemos a descrição das ocorrências do clítico *lhe* nos documentos do CDTHPP a partir de duas variáveis linguísticas, a forma pronominal utilizada na posição de sujeito e o tipo de verbo quanto à estrutura gramatical; e de duas variáveis extralinguísticas, a seção do documento e o período de produção. Na seção 4.3, por não encontrarmos variação acusativa do *lhe* na CDTHPP, arrolamos três possibilidades de justificativa: o constante contato com a língua-alvo, a invariabilidade característica de documentos notariais e as relações sociais dos *scriptores* no período em questão.

A **quinta parte** traz a descrição dos critérios utilizados para a edição semidiplomática, a edição fac-similada e a semidiplomática dos 28 documentos manuscritos que compõem o *corpus* desta pesquisa, e está organizada com base nas espécies documentais (atestado, carta, certidão, ofício e requerimento) em ordem alfabética.

As considerações finais são a **sexta parte**.

Seguindo-se, há os **apêndices**: o índice analítico, cujo propósito é o de facilitar a consulta aos documentos e, ao final, a edição semidiplomática e fac-símiles do clítico *lhe* em contexto dativo extraídos dos documentos manuscritos por homens pretos e pardos, nos quais apresentamos os contextos de ocorrência do clítico *lhe* em edição fac-similada e semidiplomática.

**I**  
**PROPOSTAS PARA O ESTUDO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

A primeira seção desta dissertação tem o objetivo de discutir a construção da Sociolinguística Histórica e a sua relação com o *corpus* documental dos Terços de Homens Pretos e Pardos. Em 1.1, apresentamos um breve histórico da formação dessa área do conhecimento para, em 1.2, explicarmos a proposta de agendas de pesquisa do Programa para a História do Português Brasileiro e a sua associação a este trabalho. Em 1.3, situamos os Terços de Homens Pretos e Pardos dentro do contínuo da periodização do Português Brasileiro proposta por Lucchesi (2017), investigamos possibilidades para a aquisição da língua escrita por esse grupo e abordamos as limitações dos tipos documentais produzidos pelas milícias negras para os estudos diacrônicos, mas também propomos meios para contorná-las. A seção 1.4 é dedicada às hipóteses elaboradas para esta pesquisa.

## **1 ASPECTOS DA CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Os estudos de Sociolinguística Histórica vêm mostrando aos pesquisadores a importância de se entender as dinâmicas de variação e mudança do Português Brasileiro sob vieses históricos, demográficos, geográficos e sociais. Nesse caminho, Mattos e Silva (2004), a par de tais orientações, buscou compreender esses movimentos a partir da noção de que, em sua época colonial, o Brasil era um verdadeiro “caldeirão linguístico”, no qual o Português Europeu disputava espaço com as línguas indígenas, com as línguas gerais e com falares africanos.

Logo, nas páginas iniciais desta pesquisa, exporemos as teorias que a subsidiam, bem como forneceremos um panorama geral da Sociolinguística Histórica e das possibilidades de recuperação ou de reaproximação do Português (ou dos...) falado no contexto colonial. Assim, conforme Lucchesi e Callou (2020), consideraremos este período histórico a partir dos ciclos econômicos que o movimentaram, a cana-de-açúcar e a mineração de ouro, tendo em vista que a constituição histórica do PB perpassa veementemente tais episódios, pois temos como principal noção o fato de que os africanos escravizados foram os principais difusores do (que viria a ser o) Português do Brasil pelo território colonial (Mattos e Silva, 2004).

## 1.1 O PERCURSO DA SOCIOLINGUÍSTICA HISTÓRICA

As relações entre língua e história remontam à consolidação da Linguística enquanto campo científico, cujo apogeu se deu ao longo do século XIX, com o método histórico-comparativo e com os neogramáticos. Todavia, a publicação do *Curso de Linguística Geral*, na década de 1910, responsável pelo estabelecimento das dicotomias saussureanas, causou o declínio dos estudos que buscavam compreender a mudança das línguas naturais em uma perspectiva diacrônica.

O mote principal do declínio das pesquisas histórico-linguísticas esteve no fato da oposição proposta entre língua e fala, sob a visão estruturalista de, ao passo em que a língua seria um sistema de signos (significante e significado) homogêneo, a fala se configurar como individual e passível de interferências sociais. Deste modo, os estudos da área voltaram-se ao campo sincrônico, considerando que a historicidade linguística seria prescindível ao falante, distanciando-se, contraditoriamente, cada vez mais do caráter social de qualquer língua humana. Maia (2012, p. 534) postula que

Ao valorizar a sincronia, a Linguística pós-saussureana caracteriza-se pelo predomínio de um sincronicismo descritivista que se contrapõe à Linguística Histórica “tradicional”, histórico-comparativa ou de feição neogramática. Ao concentrar-se sobre o sistema funcional da língua correspondente à dimensão da homogeneidade, deixa de lado outras importantes dimensões do fenômeno linguístico, nomeadamente a sua dimensão histórica e o seu carácter social.

Essa tendência foi dominante até a segunda metade do século XX, marcadamente as décadas de 1950 e 1960, as quais representam um novo direcionamento nos estudos linguísticos. Ocorreu, naquela época, a formação de duas correntes teóricas importantes: o Gerativismo, cujo Noam Chomsky é o maior expoente; e a Sociolinguística Variacionista, fundamentada por Weinreich, Labov e Herzog.

A corrente gerativista, com influências estruturalistas, propunha um modelo de pesquisa voltado à arquitetura da aquisição da linguagem, originado na aceção de que a Linguística deveria investigar o conhecimento do falante sobre a *língua-I*, aquela interna à sua mente. Lucchesi e Ribeiro (2015, p. 125) definem esse campo teórico a partir da noção de que “a mudança é regulada pela forma como o conhecimento linguístico se estrutura na mente dos falantes e é impulsionada crucialmente no processo de aquisição da língua materna”, vide a existência de estruturas inatas ao falante sistematizadas na

Gramática Universal, a capacidade de qualquer ser humano em adquirir os princípios e os parâmetros das línguas naturais.

A Sociolinguística Variacionista (também chamada de Sociolinguística Quantitativa, devido ao uso de dados estatísticos para analisar as mudanças ocorridas em uma determinada língua) surge, então, em oposição à proposição estruturalista de que seria possível compreender a língua descaracterizada do seu fator eminentemente social. Sobre esta teoria, Salomão (2011, p. 190) salienta

Em seu texto clássico, Weinreich, Labov e Herzog (2006[1975]) afirmam que estruturas heterogêneas são parte da competência linguística, ou seja, necessárias para o funcionamento real de qualquer língua e o indivíduo tem capacidade para codificar e decodificar essa heterogeneidade. Assim, para os variacionistas, a variação e a mudança são inerentes às línguas. A variação não é vista como um efeito do acaso, mas como um fenômeno cultural motivado por fatores linguísticos e por extralinguísticos, e não é assistemática. Labov (2008[1972]), afirmava que devemos determinar qual estrutura social corresponde à dada estrutura linguística e como mudanças na estrutura social se traduzem em mudanças na estrutura linguística.

Sobre a renovação das perspectivas dos estudos linguísticos em meados do século XX, Maia (2012, p. 534) entende terem sido essas mudanças importantes para o retorno da Linguística Histórica à ordem do dia, pois estas “conduziram, por um lado, à incorporação nas análises diacrônicas da variação linguística e, por outro, à consideração da interação entre a língua e o contexto pragmático”.

Logo, no cruzamento entre a Sociolinguística Variacionista e a Linguística Histórica, subsidiada pelas observações de Romaine, ao perceber que documentos inscritos apresentavam indícios de variação tanto quanto registros de fala, forma-se a Sociolinguística Histórica<sup>1</sup>, dado que “just as the contexts of speech exhibit characteristic patterns of variation, so do the contexts of writing. For example, the written hand shows regular variation in orthographic symbols which is conditioned by context in the same

---

<sup>1</sup> Para não confundir o leitor, afirmamos que, neste trabalho, entendemos as acepções de Sociolinguística Histórica e Linguística Sócio-Histórica como equivalentes, porque todas designam a área de estudos que tratam das mudanças ao longo da história de uma língua, considerando a Linguística Histórica como um macrocampo que as acolhe.

way that the spoken language displays allophonic variation”<sup>2</sup> (Romaine, 2009 [1982], p. 16).

Aqui, alertamos para a necessidade de não se resumir a Sociolinguística Histórica exclusivamente aos métodos Variacionistas, pois, no âmbito dos estudos históricos, termos acesso apenas aos escritos, mas nem sempre ao falante. Pontuaremos essa discussão na subseção em que explicaremos as limitações dos documentos que compõem o *corpus* da pesquisa para os estudos linguísticos.

Hebda (2012, p. 238-239), por sua vez, sinaliza: “historical sociolinguistics is interested in what determined those choices in the past, the extralinguistic constraints involved being geographical background and mobility, gender, age, ethnic group membership, and the social network and socio-economic class of the speaker”<sup>3</sup>. Entende-se, portanto, que os métodos da Sociolinguística Histórica coadunam com aqueles utilizados nos estudos quantitativos, adotando o Princípio do Uniformitarismo<sup>4</sup> na regência das mudanças linguísticas.

Nesse caminho, a metáfora de R. Lass, aproveitada por Mattos e Silva (2008), nos interessa: a tarefa da Linguística Histórica é a de “ouvir o inaudível”. Compreendemos o *inaudível* como a interpretação possível advinda daquilo que está escrito nos textos históricos. *Ouvir o inaudível* é “interpretar mudanças — fônicas, mórficas, sintáticas e semântico-lexicais — ao longo do tempo histórico, em que uma língua ou uma família de línguas é utilizada por seus utentes em determinável espaço geográfico e em determinável território, não necessariamente contínuo” (Mattos e Silva, 2008, p. 8). Na segunda parte desta dissertação, abordaremos de modo mais detalhado as vertentes propostas por Mattos e Silva (2008) para a Linguística Histórica. De antemão, interessa-nos a concepção *stricto sensu*, aquela que se ocupa das mudanças de longa duração nas línguas.

Essa tendência, na qual Mattos e Silva (2008) insere a “Linguística Histórica Sócio-Histórica”, dialoga sobremaneira com a Filologia, particularmente com a Crítica Textual. Sobre isso, Maia (2012, p. 537) reitera “a actividade filológica como análise crítica de textos que visa a sua reconstrução e edição, a Filologia está intimamente

---

<sup>2</sup> “Assim como os contextos da fala exibem padrões característicos de variação, o mesmo ocorre com os contextos da escrita. Por exemplo, a mão escrita mostra uma variação regular nos símbolos ortográficos que é condicionada pelo contexto, da mesma forma que a língua falada apresenta variação alofônica” (tradução nossa).

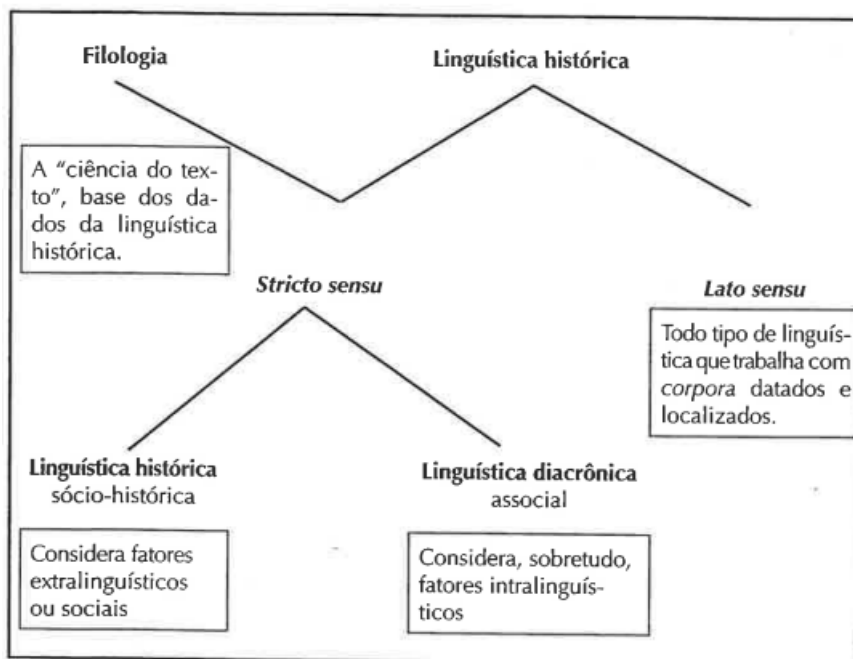
<sup>3</sup> “a sociolinguística histórica está interessada no que determinou essas escolhas no passado, as restrições extralinguísticas envolvidas como origem geográfica e mobilidade, gênero, idade, pertencimento a grupos étnicos, e a rede social e a classe socioeconômica do falante” (tradução nossa).

<sup>4</sup> A noção de que “os fatores que regulam a variação e a mudança no presente seriam basicamente os mesmos que teriam atuado no passado” (Lucchesi; Ribeiro, 2015 [2009], p. 125).



associada à Linguística: ela possui um conjunto de recursos interpretativos e explicativos que a Linguística Histórica não pode e não deve desprezar”. Essa ligação é sintetizada por Mattos e Silva (2008) no gráfico abaixo:

**Gráfico 1:** Relações entre a Linguística Histórica e a Filologia



**Fonte:** Extraído de Mattos e Silva (2008, p. 10)

Maia (2012, p. 540) especifica, ainda, que a associação entre a Sociolinguística Histórica e a Filologia é ainda mais intrínseca, porquanto

[...] o filólogo que pretenda estabelecer uma edição deve possuir boa formação linguística e sólidos conhecimentos da língua e da sua história, a fim de saber tratar as variantes linguísticas oferecidas pelo texto. Se a língua é variável em qualquer momento da sua trajetória no tempo, o editor não pode, na sua transcrição, desprezar a variação manifestada no texto, devendo, também na questão do desdobramento de abreviaturas, ter presente a variação que a língua da época podia apresentar em qualquer nível linguístico. Para que esse texto possa vir a servir de fonte para o estudo e conhecimento da história da língua, a edição deve reflectir fielmente a variação linguística presente no manuscrito, uma vez que actualmente no estudo histórico da língua não é possível deixar de considerar os seus efeitos.

Assim, Mattos e Silva (2008, p. 15) afirma a propriedade metodológica de que a edição de texto utilizada no campo sócio-histórico linguístico “tem de ser feita com *rigor filológico* e com objetivo claro de servir a estudos linguísticos”, fato demonstrativo da inerente conexão entre a Filologia e a Linguística Sócio-Histórica<sup>5</sup>. Tal ligação é indispensável para os estudos construídos nos domínios do *Programa para a História do Português Brasileiro* (PHPB), o qual se estrutura em três campos interrelacionados de pesquisa: o *histórico-filológico*, o *gramatical* e o da *história social linguística*; e congrega investigações que se ocupam da reconstrução (ou reaproximação) da formação do Português Brasileiro, cuja criação foi inspirada no *Programa para a História da Língua Portuguesa* (PROHPOR).

## 1.2 AS AGENDAS DO PROGRAMA PARA A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Chegamos à noção de que, ao longo de grande parte do século XX, houve uma redução nos trabalhos sobre a história das línguas em função das orientações a-históricas advindas do Estruturalismo e do Gerativismo. Entretanto, a construção da metodologia científica da Sociolinguística ajudou a revitalizar os terrenos de estudo da Linguística Histórica, oportunizando a criação, em 1997, do *Programa para a História do Português Brasileiro*, o PHPB, o qual, em suas origens, preocupou-se em reunir os estudos feitos no âmbito dos grupos de pesquisa de Clarinda Maia (Universidade de Coimbra), Rosa Virgínia Mattos e Silva (Universidade Federal da Bahia), Ataliba de Castilho (Universidade de São Paulo) e Mary Kato junto a Fernando Tarallo (Universidade de Campinas).

De modo a dinamizar e articular a produção científica em torno do objetivo comum do Projeto, o Português Brasileiro, o PHPB estrutura-se em três agendas de pesquisa intimamente associadas: a) o campo *histórico-filológico*; b) o campo da *história social linguística*; e c) o campo *gramatical*.

O campo (a) ocupa-se da organização de *corpus* para pesquisas histórico-linguísticas na seara do PB, em sua formação, contato e contrastes com o Português Europeu. Castilho (2023) sinaliza que, atualmente, os *corpora* diacrônicos do PHPB são compostos por três frentes:

---

<sup>5</sup> Discussões ainda mais aprofundadas sobre as necessárias relações entre a Linguística Histórica e a Filologia, ou Crítica Textual, são feitas por Lose (2017) e Lose e Souza (2022).

- i. O *corpus* mínimo de manuscritos, que reúne testamentos, processos-crime, atas de câmara, cartas particulares, cartas da administração privada e cartas oficiais;
- ii. O *corpus* mínimo de impressos, composto por cartas de redatores ou editoriais, cartas de leitores e anúncios jornalísticos do século XIX em diante;
- iii. O *corpus* mínimo diferencial, formado por inventários, memórias históricas, diários inquiridos orais, textos teatrais e dados do Projeto de estudo da Norma Urbana Culta (NURC).

O campo (b) dedica-se à reconstrução dos perfis sociais, históricos, demográficos, etc., da documentação em questão, de modo a situá-la em um determinado contexto, através das informações fornecidas pelos textos ou obtidas a partir de outras fontes pelo pesquisador que com eles trabalha. Esta agenda empenha-se, também, nas investigações sobre as funções sociais das documentações, manuscritas ou orais.

A frente de investigação (c) se aprofunda nos estudos de variação e de mudança linguísticas presentes nos *corpora*. Nesta, as perspectivas, sejam socio-funcionais ou formais, adequam-se aos dados oferecidos pelo *corpus* em estudos com o fito de atender às proposições de Mattos e Silva (2004, p. 58) que apontam a necessidade de uma “reconstrução diacrônica no interior das estruturas da língua portuguesa em direção ao português brasileiro” e de um “comparativo entre o português europeu e o português brasileiro”.

No escopo da pesquisa que desenvolvemos aqui, apoiados nos manuscritos dos Terços de Homens Pretos e Pardos, temos o propósito de contribuímos com o PHPB da seguinte maneira:

- a) Para o *campo histórico-filológico* – através da edição semidiplomática de 26 (vinte e seis) documentos inéditos escritos por integrantes dos Terços de Homens Pretos e Pardos. São documentos oficiais manuscritos entre 1650 e 1793 das seguintes tipologias documentais, de acordo com Belloto (2008): *atestado, carta, certidão, ofício, representação e requerimento*;
- b) No *campo de história social linguística* – será realizado o estudo sócio-histórico do *corpus* editado, com base em fontes bibliográficas disponíveis sobre os Terços

de Homens Pretos e Pardos, de modo a contextualizar o período e o contexto sócio-histórico dos escreventes;

- c) Para o *campo gramatical* – será feita descrição do clítico *lhe* a fim de entender o seu comportamento, se dativo ou acusativo, na documentação manuscrita.

Esta pesquisa terá, pois, como fundamento principal os *Terços de Homens Pretos e Pardos*, uma instituição típica do Brasil Colonial formada por indivíduos que, *grosso modo*, estavam à margem da sociedade branca e europeia daquele período. Porém, os estudos sobre esse grupo social revelam uma configuração diversa, com nuances responsáveis por diferenciá-los no *continuum* escravidão-liberdade (Menim, 2019). Logo, é fulcral entendê-los dentro do contexto (socio)linguístico colonial.

### 1.3 OS TERÇOS DE HOMENS PRETOS E PARDOS NO BRASIL COLONIAL

Dentro dos limites do método da Sociolinguística Histórica e das agendas propostas pelo PHPB, é preciso detalharmos um pouco dos caminhos percorridos por esse grupo social no Antigo Regime, de modo a situar tanto os milicianos africanos e afrodescendentes, quanto a sua documentação manuscrita, em um contínuo que relaciona questões linguísticas e questões históricas. Diante disso, a nossa intenção é a de analisar como os Terços de Homens Pretos e Pardos adquiriram e performaram o Português no/do Brasil ao longo dos seiscentos de setecentos, bem como refletir sobre a pertinência e a eficácia da sua documentação manuscrita para compreender a formação do Português Brasileiro.

Nos subtópicos seguintes, empenhamo-nos em caracterizar os Terços de Homens Pretos e Pardos dentro da periodização sociolinguística proposta por Lucchesi (2017), para propor a visualização dos nossos escreventes como possíveis canais de comunicação entre as camadas sociais da colônia portuguesa, tal qual eram intermediários no *continuum* escravidão-liberdade, conforme Silva (2013) demonstra. Como o nosso acesso ao THPP dá-se pela documentação escrita, uma indagação nos salta à vista: como, então, a língua escrita chegou à indivíduos que, ao longo da vida, foram marginalizados enquanto seres humanos?. Tais respostas podem ser obtidas a partir de um diálogo com Oliveira (2006). O acesso ao PB através de manuscritos nos leva às evidentes limitações desse meio para o estudo linguístico, objeto de discussão do último subtópico. Sendo

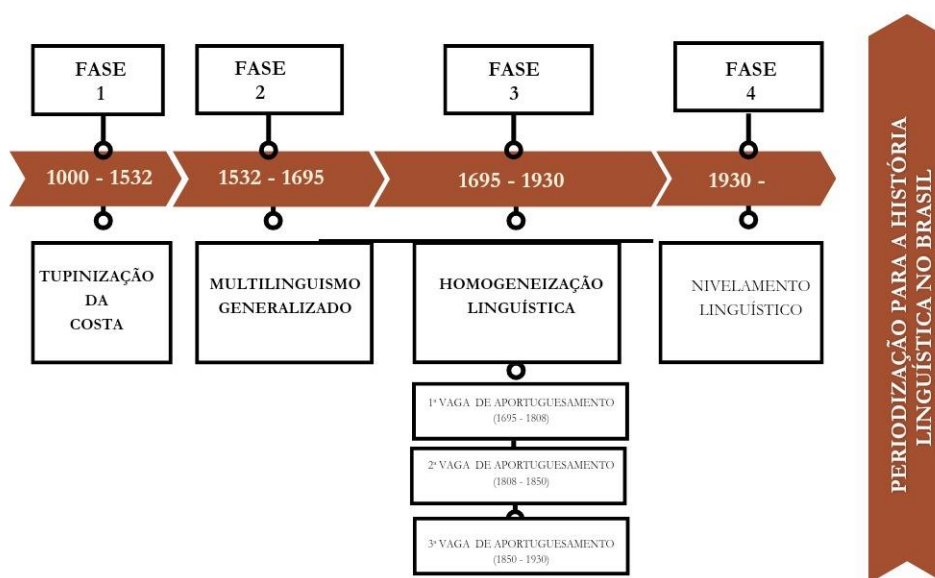
assim, feitas as observações pertinentes sobre as metodologias e campos teóricos desta pesquisa, adentremos na história social e linguística dos indivíduos que a sustentam.

### 1.3.1 A periodização sociolinguística brasileira.

É preciso, de antemão, entendermos a periodização sociolinguística brasileira, de modo a termos uma dimensão adequada de qual momento estava o Português no/do Brasil ao longo do intervalo temporal da escrita dos documentos dos Terços de Homens Pretos e Pardos. Lucchesi (2017) interpreta a história da língua como uma interrelação entre os processos sociais e as mudanças que estes causam na estrutura linguística tendo como pano de fundo a Teoria Variacionista de Weinreich, Labov e Herzog.

Dessa maneira, Lucchesi (2017) divide a sua proposta em quatro fases: a primeira (1000 – 1532), marcada pela expansão do Tupi pela costa; a segunda (1532 – 1695), que corresponde ao que Mattos e Silva (2004) denomina como multilinguismo generalizado; a terceira (1695 – 1930), na qual há o ciclo da mineração e a imposição do Português como língua nacional, o que favorece a homogeneização linguística; e a quarta (1930 – atualidade), definida pela industrialização e pela urbanização que facilita o nivelamento linguístico. Resumimo-la na figura abaixo:

**Figura 1:** Periodização da história sociolinguística do Brasil (Lucchesi, 2017)



**Fonte:** Ilustração elaborada a partir de Lucchesi (2017) por Carneiro; Lacerda; Lose; Cardoso e Galindo.

Urge salientar a relação documental existente entre os milicianos negros e a administração portuguesa, haja vista a necessidade do contato para o pedido de postos militares, concessão de soldos, de fardas e de reconhecimentos afins. Desse modo, assumimos a postura de que os integrantes dos Terços de Homens Pretos e Pardos constituíam uma configuração *sui generis* na organização social do Brasil Colonial, visto não terem se concentrado nem nas *plantations* de cana de açúcar, tampouco nas minas de ouro; e, por essa razão, estabeleceram-se enquanto um estrato linguístico particular, pois, a despeito de terem sido indivíduos *marcados pela cor* (Machado, 2015), dispuseram de acesso à língua escrita e fizeram dela um meio para usufruírem de distinções dentro do *continuum* escravidão-liberdade. Neste ponto, é relevante pontuar que esses sujeitos tenham, possivelmente, sido alvos de um processo de *transmissão linguística irregular leve*, dadas as condições de aquisição defectiva do Português às quais foram submetidos<sup>6</sup>.

Lucchesi (2017), aliás, vislumbra os escravizados como as principais artérias de transmissão das mudanças ocorridas ao longo da aquisição precária do Português pelos dominados para a estrutura linguística daqueles que os dominaram, salientando, porém, se tratarem de dois processos: a *transmissão linguística irregular* e o *contato dialetal*, estando, contudo, os mestiços – pardos – envolvidos em ambos.

Dessarte, os documentos manuscritos pelos milicianos negros figuram na segunda fase,

[...] marcada pelo plurilinguismo, no qual o português se insere, de forma minoritária, em um extenso mosaico de centenas de línguas indígenas faladas no interior do país, às quais se agregam as línguas gerais, faladas em São Paulo, no sul da Bahia, no Maranhão e na Amazônia, e variedades pidginizadas e crioualizadas de português, que potencialmente emergiram, na Região Nordeste, bem como línguas francas africanas, com destaque para o quimbundo, de uso corrente entre a população escrava, a qual pode ter correspondido a mais de dois terços da população da sociedade açucareira (Lucchesi, 2017, p. 365)

E na terceira fase da periodização, a qual “se define por um amplo, profundo e violento processo de homogeneização linguística, no qual o português se impõe como língua hegemônica, tornando-se a língua materna da imensa maioria da população

---

<sup>6</sup> Aprofundamos essa discussão na quarta parte desta dissertação.

brasileira” (Lucchesi, 2017, p. 365), o que marca a passagem de um multilinguismo generalizado para um localizado, restrito aos recônditos do país, para onde os indígenas foram impelidos devido aos avanços da colonização visando novos territórios para a exploração.

Essa fase, por sua vez, é dividida em três vagas: a primeira (1695-1808), iniciada pelo afluxo de escravizados e de portugueses para as Minas Gerais, direcionando a incursão do Português pelo sudeste e o primeiro surto de urbanização, e finalizada com a chegada da Família Real; a segunda (1808-1850), na qual a vinda da Corte e a Independência política de Portugal afunilam a urbanização do país, gerando uma ascensão da normatização linguística; e a terceira (1850-1930), marcada pelo fim do tráfico negreiro, pela imigração europeia, sobretudo lusitana, e asiática, o que impulsiona a normatização da língua com base em ideais puristas. Cronologicamente, os escreventes da documentação que compõe o *corpus* foram coevos da primeira vaga de aportuguesamento. Este período correspondeu ao declínio da economia açucareira na Bahia e em Pernambuco, mas também ao crescimento da pecuária e do plantio de fumo nessas capitâneas.

No que pese o conhecimento da língua escrita pelos milicianos negros livres ou libertos, nos atentamos ao fato de que “quanto à educação escolar do escravo, era totalmente proibida no Brasil até para os forros e isso perdura ainda na segunda metade do século XIX, em plena desagregação do sistema servil escravista” (Mattos e Silva, 2004, p. 98). Isto posto, é fundamental analisarmos as vias pelas quais a escrita foi adquirida pelos escravizados no Brasil para entendermos como esta penetrou nos Terços de Homens Pretos e Pardos.

### *1.3.2 A língua escrita nos Terços de Homens Pretos e Pardos*

A escrita era de grande importância no âmbito dos Terços de Homens Pretos e Pardos, devido à necessidade de comunicação com as instâncias administrativas da Coroa Portuguesa e às relações internas entre milícias de diferentes lugares do Brasil Colonial. Nesse intento, sabemos, preliminarmente, que no conjunto dos livres – inclusos os brancos brasileiros e os europeus – igualmente predominava o analfabetismo. Houaiss (1985) aponta que, no final do século XVIII, por volta de 0,5% da população brasileira era letrada, e é natural constatar que os negros eram uma porção irrisória desse universo.

A razão explícita era a exclusão social reservada aos escravizados. Barros (2016), ao traçar um panorama sobre a educação de escravos e de libertos no Brasil entre os séculos XVI e XIX, nota que “a legislação proibia a escolarização de crianças escravas e não de crianças negras livres. Aos negros libertos não havia impedimento legal em frequentar a escola, mas tinham de provar ser livres. No entanto, havia a negação das autoridades à educação de cativos libertos” (p. 746). A isso se deve o quase total apagamento de registros escritos por negros em condição de servidão.

Quase, porque foi possível encontrar, em um trabalho que Mattos e Silva (2008) chamaria de *arqueológico*, documentos manuscritos por africanos e por afrodescendentes dentro do contexto do escravismo, como o caso do *corpus* desta pesquisa, a Coleção Documental dos Terços de Homens Pretos e Pardos (CDTHPP), ou aqueles escritos pelos membros da Sociedade Protetora dos Desvalidos, encontrados e trabalhados por Oliveira (2002; 2006). É Oliveira (2006), aliás, quem nos dá pistas interessantes para deslindarmos a arquitetura da penetração da língua escrita entre sujeitos postos à margem da sociedade ao longo de quase quatro séculos.

Em sua pesquisa, Oliveira (2006) reúne 290 documentos manuscritos por africanos e seus descendentes que participavam da Sociedade Protetora dos Desvalidos, irmandade negra fundada na década de 1830, na cidade de Salvador, nos quais desenvolve três frentes de trabalho: a que investigará a alfabetização de negros na Bahia oitocentista; a sócio-história da Sociedade Protetora dos Desvalidos e de seus membros; e a análise da inabilidade em escrita alfabética. Considerando todas as contribuições da referida pesquisa para a Linguística, focaremos no campo dos caminhos para a alfabetização de escravizados e libertos<sup>7</sup>.

Com esse propósito, Oliveira (2006) lista três hipóteses pelas quais a população negra escravizada pode ter conseguido o domínio de alguma habilidade com a leitura e com a escrita:

- i. Relações afetuosas dos escravos com a família senhorial;
- ii. Especialização de algumas profissões, que exigiam algum conhecimento da leitura e escrita;

---

<sup>7</sup> Enfatizamos não ser a história da alfabetização o nosso objetivo, tampouco queremos traçar um quadro da aquisição da escrita por negros escravizados ou livres. Vale-nos, neste aspecto, propormos alguns rumos possíveis pelos quais os sujeitos de nossa pesquisa, escreventes dos documentos do *corpus*, acessaram à escrita.



- iii. O valor positivo da alfabetização entre negros e o papel das irmandades negras. (Oliveira, 2006, p. 69)

A construção dos aspectos sociais e históricos de pessoas africanas ou afrodescendentes na conjuntura da escravidão é marcada por severos obstáculos. A negação da instrução escolar aos escravizados, somando-se à aquisição linguística imperfeita de uma segunda língua, podem ter sido fatores determinantes para a baixíssima produção de documentação manuscrita, principalmente nos séculos XVII e XVIII, por grupos sociais menos favorecidos. Apesar disso, no que se refere aos milicianos negros dos Terços de Homens Pretos e Pardos, foi possível encontrar vestígios sobre suas condições sócio-históricas – as quais serão melhor detalhadas na terceira parte desta pesquisa.

Por ora, podemos julgar que as vias mais plausíveis para o aprendizado da leitura e da escrita pelos milicianos negros parecem ser as (ii) e (iii), dados os estudos historiográficos relacionados a esse grupo social. Lamentavelmente, não encontramos evidências sobre todos os escreventes, mas, dentre aqueles cujas relações sociais constam em pesquisas, identificamos que, no conjunto dos escreventes pretos:

1. **Henrique Dias** talvez tenha adquirido as habilidades de escrita por força de sua posição social na estrutura militar das ordenanças;
2. **Domingos Rodrigues Carneiro**, liberto para combater no âmbito dos Terços, fora alfaiate, uma profissão que requeria especialização, então, o conhecimento da escrita, da leitura e do cálculo;
3. **Jorge Luís Soares**, nascido livre, porventura encaixe-se no valor positivo dado à alfabetização entre a população negra, vista como um sinal de prestígio e de ascensão social (Oliveira, 2006);
4. **Brás de Brito Souto** talvez esteja dentro da mesma perspectiva de Henrique Dias, o da aquisição da escrita por força do posto militar que ocupava. Sabe-se, no entanto, que ele possuía um procurador, o João Dias Ribeiro, o qual lhe redigia alguns documentos (Silva, 2017).

Entre os milicianos pardos, por outro lado, predominava a condição de livres desde o nascimento, então, a via que considera a educação como valor social positivo pode ser a que prevalece. Oliveira (2006, p. 72) entende que “[...] os pardos, que sempre

foram mais agraciados com a alforria, voltam a ter mais espaço em lugares em que alguma alfabetização era possível de ser efetuada”, logo:

5. **Luís Nogueira de Figueiredo** fora filho de um português com uma quantidade considerável de posses, o que é um sinal propício de favorecimento da sua alfabetização.
6. **José Rabelo de Vasconcelos** tivera a profissão de pintor, pela qual fora bastante reconhecido por seus coevos, condição que pode ter lhe favorecido a aquisição da leitura e da escrita;
7. **Luís Álvares Pinto** era um músico e compositor renomado, constando para si, inclusive, uma viagem a Lisboa para estudar. Assim, a sua alfabetização é atestada.

Deste modo, compreendemos como alguns dos integrantes lançaram mão da escrita para fazer valer seus anseios e pedidos à Coroa portuguesa. Nesse intuito, assim como as irmandades negras do Brasil Colonial, poderíamos entender que os Terços de Homens Pretos e Pardos também foram vetores de veiculação da escrita entre seus pares?

Esta é uma pergunta válida para possíveis pesquisas, cujo método deve ser o de prospectar ainda mais documentos escritos por milicianos, mas também relacionados a estes, para entender as relações sociais existentes dentro desse grupo particular. Por enquanto, ao perscrutar a documentação manuscrita pelos Terços, é de grande relevância voltarmos às suas limitações, que são semelhantes àquelas enfrentadas por *corpora* linguísticos recuados no tempo.

### *1.3.3 As limitações dos escritos dos Terços de Homens Pretos e Pardos para o estudo do Português Popular Brasileiro*

As palavras de Labov (1982, p. 20), “Historical linguistics may be characterized as the art of making the best use of bad data, in the sense that the fragments of the literary record that remain are the results of historical accidents beyond the control of the investigator”<sup>8</sup>, são aquelas que podem resumir rigorosamente o trabalho da

---

<sup>8</sup> “A linguística histórica pode ser caracterizada como a arte de fazer o melhor uso de dados ruins, no sentido de que os fragmentos do registro literário que permanecem são resultados de acidentes históricos fora do controle do pesquisador” (tradução nossa).

Sociolinguística Histórica. Embora os *maus dados* possam, em um primeiro momento, assustar quem desconheça seus métodos, são de suma importância para o estudo da mudança linguística em períodos mais recuados no tempo, principalmente quando o único meio de acesso à língua seja pela escrita.

Contudo, a tentativa de aproximação indireta através de textos escritos traz consigo problemas empíricos, isto é, limitações à pesquisa Sociolinguística Histórica, vide o fato de não termos contato direto com o falante e, muitas vezes, sobre este, como no caso dos milicianos africanos e afrodescendentes, pode não haver registros históricos relacionados à sua trajetória social individual. Nesse sentido, Hernández-Campoy e Schilling (2012, p. 63) reiteram que

This is because the sociolinguistic study of historical language forms must rely on linguistic records from previous periods – most of which will be incomplete or non - representative in some way – as well as on knowledge and understanding of past sociocultural situations that can only be reconstructed rather than directly observed or experienced by the researcher<sup>9</sup>.

As fontes escritas para as quais lançamos mãos em estudos linguísticos sócio-históricos, continuam os autores, enfrentam os seguintes problemas teóricos-metodológicos, devido à sua perspectiva diacrônica:

- a) Quanto à **representatividade**, visto que os documentos históricos não foram preservados em sua totalidade, o que coaduna com o obstáculo da *raridade* (Petrucci, 1999), no que pesem os baixos níveis de alfabetização da população brasileira colonial;
- b) Quanto à **validade empírica**, a qual, aliada à baixa representatividade, leva à dificuldade em obter dados suficientes para atestar as hipóteses de pesquisa linguísticas e sócio-históricas;
- c) Quanto à **invariação**, pois os textos escritos pouco fornecem possibilidade de variação linguística, sobretudo em documentos administrativos, os quais costumam ser mais preservados em arquivos públicos ou particulares;

---

<sup>9</sup> “Isso ocorre porque o estudo sociolinguístico de formas linguísticas históricas deve se basear em registros linguísticos de períodos anteriores - a maioria dos quais será incompleta ou não representativa de alguma forma - bem como no conhecimento e na compreensão de situações socioculturais passadas que só podem ser reconstruídas em vez de diretamente observadas ou vivenciadas pelo pesquisador” (tradução nossa).

- d) A questão da **autenticidade**, em razão das possíveis tentativas de o escritor emular a norma vigente no momento da produção do texto. Além disso, há o problema das cópias, que afetam a escrita original do documento e podem culminar em erros analíticos;
- e) A **autoria**, no que tange ao discernimento entre o documento ser autógrafo (escrito pelo autor intelectual) ou apógrafo (escrito por um amanuense);
- f) Quanto à **validade social e histórica**, que implica na complexidade em (re)construir informações sobre a trajetória individual do escrevente e, com base nela, interpretar os dados de variação e mudança da língua fornecidos pelos textos;
- g) E a **ideologia padrão** dos linguistas e dos não linguistas que interfere na sua visão sobre aquilo que é investigado, haja vista o foco na *norma padrão* de uma língua para estudar as suas variantes, como é o caso de estudos sobre o PB cujo mote principal é a influência lusitana.

Aqui, analisaremos esses problemas teórico-metodológicos sob a ótica dos documentos que compõem o *corpus* da pesquisa, de modo a termos um panorama de como as limitações citadas influenciam na documentação dos Terços de Homens Pretos e Pardos, mas, sobretudo, para propormos caminhos de superá-las.

A *representatividade*, a princípio, parece ser um obstáculo sobre o qual não temos muito controle, porquanto os documentos históricos sofreram diversos ataques em relação à sua conservação, tanto em aspectos políticos – quais escritos foram preservados? – quanto em arquivísticos, uma vez que houve pouco cuidado na salvaguarda destes. Todavia, algumas produções de épocas mais recuadas no tempo chegaram às mãos dos linguistas e, mesmo poucas, são essenciais para a compreensão da mudança linguística que ocorreu nos limites da formação do Português Brasileiro, como é o caso dos documentos da CDTHPP, dos quais raridade é ainda mais relevante, visto que os milicianos negros integravam um núcleo social diverso aos escravizados, e que o grupo social dos Terços de Homens Pretos e Pardos não era totalmente representativo das camadas sociais desfavorecidas, tampouco do Português Brasileiro no/do Brasil Colonial.

O problema da *validade empírica* é diretamente proporcional à representatividade. Posto isso, não é possível atingir o completo entendimento e mapeamento do PB ou de quaisquer outras línguas pelas quais as vias de acesso sejam exíguos documentos manuscritos. Entretanto, é possível traçar um panorama e, a partir dele, fazer inferências sobre o estado pretérito da língua, porém, com a consciência de que os dados e as

inferências feitas não representam a sua totalidade. Desse modo, os resultados linguísticos auferidos no *corpus* da CDTHPP não podem ser considerados como representativos de todos os milicianos negros, tampouco de todos os negros brasileiros ou de todos os falantes das variantes socialmente desprestigiadas coevas. A *invariação*, no que lhe diz respeito, deve ser entendida como um fator crucial na discussão dos produtos linguísticos encontrados, porque esta questão certamente interferiu na escrita dos documentos pelos milicianos, sabido o seu contato constante com a norma lusitana.

A *autenticidade* e a *autoria*, de outra forma, podem ser vencidas através do auxílio da Paleografia, ciência que, por seus métodos, discerne textos originais de cópias feitas por escribas e pela análise de autoria, a qual atesta se o documento manuscrito é ou não é autógrafa.

O obstáculo da *validade social e histórica* mantém relação direta com a *representatividade*, e pode até ser concebido como “o outro lado da moeda”, já que sobre os escreventes postos à margem da sociedade poucas informações são encontradas. Nesse sentido, é válido recorrer a múltiplas fontes históricas sobre, no nosso caso, o escravismo, o contato linguístico, o Antigo Regime e os Terços de Homens Pretos e Pardos, para estabelecermos confluências sobre os sujeitos autores, intelectuais ou não, dos documentos do *corpus*.

Finalmente, sobre a *ideologia padrão*, concordamos com Lucchesi (2017) ao defendermos a inevitabilidade da proposição de estudos sociolinguísticos históricos do Português Brasileiro que ultrapassem a visão simplista de influências lusitanas e passem a tentar correlacionar as mudanças sociais às mudanças linguísticas, formulando pesquisas que investiguem o PB *per se*.

Quanto às limitações teórico-metodológicas, buscamos, nesta dissertação, suporte tanto da Sociolinguística Histórica quanto de outras áreas de conhecimento para suplantá-los, como a Paleografia, a História e a Teoria Variacionista: é nessa convergência que se constrói a pesquisa. Consequentemente, formulamos hipóteses de análise que guiarão a investigação por nós alvitada, em consonância com as agendas propostas pelo *Programa para a História do Português Brasileiro*.

## 1.4 AS HIPÓTESES DE PESQUISA

Não obstante as renovações no campo das pesquisas linguísticas, com a formação do Estruturalismo, do Gerativismo, e com a Sociolinguística Laboviana construindo-se em reação aos postulados de Saussure e de Chomsky, a ciência histórica também teve a sua mudança de curso a partir da *Nova História*, surgida a partir dos ensaios editados por Jacques Le Goff, associada à *École des Annales*. Entre outros redirecionamentos, a *nouvelle histoire* sugeria uma Micro-história, que se preocuparia em reconstituir as relações sociais entre os sujeitos e a sociedade, em uma perspectiva “de baixo” (Burke, 1992; Espada Lima, 2012), ou seja, “com as opiniões das pessoas comuns e com sua experiência da mudança social” (Burke, 1992, p. 3).

Seria, portanto, uma história construída em indícios: daí a ideia do *paradigma indiciário*, proposta pelo historiador italiano Carlo Ginzburg – aplicada, inclusive, por Mattos e Silva em suas pesquisas linguísticas –, o qual, para Espada Lima (2012, p. 214)

[...] apresentava elementos comuns com a medicina e com outras formas de conhecimento que se baseavam na leitura de indícios, pistas, fragmentos e sintomas. A história, com sua salutar incapacidade de se desvencilhar dos elementos singulares, individuais e irrepetíveis, disciplina indiciária por excelência, encontrava seus próprios fundamentos epistemológicos nesse paradigma, que se contrapunha àquele triunfante da física e da ciência moderna, para quem não há outro conhecimento científico possível senão o das regularidades e das universalidades.

Ante isso, percebemos que o método indiciário se encaixa no estudo dos documentos dos Terços de Homens Pretos e Pardos e de seus escreventes, porque estes fogem ao padrão de sujeitos dos quais a trajetória social individual foi resguardada nos arquivos: não eram brancos ou europeus, nem pertenciam às camadas sociais mais altas, tampouco detinham algum poder econômico ou político. Eram, na verdade, indivíduos comuns no bojo da sociedade do Brasil Colonial, com anseios e tentativas de seguir o curso de sua vida, que, ao mesmo tempo, por adquirirem as habilidades de leitura e de escrita, tornaram-se importantes para, no presente, pensarmos o passado.

Aplicamos o *paradigma indiciário* não apenas como um método de traçar a história dos escreventes, mas também na investigação linguística tencionada para os documentos da CDTHPP. Nesse sentido, rastreamos *vestígios*, diretos ou indiretos, das

marcas do percurso do Português no/do Brasil em seiscentos e setecentos. Refletir sobre a mudança linguística à luz do método indiciário nos possibilitará entrever o cenário linguageiro, ainda que à distância, sem a pretensão de detalhá-lo, vistas as limitações já citadas, porém, de tentarmos a *reaproximação* projetada pelo PROHPOR e pelo PHPB.

Na união entre a Linguística, a Crítica Textual, a Paleografia e a História dentro do *paradigma indiciário*, temos as seguintes hipóteses de pesquisa a serem examinadas nas próximas seções:

- i. Os documentos manuscritos pelos milicianos africanos e afrodescendentes dos Terços de Homens Pretos e Pardos poderão apresentar variações no que tange à função sintática do clítico *lhe*, com este vir a ocupar o acusativo, em oposição ao exclusivismo dativo regente à época da escrita;
- ii. A posição sócio-histórica dos escreventes poderá influenciar a variação do clítico *lhe* entre as funções acusativa e dativa.

## 1.5 SÍNTESE DA SEÇÃO

A primeira seção desta pesquisa é a responsável por introduzir os aspectos teórico-metodológicos norteadores do trabalho: a Sociolinguística Histórica aliada ao *paradigma indiciário*. Primeiramente, discutimos a formação do campo de pesquisa da Linguística Sócio-Histórica, no qual destacamos a sua relação com a Sociolinguística Quantitativa e com a Crítica Textual. Em seguida, abordamos as agendas de pesquisa do *Programa para a História do Português Brasileiro*, as quais se relacionam à Sociolinguística Histórica e são basilares para a organização desta dissertação. A caracterização dos Terços de Homens Pretos e Pardos foi o tema seguinte, quando esboçamos um quadro geral sobre a sua localização dentro da periodização linguística de Lucchesi (2017). A penetração da língua escrita nos Terços de Homens Pretos e Pardos foi uma pauta, para a qual contamos com as vias de Oliveira (2006) e entendemos que a alfabetização dos milicianos negros se deu tanto pelo valor positivo da leitura e da escrita quanto pela sua posição social e por sua prática de profissões com grau de especialização. Após, discutimos as limitações da documentação histórica para o estudo linguísticos, contudo, considerando a importância de outras áreas de pesquisa, como a Paleografia, nos estudos de Linguística Histórica. Finalizamos a seção com as hipóteses de pesquisa responsáveis pela condução desta investigação.

**II**  
**O CAMPO HISTÓRICO-FILOLÓGICO**



Nesta seção, apresentaremos os critérios teórico-metodológicos que subsidiaram a edição semidiplomática do *corpus* da pesquisa. Para tanto, buscaremos responder a cinco das perguntas propostas por Petrucci (2003): *Que?* (quais são os documentos?), *Quando?* (quando foram produzidos?), *Onde?* (onde foram produzidos?) e *Como?* (como foram produzidos?) com o propósito de atestarmos a autenticidade do *corpus*. Deste modo, será feita uma extensa e exaustiva análise diplomática e paleográfica da documentação manuscrita: em seus aspectos extrínsecos e intrínsecos, em 2.1; quanto à análise de autoria, de modo a mantermos o controle metodológico e verificarmos se quem assinou o documento também o escreveu, em 2.2; sobre as abreviaturas encontradas nos manuscritos, em 2.3; e sobre a motivação em escolhermos a edição semidiplomática, em 2.4.

## 2 OS DOCUMENTOS DOS TERÇOS DE HOMENS PRETOS E PARDOS

A continuidade das milícias negras causou um aumento progressivo da sua importância, levando os seus integrantes a alcançarem modesto prestígio nas suas comunidades e a galgarem posições sociais, chegando, inclusive, à concessão de hábitos militares – que nem sempre chegavam às mãos dos milicianos – pela coroa portuguesa, cujos maiores favorecidos eram os homens brancos. Tal preservação exigia, logo, a comunicação entre as diferentes companhias, entre os mestres-de-campo e o Conselho Ultramarino e entre os integrantes de um mesmo terço ou de terços diferentes: nessa demanda comunicacional, surgiram os documentos manuscritos que compõem esta pesquisa.

O *corpus* desta dissertação é composto por 28 documentos, sendo 23 manuscritos na capitania de Pernambuco<sup>9</sup>, 3 na capitania da Bahia e 2 na capitania do Rio Grande (atual estado do Rio Grande do Norte), assinados por 15 integrantes dos Terços de Homens Pretos e Pardos. Ressaltamos que, conforme será exposto ao longo da análise paleográfica, 8 destes testemunhos foram considerados apógrafos, cuja escrita foi feita, possivelmente, pelo escrivão do Conselho Ultramarino ou por outro integrante do Terço, e assinada pelo autor intelectual. Nestes casos, a edição semidiplomática e a análise

---

<sup>9</sup> Entre estes documentos manuscritos na capitania de Pernambuco, há uma certidão que foi localizada pelo *scriptor*, Manuel Barbalho de Lira, na cidade de Lisboa (Portugal), em 1707. Apesar disso, o documento encontra-se em um conjunto que fora arquivado no Conselho Ultramarino e, por este motivo, consideramo-lo desta capitania.

escriptográfica foram feitas, porém, os dados linguísticos do fenômeno em estudo foram desconsiderados, por entendermos que, na escrita apógrafa, pode haver interferências, as quais desqualificam o documento para pesquisas linguísticas. Os fac-símiles do *corpus* estão sob guarda do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, que surgiu em 1995 com o propósito de reunir a documentação concernente ao Brasil que se encontravam no em Portugal, no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), e disponibilizá-los digitalmente para consulta pública (LOBO, 2009).

No quadro abaixo, identificamos os documentos. Na primeira coluna, há a atribuição; na segunda coluna, a data apontada pelo *scriptor*; na terceira coluna, o local onde o testemunho foi localizado; na quarta coluna, o destinatário; na quinta coluna, a última, a espécie documental, de acordo com as proposições de Belloto (2008):

**Quadro 1:** Coleção Documental dos Terços de Homens Pretos e Pardos (CDTHPP)

<b>ATRIBUIDA A</b>	<b>QUANDO</b>	<b>ONDE</b>	<b>PARA QUEM</b>	<b>ESPÉCIE DOCUMENTAL</b>
Antônio da Costa Pereira	1770	Pernambuco	Luís Nogueira de Figueiredo	Ofício
Antonio de Sá de Jesus	1777	Bahia	Conselho Ultramar	Atestado
Antonio Manoel Cunha Parces	1790	Pernambuco	Conselho Ultramar	Atestado
Braz de Brito Souto	1739	Pernambuco	Conselho Ultramar	Certidão
Braz de Brito Souto	1740	Pernambuco	Conselho Ultramar	Certidão
Braz de Brito Souto	1740	Pernambuco	Conselho Ultramar	Certidão
Braz de Brito Souto	1741	Pernambuco	Conselho Ultramar	Certidão
Braz de Brito Souto	1755	Pernambuco	Conselho Ultramar	Certidão
Domingos Rodrigues Carneiro	1693	Pernambuco	Conselho Ultramar	Certidão
Domingos Rodrigues Carneiro	1702	Pernambuco	Conselho Ultramar	Certidão
Francisco Xavier Correa	1767	Bahia	Conselho Ultramar	Certidão
Henrique Dias	1650	Pernambuco	Rei D. João VI	Carta
Ignácio Gomes da Fonseca	1785	Pernambuco	Conselho Ultramar	Certidão
Jorge Luiz Soarez	1689	Pernambuco	Conselho Ultramar	Certidão
Jorge Luiz Soarez	1689	Pernambuco	Conselho Ultramar	Certidão
Joze Mendes de Moraes	1780	Bahia	Conselho Ultramar	Atestado
Joze Rabelo de Vasconcelos	1776	Pernambuco	Conselho Ultramar	Certidão
Luís Álvares Pinto	1770	Pernambuco	Luís Nogueira de Figueiredo	Ofício
Luís Álvares Pinto	1770	Pernambuco	Luís Nogueira de Figueiredo	Ofício
Luís Nogueira de Figueiredo	1774	Pernambuco	Governador Manoel da Cunha Meneses	Ofício

Luís Nogueira de Figueiredo	1776	Pernambuco	Conselho Ultramar	Certidão
Luís Nogueira de Figueiredo	1776	Pernambuco	Marquês de Pombal	Ofício
Luís Nogueira de Figueiredo	1775	Pernambuco	Governador Manoel da Cunha Meneses	Ofício
Manoel de Oliveira Miranda	1725	Pernambuco	Conselho Ultramar	Certidão
Manuel Barbalho de Lira	1707	Lisboa	Conselho Ultramar	Certidão
Manuel Mendes dos Prazeres	Sem data	Pernambuco	Rei D. João VI	Requerimento
Manuel Mendes dos Prazeres	1793	Pernambuco	Rei. D. João VI	Requerimento
Manuel Mendes dos Prazeres	1793	Pernambuco	Conselho Ultramar	Ofício

**Fonte:** elaborado pelo autor

Telles (2016) considera que não existe trabalho em historicidade da língua que se dissocie do trabalho filológico. Corroboramos, também, Mattos e Silva (2008) em sua afirmação de que o trabalho em Linguística Histórica, sobretudo a *stricto sensu*, aquela que se preocupa com a mudança linguística de longa duração, mantém uma relação intrínseca com a Crítica Textual, “uma vez que tem como base de análise inscrições, manuscritos e textos impressos no passado, que, recuperados pelo trabalho filológico, tornam-se os corpora indispensáveis às análises das mudanças linguísticas de longa duração” (Mattos E Silva, 2008, p. 10). Além disso, entendemos que o trabalho com fontes textuais não subsidia apenas as pesquisas de língua, mas também todas as pesquisas de diferentes áreas que necessitam recorrer ao passado para explicar os fatos da condição humana. Com base nisso, nas páginas seguintes, apresentamos a análise paleográfica dos documentos da CDTHPP.

## 2.1. DESCRIÇÃO DOS DOCUMENTOS

Em continuidade à agenda proposta para este capítulo, faz-se necessário que apresentemos a descrição dos documentos. Assim, levam-se em consideração duas etapas: as características extrínsecas (ou externas) e as características intrínsecas (ou internas) dos documentos. Na primeira, observamos a parte física do documento, isto é, o seu suporte de escrita, o instrumento utilizado para escrevê-lo, o tipo de tinta, o número de fólios, seu estado de conservação, entre outras informações. As características intrínsecas, por sua vez, dizem respeito ao conteúdo, à língua, à descrição da grafia e aos aspectos gráficos.

Para a descrição intrínseca dos documentos, é preciso laçarmos mão dos conhecimentos da Paleografia. Saez e Castillo (1999, p. 21), com base em Petrucci (1992), definem essa ciência como a disciplina “que estudia la historia de la escritura (y en particular de la escritura a mano) en sus diferentes fases [...]”<sup>10</sup>, assim como a técnica de escrita, o processo de produção e os produtos deste processo (Saez; Castillo, 1999, p. 21). Acioli (1994, p. 6), por sua vez, define a Paleografia como “a ciência que lê e interpreta as formas gráficas antigas, determina o tempo e o lugar em que foi redigido o manuscrito, anota os erros que possa conter o mesmo [...]”. Logo, este campo de estudos foi fundamental nessa pesquisa, vista a necessidade de delimitar os seus *scriptores*, atestando se estes são autógrafos ou apógrafos, a fim de conferir maior veracidade ao estudo e possibilitar a diferenciação entre os documentos manuscritos por homens africanos e afrodescendentes e aqueles manuscritos por homens brancos.

### 2.1.1 Aspectos extrínsecos

A descrição extrínseca, ou externa, de uma documentação manuscrita, conforme mencionado, é “referente à aparência do papel, tipos de tinta, letra, traçado (ductus), estudo do selo, etc.” (Berwanger; Franklin Leal, 2008, p. 27), com o fito de atestar a sua autenticidade ou possíveis alterações feitas na transmissão do texto e, até mesmo, causadas pela conservação inadequada.

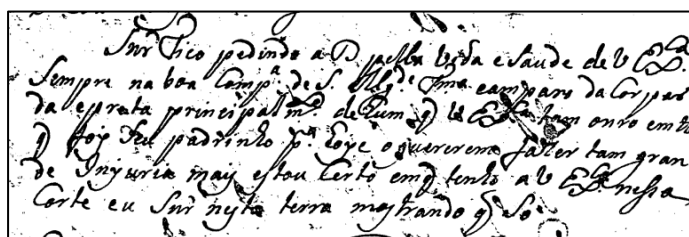
---

<sup>10</sup> “que estuda a história da escrita (e, em particular, da escrita à mão) em suas diferentes fases [...]” (tradução nossa).

Nesse sentido, o acesso ao *corpus* físico é essencial, de modo que toda a sua materialidade seja analisada e descrita. Entretanto, os documentos da CDTHPP encontram-se disponíveis apenas por meio digital, em forma de cópias microfilmadas (fac-símiles em preto e branco) no sítio eletrônico do Projeto Resgate Barão do Rio Branco<sup>11</sup>. Assim, a possibilidade de descrição de alguns aspectos extrínsecos dos documentos, como o tipo de tinta, o tipo de suporte, o estado de conservação, entre outros, foi através da inferência, com base em Acioli (1994), estudiosa de documentos do período colonial brasileiro, e em Berwanger e Franklin Leal (2008), que forneceram informações importantes para a leitura paleográfica no manual *Noções de Paleografia e de Diplomática*.

Com base nestes autores, inferimos terem sido escritos à “pena de ave, que retinha a tinta por capilaridade e como tinta, a de noz gálica, de cor castanha” (Acioli, 1994, p. 57) e que o tipo caligráfico utilizado nos documentos é a escrita cursiva, presente na maioria da documentação brasileira, pois é corrente e usual desde os seiscentos (Acioli, 1994; Berwanger; Franklin Leal, 2008), no papel “sem traçados de linhas [...]. É habitual, principalmente às consultas do Conselho Ultramarino, redigi-las quase em coluna, na segunda metade da folha, deixando-se a primeira, à esquerda, para os pareceres dos procuradores da coroa ou despachos régios” (Acioli, 1994, p. 55), conforme as imagens abaixo:

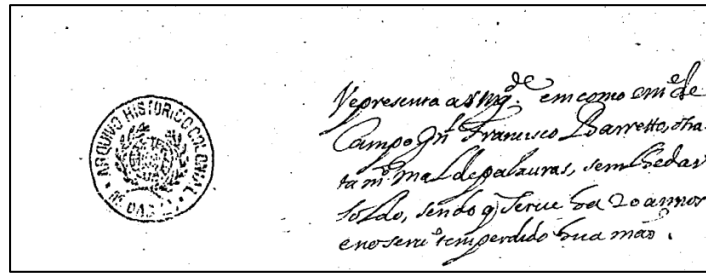
**Figura 2:** Aspectos gráficos de Luís Nogueira de Figueiredo: escrita sem traçado de linhas



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino

<sup>11</sup> Pesquisas como as de Araújo (2023), Souza (2022) e Santos (2021) também trabalharam com documentação arquivada digitalmente no Projeto Resgate Barão do Rio Branco e, naturalmente, deram ao seus *corpora* igual tratamento teórico-metodológico.

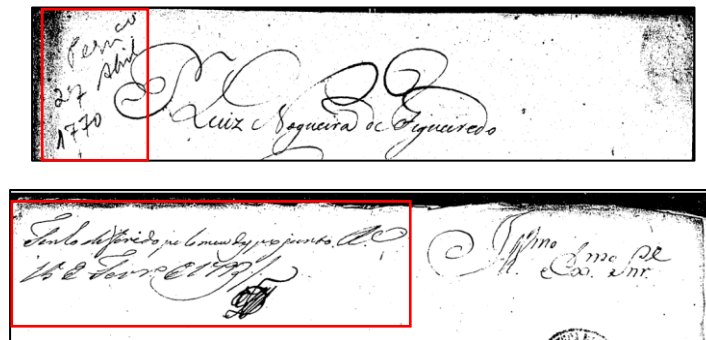
**Figura 3:** Aspectos gráficos de Henrique Dias: escrita em coluna



**Fonte:** Arquivo Histórico Ultramarino/Projeto Resgate Barão do Rio Branco

Em alguns documentos, aparecem lançamentos, principalmente, na margem superior, sendo estes feitos pelo próprio autor ou, em alguns casos, presumivelmente por uma outra mão em momento posterior à escrita do autor:

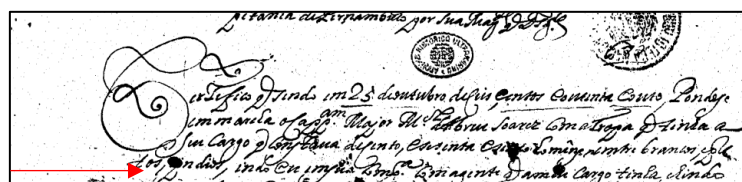
**Figura 4:** Lançamentos marginais

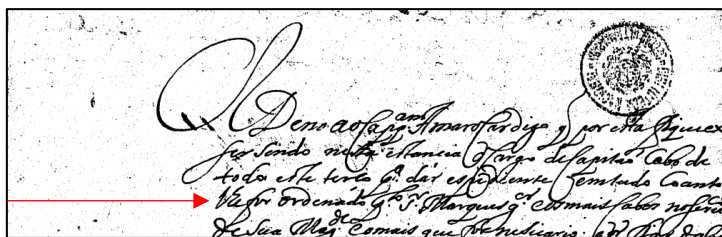


**Fonte:** Arquivo Histórico Ultramarino/ Projeto Resgate Barão do Rio Branco

Observam-se margens uniformes e predominantemente mais estreitas na documentação, algumas apresentando um pouco mais ou um pouco menos de recuo para o início da escrita. Além disso, os *scriptores* Luís Álvares Pinto e Luís Nogueira de Figueiredo apresentam, ainda, um recuo maior no início dos parágrafos:

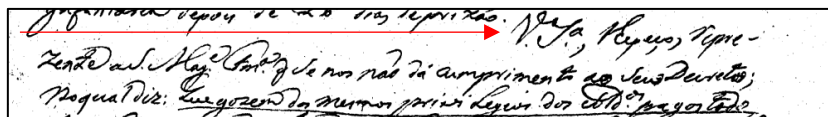
**Figura 5:** Margens do manuscrito





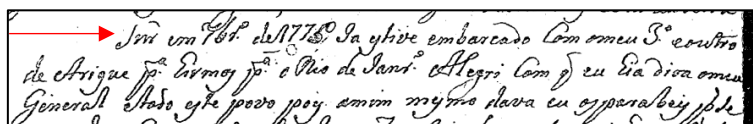
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Projeto Resgate Barão do Rio Branco

Figura 6: Recuo de parágrafo do scriptor Luís Álvares Pinto



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Projeto Resgate Barão do Rio Branco

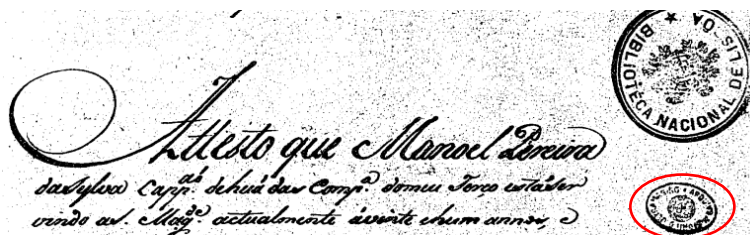
Figura 7: Recuo de parágrafo do scriptor Luís Nogueira de Figueiredo



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Projeto Resgate Barão do Rio Branco

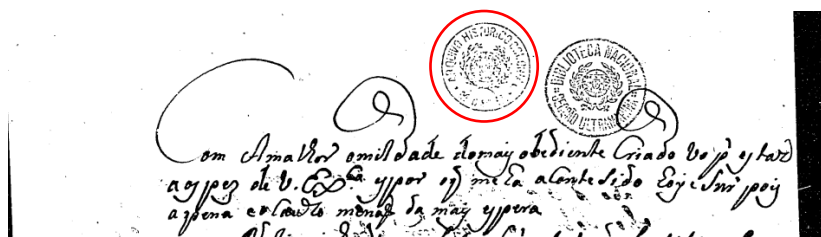
Como forma de identificação da localização dos documentos, também é possível observar nos documentos carimbos de selos do Arquivo Histórico Ultramarino, do Arquivo Histórico Colonial e da Biblioteca Nacional do Brasil, feitos em momentos posteriores à escrita, conforme vê-se abaixo:

Figura 8: Carimbo do selo do Arquivo Histórico Ultramarino



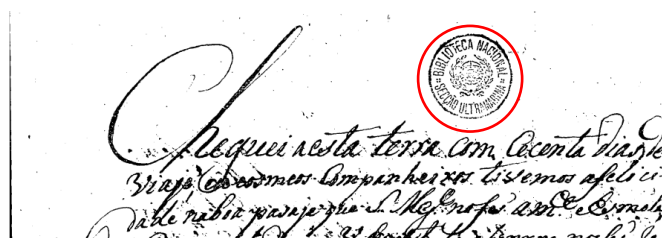
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Projeto Resgate Barão do Rio Branco

**Figura 9:** Carimbo do selo do Arquivo Histórico Colonial



**Fonte:** Arquivo Histórico Ultramarino/ Projeto Resgate Barão do Rio Branco

**Figura 10:** Carimbo do selo da Biblioteca Nacional do Brasil




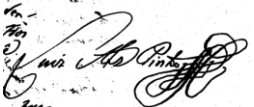
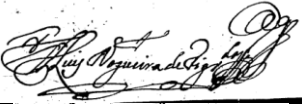
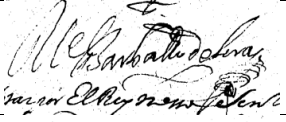
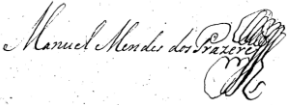
**Fonte:** Arquivo Histórico Ultramarino/ Projeto Resgate Barão do Rio Branco

Além disso, há, nos manuscritos dos homens pretos e pardos, a presença de sinais rasos, ou assinaturas. Segundo Acioli (1994), estes serviam para autenticar e conferir a veracidade dos documentos escritos por ocupantes de funções oficiais da administração colonial e, no caso dos integrantes dos terços, consistiam em sua própria assinatura finalizada com uma grande laçada, como pode-se observar no quadro abaixo:

**Quadro 2:** Assinaturas presentes nos documentos da CDTHPP

ATRIBUIDA A	ASSINATURA
Antônio da Costa Pereira	
Braz de Brito Souto	
Domingos Rodrigues Carneiro	
Francisco Xavier Correa	
Ignácio Gomes da Fonseca	
Joze Mendes de Moraes	



Joze Rabelo de Vasconcelos	
Luís Álvares Pinto	
Luís Nogueira de Figueiredo	
Manuel Barbalho de Lira	
Manuel Mendes dos Prazeres	

Fonte: Elaborado pelo autor

Quanto à conservação, há a inferência de que os documentos se encontram em bom estado, ainda que a observação, como mencionado acima, tenha sido feita através do material microfilmado em preto e branco há mais de três décadas, o que impediu visualização e análise completas da documentação. No entanto, em alguns podem-se perceber marcas de desgaste e corrosão, apagamento de tinta ou tinta repassada:

Figura 11: Exemplo de desgaste na margem externa do documento

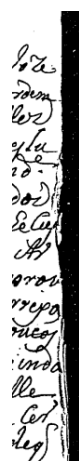
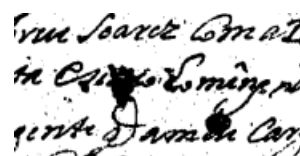
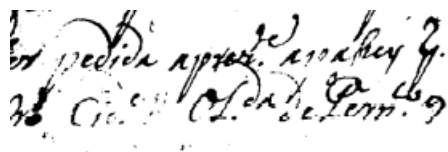


Figura 12: Exemplo de provável corrosão no documento

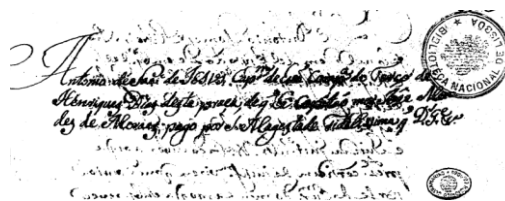


Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/ Projeto Resgate Barão do Rio Branco

**Figura 13:** Exemplo de provável apagamento de tinta no documento



**Figura 14:** Possível exemplo de tinta repassada no documento



**Fonte:** Arquivo Histórico Ultramarino/ Projeto Resgate Barão do Rio Branco

### 2.1.2. Aspectos intrínsecos

A par das informações históricas, que nos revelam a inviabilidade de, por meios oficiais, estes sujeitos acessarem a educação escolar, faz-se necessário atestar se os textos em estudo são ou não de autoria dessa camada social<sup>12</sup>, de modo a validar os dados linguísticos coletados e, tanto nesta pesquisa quanto em outras futuras, suscitar discussões sobre os meios utilizados por sujeitos socialmente marginalizados adquirirem o domínio das letras – conforme discutido na seção anterior, com base em Oliveira (2006).

Desse modo, recorreremos à análise dos aspectos intrínsecos dos *scriptores*. Segundo Lose *et al.* (2009, p. 47)

Características intrínsecas são definidas aqui como aquelas características ainda não ligadas à língua, mas sim às peculiaridades ortográficas de cada scriptor. É importante fazer uma ressalva para o fato de que ortografia, neste contexto, não deve ser pensada como a escrita correta, mas sim como a forma de escrever e de dispor e combinar os grafemas, criando, desta forma, fatos linguísticos a serem analisados. (Lose *et al.*, 2009, p. 47)

Destarte, na descrição intrínseca do documento, consideramos a escrita de cada autor, sobretudo, a sua caligrafia. Lose (2022) detalha alguns dos aspectos a serem

---

<sup>12</sup> O professor Luiz Geraldo Santos da Silva, no ato da banca de qualificação desta dissertação, orientou-nos que “É fundamental ter a noção de que os indivíduos aqui escolhidos se situam em posições hierárquicas que os diferenciam de outros indivíduos de seu grupo social. Não por acaso, muitos são mestres de campo.; Álvares Pinto era um músico que compunha sob diversas demandas para irmandades e ordens terceiras. Enfim, não eram afrodescendentes como outros quaisquer, mas ocupavam posições sociais hierarquicamente superiores no âmbito de seu grupo social e de suas instituições.”

observados nesta etapa: a morfologia (a forma das letras); o ângulo (a posição do instrumento de escrita em relação à linha); o *ductus* (a ordem de sucessão e o sentido de execução das letras); o módulo (a dimensão das letras); e o peso (a natureza do traçado da escrita, se grosso ou fino).

### 2.1.2.1 Sobre os documentos dos Terços de Homens Pretos e Pardos

Os vinte e oito manuscritos relacionados aos integrantes dos THPP são compostos por: 3 atestados, 1 carta, quinze certidões, 7 ofícios e 2 requerimentos. Para a definição dos gêneros documentais, recorreremos à Belloto (2002). Segundo a autora, espécies documentais são “a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” (Camargo; Belloto, 1996 *apud* Belloto, 2002, p. 27). A seguir, apresentamos dois quadros. No primeiro, consta a definição das espécies documentais que compõem o *corpus*; no segundo, há as informações sobre os documentos da CDTHPP, organizado em quatro colunas: inicialmente, a autoria atribuída ao documento; em seguida, a sua espécie documental, de acordo com Belloto (2002); após, a data da escritura; por fim, o seu conteúdo:

**Quadro 3:** Definição das espécies documentais de acordo com Belloto (2002)

ESPÉCIE DOCUMENTAL	DEFINIÇÃO (BELLOTO, 2002)
Atestado	“documento diplomático testemunhal de assentamento, notarial ou não. Declaração, por autoridade governamental, civil, militar, eclesiástica ou notarial, a partir de uma realidade ou de um fato constatado. É, em geral, a favor de uma pessoa e confeccionado a seu pedido” (p. 48)
Carta	“documento não-diplomático, mas de desenho mais ou menos padronizado, informativo, ascendente, descendente, horizontal, conforme o caso” (p. 51). Na administração colonial, “questões de caráter oficial ou particular que se desejasse expor ao Rei, quaisquer que fossem os assuntos, desde que não de caráter peditório, eram-lhe dirigidas por meio de carta” (p. 52)
Certidão	“documento diplomático testemunhal comprobatório. Documento emanado de funcionário de fé pública, mediante o qual se transcreve algo já registrado em documento de assentamento, elaborado segundo as normas notariais ou jurídico-administrativas” (p. 57)
Ofício	“documento não-diplomático, informativo. Meio de comunicação do serviço público. Forma padronizada de comunicação escrita entre subalternos e autoridades, entre os órgãos públicos e entre estes e os particulares, em caráter oficial. [...] É pelo ofício que se mantém o intercâmbio de informações a respeito de assunto técnico ou administrativo, cujo teor tenha caráter exclusivamente institucional” (p. 76-77)
Requerimento	“documento diplomático informativo, peticionário, ascendente. Instrumento que serve para solicitar algo a uma autoridade pública” (p. 86)

**Fonte:** Elaborado pelo autor

No quadro seguinte, as informações sobre os manuscritos do *corpus* em questão:

**Quadro 4:** Informações sobre os documentos dos THPP

<b>ATRIBUIDA A</b>	<b>ESPÉCIE DOCUMENTAL (BELLOTO, 2002)</b>	<b>DATA</b>	<b>CONTEÚDO</b>
Antônio da Costa Pereira	Ofício	1770	Ofício passado por Antônio da Costa Pereira para o Mestre de Campo Luís Nogueira de Figueiredo, no qual conta ter ouvido em casa de um principal da terra que o dito Mestre de Campo havia ido à corte tentar à favor dos Terços e contra os seus superiores.
Antonio de Sá de Jesus	Atestado	1777	Atestado passado por Antônio de Sá de Jesus por ordem do Conselho Ultramarino, no qual declara que o Alferes Manoel Pereira da Silva comandou a faxina do Forte de São Pedro, em Salvador.
Antonio Manoel Con. Parces	Atestado	1790	Atestado passado por Antônio Manoel Parces por ordem do Conselho Ultramarino, declarando que Manoel Mendes dos Prazeres serve no Terço Velho de Henrique Dias de Pernambuco.
Braz de Brito Souto	Certidão	1739	Certidão passada por Brás de Brito Souto para Vossa Majestade, requisitada pelo Conselho Ultramarino, na qual relata ter nomeado o capitão Victorino Pereira da Silva para, com o seu destacamento, em 1709, para a captura dos ditos bárbaros no interior de Pernambuco.
Braz de Brito Souto	Certidão	1740	Certidão passada por Brás de Brito Souto para o Conselho Ultramarino na qual relata a ida do capitão de seu Terço, Victorino Pereira da Silva, a um dito mocambo de negros, por ordem do governador da capitania de Pernambuco, Henrique Pereira Freire.
Braz de Brito Souto	Certidão	1740	Certidão passada por Brás de Brito Souto para o Conselho Ultramarino na qual relata o empenho do capitão de seu Terço, Victorino Pereira da Silva, em capturar presos que fugiram da cadeia, mesmo correndo o perigo de ser preso por um crime que lhe foi falsamente imputado.
Braz de Brito Souto	Certidão	1741	Certidão passada por Brás de Brito Souto para o Conselho Ultramarino na qual relata a boa vontade do capitão de seu Terço, Victorino Pereira da Silva, em exercitar publicamente os seus soldados, assim como de ensiná-los o manejo das armas.
Braz de Brito Souto	Certidão	1755	Certidão passada por Brás de Brito Souto para o Conselho Ultramarino, por solicitação do Terço de Homens Pretos e Pardos da capitania da Bahia, na qual atesta que todos os soldados de seu Terço são naturais da terra e que nenhum negro oriundo da Costa da Mina, em África, foi nomeado para Cabo.
Domingos Rodrigues Carneiro	Certidão	1693	Certidão passada por Domingos Rodrigues Carneiro para o Conselho Ultramarino, na qual confirma que Amaro Cardigo exerce o posto de Capitão há quase 6 anos em sua companhia.
Domingos Rodrigues Carneiro	Certidão	1702	Certidão passada por Domingos Rodrigues Carneiro para o Conselho Ultramarino, na qual relata ter nomeado Amaro Cardigo para governar uma companhia do seu Terço por este ser o capitão mais velho.

Francisco Xavier Correa	Certidão	1767	Certidão passada por Francisco Xavier Correia por pedido do Conselho Ultramarino na qual relata as atribuições militares do Alferes Manuel Pereira da Silva do Terço cujo capitão era Félix de Oliveira.
Henrique Dias	Carta	1650	Carta passada por Henrique Dias para Vossa Majestade, na qual descreve a má administração do Mestre de Campo Francisco Barreto, que o trata com palavras indecentes e não lhe paga o devido soldo.
Ignácio Gomes da Fonseca	Certidão	1785	Certidão passada por Ignácio Gomes da Fonseca por ordem do Conselho Ultramarino, no qual relata que Antônio José da Cunha serve em seu Terço há doze anos.
Jorge Luiz Soarez	Certidão	1689	Certidão passada por Jorge Luís Soares para Vossa Majestade, requisitada pelo Conselho Ultramarino, em que descreve uma investida no interior do Nordeste durante a Guerra do Açú, na qual contou com a companhia do capitão Amaro Cardigo, genro de Henrique Dias.
Jorge Luiz Soarez	Certidão	1689	Certidão passada por Jorge Luís Soares para Vossa Majestade, requisitada pelo Conselho Ultramarino, em que descreve a ocasião na qual ele, o capitão Amaro Cardigo e uma tropa de homens enveredaram-se pelas matas para armar emboscadas durante a Guerra do Açú.
Joze Mendes de Moraes	Atestado	1780	Atestado passado por José Mendes de Moraes por ordem do Conselho Ultramarino, no qual declara que Manoel Pereira da Silva serve à Vossa Majestade há vinte e um anos, sendo importante ajudante na luta contra a invasão espanhola à cidade de Salvador.
Joze Rabelo de Vasconcelos	Certidão	1776	Certidão passada por José Rabelo de Vasconcelos por ordem do Conselho Ultramarino, na qual relata que Anástacio Clemente José nunca serviu em seu Terço nem armou ou afiançou soldados neste.
Luís Álvares Pinto	Ofício	1770	Ofício passado por Luís Álvares Pinto para o Mestre de Campo Luís Nogueira de Figueiredo no qual relata os maus tratos sofridos pelos homens pretos e pardos por parte do Ouvidor Geral da capitania, que não lhes paga os devidos soldos, além de aplicar severos castigos aos ditos homens pretos e pardos por ser inimigo deles.
Luís Álvares Pinto	Ofício	1770	Ofício passado por Luís Álvares Pinto para o Mestre de Campo Luís Nogueira de Figueiredo, no qual pede para o dito superior relatar à Vossa Majestade pague os soldos que lhe são devidos, pois a situação dos homens pretos e pardos dos Terços de Pernambuco é de calamidade.
Luís Nogueira de Figueiredo	Ofício	1774	Ofício passado por Luís Nogueira de Figueiredo para Vossa Excelência, no qual relata a sua chegada à capitania de Pernambuco após viagem para a Corte, assim como a sua visita ao governador da dita capitania, Manoel da Cunha e Menezes, e a recepção do Bispo.
Luís Nogueira de Figueiredo	Certidão	1776	Certidão passada por Luís Nogueira de Figueiredo por ordem do Conselho Ultramarino, na qual relata que Anástacio Clemente José foi nomeado capitão de seu Terço, e não mandante.
Luís Nogueira de Figueiredo	Ofício	1776	Ofício passado por Luís Nogueira de Figueiredo para o Marquês de Pombal, no qual relata não ter conseguido embarcar para o Rio de Janeiro e ter mandado celebrar missa de ação de graças pela vida do Marquês de Pombal e de outros ministros.
Luís Nogueira de Figueiredo	Ofício	1775	Ofício passado por Luís Nogueira de Figueiredo para Sua Majestade, no qual relata a tentativa de impedi-lo de ir à festa do Santíssimo Sacramento por ser homem pardo. Apresenta, também, um mapa do Terço dos Homens Pardos da praça do Recife em 1774.

Manoel de Oliveira Miranda	Certidão	1725	Certidão passada por Manoel de Oliveira Miranda por ordem do Conselho Ultramarino, na qual relata ter examinado Brás de Brito Souto e confirma as suas qualidades enquanto militar.
Manuel Barbalho de Lira	Certidão	1707	Certidão passada por Manuel Barbalho de Lira, quando em Lisboa, para o Conselho Ultramarino, na qual relata ter deixado Amaro Cardigo responsável pelo seu Terço em sua ausência, pois fora convocado, em 1697, para a Guerra do Açú.
Manuel Mendes dos Prazeres	Requerimento	Sem data	Requerimento passado por Manuel Mendes dos Prazeres para Sua Majestade, no qual solicita o pagamento dos soldos atrasados e dos que fossem vencendo.
Manuel Mendes dos Prazeres	Requerimento	1793	Requerimento passado por Manuel Mendes dos Prazeres para Sua Majestade, no qual solicita o aumento de seu soldo que já fora autorizado.
Manuel Mendes dos Prazeres	Ofício	1793	Ofício passado por Manuel Mendes dos Prazeres para sua majestade, no qual relata estarem os soldados dos Terços passando fome porque seus soldos não têm sido pagos.

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

### 2.1.2.2 Aspectos escriptográficos dos *scriptores*

Conforme mencionamos nesta subsecção, faz-se necessária a identificação das mãos que manuscreeveram os documentos da CDTHPP, pois é preciso que os dados linguísticos utilizados no *campo gramatical*, a quarta seção deste trabalho, correspondam àqueles que, possivelmente, eram utilizados por falantes e *scriptores* das variantes socialmente desprestigiadas. Por este motivo, a descrição dos aspectos gráficos, por meio dos quadros escriptográficos, é imprescindível, porque, apoiados nela, conseguimos distinguir se o documento foi manuscrito pelo autor intelectual ou se há diferentes punhos em um mesmo testemunho.

Os quadros são organizados da seguinte maneira, a partir da caligrafia do *scriptor*: a primeira coluna representa o alfabeto; nas colunas seguintes, identificamos a posição da letra (se inicial, medial ou final), além das maiúsculas. Estas, estão acompanhadas pelo fac-símile da letra e da palavra observada, a sua transcrição e a sua localização no documento – as letras que não foram encontradas em nenhuma posição são destacadas como “sem ocorrência”.


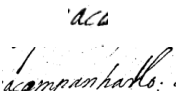

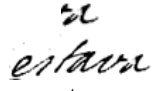
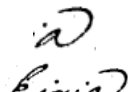
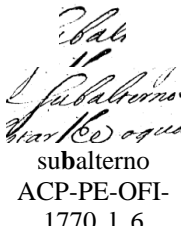

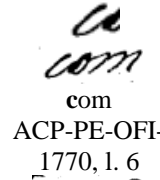
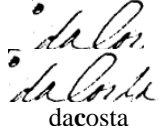
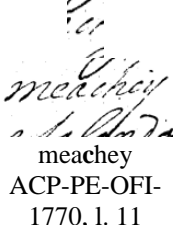
Assim, após a análise documental, supomos que, dos vinte e oito documentos que compõem o *corpus* desta pesquisa, seis destes são apógrafos, isto é, foram manuscritos por outro que não fosse o autor intelectual, responsável apenas pela assinatura, logo, esses documentos terão o seu conteúdo descartado para a análise linguística, visto que podem ser da autoria de homens brancos e mais letrados, divergindo do objetivo principal da pesquisa. São estes:


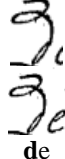


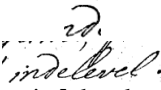
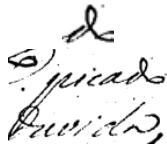
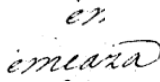
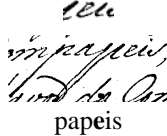
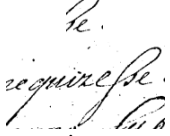

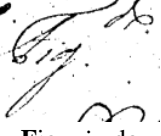

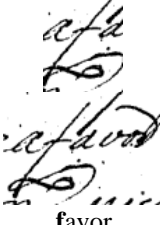
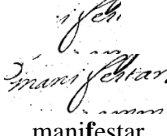
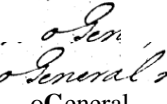
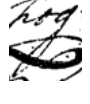
ATRIBUÍDO A	DATA	ESPÉCIE DOCUMENTAL
Braz de Brito Souto	1739	Certidão
Braz de Brito Souto	1740	Certidão
Braz de Brito Souto	1740	Certidão
Braz de Brito Souto	1741	Certidão
Braz de Brito Souto	1755	Certidão
Luís Nogueira de Figueiredo	1774	Ofício

Nas subseções seguintes, apresentamos o estudo da escrita dos *scriptores* autógrafos.

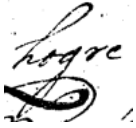
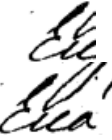
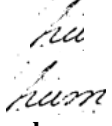
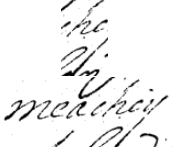
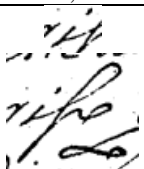
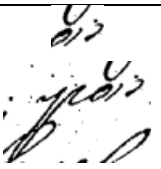
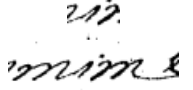

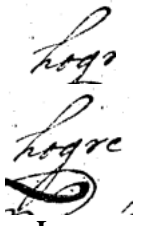
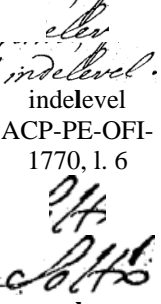
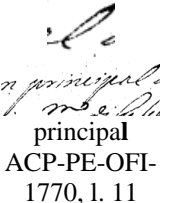
#### 2.1.2.2.1 A mão de Antônio da Costa Pereira


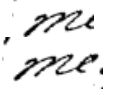
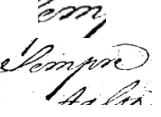
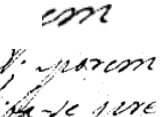
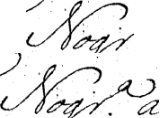
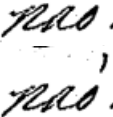
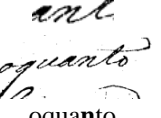


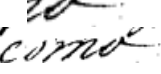

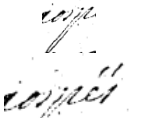
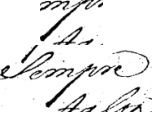
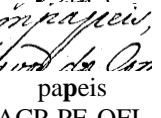



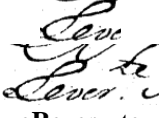
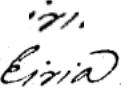
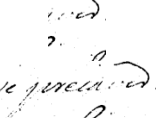
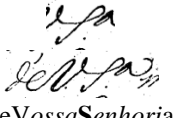
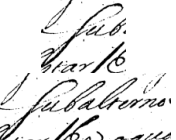
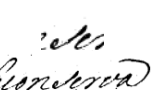
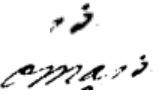
**Quadro 5:** Descrição escriptográfica de Antônio da Costa Pereira

LETRA	MAIÚSCULA	INICIAL	MEDIAL	FINAL
<b>A</b>	 Antonio ACP-PE-OFI- 1770, l. 24	 acompanharlo ACP-PE-OFI- 1770, l. 6	 estava ACP-PE-OFI- 1770, l. 15	 estava ACP-PE-OFI- 1770, l. 15  hiria ACP-PE-OFI- 1770, l. 17
<b>B</b>	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 subalerno ACP-PE-OFI- 1770, l. 6	Sem ocorrência
<b>C</b>	 Campo ACP-PE-OFI- 1770, l. 1	 com ACP-PE-OFI- 1770, l. 6  dacosta	 meachey ACP-PE-OFI- 1770, l. 11	Sem ocorrência

		ACP-PE-OFI-1770, l. 24		
<b>D</b>	 Devossasenhoria ACP-PE-OFI-1770, l. 22	 de ACP-PE-OFI-1770, l. 6  de ACP-PE-OFI-1770, l. 7  dava ACP-PE-OFI-1770, l. 14	 indelevel ACP-PE-OFI-1770, l. 6  picado ACP-PE-OFI-1770, l. 15	Sem ocorrência
<b>E</b>	Sem ocorrência	 emcaza ACP-PE-OFI-1770, l. 11	 papeis ACP-PE-OFI-1770, l. 13	 quizesse ACP-PE-OFI-1770, l. 5  lhe ACP-PE-OFI-1770, l. 7
<b>F</b>	 Figueiredo ACP-PE-OFI-1770, l. 1	 afalta ACP-PE-OFI-1770, l. 9  favor ACP-PE-OFI-1770, l. 14	 manifestar ACP-PE-OFI-1770, l. 7	Sem ocorrência
<b>G</b>	 o General	 o General	Sem ocorrência	Sem ocorrência



	ACP-PE-OFI-1770, l. 14	 Logre ACP-PE-OFI-1770, l. 19		
<b>H</b>	Sem ocorrência	 huã ACP-PE-OFI-1770, l. 6  hum ACP-PE-OFI-1770, l. 11	 meachey ACP-PE-OFI-1770, l. 11	Sem ocorrência
<b>I</b>	Sem ocorrência	 isso ACP-PE-OFI-1770, l. 15	 pois ACP-PE-OFI-1770, l. 8  mim ACP-PE-OFI-1770, l. 8	Sem ocorrência
<b>J</b>	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 regozijo ACP-PE-OFI-1770, l. 5	Sem ocorrência
<b>K</b>	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
<b>L</b>	 Logre ACP-PE-OFI-1770, l. 19	Sem ocorrência	 solto ACP-PE-OFI-1770, l. 13	 principal ACP-PE-OFI-1770, l. 11

M	 Mayo ACP-PE-OFI- 1770, l. 2	 me ACP-PE-OFI- 1770, l. 5	 sempre ACP-PE-OFI- 1770, l. 8	 porem ACP-PE-OFI- 1770, l. 17
N	 Nogueira ACP-PE-OFI- 1770, l. 1	 nao ACP-PE-OFI- 1770, l. 5	 quanto ACP-PE-OFI- 1770, l. 7	Sem ocorrência
O	Sem ocorrência	 os ACP-PE-OFI- 1770, l. 17	 vou ACP-PE-OFI- 1770, l. 7	 como ACP-PE-OFI- 1770, l. 6
P	 Povo ACP-PE-OFI- 1770, l. 14	 pes ACP-PE-OFI- 1770, l. 7	 sempre ACP-PE-OFI- 1770, l. 8  papeis ACP-PE-OFI- 1770, l. 8	Sem ocorrência
Q	 Que ACP-PE-OFI- 1770, l. 19	 que ACP-PE-OFI- 1770, l. 14  que ACP-PE-OFI- 1770, l. 14	Sem ocorrência	Sem ocorrência
R	 e Reverente ACP-PE-OFI- 1770, l. 23	Sem ocorrência	 hiria ACP-PE-OFI- 1770, l. 17	 precaver ACP-PE-OFI- 1770, l. 18
S	 de Vossa Senhoria	 conserva	 conserva	 omais

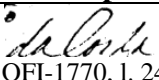




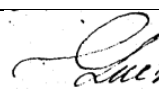
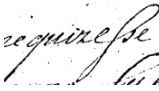
	ACP-PE-OFI-1770, l. 7	subalterno ACP-PE-OFI-1770, l. 6 <i>Sen. Sempre As. l. 11.</i> sempre ACP-PE-OFI-1770, l. 8 <i>Sou</i> sou ACP-PE-OFI-1770, l. 8	ACP-PE-OFI-1770, l. 9 <i>desta</i> desta ACP-PE-OFI-1770, l. 11 <i>nessa</i> <i>nessa</i> <i>nessa</i> <i>nessa</i> nessa censura ACP-PE-OFI-1770, l. 17	ACP-PE-OFI-1770, l. 23
<b>T</b>	Sem ocorrência	<i>studo</i> tudo ACP-PE-OFI-1770, l. 17	<i>tron.</i> <i>subalterno</i> <i>Charke</i> o que subalterno ACP-PE-OFI-1770, l. 6	Sem ocorrência
<b>U</b>	Sem ocorrência	<i>umilde</i> umilde ACP-PE-OFI-1770, l. 23	<i>ouve</i> Ouve ACP-PE-OFI-1770, l. 12	<i>Sou</i> Sou ACP-PE-OFI-1770, l. 8
<b>V</b>	<i>de Vossa Senhoria</i> de Vossa Senhoria ACP-PE-OFI-1770, l. 7	<i>vou</i> vou ACP-PE-OFI-1770, l. 7	<i>dava</i> dava ACP-PE-OFI-1770, l. 14	Sem ocorrência
<b>W</b>	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
<b>X</b>	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
<b>Y</b>	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	<i>meachey</i> <i>meachey</i> <i>meachey</i> meachey ACP-PE-OFI-1770, l. 11
<b>Z</b>	Sem ocorrência	Sem ocorrência	<i>quizesse</i> quizesse ACP-PE-OFI-1770, l. 5	Sem ocorrência

Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação aos aspectos gráficos, Antônio da Costa Pereira apresenta letras grandes, cujo *ductus* é levemente inclinado à direita, com exceção de algumas formas do <d> em posições inicial e medial, cuja haste é tombada à esquerda. O seu traçado é leve, com peso resultando em um traço. Há a presença de laçadas na assinatura.

Algumas particularidades observadas na escrita de Antônio da Costa Pereira estão listadas no quadro abaixo:



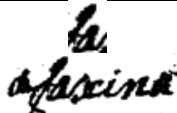


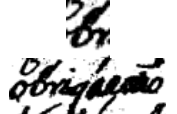
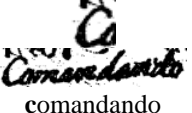

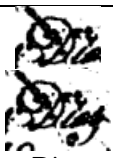





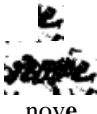



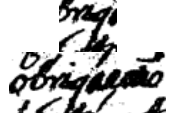


**Quadro 6:** Aspectos gráficos de Antônio da Costa Pereira


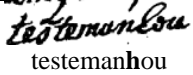
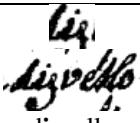
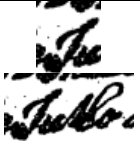





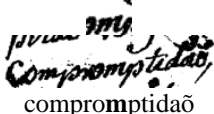



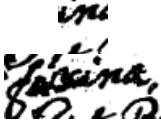
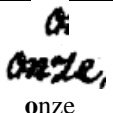
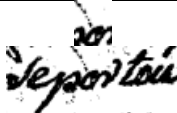

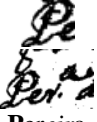

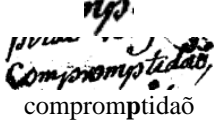
<b>Grafema</b>	<b>Comentário</b>	<b>Exemplo</b>
<c>	A grafia da letra assemelha-se ao <l>.	 OFI-1770, l. 24
<e>	Em posições inicial, medial e final, a sua grafia confunde-se com um <c>.	 OFI-1770, l. 11
<f>	O traçado do <f> em posição inicial lembra a grafia das letras <A> ou <t>.	 OFI-1770, l. 9  OFI-1770, l. 14
<h>	Na maioria das ocorrências na posição inicial, assemelha-se a um <E> cursivo.	 OFI-1770, l. 6
<Q>	A sua forma maiúscula tem um traçado diferente, pois lembra um <c> capitular grafado sobre um <l>. Neste caso, o contexto é importante para a compreensão.	 OFI-1770, l. 19
<ss>	Na ocorrência deste dígrafo, o primeiro <s> é tem um traço longo, semelhante a um <j>.	 OFI-1770, l. 5

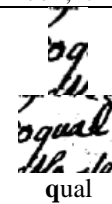
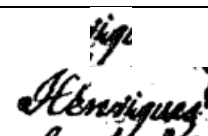
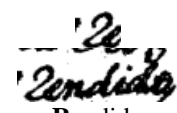
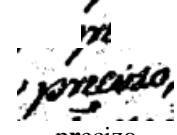
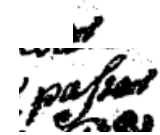

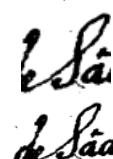




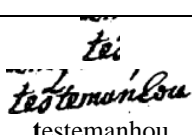
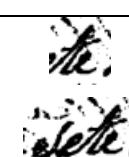

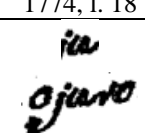
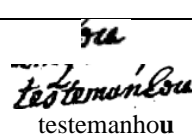

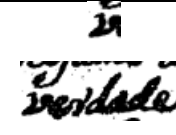

**Fonte:** Elaborado pelo autor

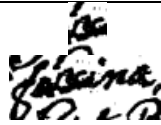
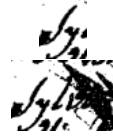
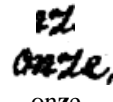


2.1.2.2.2 A mão de Antônio de Sá de Jesus

Quadro 7: Descrição escriptográfica de Antônio de Sá de Jesus

LETRA	MAIÚSCULA	INICIAL	MEDIAL	FINAL
A	 Alferes ASJ-BA-ATE- 1774, l. 19	 aoz ASJ-BA-ATE- 1774, l. 21	 afaxina ASJ-BA-ATE- 1774, l. 13	 dia ASJ-BA-ATE- 1774, l. 11
B	 Bu=lhoes ASJ-BA-ATE- 1774, l. 18-19	Sem ocorrência	 obrigação ASJ-BA-ATE- 1774, l. 17	Sem ocorrência
C	Sem ocorrência	 comandando ASJ-BA-ATE- 1774, l. 12	 acodio ASJ-BA-ATE- 1774, l. 17	Sem ocorrência
D	 Diaz ASJ-BA-ATE- 1774, l. 4	 dia ASJ-BA-ATE- 1774, l. 11	 mandante ASJ-BA-ATE- 1774, l. 18	Sem ocorrência
E	 Evangelhoz ASJ-BA-ATE- 1774, l. 21	 estando ASJ-BA-ATE- 1774, l. 19	 Terço ASJ-BA-ATE- 1774, l. 18	 nove ASJ-BA-ATE- 1774, l. 11
F	 Forte ASJ-BA-ATE- 1774, l. 13	 foce ASJ-BA-ATE- 1774, l. 16	 Alferes ASJ-BA-ATE- 1774, l. 19	Sem ocorrência
G	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 obrigação ASJ-BA-ATE- 1774, l. 17	Sem ocorrência
H		Sem ocorrência		Sem ocorrência

	 Henriquez ASJ-BA-ATE- 1774, l. 4		 testemanhou ASJ-BA-ATE- 1774, l. 18	
I	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 dizvello ASJ-BA-ATE- 1774, l. 16	Sem ocorrência
J	 Jullo ASJ-BA-ATE- 1774, l. 21	 juro ASJ-BA-ATE- 1774, l. 21	Sem ocorrência	Sem ocorrência
K	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
L	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 aella ASJ-BA-ATE- 1774, l. 13	 Manoel ASJ-BA-ATE- 1774, l. 13
M	 Manoel ASJ-BA-ATE- 1774, l. 13	 molestado ASJ-BA-ATE- 1774, l. 19	 compromptidaõ ASJ-BA-ATE- 1774, l. 16	 sem ASJ-BA-ATE- 1774, l. 16  sem ASJ-BA-ATE- 1774, l. 20
N	Sem ocorrência	 naõ ASJ-BA-ATE- 1774, l. 20	 faxina ASJ-BA-ATE- 1774, l. 17	Sem ocorrência
O	Sem ocorrência	 onze ASJ-BA-ATE- 1774, l. 12	 seportou ASJ-BA-ATE- 1774, l. 15	 acodia ASJ-BA-ATE- 1774, l. 17
P	 Pereira	 por	 compromptidaõ ASJ-BA-ATE- 1774, l. 16	Sem ocorrência




	ASJ-BA-ATE-1774, I. 14	ASJ-BA-ATE-1774, I. 20		
Q	Sem ocorrência	 qual ASJ-BA-ATE-1774, I. 15	 Henriquez ASJ-BA-ATE-1774, I. 4	Sem ocorrência
R	 Rendido ASJ-BA-ATE-1774, I. 20	Sem ocorrência	 precizo ASJ-BA-ATE-1774, I. 16	 Passar ASJ-BA-ATE-1774, I. 20
S	 Sylva ASJ-BA-ATE-1774, I. 14   deSaa ASJ-BA-ATE-1774, I. 30	 sete ASJ-BA-ATE-1774, I. 11	 estando testemahou ASJ-BA-ATE-1774, I. 19   molejado ASJ-BA-ATE-1774, I. 18	Sem ocorrência
T	 Terço ASJ-BA-ATE-1774, I. 18	 testemahou ASJ-BA-ATE-1774, I. 18	 sete ASJ-BA-ATE-1774, I. 11   Forte ASJ-BA-ATE-1774, I. 18	Sem ocorrência
U	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 juro ASJ-BA-ATE-1774, I. 21	 testemahou ASJ-BA-ATE-1774, I. 19
V	 JESVS	 verdade	 dizvello	Sem ocorrência

	ASJ-BA-ATE-1774, l. 3	verdade ASJ-BA-ATE-1774, l. 20	ASJ-BA-ATE-1774, l. 16	
<b>W</b>	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
<b>X</b>	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 faxina ASJ-BA-ATE-1774, l. 17	Sem ocorrência
<b>Y</b>	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 Sylva ASJ-BA-ATE-1774, l. 14	Sem ocorrência
<b>Z</b>	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 onze ASJ-BA-ATE-1774, l. 12  aseztio ASJ-BA-ATE-1774, l. 13	 Alferez ASJ-BA-ATE-1774, l. 13


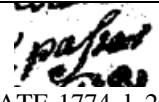

Fonte: Produzido pelo autor

As letras de Antônio de Sá de Jesus são, em geral, pequenas, arredondadas e bem executadas. O *ductus* é inclinado à direita, sem particularidades nas hastes dos grafemas. Sua caligrafia é grossa, com traçados bem marcados, pesados. As particularidades deste *scriptor* foram destacadas no quadro a seguir:

Quadro 8: Aspectos gráficos de Antônio de Sá de Jesus

Grafema	Comentário	Exemplo
<h>	Assim como em outros <i>scriptores</i> , a grafia do <h> de Antônio de Sá de Jesus assemelha-se a um <E> cursivo.	 ATE-1774, l. 18
<J>	A execução deste grafema lembra um <I> cursivo.	 ATE-1774, l. 21
<R>	Este grafema praticamente não apresenta curvatura.	 ATE-1774, l. 20

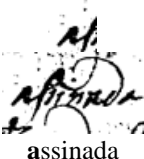

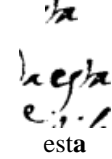

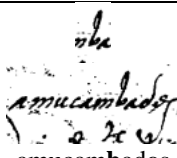

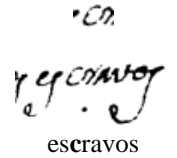

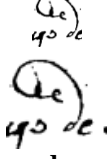
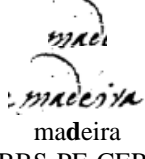


<s>	O <s> longo é utilizado em posição medial. Além disso, lembra o grafema <j> cursivo.	 ATE-1774, l. 20
<ss>	Neste dígrafo, o primeiro <s> é alongado, como se fosse maiúsculo, semelhante a um <j> cursivo.	 ATE-1774, l. 20
<U>	O <i>scriptor</i> , na escrita da palavra <Jesus>, grafa um <V> para representar o grafema <U>.	 ATE-1774, l. 3

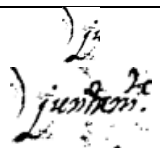
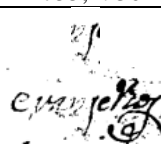
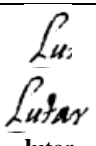
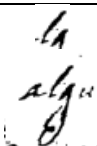
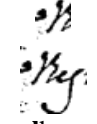
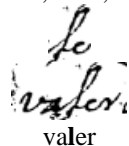
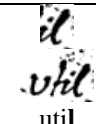

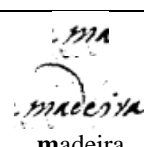
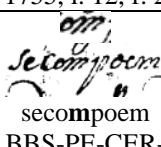
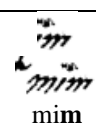
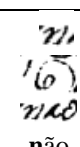
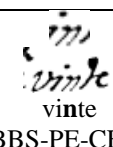
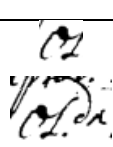
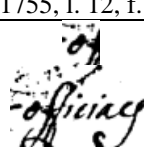
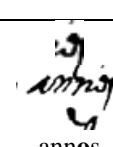
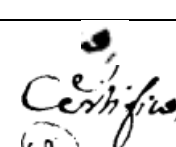
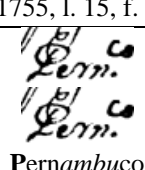
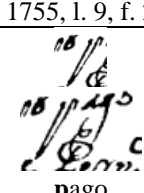
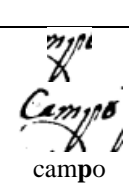
Fonte: Elaborado pelo autor



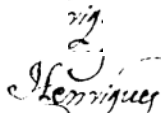
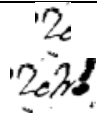
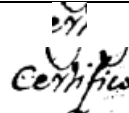
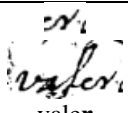

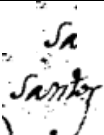
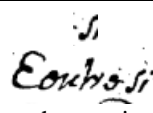
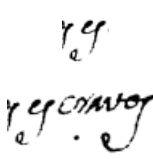
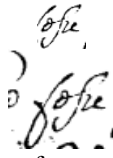
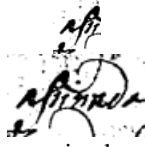

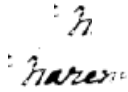
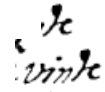



### 2.1.2.2.3 A mão de Brás de Brito Souto



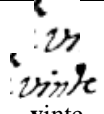
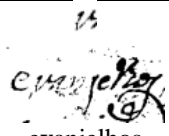

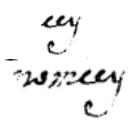
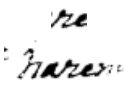

Quadro 9: Descrição escriptográfica de Brás de Brito Souto

LETRA	MAIÚSCULA	INICIAL	MEDIAL	FINAL
A	Sem ocorrência	 assinada BBS-PE-CER-1755, l. 15, f. 2	 madeira BBS-PE-CER-1755, l. 11, f. 2	 esta BBS-PE-CER-1755, l. 27
B	 Brito BBS-PE-CER-1755, l. 26	Sem ocorrência	 amucambados BBS-PE-CER-1755, l. 12, f. 2	Sem ocorrência
C	Sem ocorrência	 comsigo BBS-PE-CER-1755, l. 13, f. 2	 escravos BBS-PE-CER-1755, l. 11, f. 2	Sem ocorrência
D	 Deos BBS-PE-CER-1755, l. 27	 de BBS-PE-CER-1755, l. 26	 madeira BBS-PE-CER-1755, l. 11, f. 2	Sem ocorrência

		do BBS-PE-CER- 1755, l. 10, f. 2	esquadra BBS-PE-CER- 1755, l. 8, f. 2	
<b>E</b>	Sem ocorrência	esquadra BBS-PE-CER- 1755, l. 8, f. 2	trazem BBS-PE-CER- 1755, l. 10, f. 2	fosse BBS-PE-CER- 1755, l. 8, f. 2
<b>F</b>	Sem ocorrência	filho BBS-PE-CER- 1755, l. 8, f. 2	certifico BBS-PE-CER- 1755, l. 28 officiaes BBS-PE-CER- 1755, l. 9, f. 2 certifico BBS-PE-CER- 1755, l. 10, f. 2	Sem ocorrência
<b>G</b>	Guarda BBS-PE-CER- 1755, l. 28	Sem ocorrência	fogo BBS-PE-CER- 1755, l. 13, f. 2	Sem ocorrência
<b>H</b>	Henriques BBS-PE-CER- 1755, l. 27	homem BBS-PE-CER- 1755, l. 8, f. 2	filho BBS-PE-CER- 1755, l. 8, f. 2	Sem ocorrência
<b>I</b>	Infantaria BBS-PE-CER- 1755, l. 26	Sem ocorrência	livres	Sem ocorrência

			BBS-PE-CER-1755, l. 30	
J	Sem ocorrência	 juntamente BBS-PE-CER-1755, l. 13, f. 2	 evangelhos BBS-PE-CER-1755, l. 14, f. 2	Sem ocorrência
K	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
L	Sem ocorrência	 lutar BBS-PE-CER-1755, l. 11, f. 2	 algu BBS-PE-CER-1755, l. 8, f. 2  lhes BBS-PE-CER-1755, l. 12, f. 2  valer BBS-PE-CER-1755, l. 12, f. 2	 util BBS-PE-CER-1755, l. 12, f. 2
M	 Mayo BBS-PE-CER-1755, l. 16, f. 2	 madeira BBS-PE-CER-1755, l. 11, f. 2	 secompem BBS-PE-CER-1755, l. 9, f. 2	 mim BBS-PE-CER-1755, l. 15, f. 2
N	Sem ocorrência	 nao BBS-PE-CER-1755, l. 12, f. 2	 vinte BBS-PE-CER-1755, l. 28	Sem ocorrência
O	 Olinda BBS-PE-CER-1755, l. 15, f. 2	 officiaes BBS-PE-CER-1755, l. 9, f. 2	 annos BBS-PE-CER-1755, l. 28	 certifico BBS-PE-CER-1755, l. 28
P	 Pernambuco	 pago	 campo	Sem ocorrência

	BBS-PE-CER-1755, l. 27	BBS-PE-CER-1755, l. 26	BBS-PE-CER-1755, l. 26	
<b>Q</b>	Sem ocorrência	 que BBS-PE-CER-1755, l. 8, f. 2  quando BBS-PE-CER-1755, l. 12, f. 2	 Henriques BBS-PE-CER-1755, l. 27	Sem ocorrência
<b>R</b>	 Retro BBS-PE-CER-1755, l. 15, f. 2	Sem ocorrência	 certifico BBS-PE-CER-1755, l. 10, f. 2	 valer BBS-PE-CER-1755, l. 12, f. 2
<b>S</b>	 Soutto BBS-PE-CER-1755, l. 26	 santos BBS-PE-CER-1755, l. 14, f. 2	 houtrosi BBS-PE-CER-1755, l. 10, f. 2  escravos BBS-PE-CER-1755, l. 11, f. 2  fosse BBS-PE-CER-1755, l. 8, f. 2  assinada BBS-PE-CER-1755, l. 15, f. 2	 livres BBS-PE-CER-1755, l. 30
<b>T</b>	Sem ocorrência	 trazem BBS-PE-CER-1755, l. 10, f. 2	 vinte BBS-PE-CER-1755, l. 28	Sem ocorrência
<b>U</b>	Sem ocorrência			




		 util BBS-PE-CER-1755, l. 12, f. 2	 lutar BBS-PE-CER-1755, l. 11, f. 2	ou BBS-PE-CER-1755, l. 12, f. 2
V	Sem ocorrência	 vinte BBS-PE-CER-1755, l. 28	 evangelhos BBS-PE-CER-1755, l. 14, f. 2	Sem ocorrência
W	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
X	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
Y	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 Mayo BBS-PE-CER-1755, l. 16, f. 2	 nomeey BBS-PE-CER-1755, l. 30
Z	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 trazem BBS-PE-CER-1755, l. 10, f. 2	 capaz BBS-PE-CER-1755, l. 11, f. 2


Fonte: Elaborado pelo autor

Os documentos de Brito Souto, todos apógrafos, podem ter sido manuscritos pelo seu procurador, o também afro-brasileiro João Dias Ribeiro, capitão do Terço do qual Brás de Brito Souto era mestre-de-campo (Silva, 2017). Mantivemos o quadro aqui, pois este auxilia na compreensão da seção 2.2, sobre a análise comparativa dos aspectos gráficos

As letras do possível *scriptor* são pequenas, arredondadas, inclinadas para a direita, com algumas particularidades nas hastes dos grafemas <d> e <q>, cuja inclinação é à esquerda, e traçado fino. O quadro abaixo traz outros Aspectos gráficos do *scriptor*:

**Quadro 10:** Aspectos gráficos atribuídos a Brás de Brito Souto

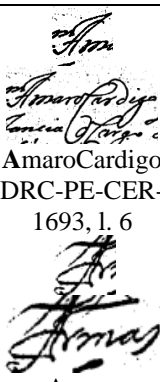
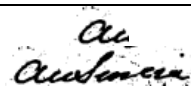
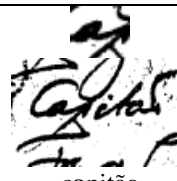
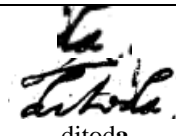
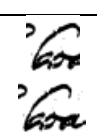
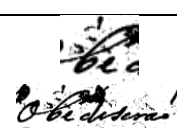
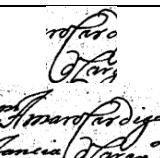
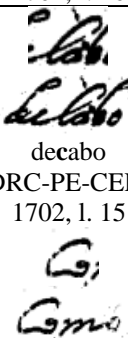
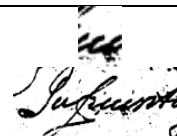

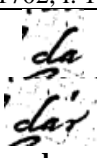
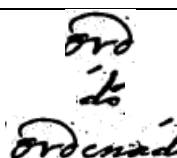
Grafema	Comentário	Exemplo
<h>	O grafema <h> lembra o <E> cursivo.	 CER-1755, l. 8, f. 2
<R>	O grafema praticamente não apresenta curvatura.	 CER-1755, l. 15, f. 2
<s>	O <s> apresenta um traçado longo descendente.	

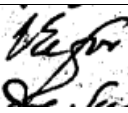
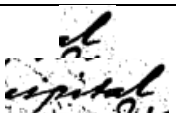
		CER-1755, l. 30
<ss>	Na escrita do dígrafo, o primeiro <s> pode ser confundido com o grafema <j>.	 CER-1755, l. 8, f. 2


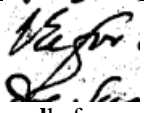

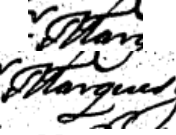

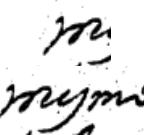
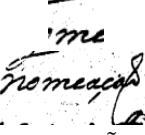
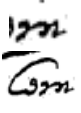
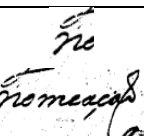

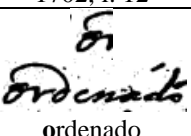
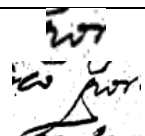
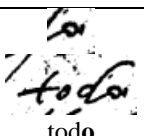
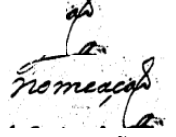
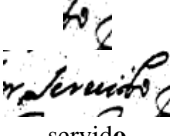
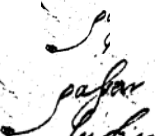
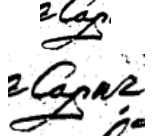
Fonte: Elaborado pelo autor

#### 2.1.2.2.4 A mão de Domingos Rodrigues Carneiro

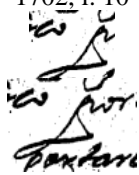
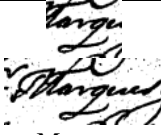
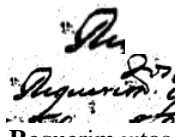
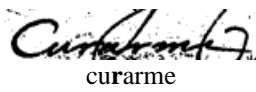
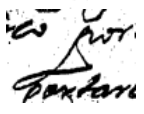
Quadro 11: Descrição escriptográfica de Domingos Rodrigues Carneiro

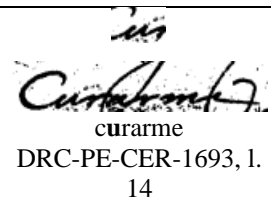
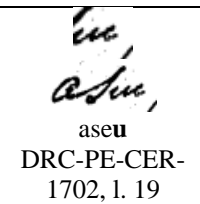
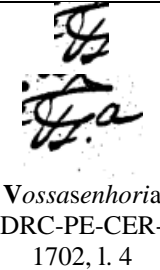

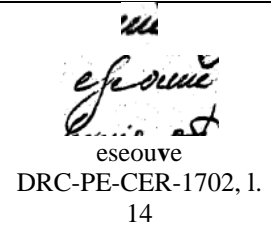
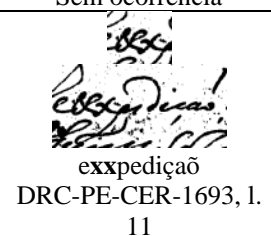
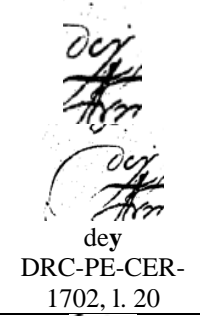
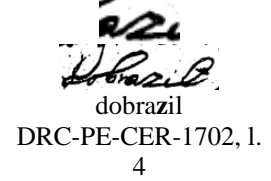
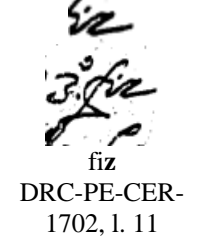
LETRA	MAIÚSCULA	INICIAL	MEDIAL	FINAL
A	 AmaroCardigo DRC-PE-CER-1693, l. 6 Armas DRC-PE-CER-1702, l. 21	 ausencia DRC-PE-CER-1693, l. 13	 capitão DRC-PE-CER-1702, l. 12	 ditoda DRC-PE-CER-1702, l. 17
B	Sem ocorrência	 boa DRC-PE-CER-1702, l. 16	 obedeseraõ DRC-PE-CER-1693, l. 12	Sem ocorrência
C	 AmaroCardigo DRC-PE-CER-1693, l. 6	 decabo DRC-PE-CER-1702, l. 15 como DRC-PE-CER-1702, l. 16	 suficiente DRC-PE-CER-1702, l. 11	Sem ocorrência
D	 Domingos DRC-PE-CER-1702, l. 1	 dar DRC-PE-CER-1693, l. 8	 ordenado DRC-PE-CER-1693, l. 9	Sem ocorrência

		 dele DRC-PE-CER-1702, l. 15		
E	 Estancia DRC-PE-CER-1702, l. 21	 estancia DRC-PE-CER-1693, l. 7	 terço DRC-PE-CER-1693, l. 12	 dele DRC-PE-CER-1702, l. 15
F	Sem ocorrência	 lhefor DRC-PE-CER-1693, l. 9	 desatisfação DRC-PE-CER-1702, l. 11	Sem ocorrência
G	Sem ocorrência	 governar DRC-PE-CER-1702, l. 11	 agil DRC-PE-CER-1702, l. 13	Sem ocorrência
H	Sem ocorrência	 hus DRC-PE-CER-1693, l. 14	 tenham DRC-PE-CER-1693, l. 14	Sem ocorrência
I	Sem ocorrência	 ipital DRC-PE-CER-1693, l. 14	 administração DRC-PE-CER-1702, l. 13	Sem ocorrência
J	Sem ocorrência	 juramento DRC-PE-CER-1702, l. 19	 Major DRC-PE-CER-1702, l. 8	Sem ocorrência
K	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
L				

	 a Lixboa DRC-PE-CER- 1702, l. 10	 Ihefor DRC-PE-CER- 1693, l. 9	soldados DRC-PE-CER-1693, l. 12  dele DRC-PE-CER-1702, l. 15	ipital DRC-PE-CER- 1693, l. 14
M	 Marques DRC-PE-CER- 1693, l. 9  Mestre DRC-PE-CER- 1702, l. 2	 mesmo DRC-PE-CER- 1702, l. 13	 nomeação DRC-PE-CER-1702, l. 12	 com DRC-PE-CER- 1702, l. 20
N	Sem ocorrência	 nomeação DRC-PE-CER- 1702, l. 12	 sendo DRC-PE-CER-1693, l. 7	Sem ocorrência
O	Sem ocorrência	 ordenado DRC-PE-CER- 1693, l. 9	 por DRC-PE-CER-1702, l. 13	 todo DRC-PE-CER- 1693, l. 8  nomeação DRC-PE-CER- 1702, l. 12  servido DRC-PE-CER- 1702, l. 18
P	Sem ocorrência	 passar	 capaz	Sem ocorrência



		DRC-PE-CER-1702, I. 10  por DRC-PE-CER-1702, I. 13	DRC-PE-CER-1702, I. 11	
Q	Sem ocorrência	que DRC-PE-CER-1693, I. 6 que DRC-PE-CER-1693, I. 6 que DRC-PE-CER-1693, I. 13	 Marques DRC-PE-CER-1693, I. 9	Sem ocorrência
R	 Requerimentos DRC-PE-CER-1702, I. 10	Sem ocorrência	 curame DRC-PE-CER-1693, I. 14	 por DRC-PE-CER-1702, I. 13
S	Sem ocorrência	suficiente DRC-PE-CER-1702, I. 11 eseouve DRC-PE-CER-1702, I. 14 dosantos DRC-PE-CER-1702, I. 19	deste DRC-PE-CER-1702, I. 9	dosantos DRC-PE-CER-1702, I. 19
T	Sem ocorrência	terço	Estancia	Sem ocorrência





		DRC-PE-CER-1693, l. 12	DRC-PE-CER-1702, l. 21	
U	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 curarme DRC-PE-CER-1693, l. 14	 aseu DRC-PE-CER-1702, l. 19
V	 Vossasenhoria DRC-PE-CER-1702, l. 4	 verdade DRC-PE-CER-1702, l. 19	 eseouve DRC-PE-CER-1702, l. 14	Sem ocorrência
W	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
X	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 exxpediçãõ DRC-PE-CER-1693, l. 11	Sem ocorrência
Y	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 dey DRC-PE-CER-1702, l. 20
Z	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 dobrazil DRC-PE-CER-1702, l. 4	 fiz DRC-PE-CER-1702, l. 11

Fonte: Elaborado pelo autor

As letras de Domingos Rodrigues Carneiro têm módulo médio e inclinação para a direita, com diferenciação na haste do grafema <d>, inclinada à esquerda, e traçado pesado, grosso. Outras particularidades de sua escrita estão sintetizadas no quadro abaixo:

Quadro 12: Aspectos gráficos de Domingos Rodrigues Carneiro


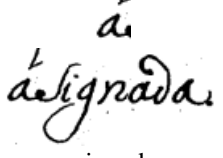




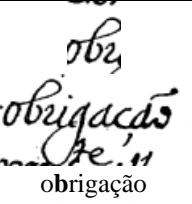

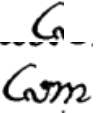
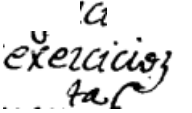


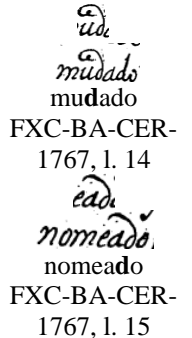
Grafema	Comentário	Exemplo
---------	------------	---------

<c>	Este grafema pode ser confundido com o <l> cursivo.	 CER-1702, l. 15
<h>	O grafema <h> lembra o <E> cursivo.	 CER-1693, l. 14
<R>	O grafema praticamente não apresenta curvatura.	 CER-1702, l. 10
<s>	O <s> apresenta um traçado semelhante ao <j> cursivo.	 CER-1702, l. 14


Fonte: Elaborado pelo autor

#### 2.1.2.2.5 A mão de Francisco Xavier Correa



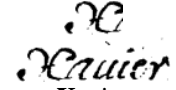
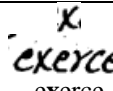
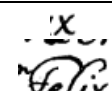
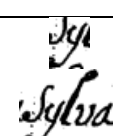
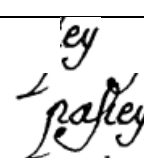
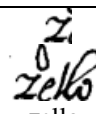
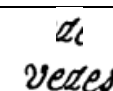
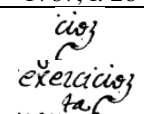
Quadro 13: Descrição escriptográfica de Francisco Xavier Correa

LETRA	MAIÚSCULA	INICIAL	MEDIAL	FINAL
A	 Abril FXC-BA-CER-1767, l. 13	 assignada FXC-BA-CER-1767, l. 27	 Fortaleza FXC-BA-CER-1767, l. 19	 tocava FXC-BA-CER-1767, l. 15
B	 Bahia FXC-BA-CER-1767, l. 27	 bem FXC-BA-CER-1767, l. 18	 obrigação FXC-BA-CER-1767, l. 25	Sem ocorrência
C	 Correa FXC-BA-CER-1767, l. 2	 com FXC-BA-CER-1767, l. 24	 exercício FXC-BA-CER-1767, l. 23	Sem ocorrência
D	 Dias FXC-BA-CER-1767, l. 3	 determinado FXC-BA-CER-1767, l. 7	 mudado FXC-BA-CER-1767, l. 14 nomeado FXC-BA-CER-1767, l. 15	Sem ocorrência

			portando. portando FXC-BA-CER- 1767, l. 23	
E	Sem ocorrência	e. esteve esteve FXC-BA-CER-1767, l. 13	e. Ordens Ordens FXC-BA-CER- 1767, l. 21	e. exerce exerce FXC-BA-CER- 1767, l. 18
F	Forti, Fortaleza Fortaleza FXC-BA-CER- 1767, l. 16	fa. afaxina afaxina FXC-BA-CER-1767, l. 16 fa. efactura efactura FXC-BA-CER-1767, l. 16	fe Referido Referido FXC-BA-CER- 1767, l. 24	Sem ocorrência
G	G. Geral Geral FXC-BA-CER- 1767, l. 8	ga. aguarniçãõ. Aguarniçãõ FXC-BA-CER-1767, l. 8	gã. obrigaçãõ obrigaçãõ FXC-BA-CER- 1767, l. 25	Sem ocorrência
H	H. Henrique Henrique FXC-BA-CER- 1767, l. 2	h. hindo hindo FXC-BA-CER-1767, l. 22	he. lhe lhe FXC-BA-CER- 1767, l. 15	Sem ocorrência
I	Sem ocorrência	i. isto isto FXC-BA-CER-1767, l. 18	i. pedida. pedida FXC-BA-CER- 1767, l. 26 i. exercicioz exercicioz FXC-BA-CER- 1767, l. 23	Sem ocorrência
J	Sem ocorrência	ji. juro juro	ji. Ajudante Ajudante	Sem ocorrência

		FXC-BA-CER-1767, l. 23	FXC-BA-CER-1767, l. 22	
<b>K</b>	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
<b>L</b>	Sem ocorrência	 Lhe FXC-BA-CER-1767, l. 15	 Oliveira FXC-BA-CER-1767, l. 12  soldados FXC-BA-CER-1767, l. 14  Fortaleza FXC-BA-CER-1767, l. 16	 Real FXC-BA-CER-1767, l. 21
<b>M</b>	 Manuel FXC-BA-CER-1767, l. 11	 mudado FXC-BA-CER-1767, l. 14	 Camará FXC-BA-CER-1767, l. 16	 alem FXC-BA-CER-1767, l. 17
<b>N</b>	Sem ocorrência	 numero FXC-BA-CER-1767, l. 12	 nprontidaõ FXC-BA-CER-1767, l. 14	Sem ocorrência
<b>O</b>	 Oliveira FXC-BA-CER-1767, l. 12	 outro FXC-BA-CER-1767, l. 12	 nprontidaõ FXC-BA-CER-1767, l. 14	 Vermelho FXC-BA-CER-1767, l. 20
<b>P</b>	 Paulo FXC-BA-CER-1767, l. 11	 prontamente FXC-BA-CER-1767, l. 21  para FXC-BA-CER-1767, l. 20	 prontamente FXC-BA-CER-1767, l. 21  interpolacão FXC-BA-CER-1767, l. 17	Sem ocorrência
<b>Q</b>	Sem ocorrência	 que FXC-BA-CER-1767, l. 7 	 Henrique FXC-BA-CER-1767, l. 2	Sem ocorrência




		<p><i>igual</i> Qual FXC-BA-CER-1767, l. 9</p> <p><i>que</i> FXC-BA-CER-1767, l. 24</p>		
R	<p><i>R</i> <i>Real</i> Real FXC-BA-CER-1767, l. 4</p> <p><i>Rio</i> Rio FXC-BA-CER-1767, l. 20</p> <p><i>Referido</i> Referido FXC-BA-CER-1767, l. 24</p>	Sem ocorrência	<p><i>Geral</i> Geral FXC-BA-CER-1767, l. 8</p> <p><i>interpolação</i> interpolação FXC-BA-CER-1767, l. 17</p>	<p><i>por</i> por FXC-BA-CER-1767, l. 7</p> <p><i>ser</i> ser FXC-BA-CER-1767, l. 13</p>
S	<p><i>Santos</i> Santos FXC-BA-CER-1767, l. 22</p>	<p><i>sim</i> sim FXC-BA-CER-1767, l. 22</p> <p><i>pasiey</i> pasiey FXC-BA-CER-1767, l. 26</p>	<p><i>disto</i> disto FXC-BA-CER-1767, l. 14</p>	<p><i>soldados</i> soldados FXC-BA-CER-1767, l. 14</p>
T	<p><i>Terço</i> Terço FXC-BA-CER-1767, l. 9</p>	<p><i>tem</i> tem FXC-BA-CER-1767, l. 22</p>	<p><i>determinado</i> determinado FXC-BA-CER-1767, l. 7</p>	Sem ocorrência
U	Sem ocorrência	Sem ocorrência	<p><i>numero</i> numero FXC-BA-CER-1767, l. 12</p>	<p><i>meu</i> meu FXC-BA-CER-1767, l. 9</p>
V	<p><i>Vermelho</i> Vermelho FXC-BA-CER-1767, l. 20</p>	<p><i>varias</i> varias FXC-BA-CER-1767, l. 20</p>	<p><i>Sylva</i> Sylva FXC-BA-CER-1767, l. 11</p>	Sem ocorrência



		 Xavier FXC-BA-CER-1767, l. 30		
W	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
X	 Xavier FXC-BA-CER-1767, l. 2  Xavier FXC-BA-CER-1767, l. 30	Sem ocorrência	 exerce FXC-BA-CER-1767, l. 18	 Felix FXC-BA-CER-1767, l. 12
Y	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 Sylva FXC-BA-CER-1767, l. 11	 pasiey FXC-BA-CER-1767, l. 26
Z	Sem ocorrência	 zello FXC-BA-CER-1767, l. 17	 vezes FXC-BA-CER-1767, l. 20	 exercioz FXC-BA-CER-1767, l. 23

Fonte: Elaborado pelo autor

Quanto à mão de Francisco Xavier Correia, as suas letras têm características arredondadas, com traçado pesado e *ductus* inclinado à direita, com exceção das hastes do <d>, voltados à esquerda; o *scriptor* apresenta módulo médio e laçada na assinatura. Outras particularidades de sua escrita estão descritas no quadro abaixo:

Quadro 14: Aspectos gráficos de Francisco Xavier Correia

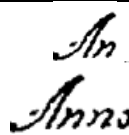
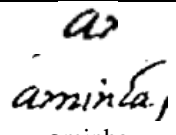
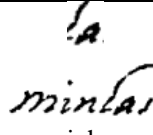
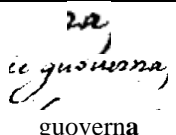
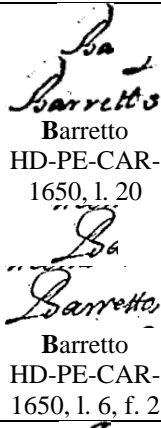
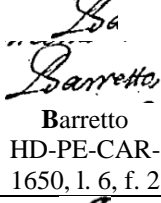
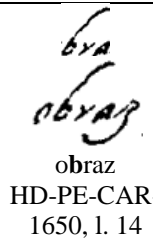
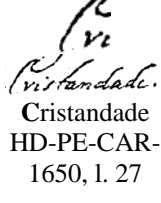

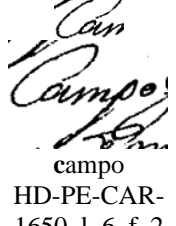
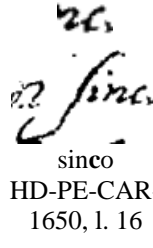
Grafema	Comentário	Exemplo
<h>	O grafema <h> lembra o <E> cursivo.	 CER-1767, l. 22
<j>	A grafia desta letra pode ser confundida com o <i> cursivo com traçado longo descendente. O contexto é importante para a diferenciação.	 CER-1767, l. 23
<R>	O grafema praticamente não apresenta curvatura.	

		CER-1767, l. 24
<r>	Assim como a sua forma maiúscula, o grafema tem a curvatura quase inexistente, levando à confusão com o <z>.	 CER-1767, l. 8
<z>	Em posição final de palavra, este grafema apresenta um traçado interessante, semelhante ao numeral 3 cursivo.	 CER-1767, l. 23

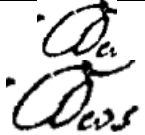
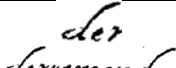
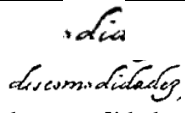

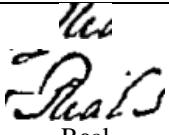
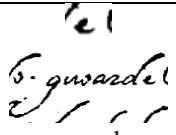
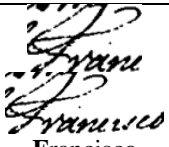
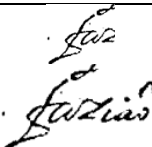

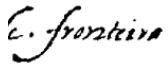
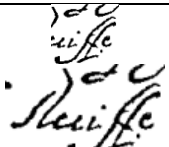
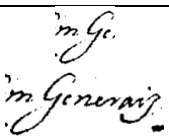
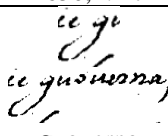
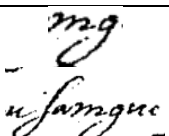

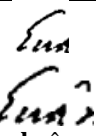
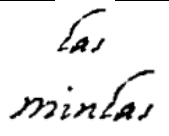
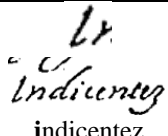
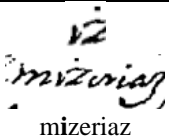
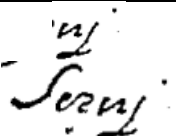
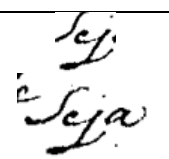
Fonte: Elaborado pelo autor

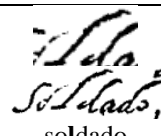
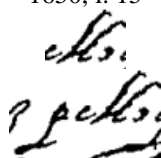
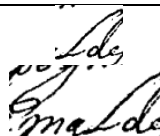

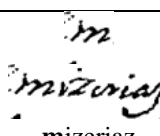
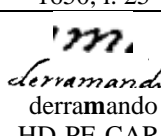
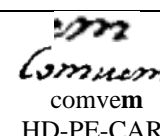
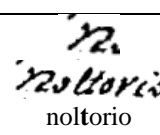
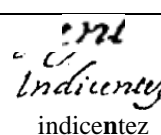



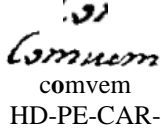
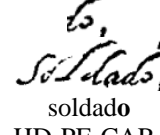
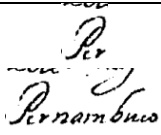
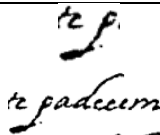
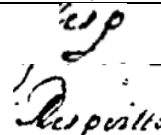
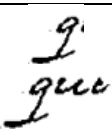

## 2.1.2.2.6 A mão de Henrique Dias

Quadro 15: Descrição escriptográfica de Henrique Dias


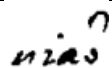
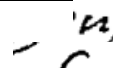

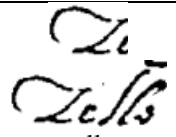
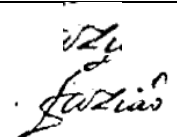
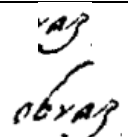
LETRA	MAIÚSCULA	INICIAL	MEDIAL	FINAL
A	 Anos HD-PE-CAR-1650, l. 16	 aminha HD-PE-CAR-1650, l. 22	 minhas HD-PE-CAR-1650, l. 14	 gouverna HD-PE-CAR-1650, l. 21
B	 Barretto HD-PE-CAR-1650, l. 20  Barretto HD-PE-CAR-1650, l. 6, f. 2	Sem ocorrência	 obraz HD-PE-CAR-1650, l. 14	Sem ocorrência
C	 Cristandade HD-PE-CAR-1650, l. 27	 conhece HD-PE-CAR-1650, l. 22  campo HD-PE-CAR-1650, l. 6, f. 2	 sinco HD-PE-CAR-1650, l. 16	Sem ocorrência



D	 Deos HD-PE-CAR- 1650, l. 26	 derramando, HD-PE-CAR- 1650, l. 9	 descomodidadez HD-PE-CAR- 1650, l. 17	Sem ocorrência
E	Sem ocorrência	 em HD-PE-CAR- 1650, l. 8	 Real HD-PE-CAR- 1650, l. 14	 guardel guoarde HD-PE-CAR- 1650, l. 26
F	 Francisco HD-PE-CAR- 1650, l. 6, f. 2	 fazia fazião HD-PE-CAR- 1650, l. 13  E. fro.  E. fronteira fronteira HD-PE-CAR- 1650, l. 27	 Reciffe HD-PE-CAR- 1650, l. 27	Sem ocorrência
G	 m. Ge. m. Generaiz Generaiz HD-PE-CAR- 1650, l. 12	 ce go ce guoswana, gouverna HD-PE-CAR- 1650, l. 21	 mg u sangue sangue HD-PE-CAR- 1650, l. 9	Sem ocorrência
H	 Henrique HD-PE-CAR- 1650, l. 1, f. 2	 hua hua HD-PE-CAR- 1650, l. 10	 minhas HD-PE-CAR- 1650, l. 14	Sem ocorrência
I	Sem ocorrência	 Indicentez indicentez HD-PE-CAR- 1650, l. 22	 mizeriaz mizeriaz HD-PE-CAR- 1650, l. 17	 servi servi HD-PE-CAR- 1650, l. 12
J	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 seja seja seja	Sem ocorrência

			HD-PE-CAR-1650, l. 24	
<b>K</b>	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
<b>L</b>	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 soldado HD-PE-CAR-1650, l. 15  pello HD-PE-CAR-1650, l. 25	 mal HD-PE-CAR-1650, l. 7, f. 2
<b>M</b>	 Magestade HD-PE-CAR-1650, l. 7	 mizeriaz HD-PE-CAR-1650, l. 17	 derramando HD-PE-CAR-1650, l. 9	 comvem HD-PE-CAR-1650, l. 25
<b>N</b>	Sem ocorrência	 noltorio HD-PE-CAR-1650, l. 9	 indicentez HD-PE-CAR-1650, l. 22	Sem ocorrência
<b>O</b>	 os HD-PE-CAR-1650, l. 1, f. 2	 os HD-PE-CAR-1650, l. 18	 noltorio HD-PE-CAR-1650, l. 9  comvem HD-PE-CAR-1650, l. 25	 soldado HD-PE-CAR-1650, l. 15
<b>P</b>	 Pernambuco HD-PE-CAR-1650, l. 27	 padecem HD-PE-CAR-1650, l. 24	 Respeitto HD-PE-CAR-1650, l. 21	Sem ocorrência
<b>Q</b>	Sem ocorrência	 que HD-PE-CAR-1650, l. 9	 Henrique HD-PE-CAR-1650, l. 1, f. 2	Sem ocorrência

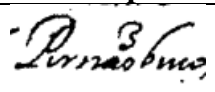


<p><b>R</b></p>	<p><i>Real</i> Real HD-PE-CAR- 1650, l. 14</p> <p><i>Reciffe</i> Reciffe HD-PE-CAR- 1650, l. 27</p>	<p>Sem ocorrência</p>	<p><i>mestres</i> mestres HD-PE-CAR- 1650, l. 18</p>	<p><i>ser</i> ser HD-PE-CAR- 1650, l. 19</p> <p><i>Remedear</i> Remedear HD-PE-CAR- 1650, l. 25</p>
<p><b>S</b></p>	<p><i>Serve</i> Serve HD-PE-CAR- 1650, l. 8, f. 2</p>	<p><i>Soldado</i> soldado HD-PE-CAR- 1650, l. 15</p>	<p><i>estimassão</i> estimassão HD-PE-CAR- 1650, l. 15</p> <p><i>conhecesem</i> conhecesem HD-PE-CAR- 1650, l. 15</p>	<p><i>os</i> os HD-PE-CAR- 1650, l. 18</p> <p><i>todos</i> todos HD-PE-CAR- 1650, l. 18</p>
<p><b>T</b></p>	<p>Sem ocorrência</p>	<p><i>todos</i> todos HD-PE-CAR- 1650, l. 24</p>	<p><i>noltorio</i> noltorio HD-PE-CAR- 1650, l. 9</p> <p><i>mestres</i> mestres HD-PE-CAR- 1650, l. 18</p> <p><i>Respeitto</i> Respeitto HD-PE-CAR- 1650, l. 21</p>	<p>Sem ocorrência</p>
<p><b>U</b></p>	<p>Sem ocorrência</p>	<p>Sem ocorrência</p>	<p><i>guoarde</i> guoarde HD-PE-CAR- 1650, l. 26</p>	<p><i>Sou</i> sou HD-PE-CAR- 1650, l. 23</p>







V	 Vossa HD-PE-CAR- 1650, l. 26	 vias viao HD-PE-CAR- 1650, l. 14	 servi HD-PE-CAR- 1650, l. 12	Sem ocorrência
W	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
X	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 deixar HD-PE-CAR- 1650, l. 10	Sem ocorrência
Y	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
Z	Sem ocorrência	 zello HD-PE-CAR- 1650, l. 9	 faziao HD-PE-CAR- 1650, l. 13	 obraz HD-PE-CAR- 1650, l. 14

Fonte: Elaborado pelo autor

As letras de Henrique Dias, o governador dos negros, são arredondadas e inclinadas à direita. Além disso, o *scriptor* apresenta o uso de módulo médio e traçado grosso. As particularidades da escrita de Henrique Dias que merecem destaque são as seguintes:

Quadro 16: Aspectos gráficos de Henrique Dias

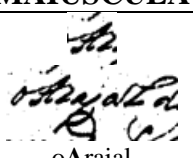
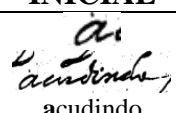
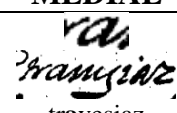
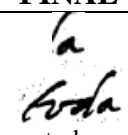

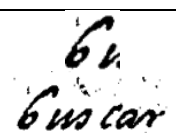
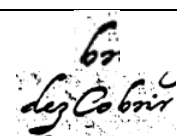
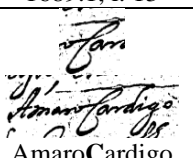
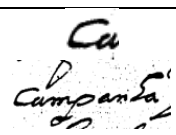
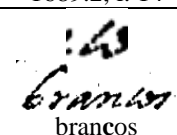
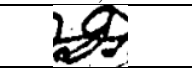

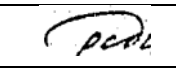
Grafema	Comentário	Exemplo
<~>	Uma particularidade interessante da escrita de Henrique Dias é a forma do diacrítico til, que se assemelha ao numeral três cardinal.	 CAR-1650, l. 16
<e>	Este grafema pode ser confundido com o <c> cursivo, sendo importante o contexto para a diferenciação.	 CAR-1650, l. 8
<h>	Como outros <i>scriptores</i> , o <h> é semelhante ao <E> cursivo. No caso específico de Henrique Dias, quase não há curvatura em sua grafia.	 CAR-1650, l. 14

<i>	Na posição final, este grafema pode ser confundido com o <j> medial.	 CAR-1650, l. 12
<j>	O <j> na posição medial assemelha-se ao <i> final. A distinção é feita através do contexto.	 CAR-1650, l. 24
<R>	Este é grafado praticamente sem curvaturas.	 CAR-1650, l. 27
<S>	Em sua forma maiúscula, este grafema é similar ao <t> cursivo.	 CAR-1650, l. 8, f. 2
<s>	Na posição medial, algumas ocorrências deste grafema podem ser confundidas com o grafema <j> cursivo.	 CAR-1650, l. 15
<ss>	Na grafia deste dígrafo, o primeiro <s> é similar a um traço na vertical.	 CAR-1650, l. 15

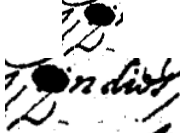
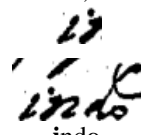

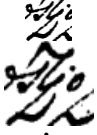
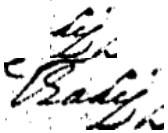
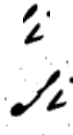
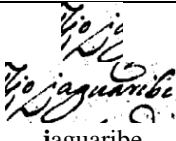
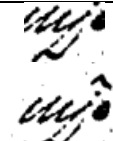
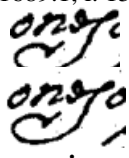
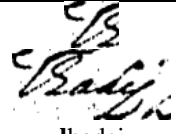
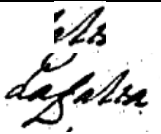
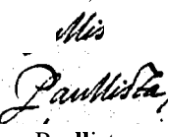
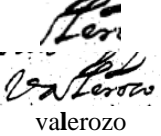
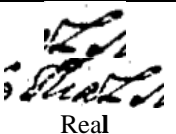
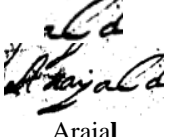
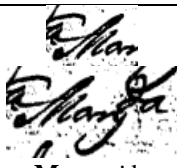
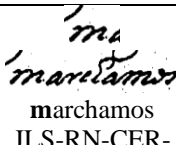
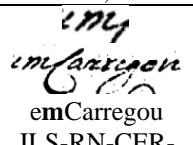
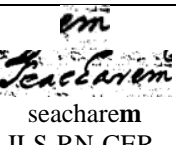
Fonte: Elaborado pelo autor

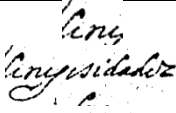
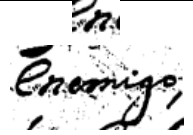

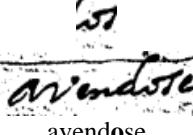
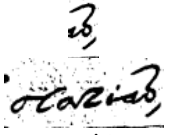
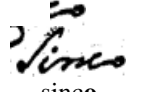
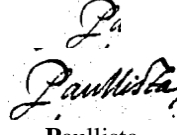
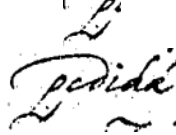
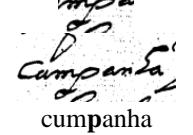

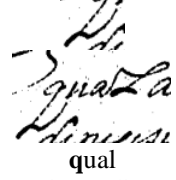
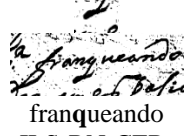

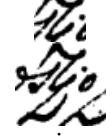

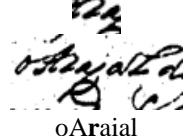
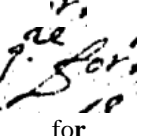
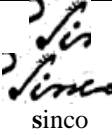
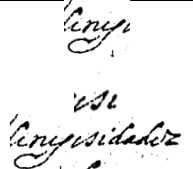
## 2. .1.2.2.7 A mão de Jorge Luís Soares

Quadro 17: Descrição escriptográfica de Jorge Luís Soares

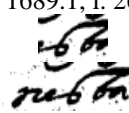
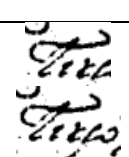
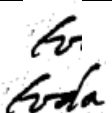
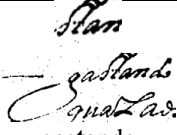
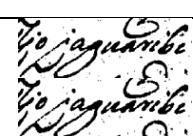

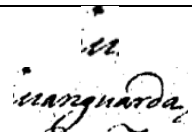
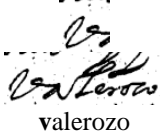
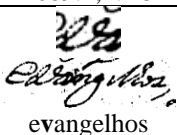
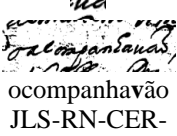
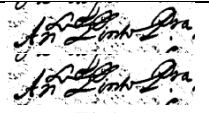
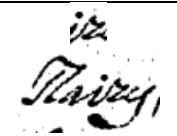
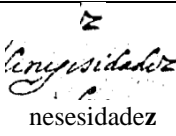
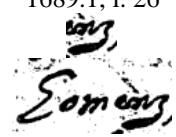
LETRA	MAIÚSCULA	INICIAL	MEDIAL	FINAL
A	 oAraial JLS-RN-CER-1689.1, l. 11	 acudindo JLS-RN-CER-1689.2, l. 24	 travesiaz JLS-RN-CER-1689.1, l. 14	 toda JLS-RN-CER-1689.2, l. 27
B	 Barbaro JLS-RN-CER-1689.1, l. 13	 buscar JLS-RN-CER-1689.1, l. 19	 descobrir JLS-RN-CER-1689.2, l. 14	Sem ocorrência
C	 AmaroCardigo JLS-RN-CER-1689.2, l. 20	 cumpanha JLS-RN-CER-1689.2, l. 23	 brancos JLS-RN-CER-1689.1, l. 9	Sem ocorrência
D				Sem ocorrência

	 que Deus JLS-RN-CER- 1689.1, 1. 4	 descuberto JLS-RN-CER- 1689.2, 1. 18	 pedida JLS-RN-CER- 1689.1, 1. 33	
E	 Evangelhos JLS-RN-CER- 1689.2, 1. 28	 e JLS-RN-CER- 1689.1, 1. 29  em Carregou JLS-RN-CER- 1689.1, 1. 30  enemigo JLS-RN-CER- 1689.2, 1. 15	 meu JLS-RN-CER- 1689.1, 1. 26  vezes JLS-RN-CER- 1689.2, 1. 15	 obediente JLS-RN-CER- 1689.1, 1. 30
F	 Fevereiro JLS-RN-CER- 1689.2, 1. 31	 for JLS-RN-CER- 1689.1, 1. 31	 officiaiz JLS-RN-CER- 1689.2, 1. 25  Referido JLS-RN-CER- 1689.2, 1. 28	Sem ocorrência
G	Sem ocorrência	 gastando JLS-RN-CER- 1689.1, 1. 24	 inimigos JLS-RN-CER- 1689.1, 1. 23	Sem ocorrência
H	Sem ocorrência	 homenz JLS-RN-CER- 1689.2, 1. 14	 marchamos JLS-RN-CER- 1689.1, 1. 12	Sem ocorrência

I	Sem ocorrência	 indios JLS-RN-CER-1689.1, l. 10  indo JLS-RN-CER-1689.1, l. 10	 diaz JLS-RN-CER-1689.2, l. 17  rio JLS-RN-CER-1689.1, l. 15	 lhadei JLS-RN-CER-1689.1, l. 33  si JLS-RN-CER-1689.2, l. 22
J	Sem ocorrência	 jaguaribe JLS-RN-CER-1689.1, l. 15	 cujo JLS-RN-CER-1689.1, l. 15  nojo JLS-RN-CER-1689.1, l. 16	Sem ocorrência
K	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
L	Sem ocorrência	 lhadei JLS-RN-CER-1689.1, l. 33	 dafalta JLS-RN-CER-1689.1, l. 17  Paullista JLS-RN-CER-1689.1, l. 19  valerozo JLS-RN-CER-1689.2, l. 26	 Real JLS-RN-CER-1689.1, l. 28  Araial JLS-RN-CER-1689.2, l. 30
M	 Margarida JLS-RN-CER-1689.2, l. 30	 marchamos JLS-RN-CER-1689.1, l. 12	 emCarregou JLS-RN-CER-1689.1, l. 30	 seacharem JLS-RN-CER-1689.2, l. 15

N	Sem ocorrência	 necessidadez JLS-RN-CER- 1689.1, l. 26	 enemigo JLS-RN-CER- 1689.2, l. 15	Sem ocorrência
O	Sem ocorrência	 oCaziõins JLS-RN-CER- 1689.1, l. 27	 avendose JLS-RN-CER- 1689.2, l. 20	 oCazião JLS-RN-CER- 1689.2, l. 19   sinco JLS-RN-CER- 1689.2, l. 23
P	 Paullista JLS-RN-CER- 1689.1, l. 19	 pedida JLS-RN-CER- 1689.1, l. 33	 cumpanha JLS-RN-CER- 1689.2, l. 23	Sem ocorrência
Q	Sem ocorrência	 que JLS-RN-CER- 1689.1, l. 9   qual JLS-RN-CER- 1689.1, l. 25	 franqueando JLS-RN-CER- 1689.2, l. 16	Sem ocorrência
R	 Raizes JLS-RN-CER- 1689.1, l. 14	 rio JLS-RN-CER- 1689.1, l. 15	 brancos JLS-RN-CER- 1689.1, l. 9   oAraial JLS-RN-CER- 1689.1, l. 11	 for JLS-RN-CER- 1689.1, l. 31
S	Sem ocorrência	 sinco	 eseis	









		JLS-RN-CER-1689.2, 1. 23	nesesidadez JLS-RN-CER-1689.1, 1. 26  nesta JLS-RN-CER-1689.2, 1. 23	JLS-RN-CER-1689.1, 1. 13
T	 Terço JLS-RN-CER-1689.1, 1. 26	 toda JLS-RN-CER-1689.2, 1. 27	 gastando JLS-RN-CER-1689.1, 1. 24	Sem ocorrência
U	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 jaguaribe JLS-RN-CER-1689.1, 1. 15	 Retirou JLS-RN-CER-1689.1, 1. 17
V	Sem ocorrência	 vanguarda JLS-RN-CER-1689.1, 1. 29  valerozo JLS-RN-CER-1689.2, 1. 26	 evangelhos JLS-RN-CER-1689.1, 1. 32  acompanhavo JLS-RN-CER-1689.2, 1. 12	Sem ocorrência
W	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
X	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
Y	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
Z	 Antonio Zinho Pereira JLS-RN-CER-1689.2, 1. 13	Sem ocorrência	 Raizes JLS-RN-CER-1689.1, 1. 14	 nesesidadez JLS-RN-CER-1689.1, 1. 26  homenz JLS-RN-CER-1689.2, 1. 14

Fonte: Elaborado pelo autor

As letras de Jorge Luís Soares são arredondadas e inclinadas à direita, com exceção das hastes do grafema <d>, voltados à esquerda. O *scriptor* faz uso de módulos

médios, cujo traçado é grosso. As demais particularidades de sua escrita são apresentadas no quadro abaixo:



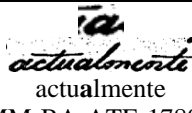

**Quadro 18:** Aspectos gráficos de Jorge Luís Soares



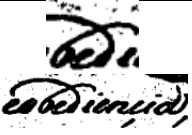
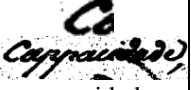



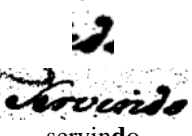



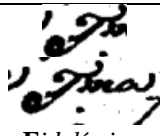
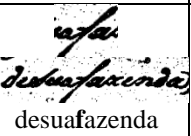
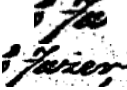






Grafema	Comentário	Exemplo
<e>	Em algumas ocorrências na posição medial, este grafema é traçado com apenas um risco, similar ao <i>.	 CER-1689.1, l. 26
<h>	Este grafema assemelha-se ao <E> cursivo.	 CER-1689.2, l. 14
<i>	Em algumas ocorrências nas posições medial e final, este grafema pode ser confundido com o <j> do <i>scriptor</i> . O contexto é importante para a identificação.	 CER-1689.1, l. 33
<j>	Nas posições inicial e medial, este grafema pode ser confundido com o <i> do <i>scriptor</i> . A distinção é feita pelo contexto.	 CER-1689.1, l. 15
<R>	Este é grafado praticamente sem curvaturas.	 CER-1689.1, l. 14
<s>	Em determinadas ocorrências, este grafema lembra o numeral cardinal seis.	 CER-1689.2, l. 23

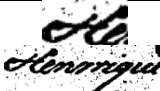






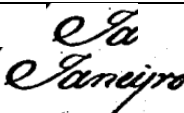
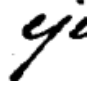

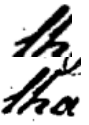
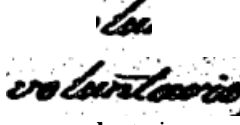


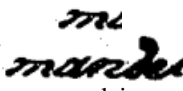
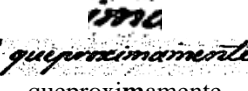
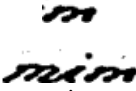

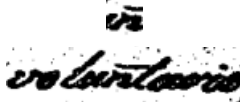
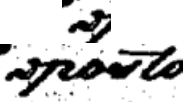




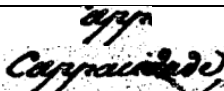
Fonte: Elaborado pelo autor





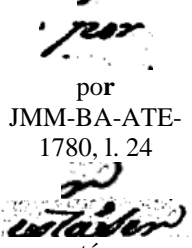


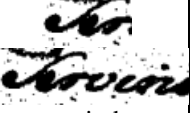



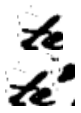
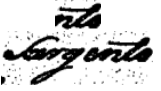


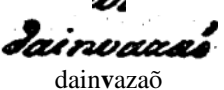

#### 2. .1.2.2.8 A mão de José Mendes de Morais

**Quadro 19:** Descrição escriptográfica de José Mendes de Morais

LETRA	MAIÚSCULA	INICIAL	MEDIAL	FINAL
A	 Ajudante JMM-BA-ATE-1780, l. 18	 anno JMM-BA-ATE-1780, l. 19	 actualmente JMM-BA-ATE-1780, l. 11	 ehonra JMM-BA-ATE-1780, l. 14

B	 Bahia JMM-BA-ATE-1780, l. 25	 bem JMM-BA-ATE-1780, l. 17	 eobediencia JMM-BA-ATE-1780, l. 17	Sem ocorrência
C	Sem ocorrência	 cappacidade JMM-BA-ATE-1780, l. 14	 principalmente JMM-BA-ATE-1780, l. 18	Sem ocorrência
D	 Dias JMM-BA-ATE-1780, l. 3	 desde JMM-BA-ATE-1780, l. 12	 servindo JMM-BA-ATE-1780, l. 17	Sem ocorrência
E	Sem ocorrência	 estáser JMM-BA-ATE-1780, l. 10	 Terço JMM-BA-ATE-1780, l. 10	 Ajudante JMM-BA-ATE-1780, l. 18
F	 Fidelíssima JMM-BA-ATE-1780, l. 23	 desuafazenda JMM-BA-ATE-1780, l. 17  fazer JMM-BA-ATE-1780, l. 20  for JMM-BA-ATE-1780, l. 23  servidafazerlho JMM-BA-ATE-1780, l. 23	 Alferes JMM-BA-ATE-1780, l. 13	Sem ocorrência
G	 Guarde JMM-BA-ATE-1780, l. 5	 daguar JMM-BA-ATE-1780, l. 5	 sargento JMM-BA-ATE-1780, l. 12	Sem ocorrência

H	 Henrique JMM-BA-ATE-1780, l. 3  Hespanhoes JMM-BA-ATE-1780, l. 3	 ehonra JMM-BA-ATE-1780, l. 14	 hepertenderaõ JMM-BA-ATE-1780, l. 20	Sem ocorrência
I	Sem ocorrência	 invisivel JMM-BA-ATE-1780, l. 16	 seis JMM-BA-ATE-1780, l. 12	 mandei JMM-BA-ATE-1780, l. 24
J	 Janeyro JMM-BA-ATE-1780, l. 26	 ejurada JMM-BA-ATE-1780, l. 25	 Ajudante JMM-BA-ATE-1780, l. 18	Sem ocorrência
K	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
L	Sem ocorrência	 Iha JMM-BA-ATE-1780, l. 24	 voluntario JMM-BA-ATE-1780, l. 12	 ágil JMM-BA-ATE-1780, l. 21
M	 Magestade JMM-BA-ATE-1780, l. 23	 mandei JMM-BA-ATE-1780, l. 24	 quiximamente JMM-BA-ATE-1780, l. 13	 mim JMM-BA-ATE-1780, l. 24
N	Sem ocorrência	 no JMM-BA-ATE-1780, l. 19	 voluntario JMM-BA-ATE-1780, l. 12	Sem ocorrência
O	Sem ocorrência	 oposto JMM-BA-ATE-1780, l. 13	 soldado JMM-BA-ATE-1780, l. 12	 Sargento JMM-BA-ATE-1780, l. 12
P				Sem ocorrência

	 Pereira JMM-BA-ATE-1780, l. 9	 por JMM-BA-ATE-1780, l. 24	cappacidade JMM-BA-ATE-1780, l. 14	
Q	Sem ocorrência	 que JMM-BA-ATE-1780, l. 20	Sem ocorrência	Sem ocorrência
R	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 ehonrras JMM-BA-ATE-1780, l. 22	 estáser JMM-BA-ATE-1780, l. 10
S	 Santos JMM-BA-ATE-1780, l. 25  Sua JMM-BA-ATE-1780, l. 22	 servindo JMM-BA-ATE-1780, l. 17	 desde JMM-BA-ATE-1780, l. 12	 seu JMM-BA-ATE-1780, l. 12
T	 Terço JMM-BA-ATE-1780, l. 10	 te JMM-BA-ATE-1780, l. 13	 sargento JMM-BA-ATE-1780, l. 12	Sem ocorrência
U	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 supra JMM-BA-ATE-1780, l. 12	Sem ocorrência
V	Sem ocorrência	 valor JMM-BA-ATE-1780, l. 14	 dainvazaõ JMM-BA-ATE-1780, l. 20	Sem ocorrência
W	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
X	Sem ocorrência	Sem ocorrência		Sem ocorrência

			faxinas JMM-BA-ATE-1780, l. 16	
<b>Y</b>	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 Janeyro JMM-BA-ATE-1780, l. 26	Sem ocorrência
<b>Z</b>	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 edespeza JMM-BA-ATE-1780, l. 17	Sem ocorrência

**Fonte:** Elaborado pelo autor

As letras de José Mendes de Moraes são arredondadas, com inclinação à direita – à exceção da haste do grafema <d>, voltado para a esquerda –. Além disso, o módulo utilizado pelo *scriptor* é médio e seu traçado é grosso, pesado, provavelmente devido ao instrumento de escrita e à tinta. Outras particularidades são descritas no quadro a seguir:

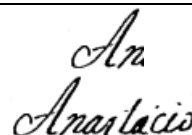
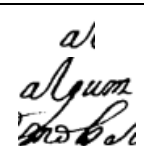
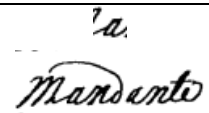
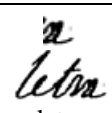
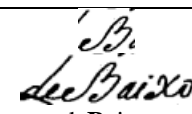


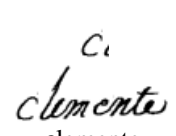
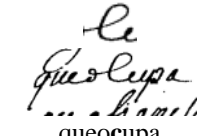
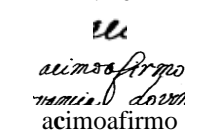


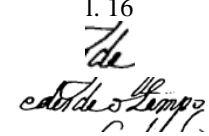
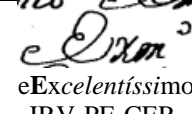


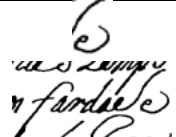
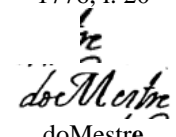
**Quadro 20:** Aspectos gráficos de José Mendes de Moraes

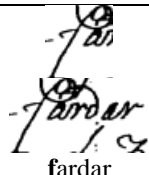
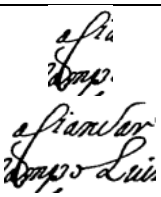
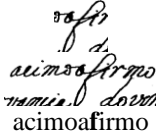



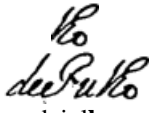

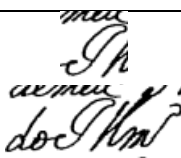
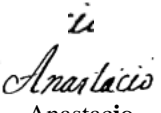
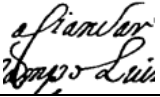

<b>Grafema</b>	<b>Comentário</b>	<b>Exemplo</b>
<e>	A sua grafia assemelha-se ao <c> cursivo.	 ATE-1780, l. 10
<f>	Na posição inicial, em algumas ocorrências, a sua grafia lembra o numeral cardinal sete.	 ATE-1780, l. 20
<f>	Em outras ocorrências, o grafema <f> pode ser confundido com o <j> cursivo.	 ATE-1780, l. 23
<J>	Nesta forma, o <J> é grafado como um <I> cursivo maiúsculo.	 ATE-1780, l. 26
<j>	Nas posições inicial e medial, este grafema pode ser confundido com o <y> do <i>scriptor</i> .	 ATE-1780, l. 25
<y>	Na posição medial, pode ser confundido com a grafia do <j> utilizada pelo <i>scriptor</i> .	 ATE-1780, l. 26

**Fonte:** Elaborado pelo autor


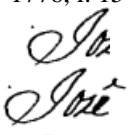
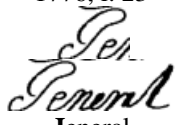
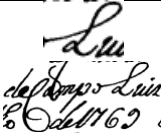




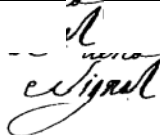

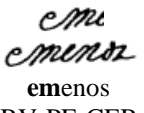
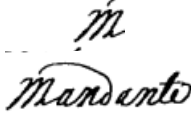
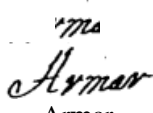
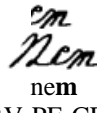
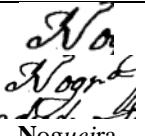


2. .1.2.2.9 A mão de José Rabelo de Vasconcelos

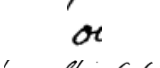
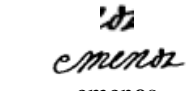


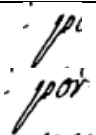
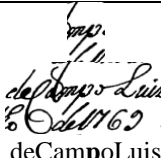

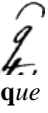
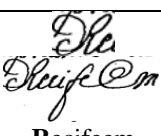

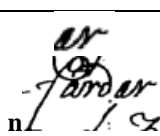
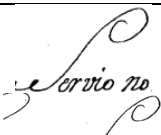

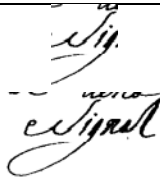



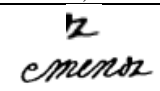
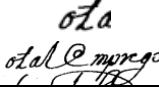
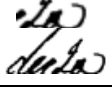
Quadro 21: Descrição escriptográfica de José Rabelo de Vasconcelos

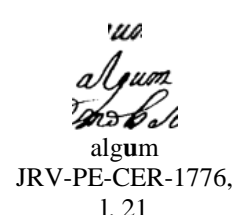
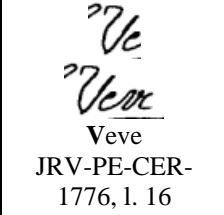
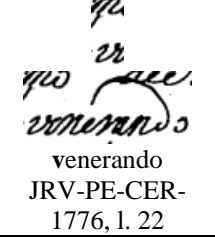
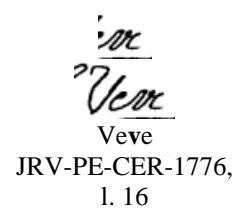
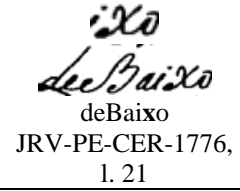
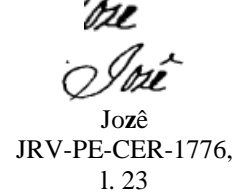
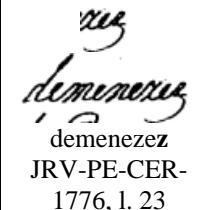
LETRA	MAIÚSCULA	INICIAL	MEDIAL	FINAL
A	 Anastacio JRV-PE-CER-1776, l. 15	 algum JRV-PE-CER-1776, l. 21	 mandante JRV-PE-CER-1776, l. 16	 letra JRV-PE-CER-1776, l. 25
B	 deBaixo JRV-PE-CER-1776, l. 21	Sem ocorrência	 Pernambuco JRV-PE-CER-1776, l. 24	Sem ocorrência
C	 desta Capitania JRV-PE-CER-1776, l. 24	 clemente JRV-PE-CER-1776, l. 15	 que ocupa JRV-PE-CER-1776, l. 20   acimoafirmo JRV-PE-CER-1776, l. 21	Sem ocorrência
D	Sem ocorrência	 desta Capitania JRV-PE-CER-1776, l. 24	 mandante JRV-PE-CER-1776, l. 16   edes deotempo JRV-PE-CER-1776, l. 19	Sem ocorrência
E	 eExcelentissimo JRV-PE-CER-1776, l. 23	 esta JRV-PE-CER-1776, l. 25	 nem JRV-PE-CER-1776, l. 16	 fardase JRV-PE-CER-1776, l. 20   do Mestre

				JRV-PE-CER-1776, l. 18
<b>F</b>	Sem ocorrência	 fardar JRV-PE-CER-1776, l. 17	 afiansar JRV-PE-CER-1776, l. 17  acimoafirmo JRV-PE-CER-1776, l. 21  Recifeem JRV-PE-CER-1776, l. 25	Sem ocorrência
<b>G</b>	 Meu Gover JRV-PE-CER-1776, l. 23	Sem ocorrência	 esignal JRV-PE-CER-1776, l. 25	Sem ocorrência
<b>H</b>	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 de julho JRV-PE-CER-1776, l. 19  Deminha JRV-PE-CER-1776, l. 25	Sem ocorrência
<b>I</b>	 do Illustrissimo JRV-PE-CER-1776, l. 23	Sem ocorrência	 Anastacio JRV-PE-CER-1776, l. 15  afiansar	 paisei JRV-PE-CER-1776, l. 24



			afiansar JRV-PE-CER-1776, l. 17	
J	 Jozê JRV-PE-CER-1776, l. 15  Jozê JRV-PE-CER-1776, l. 23  Jeneral JRV-PE-CER-1776, l. 24	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
K	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
L	 de Campo Luis JRV-PE-CER-1776, l. 18	 letra JRV-PE-CER-1776, l. 25	 nelle JRV-PE-CER-1776, l. 16  soldado JRV-PE-CER-1776, l. 21  Jeneral JRV-PE-CER-1776, l. 24	 esignal JRV-PE-CER-1776, l. 25
M	 Mor JRV-PE-CER-1776, l. 19	 emenos JRV-PE-CER-1776, l. 17  Mandante JRV-PE-CER-1776, l. 16	 Armar JRV-PE-CER-1776, l. 17	 nem JRV-PE-CER-1776, l. 16
N	 Nogueira	 nelle JRV-PE-CER-1776, l. 16	 consta JRV-PE-CER-1776, l. 20	Sem ocorrência

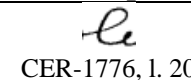
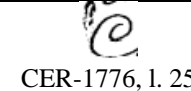
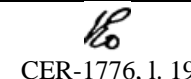
	JRV-PE-CER-1776, l. 18			
O	Sem ocorrência	 ou ouafiansase JRV-PE-CER-1776, l. 21	 emenos JRV-PE-CER-1776, l. 17	 Posto JRV-PE-CER-1776, l. 22
P	 Prasa JRV-PE-CER-1776, l. 16	 por JRV-PE-CER-1776, l. 17	 de Campo Luis JRV-PE-CER-1776, l. 18  Capitam JRV-PE-CER-1776, l. 24	Sem ocorrência
Q	Sem ocorrência	 que JRV-PE-CER-1776, l. 15	Sem ocorrência	Sem ocorrência
R	 Recifeem JRV-PE-CER-1776, l. 25	Sem ocorrência	 Prasa JRV-PE-CER-1776, l. 16	 fardar JRV-PE-CER-1776, l. 17
S	 Servio no nunca Servio JRV-PE-CER-1776, l. 15  Soldado JRV-PE-CER-1776, l. 21	 esignal JRV-PE-CER-1776, l. 25	 consta JRV-PE-CER-1776, l. 20  Posto JRV-PE-CER-1776, l. 22  paisei JRV-PE-CER-1776, l. 24	 emenos JRV-PE-CER-1776, l. 17
T	Sem ocorrência	 otal JRV-PE-CER-1776, l. 21	 dentado JRV-PE-CER-1776, l. 24	Sem ocorrência



		otalemprego JRV-PE-CER- 1776, l. 20	desta JRV-PE-CER-1776, l. 22	
U	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 u meu JRV-PE-CER- 1776, l. 19	
V	 Ve Vem JRV-PE-CER- 1776, l. 16	 venerando JRV-PE-CER- 1776, l. 22	 Veve JRV-PE-CER-1776, l. 16	Sem ocorrência
W	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
X	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 deBaixo JRV-PE-CER-1776, l. 21	Sem ocorrência
Y	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
Z	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 Jozê JRV-PE-CER-1776, l. 23	 demenezez JRV-PE-CER- 1776, l. 23

Fonte: Elaborado pelo autor

As letras de José Rabelo de Vasconcelos, no único testemunho encontrado de sua autoria, são arredondadas, com traçado fino e inclinação à direita – mais uma vez, à exceção da haste do grafema <d>, voltado à esquerda –, e módulo médio. Descrevemos, no quadro abaixo, outras especificidades de sua escrita:

Quadro 22: Aspectos gráficos de José Rabelo de Vasconcelos

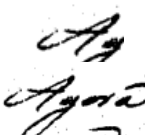


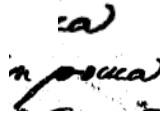
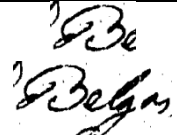

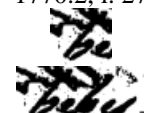
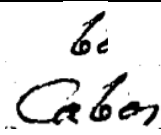
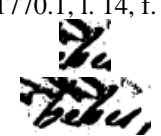
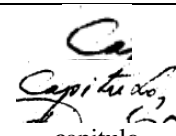
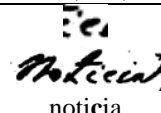
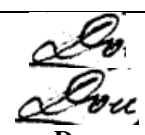
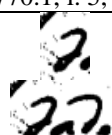
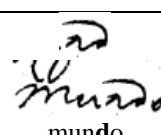




Grafema	Comentário	Exemplo
<c>	Na posição medial, este grafema assemelha-se ao <e> cursivo.	 CER-1776, l. 20
<e>	Na posição inicial, este grafema lembra o <c> cursivo.	 CER-1776, l. 25
<h>	Em algumas ocorrências, este grafema é semelhante a um <E> cursivo.	 CER-1776, l. 19

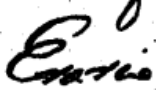

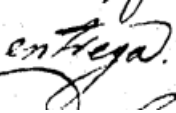
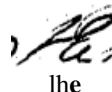
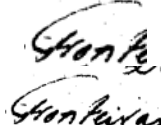

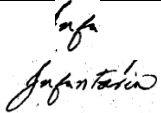
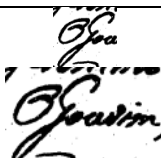
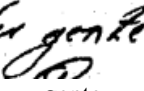
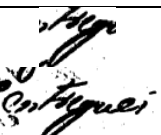
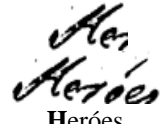

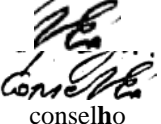
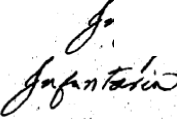
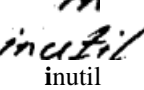

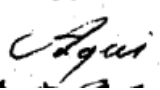
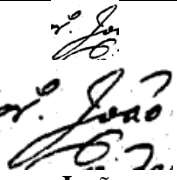
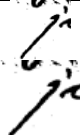
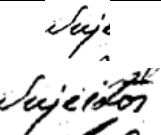
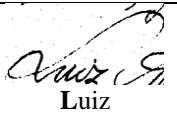
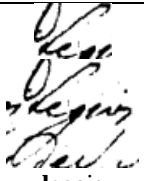
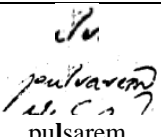

<I>	Pode ser confundido com o grafema <J> utilizado pelo <i>scriptor</i> . Consideramos o contexto para distingui-los.	 CER-1776, l. 23
<J>	Confunde-se com o grafema <I> utilizado pelo <i>scriptor</i> . O contexto é responsável pela diferenciação.	 CER-1776, l. 15

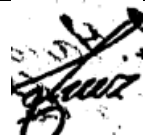
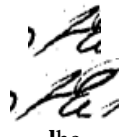

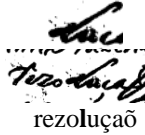
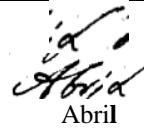

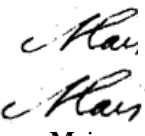

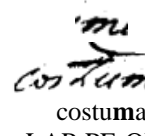
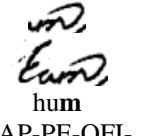
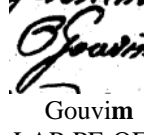
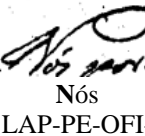

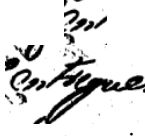
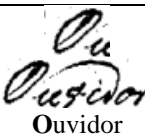
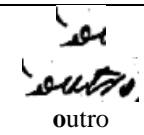
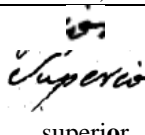
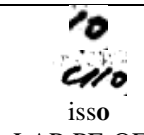
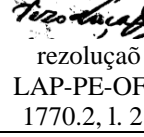

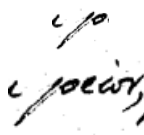
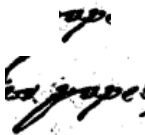
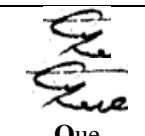

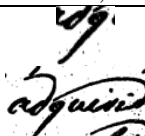
Fonte: Elaborado pelo autor

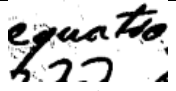

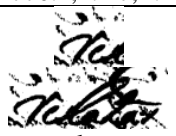
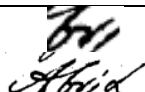
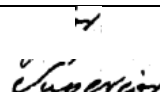
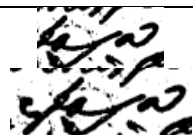
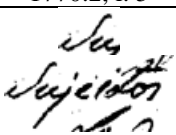
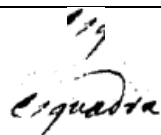

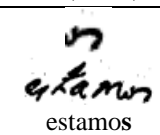

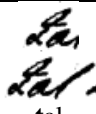
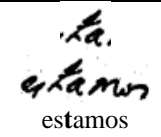

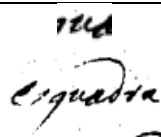

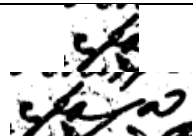
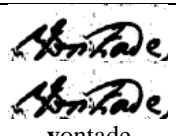
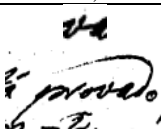
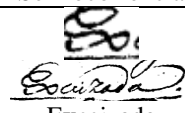
## 2. .1.2.2.10 A mão de Luís Álvares Pinto

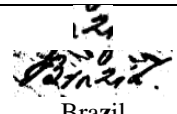
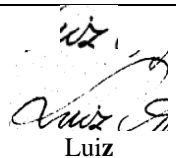
Quadro 23: Descrição escriptográfica de Luís Álvares Pinto

LETRA	MAIÚSCULA	INICIAL	MEDIAL	FINAL
A	 Agora LAP-PE-OFI-1770.1, l. 31, f. 3	 ainda LAP-PE-OFI-1770.1, l. 2, f. 2	 mandado LAP-PE-OFI-1770.2, l. 24	 pouca LAP-PE-OFI-1770.2, l. 19
B	 Belgas LAP-PE-OFI-1770.1, l. 36	 baixa LAP-PE-OFI-1770.2, l. 27  beber LAP-PE-OFI-1770.2, l. 3, f. 2	 cabos LAP-PE-OFI-1770.1, l. 14, f. 3  beber LAP-PE-OFI-1770.2, l. 3, f. 2	Sem ocorrência
C	Sem ocorrência	 capitulo LAP-PE-OFI-1770.1, l. 5, f. 3	 noticia LAP-PE-OFI-1770.2, l. 17	Sem ocorrência
D	 Dou LAP-PE-OFI-1770.1, l. 11	 dado LAP-PE-OFI-1770.2, l. 24, f. 2	 mundo LAP-PE-OFI-1770.1, l. 23, f. 3	Sem ocorrência
E			 foante	 Montade

	 Erario LAP-PE-OFI- 1770.2, l. 18	 elle LAP-PE-OFI- 1770.1, l. 8	doente LAP-PE-OFI- 1770.2, l. 17	vontade LAP-PE-OFI- 1770.2, l. 14, f. 2
		 entrega LAP-PE-OFI- 1770.1, l. 8		 lhe LAP-PE-OFI- 1770.1, l. 32, f. 3
F	 Fronteiras LAP-PE-OFI- 1770.1, l. 24, f. 2	 feitos LAP-PE-OFI- 1770.2, l. 17	 Infanteria LAP-PE-OFI- 1770.1, l. 7, f. 2	Sem ocorrência
G	 Gouvim LAP-PE-OFI- 1770.2, l. 14	 gente LAP-PE-OFI- 1770.1, l. 23, f. 3	 entreguei LAP-PE-OFI- 1770.2, l. 9	Sem ocorrência
H	 Herões LAP-PE-OFI- 1770.1, l. 11, f. 3	 hum LAP-PE-OFI- 1770.1, l. 19, f. 2	 conselho LAP-PE-OFI- 1770.1, l. 13, f. 2	Sem ocorrência
I	 Infanteria LAP-PE-OFI- 1770.1, l. 7, f. 2	 inutil LAP-PE-OFI- 1770.1, l. 28, f. 3	 Brazil LAP-PE-OFI- 1770.2, l. 31, f. 2	 Aqui LAP-PE-OFI- 1770.1, l. 30, f. 2
J	 João LAP-PE-OFI- 1770.1, l. 17, f. 3	 já LAP-PE-OFI- 1770.2, l. 12	 sujeitos LAP-PE-OFI- 1770.1, l. 14	Sem ocorrência
K	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
L	 Luiz LAP-PE-OFI- 1770.1, l. 41, f. 3	 legais	 pulsarem LAP-PE-OFI- 1770.1, l. 16, f. 3	 tal LAP-PE-OFI- 1770.1, l. 34, f. 2

	 LAP-PE-OFI- 1770.2, l. 1	LAP-PE-OFI- 1770.1, l. 31  lhe LAP-PE-OFI- 1770.1, l. 32, f. 3	 relatar LAP-PE-OFI- 1770.2, l. 5  resolução LAP-PE-OFI- 1770.2, l. 21	 Abril LAP-PE-OFI- 1770.1, l. 37, f. 3  papel LAP-PE-OFI- 1770.2, l. 6
M	 Mais LAP-PE-OFI- 1770.1, l. 8	 minha LAP-PE-OFI- 1770.2, l. 20	 costuma LAP-PE-OFI- 1770.1, l. 7	 hum LAP-PE-OFI- 1770.1, l. 19, f. 2  Gouvim LAP-PE-OFI- 1770.2, l. 14
N	 Nós LAP-PE-OFI- 1770.1, l. 1, f. 2	 noticia LAP-PE-OFI- 1770.2, l. 17	 entreguei LAP-PE-OFI- 1770.2, l. 9	Sem ocorrência
O	 Ouvidor LAP-PE-OFI- 1770.1, l. 18	 outro LAP-PE-OFI- 1770.1, l. 12, f. 2	 superior LAP-PE-OFI- 1770.1, l. 22, f. 2	 isso LAP-PE-OFI- 1770.2, l. 24  resolução LAP-PE-OFI- 1770.2, l. 21
P	 Pretos LAP-PE-OFI- 1770.1, l. 34	 peior LAP-PE-OFI- 1770.1, l. 25	 papel LAP-PE-OFI- 1770.2, l. 6	Sem ocorrência
Q	 Que LAP-PE-OFI- 1770.1, l. 26, f. 2	 que LAP-PE-OFI- 1770.1, l. 28, f. 2	 adquirido LAP-PE-OFI- 1770.2, l. 4, f. 2	Sem ocorrência








		 quatro LAP-PE-OFI- 1770.2, 1. 27, f. 2		
R	 Rei LAP-PE-OFI- 1770.1, 1. 14, f. 2	 relatar LAP-PE-OFI- 1770.2, 1. 5	 Abril LAP-PE-OFI- 1770.1, 1. 37, f. 3	 Superior LAP-PE-OFI- 1770.1, 1. 22, f. 2
S	 VossaSenhoria LAP-PE-OFI- 1770.2, 1. 22, f. 2	 Sujeitos LAP-PE-OFI- 1770.1, 1. 14	 esquadra LAP-PE-OFI- 1770.1, 1. 25  isso LAP-PE-OFI- 1770.2, 1. 24	 estamos LAP-PE-OFI- 1770.1, 1. 2, f. 2
T	 Terços LAP-PE-OFI- 1770.2, 1. 18	 tal LAP-PE-OFI- 1770.1, 1. 34, f. 2	 estamos LAP-PE-OFI- 1770.1, 1. 2, f. 2  attenderá LAP-PE-OFI- 1770.2, 1. 10, f. 2	Sem ocorrência
U	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 esquadra LAP-PE-OFI- 1770.1, 1. 25	 seu LAP-PE-OFI- 1770.2, 1. 26
V	 VossaSenhoria LAP-PE-OFI- 1770.2, 1. 22, f. 2	 vontade LAP-PE-OFI- 1770.2, 1. 14, f. 2	 provado LAP-PE-OFI- 1770.1, 1. 10, f. 3	Sem ocorrência
W	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
X	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 Exceizada	Sem ocorrência

			LAP-PE-OFI-1770.1, l. 29	
<b>Y</b>	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
<b>Z</b>	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 Brazil LAP-PE-OFI-1770.2, l. 31, f. 2	 Luiz LAP-PE-OFI-1770.1, l. 41, f. 3


Fonte: Elaborado pelo autor

As letras de Luís Álvares Pinto são arredondadas e inclinadas à direita, com a peculiaridade das hastes do grafema <d>, que são voltadas para a esquerda. O *scriptor* apresenta módulo médio e traçado de peso fino. A disposição caligráfica nos dois testemunhos de Luís Álvares Pinto indica uma escrita apressada, com linhas sobrepostas umas às outras e uso de toda a mancha do papel. Outras particularidades do *scriptor* são apresentadas no quadro abaixo:

Quadro 24: Aspectos gráficos de Luís Álvares Pinto

Grafema	Comentário	Exemplo
<c>	Em algumas ocorrências, este grafe assemelha-se ao <e> utilizado pelo <i>scriptor</i> . O contexto é importante para a distinção.	 OFI-1770.2, l. 17
<e>	Uma formada grafia do <e> utilizada pelo <i>scriptor</i> confunde-se com o seu <c>.	 OFI-1770.2, l. 17
<h>	Nas posições inicial e medial, é semelhante ao grafema <E> utilizado pelo <i>scriptor</i> . Mais uma vez, o contexto é necessário para diferenciá-los.	 OFI-1770.1, l. 19, f. 2  OFI-1770.1, l. 13, f. 2
<I>	Em sua forma maiúscula, este grafema pode ser confundido com um <j> cursivo.	 OFI-1770.1, l. 7, f. 2
<j>	Nas posições inicial e medial, este grafema assemelha-se ao <i>.	 OFI-1770.2, l. 12
<Q>	A sua forma maiúscula é similar ao numeral cardinal nove.	 OFI-1770.1, l. 26, f. 2




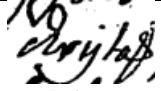

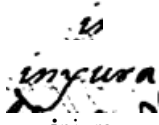
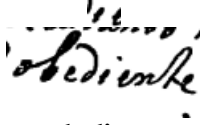
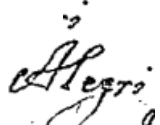



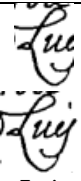
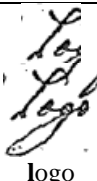
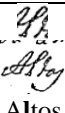

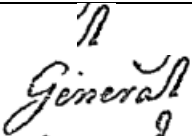
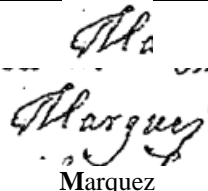

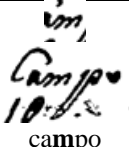



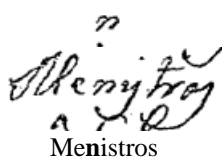

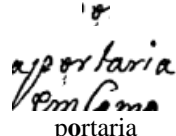
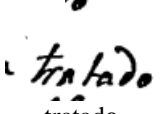
<ss>	Neste dígrafo, o segundo grafema <s> é representado apenas por um risco.	 OFI-1770.2, l. 24
------	--	--


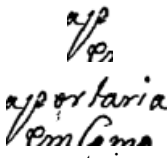
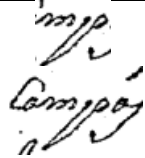
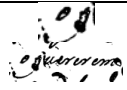

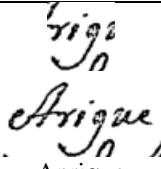

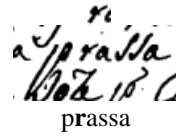
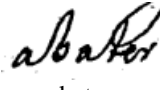

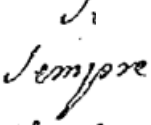
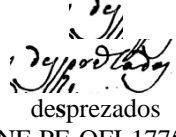
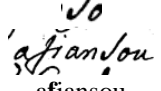
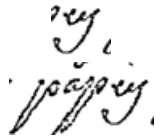

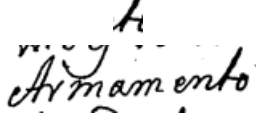
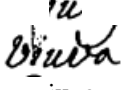
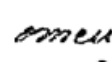
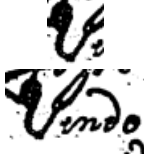
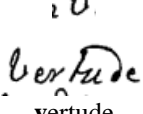
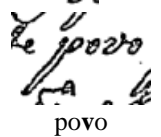
**Fonte:** Elaborado pelo autor


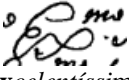
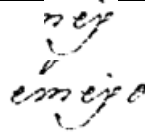
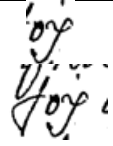
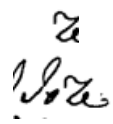
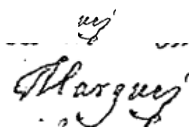
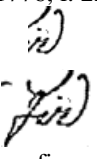
#### *2.1.2.2.11 A mão de Luís Nogueira de Figueiredo*

Quadro 25: Descrição escriptográfica de Luís Nogueira de Figueiredo

LETRA	MAIÚSCULA	INICIAL	MEDIAL	FINAL
A	 Anrique LNF-PE-OFI-1775, l. 11	 asidentes LNF-PE-OFI- 1775, l. 17	 prassa LNF-PE-CER-1776, l. 14	 Sobera LNF-PE-OFI- 1776, l. 11
B	Sem ocorrência	 basta LNF-PE-OFI- 1775, l. 28	 abito LNF-PE-CER-1776, l. 25	Sem ocorrência
C	 Conde LNF-PE-CER- 1776, l. 16	 como LNF-PE-OFI- 1775, l. 28	 fico LNF-PE-OFI-1776, l. 27	Sem ocorrência
D	 Deus LNF-PE-OFI-1775, l. 11, f. 2	 dilatados LNF-PE-OFI- 1776, l. 10	 asidentes LNF-PE-OFI-1775, l. 17	Sem ocorrência
E	 Excelentissimo LNF-PE-CER- 1776, l. 11	 entre LNF-PE-CER- 1776, l. 14	 Respondeo LNF-PE-OFI-1776, l. 19	 Anrique LNF-PE-OFI- 1775, l. 11
F	 Fidelissima LNF-PE-CER- 1776, l. 17	 filhos LNF-PE-OFI- 1776, l. 19	 afiansou LNF-PE-CER-1776, l. 21	Sem ocorrência
G	 General LNF-PE-OFI-1776, l. 14	 grande LNF-PE-OFI- 1775, l. 6, f. 2	 entreguey LNF-PE-OFI-1776, l. 17	Sem ocorrência
H	Sem ocorrência			Sem ocorrência

		 irmos LNF-PE-OFI-1776, l. 13	 christão LNF-PE-OFI-1775, l. 19	
I	 Illustrissimo LNF-PE-CER-1776, l. 11	 injura LNF-PE-OFI-1775, l. 6, f. 2	 obediente LNF-PE-OFI-1775, l. 21	 Alegri LNF-PE-OFI-1776, l. 13
J	 Junho LNF-PE-OFI-1775, l. 16, f. 2	 junto LNF-PE-OFI-1776, l. 22	 cujo LNF-PE-CER-1776, l. 17	Sem ocorrência
K	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
L	 Luis LNF-PE-CER-1776, l. 16	 logo LNF-PE-OFI-1776, l. 18	 Altos LNF-PE-OFI-1776, l. 10  elles LNF-PE-CER-1776, l. 22	 General LNF-PE-OFI-1776, l. 14
M	 Marquez LNF-PE-OFI-1776, l. 22	 mesmo LNF-PE-CER-1776, l. 18	 campo LNF-PE-OFI-1775, l. 11	 sem LNF-PE-OFI-1776, l. 10
N	 Nesta LNF-PE-OFI-1775, l. 8	 nos LNF-PE-CER-1776, l. 18	 Menistros LNF-PE-OFI-1775, l. 23	Sem ocorrência
O	Sem ocorrência	 Omilde LNF-PE-OFI-1776, l. 7	 portaria LNF-PE-CER-1776, l. 11	 tratado LNF-PE-OFI-1775, l. 23




P	 Pinto LNF-PE-CER-1776, l. 16	 portaria LNF-PE-CER-1776, l. 11	 campos LNF-PE-OFI-1776, l. 16	Sem ocorrência
Q	Sem ocorrência	 quereremo LNF-PE-OFI-1775, l. 13, f. 2  que LNF-PE-CER-1776, l. 14	 Anrique LNF-PE-OFI-1776, l. 13	Sem ocorrência
R	 Rio LNF-PE-OFI-1776, l. 13	Sem ocorrência	 prassa LNF-PE-CER-1776, l. 14	 abater LNF-PE-OFI-1775, l. 35
S	 Senhor LNF-PE-OFI-1775, l. 1	 sempre LNF-PE-OFI-1776, l. 29	 desprezados LNF-PE-OFI-1775, l. 32  afiansou LNF-PE-CER-1776, l. 21	 papeis LNF-PE-OFI-1776, l. 20
T	Sem ocorrência	 terra tratado LNF-PE-OFI-1775, l. 23	 Armamento LNF-PE-OFI-1776, l. 17	Sem ocorrência
U	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 viuva LNF-PE-CER-1776, l. 20	 omeu LNF-PE-OFI-1776, l. 12
V	 Vendo LNF-PE-OFI-1775, l. 15	 vertude LNF-PE-CER-1776, l. 11	 povo LNF-PE-OFI-1776, l. 14	Sem ocorrência






<b>W</b>	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
<b>X</b>	Sem ocorrência	Sem ocorrência	  Excelentíssimo LNF-PE-CER-1776, l. 11	Sem ocorrência
<b>Y</b>	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 emeyo LNF-PE-OFI-1776, l. 25	 foy LNF-PE-CER- 1776, l. 14
<b>Z</b>	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 Joze LNF-PE-CER-1776, l. 11	 Marquez LNF-PE-OFI- 1776, l. 22  fiz LNF-PE-OFI- 1776, l. 22

Fonte: Elaborado pelo autor

As letras de Luís Nogueira de Figueiredo, mestre-de-campo do Terço dos Homens Pardos, são arredondadas e inclinadas à direita, com uma particularidade na grafia do <s>, que apresenta traçado longo descendente. Além disso, o *scriptor* apresenta módulo médio e traçado de peso fino. Outros aspectos interessantes de sua caligrafia estão descritos no quadro abaixo:

Quadro 26: Aspectos gráficos de Luís Nogueira de Figueiredo

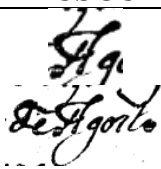
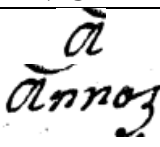
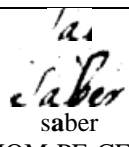
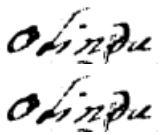





Grafema	Comentário	Exemplo
<f>	Este grafema, nas posições inicial e medial, lembra o <j> cursivo.	 OFI-1776, l. 19
<h>	O grafema <h> é similar ao numeral cardinal nove.	 OFI-1776, l. 13
<I>	Este grafema pode ser confundido com o <J> e o <j> inicial utilizados pelo <i>scriptor</i> . O contexto é	 CER-1776, l. 11



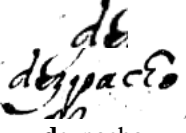
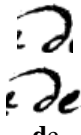
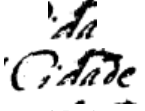

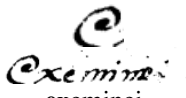

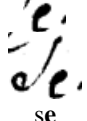
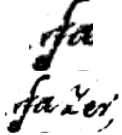
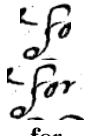
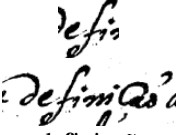
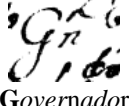
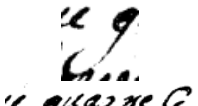
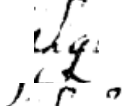

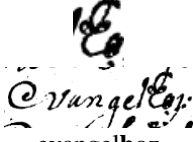
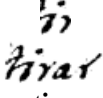
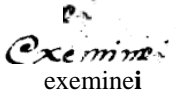
	importante para distingui-los.	
<J>	Pode ser confundido com o <I> utilizado pelo <i>scriptor</i> . A distinção é feita através do contexto.	 OFI-1775, l. 16, f. 2
<j>	Duas confusões ocorrem com este grafema: na posição inicial, com o <I>; na posição medial, com o <y>. A diferenciação é feita pelo contexto.	 OFI-1776, l. 22  CER-1776, l. 17
<q>	Nas posições inicial e medial, este grafema é semelhante a um <g> cursivo.	 OFI-1776, l. 13
<y>	Nas posições medial e final, confunde-se com o <j> utilizado pelo <i>scriptor</i> . É através do contexto que os diferenciamos.	 CER-1776, l. 14

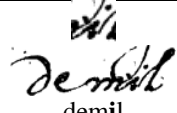
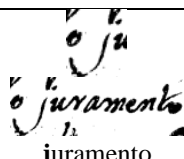
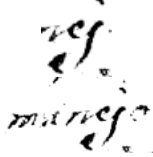

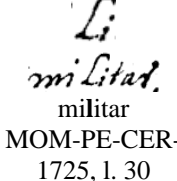
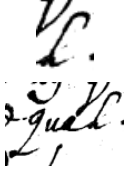
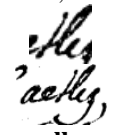

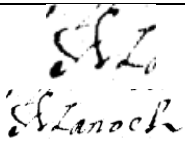
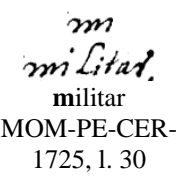
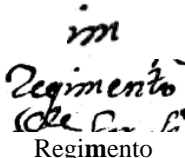
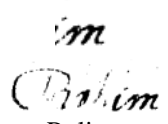

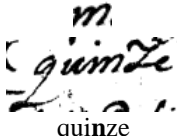
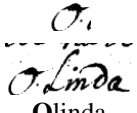

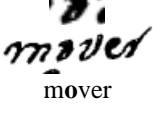

Fonte: Elaborado pelo autor

#### 2.1.2.2.12 A mão de Manoel de Oliveira Miranda


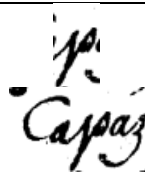
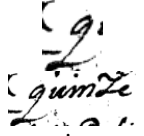


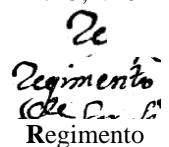


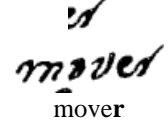



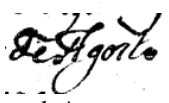
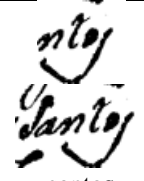
Quadro 27: Descrição escriptográfica de Manoel de Oliveira Miranda

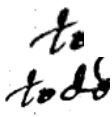
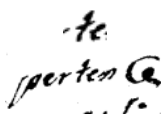
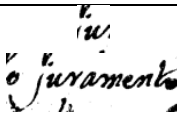

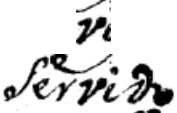
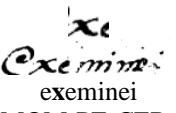
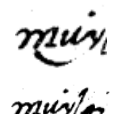
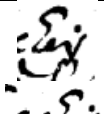
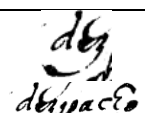

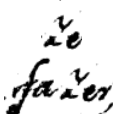
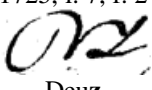
LETRA	MAIÚSCULA	INICIAL	MEDIAL	FINAL
A	 de Agosto MOM-PE-CER-1725, l. 11, f. 2	 annoz MOM-PE-CER-1725, l. 12, f. 2	 saber MOM-PE-CER-1725, l. 30	 olinda MOM-PE-CER-1725, l. 27
B	Sem ocorrência	 bem MOM-PE-CER-1725, l. 31	 saber MOM-PE-CER-1725, l. 30	Sem ocorrência
C	 Certifico MOM-PE-CER-1725, l. 26	 cidade MOM-PE-CER-1725, l. 27	 sinco MOM-PE-CER-1725, l. 12, f. 2	Sem ocorrência

D	 Dom MOM-PE-CER-1725, l. 28  Deuz MOM-PE-CER-1725, l. 9, f. 2	 de dezpacho MOM-PE-CER-1725, l. 28  de MOM-PE-CER-1725, l. 6, f. 2	 da Cidade cidade MOM-PE-CER-1725, l. 27  da Olinda MOM-PE-CER-1725, l. 11, f. 2	Sem ocorrência
E	Sem ocorrência	 exeminei MOM-PE-CER-1725, l. 29	 deu MOM-PE-CER-1725, l. 6, f. 2	 se MOM-PE-CER-1725, l. 8, f. 2
F	Sem ocorrência	 fazer MOM-PE-CER-1725, l. 6, f. 2  for MOM-PE-CER-1725, l. 9, f. 2	 definição MOM-PE-CER-1725, l. 6, f. 2	Sem ocorrência
G	 Governador MOM-PE-CER-1725, l. 28	 guarnece MOM-PE-CER-1725, l. 27	 algus MOM-PE-CER-1725, l. 31	Sem ocorrência
H	Sem ocorrência	 homeñz MOM-PE-CER-1725, l. 8, f. 2	 evangelhoz MOM-PE-CER-1725, l. 11, f. 2	Sem ocorrência
I	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 tirar MOM-PE-CER-1725, l. 30	 exeminei MOM-PE-CER-1725, l. 29

			 demil MOM-PE-CER- 1725, l. 11, f. 2	
J	Sem ocorrência	 juramento MOM-PE-CER- 1725, l. 10, f. 2	 manejo MOM-PE-CER- 1725, l. 31	Sem ocorrência
K	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
L	Sem ocorrência	 selhe MOM-PE-CER- 1725, l. 6, f. 2	 militar MOM-PE-CER- 1725, l. 30	 quell. MOM-PE-CER- 1725, l. 6, f. 2
			 aellez MOM-PE-CER- 1725, l. 6, f. 2	
			 Linda MOM-PE-CER- 1725, l. 11, f. 2	
M	 Manoel MOM-PE-CER- 1725, l. 28	 militar MOM-PE-CER- 1725, l. 30	 Regimento MOM-PE-CER- 1725, l. 8, f. 2	 Rolim MOM-PE-CER- 1725, l. 29
N	Sem ocorrência	 no MOM-PE-CER- 1725, l. 8, f. 2	 quinze MOM-PE-CER- 1725, l. 11, f. 2	Sem ocorrência
O	 Olinda	 olinda	 mover	 servido









	MOM-PE-CER-1725, l. 11, f. 2	MOM-PE-CER-1725, l. 27	MOM-PE-CER-1725, l. 8, f. 2	MOM-PE-CER-1725, l. 9, f. 2
P	Sem ocorrência	 porta MOM-PE-CER-1725, l. 7, f. 2	 capaz MOM-PE-CER-1725, l. 7, f. 2	Sem ocorrência
Q	Sem ocorrência	 quinze MOM-PE-CER-1725, l. 11, f. 2  que MOM-PE-CER-1725, l. 8, f. 2	Sem ocorrência	Sem ocorrência
R	 Rolim MOM-PE-CER-1725, l. 29  Regimento MOM-PE-CER-1725, l. 8, f. 2	Sem ocorrência	 Mora MOM-PE-CER-1725, l. 29  porta MOM-PE-CER-1725, l. 7, f. 2	 mover MOM-PE-CER-1725, l. 8, f. 2
S	Sem ocorrência	 esete MOM-PE-CER-1725, l. 12, f. 2	 asima MOM-PE-CER-1725, l. 28  passa MOM-PE-CER-1725, l. 9, f. 2  de Agosto MOM-PE-CER-1725, l. 11, f. 2	 santos MOM-PE-CER-1725, l. 10, f. 2

<b>T</b>	Sem ocorrência	 todo MOM-PE-CER-1725, l. 10, f. 2	 pertence MOM-PE-CER-1725, l. 29	Sem ocorrência
<b>U</b>	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 juramento MOM-PE-CER-1725, l. 10, f. 2	Sem ocorrência
<b>V</b>	Sem ocorrência	 naverdade MOM-PE-CER-1725, l. 10, f. 2	 servido MOM-PE-CER-1725, l. 9, f. 2	Sem ocorrência
<b>W</b>	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
<b>X</b>	Sem ocorrência	 examinei MOM-PE-CER-1725, l. 29	Sem ocorrência	Sem ocorrência
<b>Y</b>	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 muylo MOM-PE-CER-1725, l. 31	 achey MOM-PE-CER-1725, l. 30
<b>Z</b>	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 dezpacho MOM-PE-CER-1725, l. 28	 capaz MOM-PE-CER-1725, l. 7, f. 2
			 fazer MOM-PE-CER-1725, l. 6, f. 2	 Deuz MOM-PE-CER-1725, l. 9, f. 2

Fonte: Elaborado pelo autor

As letras de Manoel Oliveira de Miranda são arredondadas com inclinação à direita – a única exceção são as hastes do grafema <d>, voltadas para a esquerda. O *scriptor* utiliza módulos grandes e sua escrita tem traçado pesado. Outras particularidades são apresentadas no quadro que se segue:

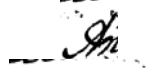
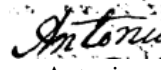
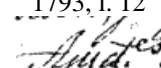


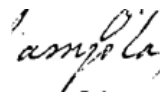

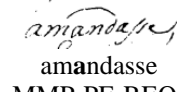

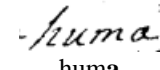




**Quadro 28:** Aspectos gráficos de Manoel Oliveira de Miranda

Grafema	Comentário	Exemplo
<e>	Este grafema, nas posições inicial, medial e final apresenta forma interessante, uma vez que pode ser confundido com um <c> cursivo.	 CER-1725, l. 29  CER-1725, l. 8, f. 2
<h>	Como em outros <i>scriptores</i> , este grafema assemelha-se a um <E> cursivo.	 CER-1725, l. 8, f. 2
<j>	Na posição medial, confunde-se com o <s> final utilizado pelo <i>scriptor</i> .	 CER-1725, l. 31
<R>	Na forma maiúscula, praticamente não apresenta curvatura.	 CER-1725, l. 8, f. 2
<s>	Na posição final, confunde-se com o <j> medial utilizado pelo <i>scriptor</i> .	 CER-1725, l. 10, f. 2

Fonte: Elaborado pelo autor

2.1.2.2.13 A mão de Manoel Mendes dos Prazeres

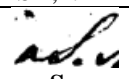
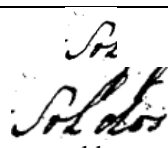
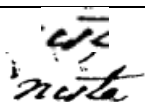

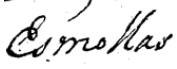
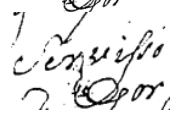

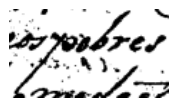

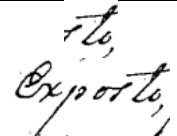
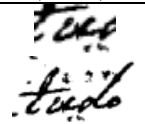
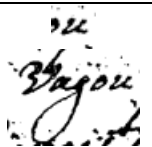
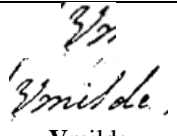

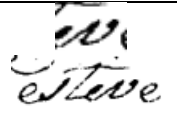
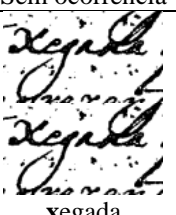
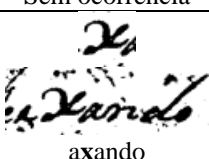
**Quadro 29:** Descrição escriptográfica de Manoel Mendes dos Prazeres

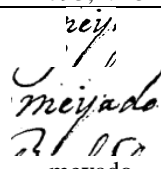
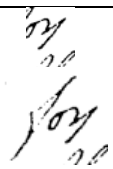
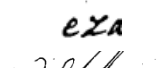
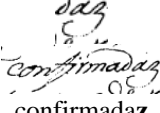
LETRA	MAIÚSCULA	INICIAL	MEDIAL	FINAL
A	  Antonio MMP-PE-OFI- 1793, l. 12   Ajudantes MMP-PE-REQ- 1793, l. 25	  Ampla MMP-PE-REQ- SD, l. 26	  amandasse MMP-PE-REQ- 1793, l. 17	  huma MMP-PE-REQ- 1793, l. 21
B			 	Sem ocorrência

	<i>Beijar</i> Beijar MMP-PE-REQ-SD, l. 17	<i>Bem</i> bem MMP-PE-OFI-1793, l. 8, f. 2	soberano MMP-PE-REQ-1793, l. 23	
C	Sem ocorrência	<i>co</i> <i>confirmadas</i> confirmadaz MMP-PE-REQ-1793, l. 16	<i>ce</i> <i>oferece</i> oferece MMP-PE-REQ-SD, l. 28	Sem ocorrência
D	<i>Deos</i> Deos MMP-PE-REQ-SD, l. 14, f. 2	<i>de</i> <i>devido</i> devido MMP-PE-OFI-1793, l. 14, f. 2	<i>ad</i> <i>atrazadoz</i> atrazadoz MMP-PE-REQ-1793, l. 25 <i>doz</i> <i>soldoz</i> soldoz MMP-PE-REQ-1793, l. 25	Sem ocorrência
E	<i>Ex</i> <i>Exposto</i> Exposto MMP-PE-REQ-SD, l. 14, f. 2 <i>Ex</i> <i>V. Ex.</i> Vossa Excelência	<i>es</i> <i>expecie</i> expecie MMP-PE-REQ-1793, l. 21	<i>nesta</i> <i>nesta</i> nesta MMP-PE-OFI-1793, l. 9, f. 2	<i>ce</i> <i>mande</i> mande MMP-PE-REQ-SD, l. 15, f. 2
F	<i>Fra</i> <i>Fragata</i> Fragata MMP-PE-OFI-1793, l. 12	<i>foy</i> <i>foy</i> foy MMP-PE-REQ-1793, l. 23 <i>fe</i> <i>fe</i> fé MMP-PE-REQ-SD, l. 13 <i>no fr</i> <i>no franceza</i> no franceza	<i>Ofe</i> <i>Oferece</i> oferece MMP-PE-REQ-SD, l. 28 <i>mfri</i> <i>confirmadas</i> confirmadaz MMP-PE-REQ-1793, l. 16	Sem ocorrência

		MMP-PE-REQ-SD, l. 12, f. 2		
<b>G</b>	 Governador MMP-PE-REQ-SD, l. 19	 grandiozo MMP-PE-REQ-1793, l. 19	 xegada MMP-PE-OFI-1793, l. 13	Sem ocorrência
<b>H</b>	 Henrique MMP-PE-REQ-SD, l. 7	 huã MMP-PE-OFI-1793, l. 16	 tinha MMP-PE-REQ-1793, l. 15   Julho MMP-PE-REQ-1793, l. 11	Sem ocorrência
<b>I</b>	 Infantaria MMP-PE-REQ-SD, l. 6	 ida MMP-PE-REQ-1793, l. 18	 felicidade MMP-PE-OFI-1793, l. 10, f. 2	 foi MMP-PE-OFI-1793, l. 13
<b>J</b>	 Julho MMP-PE-REQ-1793, l. 11	 já MMP-PE-REQ-SD, l. 21	 pasaje MMP-PE-OFI-1793, l. 10	Sem ocorrência
<b>K</b>	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
<b>L</b>	 Logo MMP-PE-OFI-1793, l. 14	Sem ocorrência	 soldos MMP-PE-OFI-1793, l. 22   efavoreselo MMP-PE-REQ-SD, l. 9   Esmollas	 Real MMP-PE-OFI-1793, l. 12

			MMP-PE-REQ-SD, l. 10 <i>la</i> <i>soldo</i> soldo MMP-PE-REQ-1793, l. 10	
M	<i>Ma</i> <i>Mao?</i> Maõ MMP-PE-REQ-SD, l. 17	<i>mi</i> <i>mande</i> mande MMP-PE-REQ-SD, l. 15, f. 2	<i>1793</i> <i>Esmollas</i> Esmollas MMP-PE-REQ-SD, l. 10	<i>1793</i> <i>Bem</i> bem MMP-PE-OFI-1793, l. 8, f. 2
N	Sem ocorrência	<i>n</i> <i>nista</i> nesta MMP-PE-OFI-1793, l. 14, f. 2	<i>ni</i> <i>tinha</i> tinha MMP-PE-REQ-1793, l. 15	Sem ocorrência
O	Sem ocorrência	<i>o</i> <i>oseu</i> oseu MMP-PE-REQ-1793, l. 10	<i>oi</i> <i>te quei xozos</i> <i>queixozos</i> queixozos MMP-PE-OFI-1793, l. 20, f. 2	<i>oi</i> <i>Monstro</i> MMP-PE-OFI-1793, l. 24, f. 2
P	<i>Posto</i> Posto MMP-PE-REQ-SD, l. 21	<i>p</i> <i>pella</i> pella MMP-PE-OFI-1793, l. 26, f. 2	<i>p</i> <i>Despaxado</i> Despaxado MMP-PE-REQ-SD, l. 23	Sem ocorrência
Q	<i>Quieta</i> Quieta MMP-PE-REQ-SD, l. 12, f. 2	<i>te q</i> <i>queixozos</i> <i>queixozos</i> queixozos MMP-PE-OFI-1793, l. 20, f. 2	<i>Q</i> <i>Requirido</i> Requirido MMP-PE-REQ-SD, l. 21	Sem ocorrência
R	<i>Real</i> Real MMP-PE-OFI-1793, l. 12 <i>Requirido</i> Requirido	Sem ocorrência	<i>R</i> <i>Pardos</i> Pardos MMP-PE-OFI-1793, l. 21, f. 2	<i>R</i> <i>Requer</i> Requer MMP-PE-REQ-1793, l. 26







	MMP-PE-REQ-SD, l. 21			
S	 a sua MMP-PE-OFI-1793, l. 21, f. 2	 soldos MMP-PE-OFI-1793, l. 22	 nesta MMP-PE-OFI-1793, l. 14, f. 2  Ministro MMP-PE-OFI-1793, l. 24, f. 2  Esmollas MMP-PE-REQ-SD, l. 10  Servisso MMP-PE-REQ-SD, l. 10	 soldados MMP-PE-OFI-1793, l. 17  pobres MMP-PE-OFI-1793, l. 17
T	Sem ocorrência	 tem MMP-PE-OFI-1793, l. 12, f. 2	 Exposto MMP-PE-REQ-SD, l. 14, f. 2	Sem ocorrência
U	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 tudo MMP-PE-OFI-1793, l. 25	 vagou MMP-PE-OFI-1793, l. 23
V	 Vmilde MMP-PE-REQ-SD, l. 27	 vagou MMP-PE-OFI-1793, l. 23	 estive MMP-PE-REQ-1793, l. 22	Sem ocorrência
W	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
X	Sem ocorrência	 xegada	 axando	Sem ocorrência

		MMP-PE-OFI-1793, l. 13	MMP-PE-OFI-1793, l. 15	
<b>Y</b>	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 meyado MMP-PE-REQ-SD, l. 14	 foy MMP-PE-REQ-1793, l. 23
<b>Z</b>	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 ao franceza, com Consta. e. franceza MMP-PE-REQ-SD, l. 12, f. 2	 confirmadaz MMP-PE-REQ-1793, l. 16

Fonte: Elaborado pelo autor

As letras de Manuel Mendes dos Prazeres são arredondadas e inclinadas à direita, com exceção da haste do grafema <d>, voltada para a esquerda. Além disso, o *scriptor* apresenta módulo pequeno e traçado fino. Outras particularidades de sua caligrafia estão descritas no quadro abaixo:

Quadro 30: Aspectos gráficos de Manoel Mendes dos Prazeres

Grafema	Comentário	Exemplo
<c>	Este grafema é semelhante ao <e> utilizado pelo <i>scriptor</i> . A distinção é feita através do contexto.	 REQ-SD, l. 28
<e>	Este grafema é similar ao <c> utilizado pelo <i>scriptor</i> . O contexto ajuda na distinção.	 REQ-SD, l. 15, f. 2
<f>	Em algumas ocorrências, este grafema lembra um <j> cursivo.	 REQ-SD, l. 13
<j>	Na posição medial, este grafema assemelha-se ao <y> utilizado pelo <i>scriptor</i> . O contexto é importante para diferenciá-los.	 REQ-SD, l. 21
<R>	Algumas ocorrências da forma maiúscula deste grafema praticamente não apresentam curvatura.	 REQ-SD, l. 21
<y>	Nas posições medial e final, este grafema pode ser	 REQ-1793, l. 23



	confundido com o <j> medial utilizado pelo <i>scriptor</i> . O contexto é responsável pela distinção.	
--	---	--

**Fonte:** Elaborado pelo autor

## 2.2 ANÁLISE COMPARATIVA DOS ASPECTOS GRÁFICOS

O trabalho paleográfico em documentos exige uma análise minuciosa de sua composição interna e externa para, nos estudos linguísticos, haver certeza sobre “quem” os escreveu, de modo a evitar possíveis erros analíticos que incorreriam em interpretações equivocadas sobre o Português Brasileiro devido à possibilidade de terem sido feitas cópias dos manuscritos por *scriptores* em outros momentos históricos com grafia diferente dos originais. Lose (2022), ao comparar aspectos da escrita dos *papéis sediciosos* da Revolução dos Alfaiates, considera que

Es importante recordar que conocer las características caligráficas de cada periodo, así como las sutilezas lingüísticas, también es fundamental para los profesionales de Paleografía y Diplomática, ya que la escritura es un elemento fundamental en la caracterización de un manuscrito y puede dar pistas pertinentes sobre su historia, ayudando a los investigadores de la escritura a responder las preguntas que guían los análisis tanto paleográficos como diplomáticos: cuándo y dónde se escribió un manuscrito, cómo, quién, para quién, para qué, de qué manera, bajo qué condiciones se escribió. (Lose, 2022, p. 83)<sup>13</sup>.

No caso da Coleção Documental dos Terços de Homens Pretos e Pardos, recolhemos documentos assinados por 16 *scriptors*. Todavia, de apenas seis desses encontramos mais de um manuscrito, fator imprescindível para a análise comparativa de autoria<sup>14</sup>, sendo eles: Jorge Luís Soares, Domingos Rodrigues Carneiro, Brás de Brito Souto, Luís Nogueira de Figueiredo, Luís Álvares Pinto e Manuel Mendes dos Prazeres. Entre estes, Brito Souto tem a maior quantidade de documentos disponíveis, cinco, manuscritos entre 1739 e 1755.

<sup>13</sup> “É importante lembrar que conhecer as características caligráficas de cada período, bem como as sutilezas linguísticas, também é fundamental para os profissionais da Paleografia e da Diplomática, uma vez que a caligrafia é um elemento fundamental na caracterização de um manuscrito e pode dar pistas relevantes sobre sua história, ajudando os pesquisadores de caligrafia a responder às perguntas que norteiam tanto as análises paleográficas quanto as diplomáticas: quando e onde um manuscrito foi escrito, como, por quem, para quem, para quê, de que maneira, em que condições foi escrito” (tradução nossa).

Após o levantamento inicial, adotamos os procedimentos de Lose e Santos (2021, p. 173-174),

caracterizando-as paleograficamente, identificando ângulos (inclinação), módulos (tamanho do corpo da letra), hastes/laçadas (traços que se alongam para cima ou para baixo na sequência do módulo), ductos (o caminho percorrido pela mão do scriptor ao traçar as letras), pesos (pressão posta pela mão no instrumento de escrita sobre o suporte para fazer o traçado), e nexos e ligaduras ou cursividade (sequência de traços sem levantar a mão do suporte).

Empregamos, também, o conjunto de códigos criados por Lose e publicados pelas pesquisadoras para representar os elementos paleográficos utilizados para caracterizar a morfologia da escrita, conforme demonstramos na figura 15:

**Figura 15:** Códigos representativos dos elementos paleográficos

As características analisadas foram assim representadas:

1. Peso: ● ou ●
2. Cursividade: — ou - - -
3. Nexos e ligaduras: ○
4. Ângulo: #
5. Hastes: { ou {
6. Laçadas: ∩
7. *Ductus*: ↷

**Fonte:** Extraído de Lose e Santos (2021).

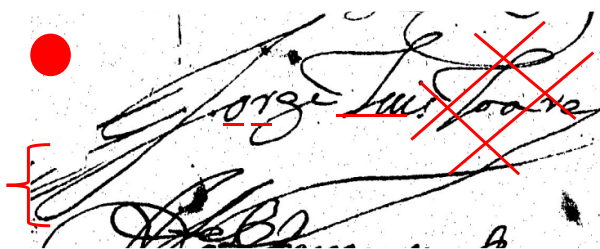
É importante, mais uma vez, salientar que o acesso aos documentos aqui trabalhados se deu exclusivamente através das imagens digitais geradas a partir de microfílm, os quais, como sabemos, pode mascarar alguns traços da materialidade dos documentos e interferir, em alguma medida, nas análises. No entanto, o olhar treinado ajuda a distinguir esses elementos e proceder às análises com segurança suficiente para as conclusões necessárias para o presente trabalho.

A aplicação da análise de autoria da escrita nos documentos dos Terços de Homens Pretos e Pardos, tomando as assinaturas dos milicianos dispostas, geralmente, ao pé do documento manuscrito, levou-nos às seguintes conclusões:

### 2.2.1 Jorge Luís Soares

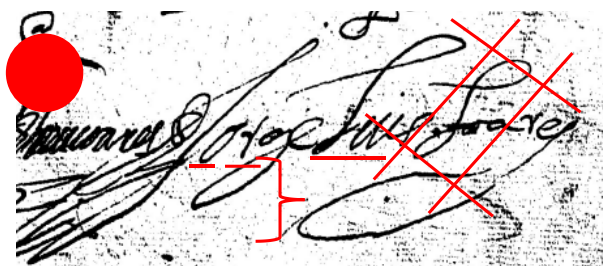
No cotejo dos manuscritos do mestre de campo Jorge Luís Soares, encontramos dois documentos, ambos datados do ano de 1689, localizados geograficamente na capitania do Rio Grande, e da espécie documental certidão. Inicialmente, confrontamos a sua assinatura presente nestes, identificados, no ato da edição semidiplomática, através dos códigos ATHPP-JLS-RN-CER-1689.1 e ATHPP-JLS-RN-CER-1689.2:

**Figura 16:** Assinatura de Jorge Luís Soares no documento ATHPP-JLS-RN-CER-1689.1

A black and white image of a handwritten signature in cursive script. The signature is written in dark ink on a light background. A red circle is placed above the first part of the signature. A red bracket is drawn under the first few letters. A large red 'X' is drawn over the latter part of the signature. The signature appears to read 'Jorge Luis Soares'.

Fonte: Elaborado pelo autor.

**Figura 17:** Assinatura de Jorge Luís Soares no documento ATHPP-JLS-RN-CER-1689.2




A black and white image of a handwritten signature in cursive script, similar to the one in Figure 16. A red circle is placed above the first part of the signature. A red bracket is drawn under the first few letters. A large red 'X' is drawn over the latter part of the signature. The signature appears to read 'Jorge Luis Soares'.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observemos que no primeiro documento, a escrita é leve, enquanto no segundo, a mão tem mais peso e lança mais tinta sobre o documento. Todavia, as demais características são idênticas em ambas assinaturas: a inclinação à direita; a segmentação em “Jorge” e “Soares”, ao passo em que o segundo nome, “Luis”, tem escrita linear, com alta cursividade. Além disso, há a presença de hastes longas, como vemos na representação do <g>, inclinadas em direção às letras precedentes.

No corpo dos documentos ATHPP-JLS-RN-CER-1689.1 e ATHPP-JLS-RN-CER-1689.2, verificamos:



			O grafema <g> é similar nos documentos e na assinatura.
---	---	---	---

Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim como nas assinaturas, a principal diferença na escrita de ambos os documentos está no peso do instrumento da escrita sobre o suporte: o primeiro é mais leve, enquanto o segundo é mais pesado: notemos as hastes do grafema <g> nos dois manuscritos para analisarmos que, se no primeiro há uma menor quantidade de tinta, o contrário acontece no segundo. Nesse caso, aliás, a escrita do 1689.1 é mais calma, delicada, ao passo em que o 1689.2 parece ter sido escrito em um momento de pressa, logo, consideramos que o estado do *scriptor* no ato da escrita interfere na sua grafia.

Outro fator preponderante é o ângulo à direita, uma escrita dextrorrotatória, com hastes longas que, no grafema <d>, inclinam-se sobre as letras antecedentes e, no <b>, sobre as sucedentes. Há, ainda, hastes retas que caracterizam algumas grafias do <d>. A sua escrita também apresenta ligaduras que vão da haste de algumas vogais, como o <a> e o <o>, e de consoantes, como o <m>, ao grafema seguinte. Ambos os documentos são marcados, também, por uma alta cursividade na escrita.

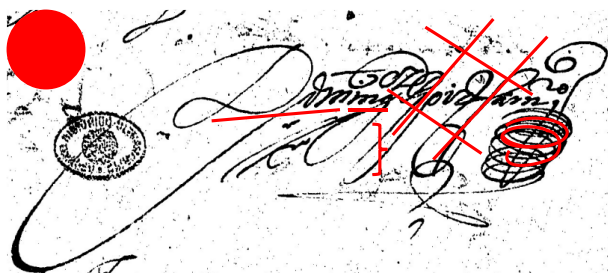
Concluimos que, embora apresentem sutis diferenças quanto ao peso e a forma de determinadas letras, ambos os documentos foram produzidos mecanicamente por Jorge Luís Soares.

### 2.2.2 Domingos Rodrigues Carneiro

Do miliciano negro Domingos Rodrigues Carneiro, dispomos de dois documentos da espécie documental certidão: uma datada de fevereiro de 1693, e produzida em Recife, e outra datada de novembro de 1702, e produzida na Estância de Nossa Senhora da Assunção<sup>15</sup>. Os documentos são identificados como ATHPP-DRC-PE-CER-1693 e ATHPP-DRC-PE-CER-1702. Observemos, a princípio, a assinatura presente nestes:

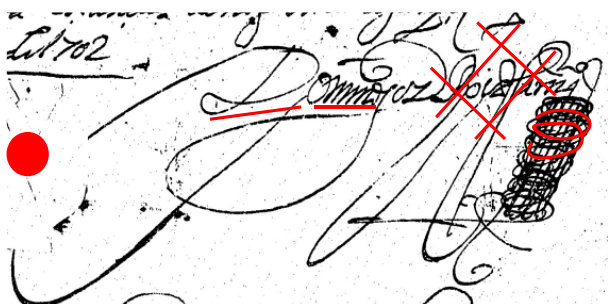
<sup>15</sup> É provável que Carneiro se refira à Capelinha erguida por Henrique Dias a partir do ano de 1646 na Rua das Fronteiras, no atual bairro de Boa Vista (Recife), consagrada à Nossa Senhora da Assunção. Esta foi substituída, em 1748, por uma Igreja, localizada no mesmo terreno, a qual se mantém conservada até o momento da escrita desta dissertação. Para mais informações, cf. GUERRA, Flávio. **Velhas igrejas e subúrbios históricos**. Recife: Fundação Guararapes, 1970.

**Figura 20:** Assinatura de Domingos Rodrigues Carneiro no documento ATHPP-DRC-PE-CER-1693



Fonte: Autor

**Figura 21:** Assinatura de Domingos Rodrigues Carneiro no documento ATHPP-DRC-PE-CER-1702

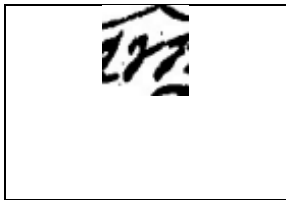
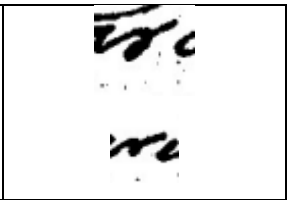
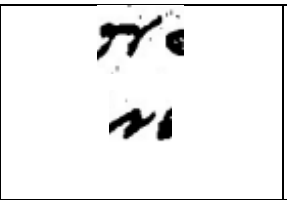


Fonte: Autor

**Quadro 32:** Comparação grafemática entre a assinatura de Domingos Rodrigues Carneiro e o corpo dos documentos

ASSINATURA	CDTHPP-DRC-PE-CER-1693	CDTHPP-DRC-PE-CER-1702	COMENTÁRIO
			Há semelhança entre as grafias do <o> na assinatura e no corpo dos documentos, principalmente no ductus.
			O grafema <i> é feito com um traçado similar a um <c> e ponto de fuga ascendente.



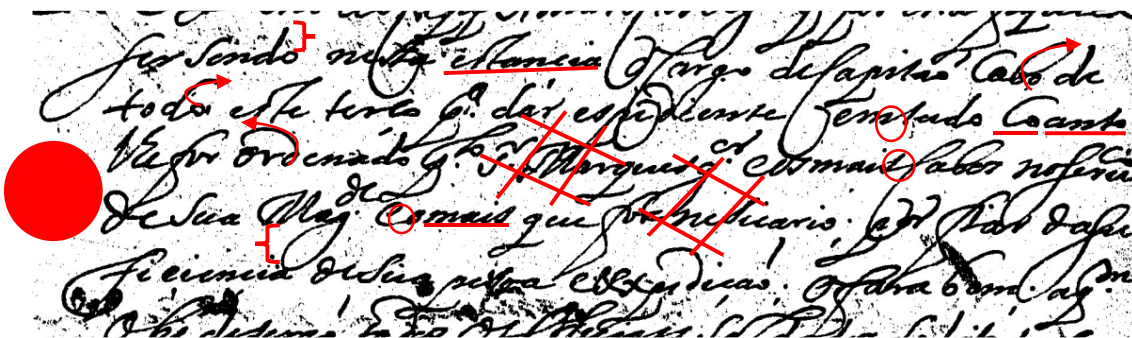
			O grafema <r> assemelha-se ao grafema <v>.
---	---	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor.

É possível notar as similaridades entre as assinaturas, sendo o peso da escrita a única exceção – traços mais grossos no documento de 1693, e mais finos no de 1702 – o que pode ser causado por variação na porosidade do suporte que recebeu cada escrita. As semelhanças, por sua vez, estão no alto grau de cursividade, na escrita com ângulo à direita, portanto dextrorrotatória, e na laçada ao final da escrita. Há, ainda, as hastes longas, com o traço direcionando-se à letra anterior.

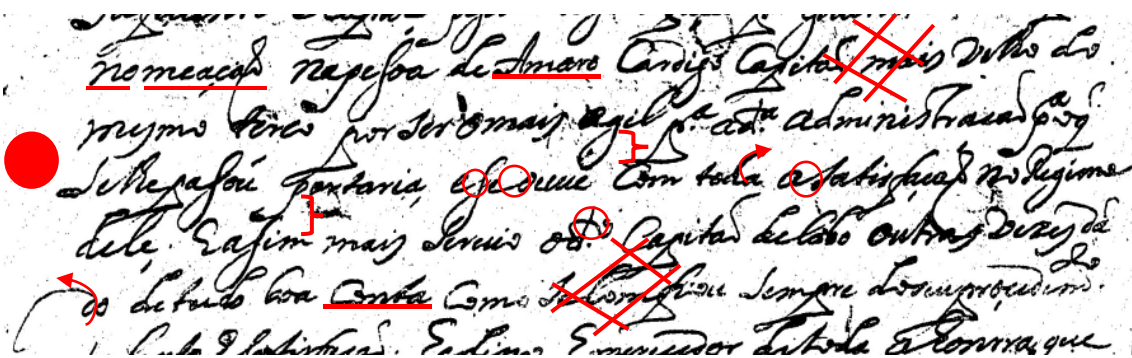
Em amostras dos documentos cotejados, temos:

Figura 22: Excerto do documento ATHPP-DRC-PE-CER-1693



Fonte: Autor

Figura 23: Excerto do documento ATHPP-DRC-PE-CER-1702



Fonte: Autor

Mais uma vez, a única diferença entre as escritas está no peso. Assim como nas assinaturas, o documento de 1693 tem traçado mais forte, enquanto o de 1702 é mais leve. Nos demais aspectos, a mão que escreveu o texto apresenta similaridades nos dois documentos: o médio grau de cursividade, visto que há uma quantidade expressiva de

pontos de ataque (região da escrita na qual o instrumento de escrita toca o suporte para iniciar o traço) e de pontos de fuga (local onde o dito instrumento deixa de tocar o suporte)<sup>16</sup>; a escrita dextrorrotatória; hastes longas inclinadas em direção a letra anterior e, no mais, a morfologia da haste do grafema <d>, cujo *ductus* ora volta-se à esquerda, ora à direita e, também, apresenta-se reto.

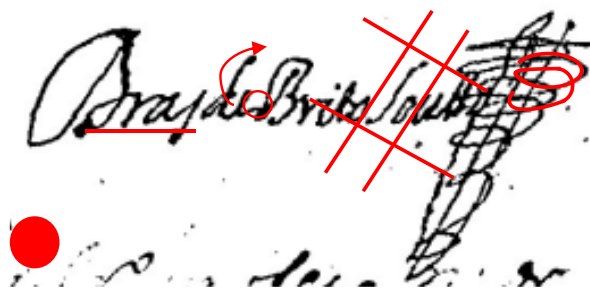
É plausível, então, constatar, no confronto entre as assinaturas e o corpo dos documentos, que a escrita foi feita pela mão de Domingos Rodrigues Carneiro.

### 2.2.3 Brás de Brito Souto

Embora Brito Souto disponha de uma quantidade considerável de documentação, a análise da autoria mecânica dos textos nos trouxe um resultado desfavorável: é razoável crermos que o mestre de campo pode ter sido apenas o autor intelectual de uma escrita feita por delegação, apenas assinada por ele, em especial pelo fato de que os textos assinados por ele apresentam escritas de três mãos.

Antes de demonstrarmos os fatos que nos levaram à conclusão, descreveremos brevemente os documentos assinados por Brás de Brito Souto: são cinco certidões, manuscritas, uma de 1739, duas de 1740, uma de 1741 e duas de 1755; todas têm datação tópica em Pernambuco, na cidade de Olinda. Extraímos, a título de exemplo, a assinatura que consta ao pé do documento ATHPP-BBS-PE-CER-1739:

**Figura 24:** Assinatura de Brás de Brito Souto no documento ATHPP-BBS-PE-CER-1739



Fonte: Autor

---



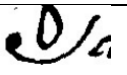



<sup>16</sup> Lose (2022).



Notamos que há um grau alto de cursividade, justificado pela linearidade da escrita, e um traçado fino, de peso leve. O ângulo é voltado à direita, assim como o *ductus* das letras e, ao final, há uma laçada.

Um ponto importante a ser observado é a morfologia dos grafemas, sobretudo do <S>, que tem uma grafia aberta, como se fosse um risco. Tomemos este como particularidade morfológica e o comparemos com a escrita no corpo dos documentos assinados por Brito Souto:

**Quadro 33:** Comparação das variantes do grafema <S> nos documentos de Brás de Brito Souto

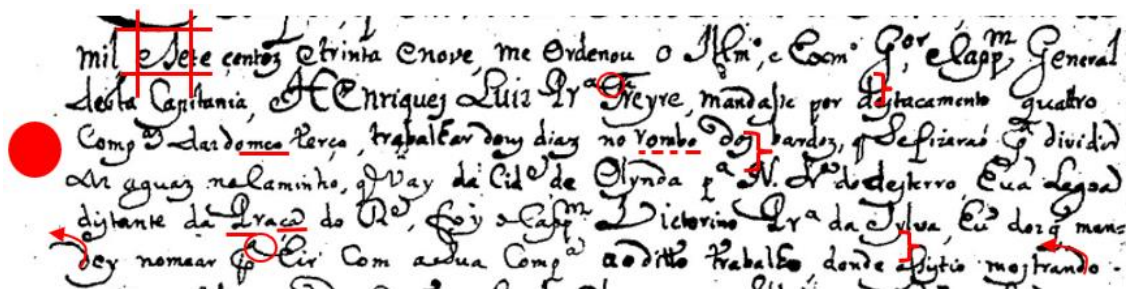
ASSINATURA	ATHPP-BBS-PE-CER-1739	ATHPP-BBS-PE-CER-1740.1	ATHPP-BBS-PE-CER-1740.2	ATHPP-BBS-PE-CER-1741	ATHPP-BBS-PE-CER-1755
					

Fonte: Elaborado pelo autor

Atentando-se ao quadro acima, é evidente a discrepância entre as grafias do <S> na documentação assinada por Brás de Brito Souto, que se apresentam com morfologia divergente de sua assinatura: nos documentos de 1739 e de 1740.1 assemelham-se ao grafema <J>; nos dois seguintes, de 1740.2 e de 1741, têm as pontas curvadas; já o de 1755 é grafado de modo parecido com o da assinatura. Todavia, não nos parece ser o caso desse documento, de 1755, ser autógrafo, haja vista um sinal público de validação ao final da escrita indicando que apenas “aletra do signal asima” (ATHPP-BBS-PE-CER-1755, f. 2, l. 23) pertencente a Brás de Brito Souto.

Não nos basta, porém, para afirmarmos que nenhum dos documentos foi manuscrito por Brito Souto, embora ele os tenha assinado – e supomos que a sua condição de ter um escrivão pessoal proporcionou-lhe isto. Continuemos, então, à aplicação da análise de autoria mecânica examinando excertos dos fólhos atribuídos a Brás de Brito Souto:

Figura 25: Excerto do documento ATHPP-BBS-PE-CER-1739



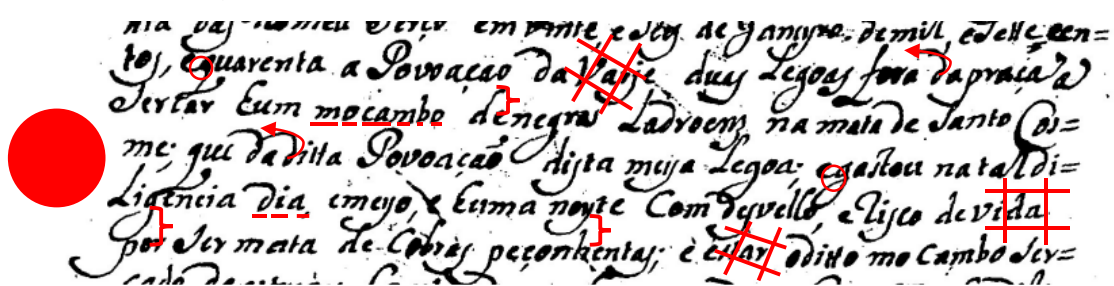
mil e sete centos e trinta e nove, me Ordenou o Al. e Com. Gov. e Capp. General desta Capitania, o Henrique Luiz Sr. Freyre, mandasse por destacamento quatro Comp. de Saldomeda Peres, trabalhar dous dias no Yombo dos barcos, e se fizera e dividida as aguas nelaminho, q' Vay da Cid. de Olinda e a N. do de Jerro. Eua Legoa distante da braca do Rio, foi o Capm. Victorino Sr. da Silva, e de dez q' mais sey nomear q' se com a sua Comp. a d'ito trabalho donde se mostrando.

Fonte: Autor

Neste, há pouca cursividade causada pela característica morfológica das letras do *scriptor*, com variados pontos de ataque e pontos de fuga e peso leve. Além disso, ocorrem poucas ligaduras, somente quando a haste do <a> sobrescrito liga-se ao grafema seguinte. Destacam-se, ainda, o ângulo reto da escrita, as hastes direcionadas à letra precedente e o *ductus* inclinado à esquerda.

O documento ATHPP-BBS-PE-CER-1740.1 apresenta, pois, uma particularidade. Nele, que traz uma escrita de traçado grosso, encontramos, também, pouca cursividade, poucas ligaduras, hastes longas e direcionadas à letra anterior e *ductus* inclinado à esquerda. Difere-se, porém, no ângulo das letras, que varia entre reto, no meio da linha, e dextrorrotatório, ao final desta.

Figura 26: Excerto do documento ATHPP-BBS-PE-CER-1740.1

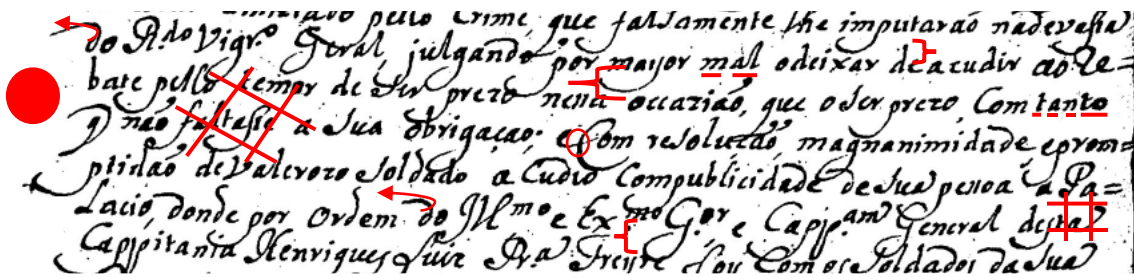


ria das indias e de em vinte e seis de Janeiro de mil e sette e cento e quarenta a Povoação da Vassa d'ua Legoa fora da praia da Terlar e um mocambo de negra Ladoem, na mata de Santo Cosme, que da dita Povoação desta minha Legoa gastou na tal diligencia dia e meio e uma noite com de vello e lizo de vida por ser mata de Cores peconkentas; e est o dito mo Cambo sey

Fonte: Autor

O documento ATHPP-BBS-PE-CER-1740.2 tem grafia semelhante ao seu par escrito no mesmo ano:

Figura 27: Excerto do documento ATHPP-BBS-PE-CER-1740.2

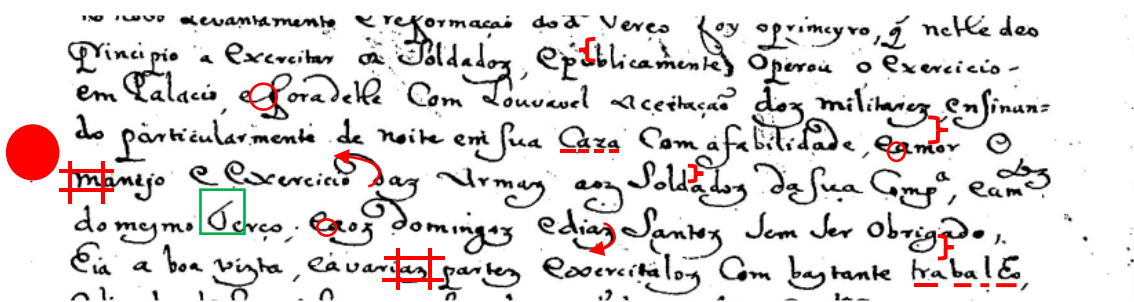


do Al. do V. gr. Geral, julgando por maior mal, o deixar de acudir ao De-  
bate pelo tempo de seu prazo nesta occasião, que o ser prazo, com tanto  
q' não faltasse a sua obrigação. Com resolução magnanimidade e pro-  
priedade de Valeroso Soldado a Cuido Compublicidade de sua pessoa a Pa-  
Lacio, donde por Ordem do Ilmo e Exmo. G. e Capitan General de dita  
Capitania Henriquez, fize D. a. Freyre sou Com o re Soldados da sua

Fonte: Autor

Já o manuscrito de 1741 guarda diferenças importantes em relação aos seus antecessores, como observamos na figura a seguir:

Figura 28: Excerto do documento ATHPP-BBS-PE-CER-1741

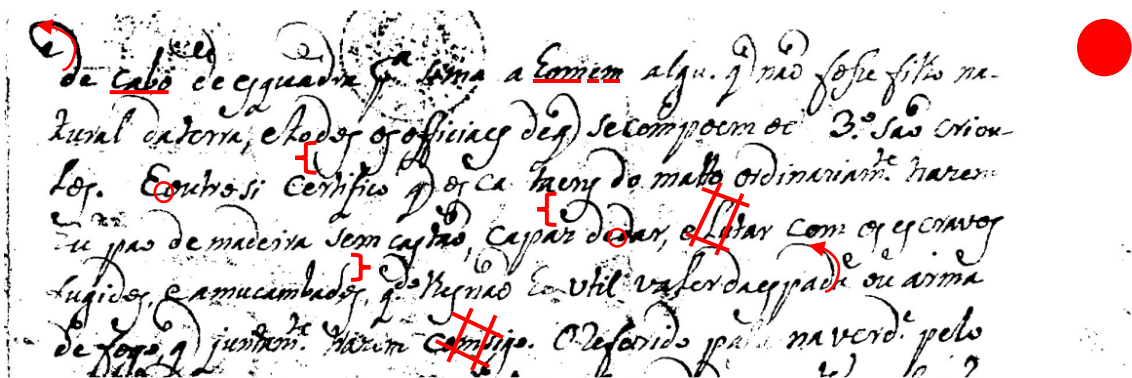


no novo levantamento e reformação do d. Verco, foy o primyro, q' nelle deo  
Principio a Exercitar os Soldados, e publicamente Operou o Exercício-  
em Palacio, e fora de llo Com Louvavel acertação dos militares ensinans  
do particularmente de noite em sua casa Com afebilidade, e amor  
Manejo e Exercício das Armas aos Soldados da sua Comp<sup>a</sup>, e em  
do meyo Verco, e aos Domingos e dias Santos sem ser obrigado,  
Eia a boa vista, e varias partes exercitaloy Com bastante trabalho,

Fonte: Autor

Além do traçado fino e do módulo pequeno, a cursividade desse documento é ainda mais reduzida, e a sua angulação é totalmente reta, sem nenhuma inclinação. Chama-nos, ainda, a atenção a grafia do <T>, que lembra o <D> invertido. Neste manuscrito, o *ductus* volta-se à esquerda e as hastes alongam-se quase sobre as letras que as precedem. O último documento, ATHPP-BBS-PE-CER-1755, caracteriza-se da seguinte forma:

Figura 29: Excerto do documento ATHPP-BBS-PE-CER-1755







Fonte: Autor

Verificamos uma escrita de peso leve, marcada por traçados finos, e maior cursividade se comparado aos outros documentos. O ângulo é dextrorrotatório, com *ductus* à esquerda e hastes alongadas para baixo, em direção a linha posterior – diferente dos outros *scriptores*.

A partir da comparação entre a grafia da assinatura e aquelas presentes no corpo dos documentos, consideramos a existência de três diferentes mãos que escreveram os documentos de Brás de Brito Souto, conforme destacamos nos quadros a seguir:









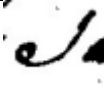
Quadro 34: Comparação grafemática entre a assinatura de Brás de Brito Souto e a “Mão A”

ASSINATURA DE BRÁS DE BRITO SOUTO	CDTHPP-BBS-PE-CER-1739	CDTHPP-BBS-PE-CER-1741	COMENTÁRIO
			Há diferença na morfologia do grafema <B> entre a assinatura e os documentos de 1739 e de 1741, assim como em relação ao ponto de ataque.
			O <S> grafado na assinatura é feito com um risco, enquanto

			nos documentos de 1739 e 1741 encontramos duas variações: uma semelhante ao grafema <J> e outra, a uma clave de sol invertida.
			Enquanto o <t> da assinatura pode ser confundido com um <l>, pois o traçado está afastado da haste, os grafemas do documento são feitos com um traço cortado ao meio.

Fonte: Elaborado pelo autor.

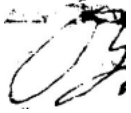





Quadro 35: Comparação grafemática entre a assinatura de Brás de Brito Souto e a “Mão B”

ASSINATURA DE BRÁS DE BRITO SOUTO	CDTHPP-BBS-PE-CER-1740.1	CDTHPP-BBS-PE-CER-1740.2	COMENTÁRIO
			Nos documentos de 1740, a haste do grafema <d> inclina-se à esquerda, ao passo em que é reto na assinatura.
			A morfologia do grafema <B> é diferente entre a assinatura e o corpo dos documentos.
			O <S> dos manuscritos de 1740

			assemelha-se a um <J>.
--	--	--	------------------------

Fonte: Elaborado pelo autor.

**Quadro 36:** Comparação grafemática entre a assinatura de Brás de Brito Souto e a “Mão C”

ASSINATURA DE BRÁS DE BRITO SOUTO	CDTHPP-BBS-PE-CER-1755	COMENTÁRIO
		Morfologia diversa entre o grafema da assinatura e o do corpo do manuscrito.
		O <s> em posição final de palavra do manuscrito tem uma haste alongada à esquerda.
		Haste do grafema <d> inclinada à esquerda, enquanto é reta na assinatura.

Fonte: Elaborado pelo autor

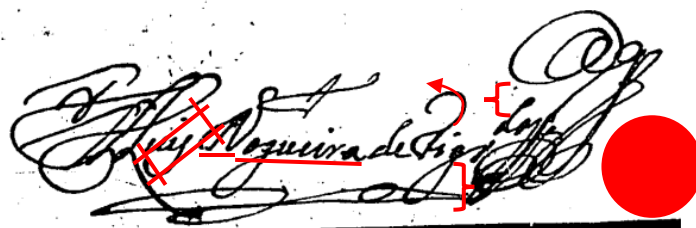
Essas observações permitem-nos atestar que Brás de Brito Souto não é o *scriptor* de nenhum dos documentos cotejados e, no mais, aventar a possibilidade de que há pelo menos três *scriptores* diferentes escrevendo por delegação em textos assinados por ele – e recordamos que o dito mestre de campo possuía um procurador, o João Dias Ribeiro, responsável pela escritura de alguns documentos. Todavia, não encontramos nenhuma referência escrita atribuída a este.

#### 2.2.4 Luís Nogueira de Figueiredo

Prospectamos do mestre de campo pardo, *a priori*, quatro documentos produzidos entre 1774 e 1776, todos na cidade do Recife. Dentre esses, em nossa análise preliminar, um manuscrito sobressaiu-se: um ofício datado em 22 de setembro de 1774, direcionado ao governador da capitania de Pernambuco, o qual apresenta uma morfologia das letras

diferente daquelas grafadas nos demais documentos e, até mesmo, de sua assinatura, que, como verificamos na figura abaixo, tem peso leve na escrita e um ângulo dextrorrotatório, com hastes médias e esticadas para baixo e *ductus* à esquerda, finalizando-se com uma laçada. Ressaltamos, especialmente, a haste reta do grafema <d> sobrescrito no último sobrenome do *scriptor*, que, no corpo de alguns textos atribuídos a Figueiredo, mescla-se à haste alongada à esquerda:

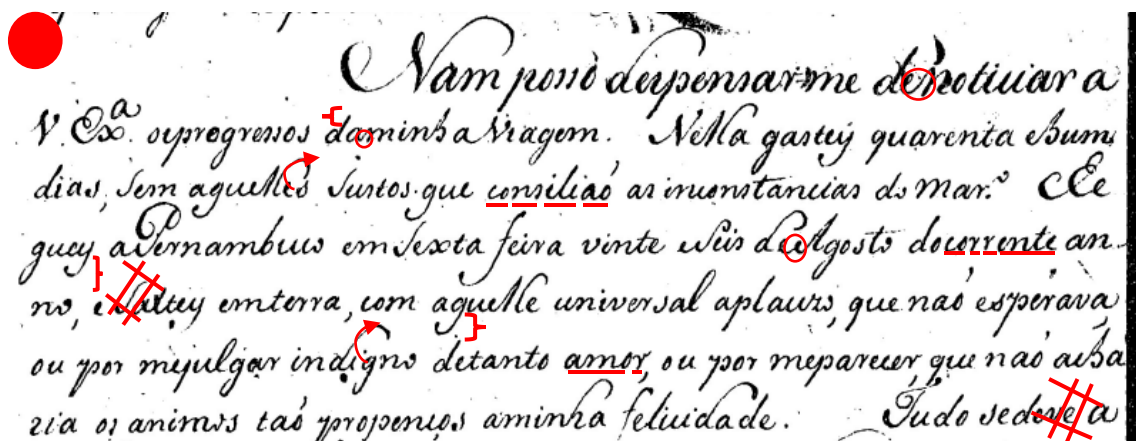
**Figura 30:** Assinatura de Luís Nogueira de Figueiredo no documento ATHPP-LNF-PE-OFI-1775



Fonte: Autor.

No cotejo do ofício de 1774, o ATHPP-LNF-PE-OFI-1774, percebemos uma morfologia diversa da empregada na assinatura, com um tamanho heterogêneo, uso de letras capitulares – o que não aparece em outros manuscritos –, punho mais pesado, com traçados grossos, e pouca cursividade. Entretanto, três diferenças foram primordiais para descartar esse documento da qualidade de autógrafo: o *ductus* do grafema <d> voltado à direita; as hastes curtas e quase retas; e o *ductus* do <ll> à esquerda.

**Figura 31:** Excerto do documento ATHPP-LNF-PE-OFI-1774



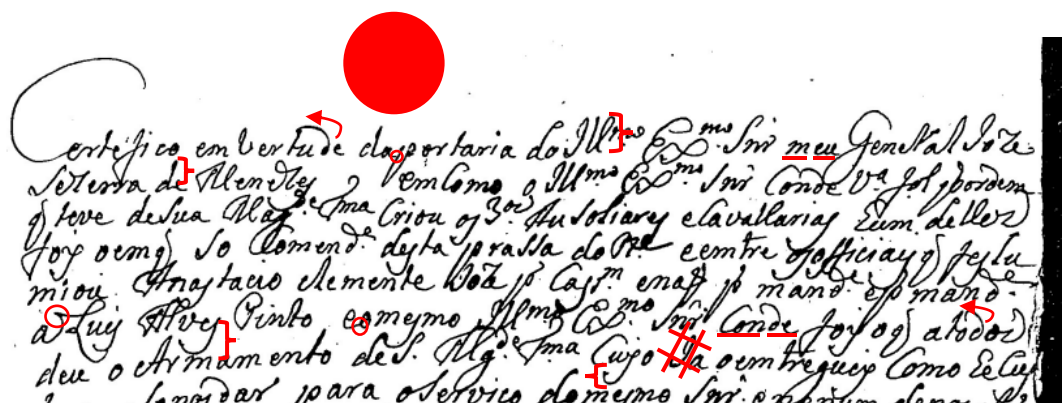
Fonte: Autor







**Figura 34:** Excerto do documento ATHPP-LNF-PE-CER-1776



Fonte: Autor





Assim como seus pares autógrafos, a divergência está apenas no peso da grafia: a certidão de 1776 tem traços mais fortes, o que costuma significar um uso maior de tinta no suporte de escrita ou maior porosidade do suporte que termina por absorver mais a tinta<sup>17</sup>. De resto, a angulação é à direita, tem cursividade mediana, o *ductus* é pela esquerda, as hastes médias direcionam-se à letra anterior e as ligaduras seguem o perfil da escrita de Luís Nogueira de Figueiredo: pouca presença, marcadamente as hastes do <e> ou do <o> encontrando o ponto de ataque da palavra consecutiva.

Com base nas informações oferecidas pela documentação atribuída a Figueiredo, atestamos que o ofício de 1774 é apógrafo, enquanto os demais seguem o padrão de sua assinatura, sendo, portanto, autógrafos, conforme os quadros abaixo:

**Quadro 37:** Comparação grafemática entre a assinatura de Luís Nogueira de Figueiredo e a mão não identificada













ASSINATURA DE LUÍS NOGUEIRA DE FIGUEIREDO	CDTHPP-LNF-PE-OFI-1774	COMENTÁRIO
		Na assinatura, o traço superior do <F> liga-se à sua haste.

<sup>17</sup> Por estarmos acessando os documentos apenas através de imagens geradas por microfilme, não podemos precisar essa característica.

		Morfologias diversas do grafema <N>.
		No corpo do documento, o <s> em posição final de palavra assemelha-se a um <j>.

Fonte: Elaborado pelo autor

**Quadro 38:** Comparação grafemática entre a assinatura de Luís Nogueira de Figueiredo e o corpo dos documentos

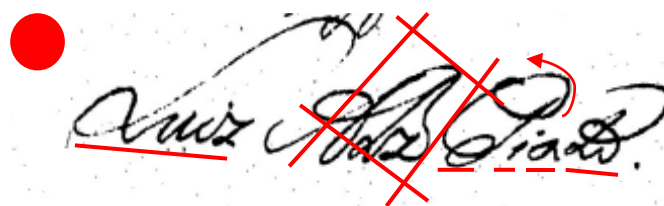
ASSINATURA	CDTHPP- LNF-PE-CER- 1776	CDTHPP- LNF-PE- OFI-1775	CDTHPP- LNF-PE-OFI- 1776	COMENTÁRIO
				Grafema <g> com haste alongando-se à esquerda.
				Ductus do grafema <d> em direção à direita.
				Grafema <r> semelhante ao <v>.

Fonte: Elaborado pelo autor

### 2.2.5 Luís Álvares Pinto

Com base nos critérios paleográficos definidos, analisamos os dois ofícios atribuídos a Luís Álvares Pinto, músico pernambucano e sargento-mor do Terço cujo mestre de campo era Luís Nogueira de Figueiredo. O par de documentos é datado de 1770, um de abril e o outro de maio, direcionados ao seu comandante, Figueiredo, nos quais relata os maus-tratos sofridos por integrantes de sua guarnição, como castigos físicos, falta de pagamento e perseguição dos superiores brancos. Em sua assinatura, extraída do manuscrito identificado por ATHPP-LAP-PE-OFI-1770.1,

Figura 35: Assinatura de Luís Álvares Pinto no documento ATHPP-LAP-PE-OFI-1770.1

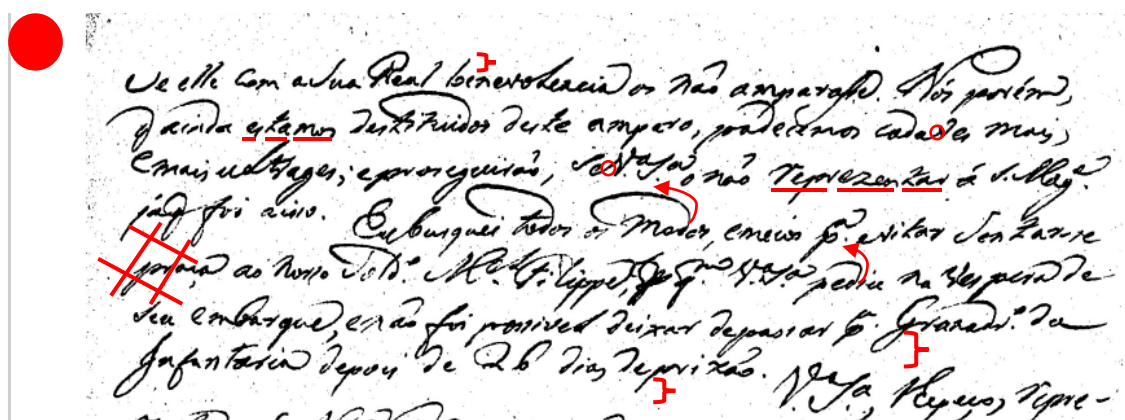


A handwritten signature in cursive script, likely 'Luiz Alvares Pinto'. The signature is written in dark ink on a light background. Several red annotations are present: a large red 'X' is drawn over the middle of the signature, and several red arrows point to specific features of the penmanship, such as the entry stroke of the 'L' and the exit stroke of the 'P'.

Fonte: Autor

vemos que a escrita coloca pouca pressão no papel e tem média cursividade, ou seja, o *scriptor* levanta a mão algumas vezes no ato da escrita; ângulo bastante inclinado à direita e *ductus* em direção à esquerda, como notamos no <P>. No corpo do texto desse documento e no manuscrito em maio de 1770, temos o que se vê na figura a seguir:

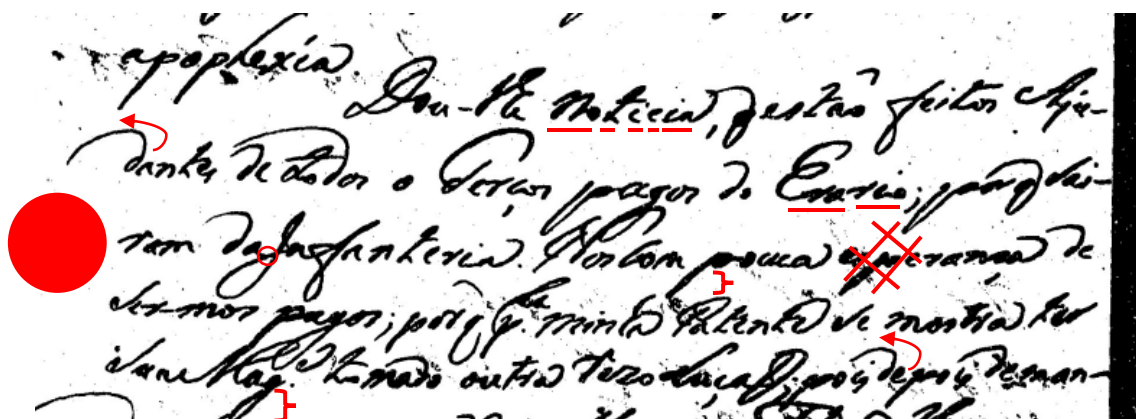
Figura 36: Excerto do documento ATHPP-LAP-PE-OFI-1770.1



A handwritten text excerpt in cursive script. The text is written in dark ink on a light background. Several red annotations are present: a large red 'X' is drawn over the first few lines, and several red arrows point to specific features of the penmanship, such as the entry stroke of the 'L' and the exit stroke of the 'P'.

Fonte: Autor

Figura 37: Excerto do documento ATHPP-LAP-PE-OFI-1770.2








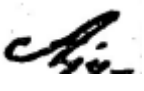
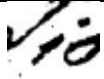


A handwritten text excerpt in cursive script. The text is written in dark ink on a light background. Several red annotations are present: a large red 'X' is drawn over the first few lines, and several red arrows point to specific features of the penmanship, such as the entry stroke of the 'L' and the exit stroke of the 'P'.

Fonte: Autor

Observemos que, no que pese um módulo menor por se tratar da escrita das informações do ofício, no caso do primeiro documento, as características da mão do *scriptor* são idênticas às da assinatura. A cursividade é média, visto que o autor varia entre uma escrita contínua, sem levantar o instrumento de escrita do suporte, e a irregularidade, com uma grafia pausada; há presença de ligaduras, geralmente, ao unir a vogal final de uma palavra à letra que inicia outra; o ângulo é inclinado à direita; há hastes longas à esquerda, mas que não se sobrepõem à letra anterior; e o *ductus* é pela esquerda. A diferença entre os manuscritos está no peso, mais leve em um e mais pesado no segundo, o que pode ser derivado da variação na porosidade do suporte.

Outrossim, vale ressaltar que encontramos na sócio-história de Álvares Pinto pistas de que ele fora alfabetizado e viajou a Portugal para estudar, logo, podemos considerá-lo – junto às confirmações dadas pela análise paleográfica –, o escrevente dos documentos que têm a sua assinatura ao pé.

**Quadro 39:** Comparação grafemática entre a assinatura de Luís Álvares Pinto e o corpo dos documentos

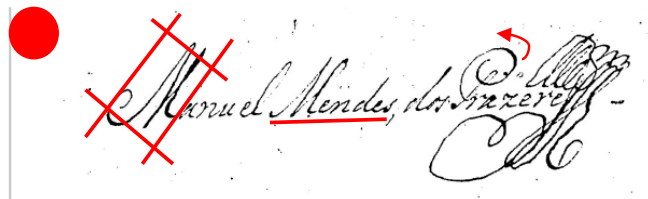
ASSINATURA	CDTHPP-LAP-PE- OFI-1770.1	CDTHPP-LAP-PE- OFI-1770.2	COMENTÁRIO
			Grafema <z> com ponto de ataque descendente.
			O <i>ductus</i> do <A> inclinado à direita,
			O grafema <i> feito com um risco, quebrando a cursividade da palavra.

Fonte: Elaborado pelo autor

## 2.2.6 Manuel Mendes dos Prazeres

Conquanto não tenhamos encontrado dados sobre a vida do sargento-mor preto Manuel Mendes dos Prazeres, ele nos deixou, enquanto redator, três possíveis documentos com sua assinatura e provável autoria. São dois requerimentos e um ofício datados de 1793 – porém, um dos requerimentos não tem data –, nos quais Prazeres relata a falta de pagamento do soldo aos soldados de sua guarnição, levando-os à fome, e solicita que sejam pagos, além de um aumento no valor. Cotejando a sua assinatura no requerimento de 1793,

**Figura 38:** Assinatura de Manuel Mendes dos Prazeres no documento ATHPP-MMP-PE-REQ-1793

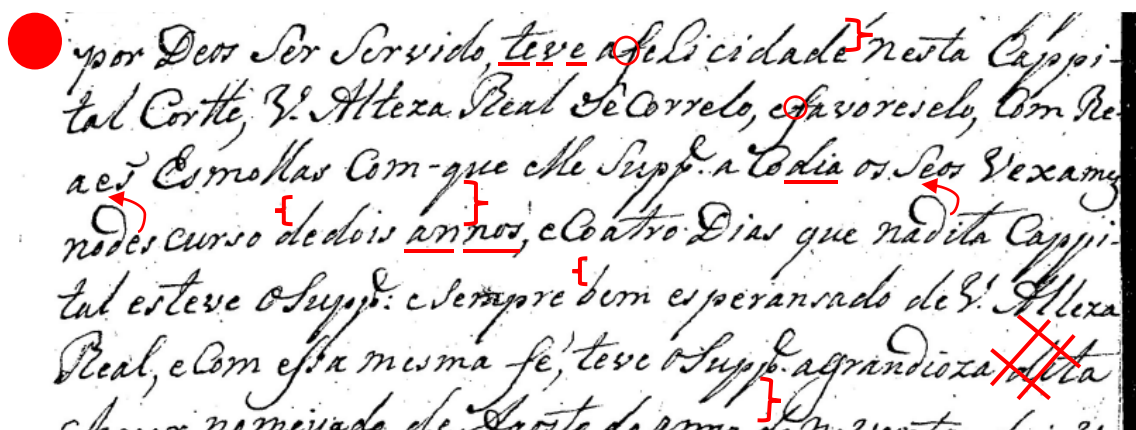


**Fonte:** Autor

vemos que a escrita apresenta ângulo à direita, média cursividade, haja vista ser possível perceber que o *scriptor* ora escreve continuamente, ora levanta o instrumento de escrita do suporte, e *ductus* pela esquerda, o peso da assinatura do soldado é leve. Analisemos, a seguir, um destaque do corpo desse requerimento:



**Figura 41:** Excerto do documento ATHPP-MMP-PE-REQ-SD



Fonte: Autor

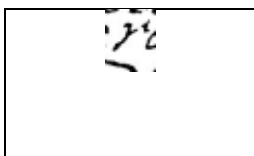
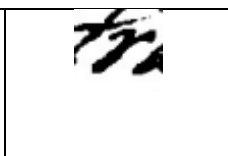
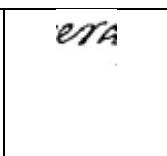
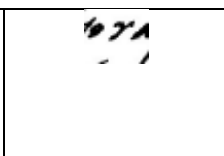
Apresenta similaridade maior com o ofício de 1793. Esse requerimento tem escrita pouco cursiva, peso leve, inclinação à direita no ângulo, hastes longas em direção a linha de baixo, *ductus* pela esquerda, algumas ligaduras e variação no grafema <d>, assim como nos documentos anteriores.

Entendemos, com base nos resultados da aplicação dos critérios paleográficos adotados, que as semelhanças entre a assinatura de Manuel Mendes dos Prazeres e os três documentos indicam serem eles autógrafos.

**Quadro 40:** Comparação grafemática entre a assinatura de Manoel Mendes dos Prazeres e o corpo dos documentos

ASSINATURA	CDTHPP- MMP-PE-OFI- 1793	CDTHPP- MMP-PE- REQ-1793	CDTHPP- MMP-PE- REQ-SD	COMENTÁRIO
				Grafema <M> com ponto de ataque característico, que pode ser confundido com um <c>.
				Grafema <z> com <i>ductus</i> particular.



				O grafema <r> assemelha-se ao <v>.
---	---	---	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor

### 2.2.7 Outros *scriptores*

Para a análise comparativa de autoria dos manuscritos, faz-se necessário o confronto entre dois ou mais documentos atribuídos a um único *scriptor*, como alertamos na abertura desta subseção. De modo a evitar análises equivocadas, optamos, então, por não prosseguir com a execução do exame da escrita daqueles de quem prospectamos apenas um manuscrito, o caso da maioria dos milicianos negros que são sujeitos desta pesquisa. Nesse caso, a investigação e a procura de novos materiais produzidos possivelmente por estes indivíduos é importante, inclusive, a fim de construir-se um *corpus* de pesquisa amplo sobre pessoas postas à margem da sociedade e do acesso à escrita e à conservação de sua história. São eles:

- Henrique Dias (ATHPP-HD-PE-CAR-1650);
- Manuel Barbalho de Lira (ATHPP-MBL-LIS-CER-1707);
- Manoel de Oliveira Miranda (ATHPP-MOM-PE-CER-1725);
- Francisco Xavier Correia (ATHPP-FXC-BA-CER-1767);
- Antônio da Costa Pereira (ATHPP-ACP-PE-OFI-1770);
- José Rabelo de Vasconcelos (ATHPP-JRV-PE-CER-1776);
- Antônio de Sá de Jesus (ATHPP-ASJ-BA-ATE-1777);
- Jozé Mendes de Morais (ATHPP-JMM-BA-ATE-1780);
- Antônio Manoel Correia Garces (ATHPP-AMC-PE-ATE-1790);
- Ignácio Gomes da Fonseca (ATHPP-IGF-PE-CER-1785).

Diante disso, reforçamos a necessidade de outros estudos e a pesquisa de mais documentos referentes a maioria, se não todos, esses milicianos negros.



## 2.3 ABREVIATURAS PRESENTES NOS MANUSCRITOS

O uso de abreviaturas na escrita remonta, segundo Megale, Toledo Neto e Fachin (2015), à época romana, tornando-se mais constante, entretanto, a partir da Idade Média. Flexor (2008) aponta que o uso de sinais abreviativos se deu pela necessidade de economia do espaço devido à escassez de materiais e, também, pela redução do tempo de escrita. Logo, é inevitável que as abreviaturas de documentos manuscritos, sobretudo daqueles de tempos mais remotos, sejam destacadas e estudadas, visto que este processo colabora para a leitura paleográfica.

Megale, Toledo Neto e Fachin (2015, p. 27) apontam que “a origem do sistema abreviativo se encontra em um tipo de escrita muito praticada na Roma antiga, a taquigraia, do grego tachys (= rápido) e graphein (= escrever), é um tipo de escrita desenvolvida para ser tão rápida quanto a fala, já que o costume era transcrever os discursos proferidos ao vivo”.

Quanto à classificação destas, optamos por mesclar as definições de Berwanger e Franklin Leal (2008) às de Megale, Toledo Neto e Fachin (2015), pois encontramos, nos documentos, sinais abreviativos que não foram listados nas observações dos primeiros. Assim, temos:

**Quadro 41:** Classificação das abreviaturas

<b>Classificação</b>	<b>Definição</b>
Siglas	Consiste na representação da palavra pela letra inicial maiúscula, seguida de ponto (MEGALE; TOLEDO NETO; FACHIN, 2015, p. 29).
Suspensão ou apócope	Corta-se o final da palavra ou final da sílaba, que, assim, fica inacabada (BERWANGER; FRANKLIN LEAL, 2008, p. 92).
Contração ou síncope	Representa a supressão de letras do meio do vocábulo (MEGALE; TOLEDO NETO; FACHIN, 2015, p. 30).
Letras sobrescritas	Sobreposição da última ou das últimas letras da palavra (MEGALE; TOLEDO NETO; FACHIN, 2015, p. 31).
Sinais especiais	São sinais que se colocam no início, meio ou fim da palavra, significando uma sílaba ou ausência de uma letra (BERWANGER; FRANKLIN LEAL, 2008, p. 93).

Taquigrafia	Os sinais utilizados, que se baseiam nas letras do alfabeto maiúsculo romano, são utilizados em várias posições, tendo significados diferentes em cada uma delas (MEGALE; TOLEDO NETO; FACHIN, 2015, p. 34-35).
Abreviaturas numéricas	Constituem as abreviaturas de numerações, designativas de ordem, divisão e meses do ano. Usa-se a sobreposição das vogais o (os) ou a (as) minúsculas aos numerais ou à terminação –br (MEGALE; TOLEDO NETO; FACHIN, 2015, p. 35).

**Fonte:** Elaborado pelo autor

Os integrantes dos Terços de Homens Pretos e Pardos utilizaram 161 abreviaturas (e suas variações) no curso da escrita dos documentos que compõem o *corpus* desta pesquisa. Na edição, conforme os critérios específicos que serão detalhados na subseção 2.3, os sinais abreviativos foram desdobrados, de modo a facilitar a compreensão dos manuscritos e proporcionar clareza no seu conteúdo. No quadro abaixo, seguem as abreviaturas encontradas nos manuscritos, classificadas de acordo com o exposto acima:

**Quadro 42:** Abreviaturas encontradas no *corpus*

Fac-símile	Abreviatura	Desdobramento	Classificação	Documento
	2.º	segundo	Numérica	OFI-1770.1, 1. 12, f. 3
	3.º	terceiro	Numérica	OFI-1770.1, 1. 12, f. 3
	3º	terço	Numérica	CER-1702, l. 11
	7br.º	Setembro	Numérica	OFI-1776, l. 12
	8br.º	outubro	Numérica	REQ-SD, l. 16
	9br.º	novembro	Numérica	CER-1776, l. 26
	ag. <sup>a</sup>	aguarda	Sobrescrito	CER-1689.1, 1. 11
	Ajud. <sup>e</sup>	Ajudante	Sobrescrito	CER-1767, l. 22
	Ajud. <sup>tes</sup>	Ajudantes	Sobrescrito	REQ-1793, l. 25

	Alz	Alvez	Síncope	OFI-1770.1, 1. 41, f. 3
	am. <sup>a</sup>	aminha	Sobrescrito	OFI-1770, 1. 20
	An. <sup>to</sup>	Antonio	Sobrescrito	ATE-1774, 1. 18
	animozam. <sup>te</sup>	animozamente	Sobrescrito	OFI-1793, 1. 11, f. 2
	antigam. <sup>te</sup>	antigamente	Sobrescrito	REQ-SD, 1. 12, f. 2
	aoCapp. <sup>am</sup>	aoCappitam	Sobrescrito	CER-1693, 1. 6
	aS. Mag. <sup>de</sup>	aSua Magestade	Sobrescrito	ATE-1780, 1. 11
	Aux. <sup>eres</sup>	Auxiliares	Sobrescrito	OFI-1770.1, 1. 32, f. 2
	B. <sup>a</sup>	Bahia	Sobrescrito	ATE-1774, 1. 21
	cap.	capítulo	Apócope	OFI-1770.1, 1. 16, f. 2
	Cap. <sup>am</sup>	Capitam	Sobrescrito	CER-1767, 1. 2
	cap. <sup>ens</sup>	capitaens	Sobrescrito	OFI-1770.1, 1. 17, f. 2
	cap. <sup>m</sup>	capitam	Sobrescrito	ATE-1774, 1. 3
	capp. <sup>aõ</sup>	cappitaõ	Sobrescrito	ATE-1780, 1. 2
	cavaleiro. <sup>o</sup>	cavaleiro	Sobrescrito	CER-1702, 1. 1
	cid. <sup>e</sup>	cidade	Sobrescrito	REQ-1793, 1. 15
	comp. <sup>a</sup>	companhia	Sobrescrito	ATE-1774, 1. 14
	comp. <sup>ros</sup>	companheiros	Sobrescrito	REQ-SD, 1. 15
	comprim. <sup>to</sup>	comprimento	Sobrescrito	CER-1755, 1. 15, f. 2
	Comt. <sup>e</sup>	Comandante	Sobrescrito	OFI-1793, 1. 12
	Corr. <sup>a</sup>	Correia	Sobrescrito	REQ-1793, 1. 12
	cuid. <sup>o</sup>	cuidado	Sobrescrito	CER-1767, 1. 17
	D.	Dona	Apócope	OFI-1770.2, 1. 9

<i>D.</i>	D.	Dono	Apócope	OFI-1775, l. 19
<i>D. Ant.º</i>	D. Ant.º	Dom Antônio	Apócope sobrescrito e	OFI-1770.1, l. 13, f. 3
<i>D.g.º</i>	D.g.º	Deus guarde	Apócope sobrescrito e	ATE-1774, l. 5
<i>d.º</i>	d.º	dito	Sobrescrito	CER-1702, l. 11
<i>dacomp.ª</i>	dacomp.ª	dacompanhia	Sobrescrito	OFI-1770, l. 14
<i>dcreto</i>	dcreto	decreto	Síncope	OFI-1793, l. 12, f. 2
<i>dcum.ºs</i>	dcum.ºs	documentos	Sobrescrito	REQ-SD, l. 28
<i>deft.º</i>	deft.º	defunto	Sobrescrito	REQ-1793, l. 15
<i>denossasr.ª</i>	denossasr.ª	denossasenhora	Sobrescrito	CER-1702, l. 20
<i>deprez.ºc</i>	deprez.ºc	deprezente	Sobrescrito	REQ-1793, l. 26
<i>des</i>	des	desão	Apócope	CER-1702, l. 1
<i>des.º</i>	des.º	desejo	Sobrescrito	OFI-1770, l. 20
<i>desem.ºc</i>	desem.ºc	desemelhante	Sobrescrito	OFI-1770, l. 15
<i>desp.º</i>	desp.º	despacho	Sobrescrito	CER-1755, l. 15, f. 2
<i>despx.º</i>	despx.º	despaxo	Sobrescrito	REQ-1793, l. 27
<i>destacam.ºo</i>	destacam.ºo	destacamento	Sobrescrito	CER-1767, l. 13
<i>Dezbr.º</i>	Dezbr.º	Dezembro	Sobrescrito	OFI-1793, l. 12
<i>Dos</i>	Dos	Domingos	Sobrescrito	CER-1702, l. 1
<i>Ds</i>	Ds	Deus	Síncope	OFI-1776, l. 8
<i>edelig.ªs</i>	edelig.ªs	edeligências	Sobrescrito	CER-1767, l. 21
<i>Efrontr.ª</i>	Efrontr.ª	Efronteira	Sobrescrito	CER-1702, l. 20
<i>emseusignim.ºo</i>	emseusignim.ºo	emseusignimento	Sobrescrito	CER-1689.1, l. 16

	enad. <sup>ta</sup>	enadita	Sobrescrito	REQ-1793, l. 18
	ER M. <sup>ce</sup>	EReceberáMerce		REQ-1793, l. 30
	eRever. <sup>te</sup>	eReverente	Sobrescrito	OFI-1770, l. 23
	Evang. <sup>os</sup>	Evangelhos	Sobrescrito	CER-1767, l. 25
	Ex. <sup>mo</sup>	Excelentíssimo	Sobrescrito	OFI-1793, l. 2
	F. <sup>ma</sup>	Fidelíssima	Sobrescrito	ATE-1780, l. 23
	f. <sup>os</sup>	filhos	Sobrescrito	OFI-1776, l. 18
	falicim. <sup>to</sup>	falicimento	Sobrescrito	OFI-1793, l. 23
	Fever. <sup>o</sup>	Fevereiro	Sobrescrito	OFI-1793, l. 1
	Fevr. <sup>o</sup>	Fevereiro	Sobrescrito	OFI-1793, l. 21
	Fig. <sup>do</sup>	Figueiredo	Sobrescrito	OFI-1770, l. 1
	finalm. <sup>te</sup>	finalmente	Sobrescrito	OFI-1770.1, l. 16
	Frz Vr. <sup>a</sup>	Fernandez Vieira	Síncope e sobrescrito	OFI-1770.1, l. 12, f. 3
	G. <sup>de</sup>	Guarda	Sobrescrito	CER-1755, l. 27
	G. <sup>or</sup>	Governador	Sobrescrito	REQ-SD, l. 19
	g. <sup>de</sup>	grande	Sobrescrito	CER-1689.2, l. 20
	Gn. <sup>al</sup>	General	Sobrescrito	OFI-1793, l. 15
	Gn. <sup>l</sup>	General	Sobrescrito	OFI-1793, l. 21
	Granadr. <sup>o</sup>	Granadeiro	Sobrescrito	OFI-1770.1, l. 20
	gratuitam. <sup>te</sup>	gratuitamente	Sobrescrito	OFI-1770.1, l. 16

	grd <sup>e</sup>	grande	Sobrescrito	REQ-1793, l. 21
	H. <sup>e</sup>	Henrique	Sobrescrito	REQ-SD, l. 7
	Henriq	Henrique	Apócope	CAR-1650, l. 1, f. 2
	humild. <sup>e</sup>	humildade	Sobrescrito	CER-1767, l. 24
	ig. <sup>al</sup>	igual	Sobrescrito	OFI-1770, l. 19
	Ill. <sup>mo</sup>	Ilustríssimo	Sobrescrito	OFI-1793, l. 2
	impossibilid. <sup>e</sup>	impossibilidade	Sobrescrito	OFI-1770.2, l. 8, f. 2
	Infantr. <sup>a</sup>	Infantaria	Sobrescrito	OFI-1770.1, l. 17
	Infinitam. <sup>te</sup>	Infinitamente	Sobrescrito	OFI-1770.1, l. 6
	juram. <sup>to</sup>	juramento	Sobrescrito	CER-1689.2, l. 28
	jutam. <sup>te</sup>	juntamente	Sobrescrito	CER-1755, l. 13, f. 2
	L. <sup>ca</sup>	Licenca	Sobrescrito	OFI-1793, l. 17, f. 2
	Lx. <sup>a</sup>	Lixboa	Sobrescrito	REQ-1793, l. 15
	m. <sup>a</sup>	maria	Sobrescrito	OFI-1770.2, l. 9
	m. <sup>a</sup>	minha	Sobrescrito	OFI-1770.1, l. 17, f. 2
	m. <sup>ce</sup>	merce	Sobrescrito	CER-1689.1, l. 31
	M. <sup>el</sup>	Manuel	Sobrescrito	CER-1767, l. 11
	M. <sup>ol</sup>	Manoel	Sobrescrito	CER-1689.1, l. 8
	m. <sup>ta</sup>	muita	Sobrescrito	CER-1767, l. 24
	m. <sup>to</sup>	muito	Sobrescrito	OFI-1770, l. 15
	Mag. <sup>de</sup>	Magestade	Sobrescrito	CER-1755, l. 27
	Magd. <sup>e</sup>	Magestade	Sobrescrito	REQ-1793, l. 9

<i>mand.</i>	mand. <sup>e</sup>	mandante	Sobrescrito	CER-1776, l. 15
<i>mantim.</i>	mantim. <sup>tos</sup>	mantimentos	Sobrescrito	CER-1689.1, l. 17
<i>Marg. da</i>	Marg. <sup>da</sup>	Margarida	Sobrescrito	CER-1689.1, l. 34
<i>M<sup>e</sup></i>	M <sup>e</sup> .	Mestre	Sobrescrito	CER-1755, l. 26
<i>Mej<sup>e</sup></i>	Mej. <sup>e</sup>	Mejestade	Sobrescrito	OFI-1793, l. 10
<i>Mg<sup>de</sup></i>	Mg. <sup>de</sup>	Magestade	Sobrescrito	CER-1702, l. 4
<i>nadt.<sup>a</sup></i>	nadt. <sup>a</sup>	nadita	Sobrescrito	ATE-1774, l. 17
<i>nesisr.<sup>o</sup></i>	nesisr. <sup>o</sup>	nesisario	Sobrescrito	CER-1702, l. 9
<i>Nogr.<sup>a</sup></i>	Nogr. <sup>a</sup>	Nogueira	Sobrescrito	OFI-1770, l. 1
<i>noserv<sup>co</sup></i>	noserv <sup>co</sup>	noservico	Sobrescrito	CER-1693, l. 9
<i>novd.<sup>es</sup></i>	novd. <sup>es</sup>	novidades	Sobrescrito	OFI-1770.2, l. 6
<i>obed.<sup>a</sup></i>	obed. <sup>a</sup>	obediência	Sobrescrito	OFI-1770, l. 21
<i>off.<sup>es</sup></i>	off. <sup>es</sup>	officiaes	Sobrescrito	CER-1767, l. 8
<i>Ol.<sup>da</sup></i>	Ol. <sup>da</sup>	Olinda	Sobrescrito	CER-1755, l. 15, f. 2
<i>oliv.<sup>a</sup></i>	oliv. <sup>a</sup>	oliveira	Sobrescrito	ATE-1774, l. 15
<i>ordinariam.<sup>te</sup></i>	ordinariam. <sup>te</sup>	ordariamente	Sobrescrito	CER-1755, l. 10, f. 2
<i>osupp.<sup>e</sup></i>	osupp. <sup>e</sup>	osupplicante	Sobrescrito	OFI-1793, l. 18
<i>p.<sup>a</sup></i>	p. <sup>a</sup>	para	Sobrescrito	REQ-1793, l. 15
<i>p.<sup>am</sup></i>	p. <sup>am</sup>	petiçam	Sobrescrito	OFI-1793, l. 15
<i>P.<sup>e</sup></i>	P. <sup>e</sup>	Padre	Sobrescrito	OFI-1775, l. 10
<i>P.<sup>o</sup></i>	P. <sup>o</sup>	Primeiro	Sobrescrito	CAR-1650, l. 28
<i>Paran.<sup>co</sup></i>	Paran. <sup>co</sup>	Paranbuco	Sobrescrito	OFI-1770, l. 2

	pedim <sup>to</sup>	pedimento	Sobrescrito	CER-1702, l. 11
	Per. <sup>a</sup>	Pereira	Sobrescrito	ATE-1774, l. 14
	Pern. <sup>co</sup>	Pernambuco	Sobrescrito	CER-1755, l. 27
	Pia-m <sup>te</sup>	Pia – mente	Sobrescrito	REQ-SD, l. 26
	P <sup>r</sup>	Para	Sobrescrito	OFI-1770, l. 1
	prez. <sup>te</sup>	prezente	Sobrescrito	REQ-SD, l. 25
	puntualm. <sup>te</sup>	puntualmente	Sobrescrito	CER-1689.2, l. 24
	q	que	Apócope	OFI-1770.2, l. 14, f. 2
	q.	quando	Apócope	CER-1693, l. 13
	q̃.	que	Apócope	ATE-1774, l. 11
	q̃.	q̃ue	Apócope	REQ-1793, l. 21
	q. <sup>do</sup>	quando	Sobrescrito	CER-1755, l. 11, f. 2
	q. <sup>m</sup>	quem	Sobrescrito	OFI-1770.1, l. 7
	R. <sup>e</sup>	Recife	Sobrescrito	OFI-1770.1, l. 37, f. 3
	Realm. <sup>te</sup>	Realmente	Sobrescrito	REQ-SD, l. 19
	Requerim <sup>tos</sup>	Requerimentos	Sobrescrito	CER-1702, l. 10
	Rijim. <sup>tos</sup>	Rijimentos	Sobrescrito	OFI-1793, l. 15
	RoizCarnr. <sup>o</sup>	RodriguezCarnei ro	Sobrescrito	CER-1702, l. 1
	S.	Santo	Apócope	OFI-1793, l. 12
	S.	Sua	Apócope	OFI-1793, l. 10
	S. <sup>or</sup>	Senhor	Sobrescrito	REQ-SD, l. 1



	Sarg. <sup>to</sup>	Sargento	Sobrescrito	REQ-1793, l. 12
	saud. <sup>e</sup>	saudade	Sobrescrito	OFI-1770, l. 9
	seg. <sup>do</sup>	seguindo	Sobrescrito	REQ-SD, l. 10, f. 2
	serv. <sup>o</sup>	servio	Sobrescrito	CER-1767, l. 13
	sm. <sup>te</sup>	somente	Sobrescrito	ATE-1780, l. 24
	Snr	Senhor	Síncope	CER-1776, l. 23
	Snr̃.	senhoñ	Síncope	REQ-1793, l. 20
	sô m. <sup>te</sup>	sô mente	Sobrescrito	CER-1767, l. 26
	sold. <sup>o</sup>	soldado	Sobrescrito	OFI-1770.1, l. 5, f. 2
	S <sup>ta</sup>	Santa	Sobrescrito	CER-1689.2, l. 30
	S <sup>tz</sup>	Santoz	Síncope	CER-1689.2, l. 28
	sup. <sup>do</sup>	suplicado	Sobrescrito	CER-1725, l. 29
	supp. <sup>dos</sup>	supplicados	Sobrescrito	REQ-SD, l. 11, f. 2
	supp. <sup>e</sup>	supplicante	Sobrescrito	OFI-1793, l. 7, f. 2
	V Ill. <sup>ma</sup>	Vossa Illustríssima	Sobrescrito	OFI-1776, l. 8
	V.	Vossa	Apócope	REQ-SD, l. 18
	V. Ex. <sup>ca</sup>	Vossa Excelenca	Sobrescrito	REQ-1793, l. 11
	V. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup>	Vossa Senhora	Sobrescrito	OFI-1770.1, l. 6
	verd. <sup>e</sup>	verdade	Sobrescrito	CER-1755, l. 13, f. 2
	VMg. <sup>de</sup>	Vossa Magestade	Sobrescrito	CAR-1650, l. 7
	vont. <sup>e</sup>	vontade	Sobrescrito	OFI-1770, l. 20
	VS. <sup>a</sup>	Vossa Senhora	Sobrescrito	OFI-1770, l. 5

Fonte: Elaborado pelo autor

A partir da observação do quadro acima, percebe-se que o tipo de abreviatura mais encontrado na escrita dos africanos e afrodescendentes dos THPP é o sobrescrito, seguido por apócope, síncope e numérica. Muitas dessas abreviaturas aparecem diversas vezes nos manuscritos e, por isso, registramos as suas variações.

## 2.4 A EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA

Durante grande parte do século XX, os estudos histórico-linguísticos foram relegados a segundo plano, tendo em vista a valorização dos estudos sincrônicos, advinda da orientação de Saussure (1916). No entanto, ao final desse século, a Sociolinguística Laboviana insere a relação da mudança linguística de longa duração na compreensão da variação da língua em um determinado momento temporal, fato que subsidia a retomada dos estudos da história das línguas.

Tal retomada implica, entretanto, no questionamento da origem dos dados para a pesquisa diacrônica, em vista da impossibilidade de – como nos estudos variacionistas – contactar o falante de tempos pretéritos. A solução para esse impasse estava, então, na documentação escrita e assim, conforme Maia (2012), a prospecção de corpora, isto é, a sua localização em um Arquivo público ou particular, e a formação de bancos de textos é condição imprescindível para os estudos em Linguística Histórica, já que a apreensão dos dados linguísticos do passado encontra-se, justamente, na documentação remanescente dessas épocas.

Ao pensar em Linguística Histórica, é necessário considerar a divisão em duas vertentes feitas por Mattos e Silva (2008). A primeira, *lato sensu*, engloba todas as pesquisas que discutam questões linguísticas com base em dados datados e localizados; a segunda, *stricto sensu*, se preocupa com a mudança linguística de longa duração. Esta vertente, por ter uma orientação mais voltada a questões históricas, mantém uma relação intrínseca com a Crítica Textual, “uma vez que tem como base de análise inscrições, manuscritos e textos impressos no passado, que, recuperados pelo trabalho filológico, tornam-se os corpora indispensáveis às análises das mudanças linguísticas de longa duração” (Mattos E Silva, 2008, p. 10). Telles (2016) considera que não existe trabalho em historicidade da língua que se dissocie do trabalho filológico, logo, a questão da

nomenclatura – se linguista ou filólogo – depende exclusivamente do objetivo de pesquisa.

No entanto, os documentos manuscritos utilizados nas pesquisas histórico-diacrônicas da vertente *stricto sensu* encontram-se muitas vezes em condições em condições insalubres de conservação e, por isso, precisam ser restabelecidos através de edições filológicas criteriosas, com o objetivo de colaborar com os estudos linguísticos. Maia (2012) afirma que

[...] se se pretende utilizar os materiais para o estudo de história da língua, as edições devem satisfazer as necessidades de uma linguística histórica empírica e, por esse motivo, devem reflectir fielmente as características linguísticas dos manuscritos, uma vez que nelas se reflectem as marcas da variação da língua da época. As edições elaboradas com outro tipo de motivações e destinadas a outro tipo de público levaram frequentemente os editores a regularizar e a “corrigir” os textos que transcrevem, ferindo a sua autenticidade e inviabilizando a reconstrução de fenómenos de mudança linguística nos diferentes níveis de análise. (Maia, 2012, p. 537)

Nesta perspectiva, Lose e Souza (2020) apontam que as edições mais conservadoras, as quais não modernizam a escrita do texto, são as mais úteis aos estudos linguísticos. Lose (2017, p. 76) considera a edição semidiplomática como aquela que “traz uma leitura conservadora do texto, nos aspectos linguísticos”, visto que, segundo Telles e Lose (2017), esse tipo de edição conservadora deve preservar as características do momento histórico no qual o texto foi produzido. Logo, o entrelaçamento entre a ciência do texto e a Linguística Histórica garante a confiabilidade da pesquisa e a qualidade da análise linguística, questões essenciais para a compreensão da mudança das línguas.

Os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Projeto para a História do Português Brasileiro já levam em consideração esse importante entrelace. Não à toa, uma das frentes de investigação visa justamente à constituição e, por conseguinte, a edição de corpora escritos no Brasil a partir do século XVI. Dessa forma, inúmeras pesquisas realizadas no âmbito do PHPB e inscritas nesta agenda consideram a importância da Filologia para a reconstrução do passado linguístico brasileiro e constituíram corpora objetivando a investigação linguísticas de diversos fenômenos. Dentre esses trabalhos, destacam-se as Cartas Brasileiras, acervo de 500 missivas particulares escritas por brasileiros entre 1809 e 1904 constituído por Carneiro (2005); o acervo de cartas particulares do Recôncavo Baiano organizado por Lobo (2001); os textos manuscritos por africanos e afrodescendentes da Sociedade Protetora dos Desvalidos editados por Oliveira (2006); as

cartas de mãos inábeis do sertão baiano editadas por Santiago (2012); os documentos manuscritos por André Vidal de Negreiros entre 1646 e 1678 a serem editados por Araújo em sua dissertação de mestrado, entre muitos outros. Tais pesquisas permitem e permitirão a compreensão dos movimentos de variação e mudança do Português Brasileiro e, sobretudo, trazem à luz documentação importante para o entendimento da história da formação do Brasil. Ademais, ao editar um documento, também é necessário esmiuçar o seu contexto, já que nenhuma documentação está dissociada da sua época de produção. Essa orientação é voltada à outra agenda do PHPB, cuja preocupação é a reconstrução sócio-histórica da documentação e a sua relação com a mudança linguística.

A edição semidiplomática será de grande valor para o corpus, pois esta mantém as características originais do documento, preservando-o e garantindo o rigor filológico para a pesquisa linguística que será desenvolvida e outras que poderão ser realizadas. Para o seu desenvolvimento, serão adotadas as normas de transcrição de manuscritos do PHPB, com as alterações e correções necessárias para atender às especificidades dos manuscritos, principalmente por se tratarem de documentos coloniais e com características próprias de documentos oficiais. Os critérios de edição adotados serão adaptados de Castilho (2019) e serão expostos na primeira parte do Volume II desta dissertação.

Em momento posterior, as edições fac-similada e semidiplomática serão publicadas como um volume da série “Documentos para a História Linguística do Brasil Colônia”, organizada pelas professoras Zenaide Carneiro, Mariana Lacerda e Alícia Lose. Além disso, pretende-se disponibilizar, junto à edição semidiplomática, a edição modernizada, no formato XML, da coleção documental prospectada para esta pesquisa, realizada a partir do e-Dictor, *software* desenvolvido por Paixão de Sousa, Kepler e Faria (2009), que permite a edição em linguagem XML e anotação morfológica – na qual o programa computacional mencionado classifica as unidades lexicais (palavras) através de etiquetas morfossintática, isto é, a classe gramatical das palavras –. Futuramente, há também a possibilidade de que o *corpus* seja anotado sintaticamente, ou seja, que haja a etiquetagem das estruturas sintáticas, como feito no projeto *Post Scriptum*, da professora Rita Marquilhas (disponível em: <http://ps.clul.ul.pt/>). As Humanidades Digitais permitem tanto o resguardo dos documentos manuscritos e de sua edição quanto a consulta e realização de outras pesquisas partindo do mesmo *corpus*. No que tange aos documentos dos Terços de Homens Pretos e Pardos, para além do estudo do *lhe* em função acusativa ou dativa, existem outras possibilidades de investigação, a saber: a sintaxe dos clíticos, o

estudo das marcas de inabilidade em escrita alfabética, etc.

Os manuscritos serão disponibilizados na seguinte página eletrônica do CE-DOHS:

**Figura 42:** Página eletrônica (em construção) de acesso aos Documentos dos Terços de Homens Pretos e Pardos

Feira de Santana - BA, Brasil  
Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão [ CE-DOHS ]

1823-2000 | 1500-1822  
Manuscritos Impressos Amostras de fala | Manuscritos

QUADRO GERAL

Documentos dos Terços de Homens Pretos e Pardos

Data	Local	Remetente	Destinatário	Nascido(N)/Radicado(R) (palavras)
Total: 0				

Realização: UEFs, NELS, fapesb, CNPq, CAPES

Financiamento: fapesb, CNPq, CAPES

» Página desenvolvida por Pablo Faria (email).

Fonte: CE-DOHS

## 2.5 SÍNTESE DA SEÇÃO

Nesta seção, nos dedicamos à primeira parte da agenda do *campo histórico-filológico* proposta pelo PHPB, pois é no capítulo 5 que apresentaremos as edições dos manuscritos, a segunda etapa deste campo de pesquisa. Assim, ao longo desta seção, apresentamos o *corpus* desta dissertação, o CDTHPP, bem como toda a sua análise paleográfica nos aspectos extrínsecos, ao descrever as características de conservação dos testemunhos; e nos aspectos intrínsecos, quando, através da análise escriptográfica dos grafemas – morfologia, ângulo, *ductus*, módulo e peso –, pudemos definir quais manuscritos são autógrafos, isto é, escritos pelos integrantes dos THPP, e quais são apógrafos, quando os integrantes detêm apenas a autoria intelectual. Por meio da análise paleográfica, conhecemos as mãos de treze dos sujeitos da pesquisa, entre sargentos-mor e mestres-de-campo, e, também, as abreviaturas que estes utilizaram na sua escrita. Com a análise de autoria por comparação, identificamos a mão de seis dos *scriptores* e atestamos quais manuscritos que são autógrafos, a fim de atestar a veracidade da pesquisa. Além disso, justificamos, quanto às questões teórico-metodológicas, escolha do tipo de edição, semidiplomática. Finalizou-se com a apresentação da proposta futura de edição

modernizada em linguagem XML, através do software E-Dictor, e a possibilidade de anotações morfológicas e sintáticas, bem como a posterior publicação das edições fac-similar e semidiplomática na série sobre documentos coloniais intitulada “Documentos para a História Linguística do Brasil Colônia”.

**III**  
**O CAMPO DA HISTÓRIA SOCIAL LINGUÍSTICA**

Nesta seção, trataremos da caracterização sócio-histórica e econômica dos documentos manuscritos analisados nesta pesquisa, visto que o Português Brasileiro é fruto de uma série de fatores além daqueles internos à língua. Para tanto, abordaremos quatro das perguntas propostas pelo italiano Petrucci (2003): *Quem?* (o perfil biográfico dos escreventes), com base nas fichas biográficas de Carneiro (2005), em 3.1; *Quando?* (em que época dos documentos foram manuscritos), em 3.2; *Onde?* (em quais localidades foram recolhidos), em 3.3; e o *Para quê?* (qual propósito tinham seus escreventes ao manuscrevê-los), em 3.4, dada a importância desses questionamentos para o entendimento da história externa do PB, assim como a sua cooperação para a contextualização dos documentos estudados.

### 3 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DOS ESCRIVENTES

O tratamento de dados para a pesquisa em estudos linguísticos, sobretudo no campo da Linguística Histórica *stricto sensu*, exige uma correlação entre aqueles disponíveis na documentação e a investigação sócio-histórica dos *scriptores*, de modo a entender, por via dos textos, como se deu a variação e a mudança no Português Brasileiro – no caso desta dissertação, ao longo do período colonial.

Mattos e Silva (2004, p. 13) demonstra a necessidade de serem conjugados “fatores sócio-históricos, demográficos, linguísticos do passado e do presente que, reunidos, poderão explicitar e espelhar melhor os processos sócio-históricos e linguísticos que interagiram na constituição do português [...]”. Considerando que a formação do PB foi em um contexto de multilinguismo generalizado, Mattos e Silva (2004) se debruça sobre as quatro vias propostas por A. Houaiss (1985) e, com base nessas, propõe quatro campos de pesquisa que objetivam recuperar a história do PB

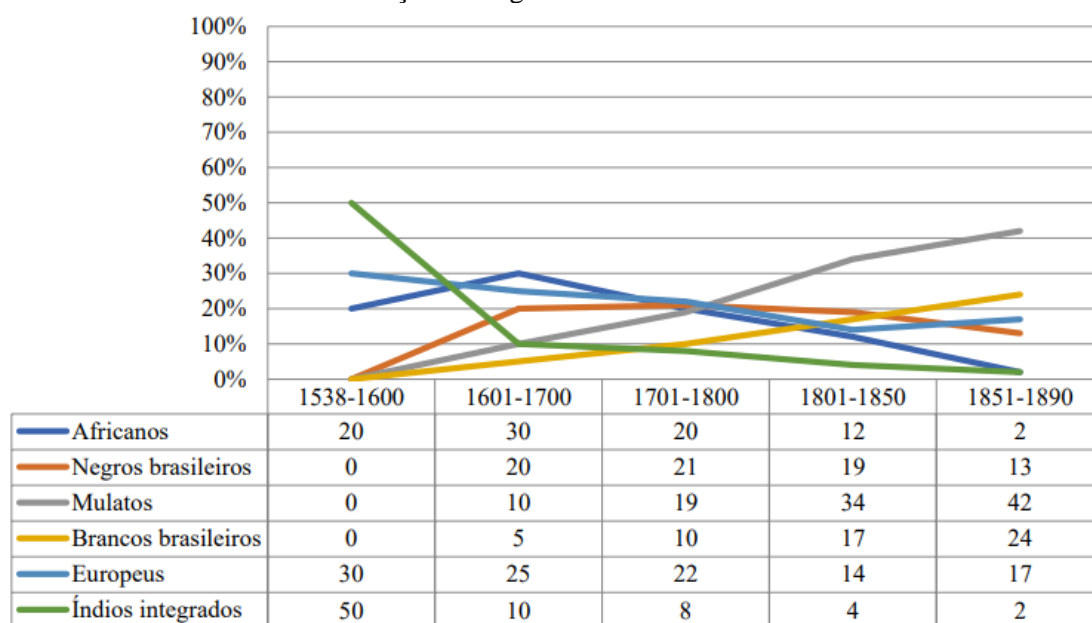
(a) o campo que se moverá na reconstrução de uma história social linguística do Brasil; (b) o campo que se moverá na reconstrução de uma sócio-história linguística ou de uma sociolinguística histórica; (c) o campo que se moverá na reconstrução diacrônica no interior das estruturas da língua portuguesa em direção ao português brasileiro; (d) o campo que se moverá no âmbito comparativo entre o português europeu e o português brasileiro (Mattos e Silva, 2004, p. 58).

Segundo a autora, alguns fatores não devem ser desconsiderados ao se dedicar a esses estudos, a exemplo da demografia do país ao longo dos períodos históricos. Mattos



e Silva (2004) ter sido uma parcela da população colonial, em grande parte, responsável por difundir a língua portuguesa em terras brasileiras: os africanos escravizados e seus descendentes, ao passo em que as pesquisas realizadas por Mussa (1991) demonstraram que, entre os séculos XVII e XVIII, a taxa de não-brancos (africanos, negros brasileiros, mulatos e índios integrados) equivalia a aproximadamente 70% da população, enquanto a taxa de europeus e brancos brasileiros era de aproximadamente 30% da população, fato que confirma o contexto de contato linguístico e multilinguismo generalizado defendido por Mattos e Silva (2004), conforme o gráfico a seguir:

**Gráfico 2:** Distribuição demográfica no Brasil dos séculos 16 ao 19<sup>16</sup>



**Fonte:** adaptado de Mussa (1991:163) por Lemos (2023).

Além disso, a escolarização precária também interessa aos estudos da formação do PB. De acordo com Houaiss (1985), a taxa de escolarizados ao fim do século XVIII era de aproximadamente 0,5% e, segundo Mattos e Silva (2004), até a criação da política linguística do Marquês de Pombal, ao final dos setecentos, a principal responsável pela educação escolar no Brasil era a Companhia de Jesus. Logo, “o português brasileiro que se constituiu no período colonial e no primeiro século da independência tinha de ser, na

<sup>16</sup> Nele, ressaltamos, além disso, a taxa contínua de crescimento dos mulatos (linha cinza) ao passo em que há um decréscimo dos negros do Brasil (linha laranja), fator interessante para a questão dos Terços e das relações linguística no período colonial, haja vista que, conforme Oliveira (2006), embora ainda fosse dificultado, os pardos possuíam melhor acesso à aquisição da escrita.

sua maciça maioria, adquirido [...] sem interferência do ensino escolar, como língua transmitida apenas na oralidade generalizada.” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 40).

Assim, conjugar os fatores demográficos e de escolarização, para além da história interna da língua, é essencial para a compreensão da formação do PB em um ambiente de polarização e de multilinguismo. Nesse sentido, é necessário, principalmente, reconstruir a variante falada pelas camadas socialmente desprestigiadas. Os documentos dos Terços dos Homens Pretos e Pardos inserem-se neste caminho, tendo em vista que – de acordo com Mattos e Silva (2004) –, o grupo de africanos e afrodescendentes foi responsável pela difusão do português no território brasileiro. Apesar disso, são raros os documentos manuscritos por esse grupo populacional que foram salvaguardados em acervos ou arquivos, embora possíveis estudos de manuscritos de mãos escravizadas ou libertas interessem à Linguística Histórica, pois estes revelam importantes dinâmicas do PB e as relações de influência entre a classe popular e a elite possibilitadoras da formação das normas vernaculares e das normas cultas do PB (Lucchesi, 2001). Por conseguinte, Mattos e Silva (2004, p. 58) reafirma a necessidade de se fazer uma história social, ou sócio-história, com o fito de recuperar “as mudanças linguísticas que fizeram o português brasileiro ter as características que tem”.

### 3.1 QUEM?

Devido ao apagamento da história dos negros no/do Brasil colonizado, em grande parte graças ao impedimento de seu acesso à escrita, poucas informações sobre os quinze *scriptores* dos documentos que compõem o *corpus* desta pesquisa foram encontradas. Nas subseções abaixo, contaremos um pouco da história de sete desses, sobre os quais conseguimos reunir algumas informações: Brás de Brito Souto, Domingos Rodrigues Carneiro, Henrique Dias, Jorge Luís Soares, José Rabelo de Vasconcelos, Luís Álvares Pinto e Luís Nogueira de Figueiredo. Ressaltamos que são dados breves, pois, quando encontrados, são escassos.

#### 3.1.1 Henrique Dias

Embora tenha sido uma figura de extrema importância nas batalhas que culminaram na expulsão dos holandeses do Nordeste brasileiro, pouco se sabe sobre a

história de Henrique Dias<sup>17</sup> – mesmo sendo considerado pela lei nº 12.701, de 06 de agosto de 2012, um dos “Heróis da Pátria”. Assim como a maioria dos nossos escreventes, mormente os pretos, as informações encontradas sobre Dias estão atreladas aos seus pedidos à Coroa Portuguesa por hábitos militares, que nunca foram recebidos, soldos e outros favorecimentos em nome da sua defesa do território ultramarino.

Sobre a sua biografia, não encontramos a data de nascimento e, por consequência, não podemos estimar a sua idade quando escreveu a carta que compõe o *corpus* desta pesquisa. Com base em Mattos (2008), supomos que Dias tenha nascido em Pernambuco e a sua nacionalidade seja brasileira, mas de descendência angolana.

É possível conjecturarmos, ainda, que Henrique Dias fora escravizado antes de apresentar-se voluntariamente a Matias de Albuquerque, o governador-geral da capitania de Pernambuco à época da invasão holandesa, em 1633, durante o período conhecido como Resistência (1630 a 1637), levando consigo outros homens pretos – possivelmente escravizados – que fugiram das fazendas nas quais estavam. Fato é que, a partir de 1636, Henrique Dias passou a ser referido como “Governador dos Negros” em documentos oficiais do reinado português (Mattos, 2008, p. 8).

Na Batalha de Porto Calvo, em 1637, um acidente sucedeu-se a Dias: foi atingido por um tiro de mosquete na mão, o que lhe causou a amputação do membro. Ainda assim, ele retornou ao *front* da guerra tão logo fora operado (Costa, 1982).

Em 1638, a sua atuação na capitania da Bahia contra o cerco de trinta navios e milhares de homens promovido por Maurício de Nassau, o governador das terras holandesas, foi exitosa, em razão de a sua guarnição ter sido avisada com antecedência (Menim, 2019, p. 95). Ainda segundo Menim (2019), em Salvador, Dias comandava um grupamento de cem homens cujos encargos envolviam, dentre outros, atear fogo nos canaviais e outros espaços de produção e armazenamento dos holandeses – os homens negros combatentes que permaneceram na cidade ao findar da guerra formaram, então, o Terço de Homens Pretos e Pardos baiano. Graças à sua atuação na capitania baiana, o seu título fora ampliado, em 1639, para “Governador dos Crioulos, dos Negros e Mulatos” (Mattos, 2008, p. 8).

Baseados na pesquisa de Mattos (2008), sabemos que Dias teve, ao menos, duas filhas: Guiomar Henriques e Benta Henriques: esta última casara-se com Amaro Cardigo,

---

<sup>17</sup> Cf. GONSALVES DE MELLO, José Antônio. Henrique Dias: Governador dos pretos, crioulos e mulatos do Estado do Brasil. Recife: Universidade do Recife, 1954, para maiores informações.

“capitão de um regimento negro, filho de escravos libertos e neto de escravos de Angola” (Mattos, 2008, p. 20). Não encontramos documentos manuscritos, sejam autógrafos ou apógrafos, por Cardigo, porém, este é citado ao longo de outros documentos do *corpus* por sua participação na Guerra do Açú.

Em 1657, Dias remeteu um requerimento ao Conselho Ultramarino solicitando a instituição do regimento de negros em Pernambuco – aquele que se tornaria o Terço Velho de Henriques ou, como o aludimos nesta dissertação, o Terço de Homens Pretos e Pardos de Recife. Além disso, o Governador dos Negros também solicita que todos os escravizados integrantes desse regimento fossem libertos.

A alforria dos escravizados que atuaram significativamente na Guerra da Restauração não foi objeto de discordâncias – coube ao governador André Vidal de Negreiros examinar atenciosamente aqueles que participaram para conceder-lhes emancipação. Por outro lado, a instituição do regimento de negros provocou conflitos, por receio de que Henrique Dias ganhasse poder sobre os negros ou de que estes tornassem-se rebeldes. Entretanto, os tempos de paz na América Portuguesa nunca foram perenes e o “inimigo à vista” favoreceu a manutenção dos Terços de Homens Pretos e Pardos e sua dispersão ao longo do território colonizado. Dias alçou a patente de primeiro mestre de campo do Terço de Homens Pretos e Pardos.

Segundo Costa (1982), Henrique Dias faleceu aos 08 de julho de 1662 “esquecido e pobre”, visto que não recebeu do governo as recompensas por seu empenho nas lutas para a expulsão dos holandeses. Fora sepultado, possivelmente, no convento de Santo Antônio do Recife.

A seguir, a ficha biográfica do escrevente Henrique Dias:

**Quadro 43:** Ficha do escrevente Henrique Dias

<b>Dados Pessoais</b>
<b>Nome Completo:</b> Henrique Dias
<b>Filiação:</b>
<b>Avós Paternos/maternos:</b>
<b>Naturalidade:</b> capitania de Pernambuco
<b>Nacionalidade:</b> Possivelmente brasileira
<b>Data de Nascimento:</b> Primeiros anos do século XVII
<b>Data de Falecimento:</b> 1662
<b>Idade do remetente (quando da escrita dos documentos):</b> Desconhecida
<b>Estado civil:</b> Possivelmente casado

**Profissão/ Ofício:** Governador dos Negros

**Principais atividades:**

**Tipo de material para estudo:** Carta

**Observações:**

**Fontes:**

COSTA, F. A. Pereira da. **Dicionário Bibliográfico de Pernambucanos Célebres**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982.

MATTOS, Hebe. “Black troops” and hierarchies of color in the Portuguese Atlantic world: The case of Henrique Dias and his Black regiment. **Luso-Brazilian Review**, v. 45, n. 1, p. 6-29, 2008.

MENIM, Francielly Giachini Barbosa. **Sociogênese e institucionalização de milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos na América Portuguesa: Bahia e Rio de Janeiro (1638-1766)**. 2019. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

**Fonte:** Elaborado pelo autor

### 3.1.2 Jorge Luís Soares

Silva (2017) propõe uma cronologia dos mestres de campo do Terço de Homens Pretos e Pardos da repartição de Recife com base em três diferentes pesquisas: a de José Antônio Gonsalves de Mello; a de Loreto Couto; e a que adotamos nesta dissertação, que utiliza os dados oriundos das documentações presentes no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Segundo esta, Jorge Luís Soares foi o quarto a ocupar o posto de mestre de campo no referenciado Terço.

Cabe ressaltar que Jorge Luís Soares era, também, um homem preto possivelmente ex-escravizado, assim, informações sobre a sua trajetória individual são escassas e permeadas de lacunas.

Consideramos, de acordo com Vanderlei Silva (2003) e Silva (2013), que Jorge Luís Soares era filho de João Luís, sargento mor do Terço do qual, posteriormente, ele se tornaria mestre de campo. Seu pai, inclusive, teria guerreado ao lado de Henrique Dias contra os holandeses em Pernambuco.

Soares, por sua vez, participou, ao lado dos bandeirantes, nas invasões ao Quilombo dos Palmares e comandou uma guarnição na Guerra do Açúcar – de onde escreve a documentação de sua autoria que compõe o *corpus* desta pesquisa.

É possível afirmar, conforme Vanderlei Silva (2003), que Jorge Luís Soares nasceu livre.

Outras informações, como aquelas relacionadas à sua naturalidade, nacionalidade, estado civil e data de nascimento não foram encontradas. Se nos orientarmos pela cronologia de Silva (2017), podemos presumir que a sua morte se deu por volta de 1693 ou 1694, quando Domingos Rodrigues Carneiro assume o seu posto.

Segue, abaixo, a ficha biográfica de Jorge Luís Soares.

**Quadro 44:** Ficha do escrevente Jorge Luís Soares

<b>Dados Pessoais</b>
<b>Nome Completo:</b> Jorge Luís Soares
<b>Filiação:</b> João Luís
<b>Avós Paternos/maternos:</b>
<b>Naturalidade:</b>
<b>Nacionalidade:</b> Possivelmente brasileira
<b>Data de Nascimento:</b>
<b>Data de Falecimento:</b> ~1693 ou 1694
<b>Idade do remetente (quando da escrita dos documentos):</b> Desconhecida
<b>Estado civil:</b> Possivelmente casado
<b>Profissão/ Ofício:</b> Mestre de campo de um Terço de Infantaria
<b>Principais atividades:</b>
<b>Tipo de material para estudo:</b> Certidão
<b>Observações:</b>
<b>Fontes:</b> SILVA, Luiz Geraldo. Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII. <b>Revista de História (São Paulo)</b> , p. 111-144, 2013. Disponível em: < <a href="https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i169p111-144">https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i169p111-144</a> >. Acesso em 23 mar. 2023. VANDERLEI SILVA, Kalina. “ <b>Nas solidões vastas e assustadoras</b> ”: os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. 2003. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

### 3.1.3 Domingos Rodrigues Carneiro

Desvendar a história das trajetórias individuais<sup>18</sup> de pessoas negras no Brasil colonizado é uma tarefa, utilizando a metáfora de Mattos e Silva (2004), arqueológica.

---

<sup>18</sup> Silva (2017) aponta que, na historiografia, o estudo de trajetórias individuais deve ultrapassar a mera narrativa histórica de um indivíduo para compreender como este se relacionou com as estruturas sociais da época, pois, apenas com esse fito, pode-se entender o que uma pessoa era ou não capaz de fazer dentro da sociedade da época.

Os dados, como citamos, perderam-se ao longo do passar do tempo e, devido a isso, é difícil traçar um perfil dos escreventes dos documentos.

Uma das trajetórias apagadas é a do mestre de campo Domingos Rodrigues Carneiro. Este sujeito possivelmente nasceu na capitania de Pernambuco – a localização exata é desconhecida – e era filho de José Carneiro e de Joana Carneiro, ambos vindos de Angola. Antes de tornar-se integrante do Terço de Homens Pretos e Pardos, fora escravizado e alfaiate, mas conseguiu a liberdade para combater na referida instância social.

Conforme as pesquisas de Mattos (2007), Rodrigues Carneiro teve uma participação importante na “Guerra contra Palmares e seu principal Zombi”, fato registrado na sua carta-patente de 1688, que o elevou à condição de sargento mor do Terço de Pernambuco. Neste mesmo ano, recebeu a mercê do hábito da Ordem de Avis.

Entretanto, os chamados “impedimentos da cor” obstruíram a graça militar: o hábito lhe foi negado pela Mesa de Consciência e Ordens, indo na direção contrária da determinação real, pois ele “se tratava de um preto, ex-escravo e filho de escravos, e que não se poderia lançar o hábito da Ordem de Avis a alguém de tão baixa origem” (Mattos, 2007, p. 6).

Quando recebeu a patente de mestre de campo do Terço, por sucessão de Jorge Luís Soares, em 1694, Carneiro solicitou novamente o seu hábito militar. Novamente, o pedido foi negado pela Mesa de Consciência e Ordens, porém, d. Pedro II pediu-lhe que o solicitasse outra vez após mais anos de serviço. Nove anos depois, em 1703, o então mestre de campo fez novo pedido, sendo, dessa vez, dispensado dos “impedimentos da cor” caso servisse por outros seis anos.

Em 1710, o requerera mais uma vez, porém o processo não seguiu adiante.

Domingos Rodrigues Carneiro faleceu, possivelmente, em 1725, quando houve um novo pleito para a escolha de seu sucessor – que seria Manuel Barbalho de Lira.

Abaixo, segue a ficha biográfica com os dados de Domingos Rodrigues Carneiro:

**Quadro 45:** Ficha do escrevente Domingos Rodrigues Carneiro

<b>Dados Pessoais</b>
<b>Nome Completo:</b> Domingos Rodrigues Carneiro
<b>Filiação:</b> José Carneiro e Joana Carneiro

**Avós Paternos/maternos:****Naturalidade:** Pernambuco**Nacionalidade:** Brasileira**Data de Nascimento:** Desconhecida**Data de Falecimento:** ~1725**Idade do remetente (quando da escrita dos documentos):****Estado civil:****Profissão/ Ofício:** Mestre de campo do Terço dos Homens Pretos e Pardos da praça do Recife**Principais atividades:** Alfaiate**Tipo de material para estudo:** Certidão

**Observações:** (1) Era sobrinho dos angolanos Manuel Madeira e Fernão de Souza. Ambos combateram ao lado de Henrique Dias na Guerra da Restauração pernambucana de 1645, logo, fizeram parte do primeiro Terço de Homens Pretos e Pardos: o Terço Velho de Henrique Dias.

**Fontes:**

MATTOS, Hebe. Da guerra preta às hierarquias de cor no Atlântico Português. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. **História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos: anais do XXIV Simpósio Nacional de História.** São Leopoldo: Associação Nacional de História - Anpuh, 2007. p. 1-11. Disponível em: <http://shh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Hebe%20Mattos.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2023.

RAMINELLI, Ronald. Impedimentos da cor: mulatos no Brasil e em Portugal c. 1640-1750. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 699-723, jul. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3844/384434846011.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023.

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

### 3.1.4 Brás de Brito Souto

Brás de Brito Souto teria sido, de acordo com a documentação sobre os Terços disponível, o último mestre de campo do Terço Velho de Henrique Dias. Embora a sua atuação documental tenha sido significativa para o *corpus* desta pesquisa, grande parte da sua história foi perdida ao longo dos séculos que se seguiram.

Silva (2017) busca traçar um perfil biográfico de Brito Souto enquanto analisa as suas relações com a sociedade da época, sobretudo no que tange ao processo de institucionalização dos Terços de Homens Pretos e Pardos no Brasil colonial e as assimetrias entre a sua função – a de mestre de campo – e a sua posição social dentro do seu contexto sócio-histórico. Assim, sabe-se que Brás de Brito Souto nasceu em 1684, na vila de Igarassu – hoje, município situado ao norte da capital pernambucana – e era filho de dois “crioulos”<sup>19</sup>: Severino de Brito Souto e Maria de Souza. Acredita-se que tanto

---

<sup>19</sup> Considerava-se “crioulos” como um grupo social constituído por descendentes de africanos nascidos na América Portuguesa (Silva, 2017).



Brás quanto o seu pai foram, em algum momento, escravizados, visto que são descritos como “forros”, isto é, conseguiram a alforria.

Segundo Silva (2017), Brito Souto teve três filhos: Mariana Tereza, que, possivelmente, era portadora de alguma deficiência; Manoel e Antônio de Brito Souto.

Sua história militar começa quando, em 1707, Brito Souto voluntaria-se como soldado na companhia do mestre de campo Domingos Rodrigues Carneiro, posto militar no qual permaneceu até 1720, quando se torna sargento supra. Então, a sua carreira dentro do Terço de Homens Pretos e Pardos ascende vertiginosamente.

Ainda em 1725, solicita ao Rei um hábito da ordem militar de Santiago, com o provável objetivo de distinguir-se dentro do seu nível social. O pedido foi, naturalmente, negado, pois não era comum – principalmente em tempos de relativa paz e estabilidade – que tal graça fosse concedida a um homem preto forro.

No ano de 1729, com a morte do mestre de campo Manuel Barbalho de Lira, Brás de Brito Souto foi alçado a este posto no Terço da região de Recife. A sua nomeação, aliás, gerou um entrave político: o governador colonial Duarte Sodré Pereira Tibão orientou à Coroa a extinção do referido posto após a morte de Brito Souto e, radicalmente, unificar os Terços de Homens Pretos e Pardos às companhias de ordenanças das freguesias. As reações entre os demais governadores coloniais foram enérgicas e conflitantes, mormente porque os oficiais brancos não desejavam servir na mesma companhia de ex-escravizados. Apenas em 1737, depois de certa resistência, tanto dos homens pretos e pardos, encabeçada, sobretudo, por Brito Souto, quanto dos oficiais brancos, d. João V desiste da unificação.

A data ou ano da morte de Brás de Brito Souto é desconhecida. É possível considerar, porém, que se deu entre 1768 e 1775, quando, segundo Silva (2017), foi produzido o último documento no qual o nome dele consta como mestre de campo.

Brito Souto teve uma vida fortemente atrelada aos Terços de Homens Pretos e Pardos. Ocupara diversos postos militares, lutara por melhorias no soldo, no fardamento e no armamento de sua companhia. Além disso, foi o último mestre de campo do principal Terço Velho de Henriques da colônia brasileira: o de Pernambuco, surgido, como apontado em seção anterior, na esteira da Guerra da Restauração pernambucana de 1645 – após Brito Souto, o comandante das tropas passou a ser o sargento mor.

A seguir, a ficha biográfica com os dados encontrados sobre Brás de Brito Souto, a partir do modelo de Carneiro (2005):

**Quadro 46:** Ficha do escrevente Brás de Brito Souto

<b>Dados Pessoais</b>
<b>Nome Completo:</b> Brás de Brito Souto
<b>Filiação:</b> Severino de Brito Souto e Maria de Souza
<b>Avós Paternos/maternos:</b>
<b>Naturalidade:</b> Vila de Igarassu, capitania de Pernambuco
<b>Nacionalidade:</b> Brasileira
<b>Data de Nascimento:</b> ~1684
<b>Data de Falecimento:</b> ~1768
<b>Idade do remetente (quando da escrita dos documentos):</b> a partir de 55 anos
<b>Estado civil:</b> Possivelmente casado
<b>Profissão/ Ofício:</b> Mestre de campo do Terço dos Homens Pretos e Pardos da praça do Recife
<b>Principais atividades:</b> Soldado mor do referido terço
<b>Tipo de material para estudo:</b> Certidão
<b>Observações:</b> (1) Consta que era considerado “crioulo”, ou seja, possuía ascendência africana.
<b>Fontes:</b> SILVA, Luiz Geraldo. Indivíduo e sociedade: Brás de Brito Souto e o processo de institucionalização das milícias de afrodescendentes livres e libertos na América Portuguesa (1684-1768). <b>Tempo</b> , [S. l.], v. 23, n. 1, p. 175-203, 2017. DOI: 10.1590/TEM-1980-542X2017v230201. Acesso em: 22 mar. 2023.

**Fonte:** Elaborado pelo autor

### 3.1.5 Luís Nogueira de Figueiredo

A trajetória individual do pardo Luís Nogueira de Figueiredo foi marcada por certa mobilidade social. Filho de um português, Antônio Nogueira de Figueiredo, e de uma mulher negra, Izabel, ele viveu dos bens e dos escravizados deixados como herança por seu pai e dedicou-se a servir às tropas militares da Coroa portuguesa. Casado com a também parda Ana de Santiago, teve, ao menos, quatro filhos registrados: José Ferreira Nogueira, Ana Joaquina Nogueira, Antônio Nogueira de Figueiredo<sup>20</sup> e Manoel Félix Nogueira de Figueiredo. Os dois últimos, assim como o pai, seguiram carreira militar (Bezerra, 2016).

Em 1736, assumiu o posto de soldado pago na praça do Recife. A sua carreira militar compreendeu, além disso, os cargos de soldado de tropa auxiliar, ajudante de ordenanças, capitão de ordenanças, até, em 1767, receber a sua carta-patente de mestre

---

<sup>20</sup> Segundo Bezerra (2016), Antônio Nogueira de Figueiredo foi um homem de posses no Recife antigo. A ele pertencia a Ilha Nogueira, onde havia uma fábrica de curtume (tratamento de couro) que lhe rendia lucros diários. Hoje, os bairros de Brasília Teimosa e do Pina, no sul da capital, localizam-se nessa ilha.

de campo da 3ª Infantaria Auxiliar dos Homens Pardos da Vila do Recife. Para Bezerra (2016, p. 194), “Nogueira, além de possuir uma equilibrada posição econômica, era ‘pontual executor das ordens que lhe foram distribuídas’, qualidades estas que lhe garantiram tal mobilidade social ascendente.”

Embora lhe garantisse prestígio social, o cargo de mestre de campo não justificava soldo. Apesar disso, Bezerra (2016) reforça

deve-se levar em conta que o ofício de mestre de campo, além de ser um símbolo de ostentação e prestígio, tratava-se de um título que encarnava uma posição de poder, uma vez que o mestre de campo tinha soldados sob sua autoridade que lhe devia respeito e obediência. Tal patente “poderia contribuir para a supressão do estigma do cativo e para a afirmação da liberdade”. (Bezerra, 2016, p. 195)

Figueiredo sugere ter sido agraciado, em 1771, por decreto real, com um hábito da Ordem de Santiago, símbolo de ascensão social na colônia<sup>21</sup>. A pretensão por romper as correntes da posição social de pardo na sociedade o colocou, ademais, em controvérsias: suas frequentes idas a Lisboa para tratar de interesses particulares de sua tropa o fizeram receber a baixa de sua patente de mestre de campo em 1774 pelo governador da capitania de Pernambuco, Manoel da Cunha Meneses. Entretanto, Nogueira de Figueiredo possivelmente mantinha uma relação estreita com os governantes, pois conseguiu retomar a sua patente alguns meses depois.

Segue, abaixo, a sua ficha individual:

**Quadro 47:** Ficha do escrevente Luís Nogueira de Figueiredo

<b>Dados Pessoais</b>
<b>Nome Completo:</b> Luís Nogueira de Figueiredo
<b>Filiação:</b> Antônio Nogueira de Figueiredo e Izabel
<b>Avós Paternos/maternos:</b> João Nogueira e Antônia de Figueiredo (paternos)
<b>Naturalidade:</b> Pernambuco
<b>Nacionalidade:</b> Brasileira
<b>Data de Nascimento:</b> 1710
<b>Data de Falecimento:</b> incerta
<b>Idade do remetente (quando da escrita dos documentos):</b> a partir de 64 anos

<sup>21</sup> Sobre a concessão do hábito militar a Figueiredo, o professor Luiz Geraldo, ainda na qualificação desta dissertação, informou-nos que “havia apenas essa indicação que, penso, parece mais um documento falso que um documento original, uma vez que no Arquivo Nacional da Torre do Tombo não existe nenhuma cópia dele, nem tampouco o processo de abertura do pedido de hábito — como se encontra o de Henrique Dias e Brás de Brito Souto”.

**Estado civil:** Casado

**Profissão/ Ofício:** Militar – segundo Silva (2023), Figueiredo teve currais de pesca, ou seja, ele foi pescador de profissão, mas um tipo distinto de pescador, que ocupava uma posição superior dentro das estruturas e funções atinentes à pesca.

**Principais atividades:** Mestre de campo do Terço Auxiliar de Homens Pardos de Recife

**Tipo de material para estudo:** Certidão e ofício

**Observações:**

**Fontes:**

BEZERRA, Janaína Santos. **A fraude da tez branca: a integração de indivíduos e famílias pardas na elite colonial pernambucana (XVIII)**. 2016. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

### 3.1.6 Luís Álvares Pinto

Célebre músico setecentista, Luís Álvares Pinto<sup>22</sup> era filho dos pardos Basílio Álvares Pinto e Eusébia Maria de Oliveira. Nasceu por volta de 1719 na freguesia da Boa Vista, atualmente, um bairro de mesmo nome na cidade do Recife. O destaque nas primeiras letras fez seus pais, embora muito pobres, oferecerem-lhe uma educação mais abrangente. Desse modo, Álvares Pinto aplicou-se na música e, ao término dos estudos secundários, foi a Portugal estudar composição.

Para Pereira (2009), Pinto provavelmente casou-se na corte portuguesa e teve duas filhas. O nome de seus familiares, porém, é desconhecido, assim como não é de conhecimento se a sua esposa veio ao Brasil ou se, por exemplo, faleceu no terremoto de 1755. O seu filho, Basílio Álvares Pinto, também seguiu carreira militar e integrou o Terço Auxiliar de Homens Pardos da Repartição do Sul de Recife, no qual José Rabelo de Vasconcelos fora mestre de campo e, posteriormente, coronel.

Em terras brasileiras, Álvares Pinto teve grande notoriedade musical por compor peças para a Igreja de São Pedro do Recife e por ter fundado a Escola Musical de Pernambuco (Costa, 1982). Pereira (2009, p. 196) nos informa que “concernente à atuação musical desse pardo, deve-se salientar que Álvares Pinto ficou reconhecido por seu nível de intelectualidade, tanto na metrópole como na colônia. Por isso, gozou de grande prestígio e esteve sempre muito à vontade com a intelectualidade branca local.”.

---

<sup>22</sup> Recomendamos DINIZ, Jaime C. **Músicos pernambucanos do passado**. Recife: Editora UFPE, 1969 para aprofundamento sobre a trajetória social de Álvares Pinto.

Em 1784, Luís Álvares Pinto deu sua contribuição à educação de Pernambuco quando publicou, em Lisboa, o “Dicionário pueril para o uso de meninos, ou sob o dos que principiam o ABC e as primeiras dicções”.

No meio militar, ocupou o posto de soldado do Terço dos Homens Pardos de Recife e, em 1778, foi patenteado sargento mor. Faleceu em 1789, sendo sepultado com honras na Igreja de Nossa Senhora do Livramento do Recife.

Abaixo, a ficha biográfica do escrevente:

**Quadro 48:** Ficha do escrevente Luís Álvares Pinto

<b>Dados Pessoais</b>
<b>Nome Completo:</b> Luís Álvares Pinto
<b>Filiação:</b> Basílio Álvares Pinto e Eusébia Maria de Oliveira
<b>Avós Paternos/maternos:</b>
<b>Naturalidade:</b> Recife
<b>Nacionalidade:</b> Brasileira
<b>Data de Nascimento:</b> 1719
<b>Data de Falecimento:</b> 1789
<b>Idade do remetente (quando da escrita dos documentos):</b> 51 anos
<b>Estado civil:</b> Possivelmente casado
<b>Profissão/ Ofício:</b> Músico
<b>Principais atividades:</b> Compositor, escritor, professor e militar
<b>Tipo de material para estudo:</b> Ofício
<b>Observações:</b>
<b>Fontes:</b> COSTA, F. A. Pereira da. <b>Dicionário Bibliográfico de Pernambucanos Célebres</b> . Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982. PEREIRA, José Neilton. <b>Além das formas, a bem dos rostos: faces mestiças da produção cultural barroca recifense (1701-1789)</b> . Dissertação de mestrado. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

### 3.1.7 José Rabelo de Vasconcelos

Ao que nos parece, a historiografia foi menos radical com os homens pardos, como no caso do escrevente José Rabelo de Vasconcelos – ou, pelo menos, o fato de a sua trajetória individual ter permanecido nas páginas da história pode dever-se ao fato de seu reconhecimento enquanto célebre pintor setecentista.

Vasconcelos nasceu no ano de 1715 em Pernambuco. Mais tarde, casou-se com Micaela Arcângela e, segundo Bezerra (2016), “no espaço colonial pernambucano era reconhecido como um homem pardo abastado de bens, respeito e cabedal”. A sua respeitabilidade manifestava-se, por exemplo, no seu envolvimento com Irmandades: chegou a ocupar o posto de tesoureiro da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento e, na ocasião de sua morte, em setembro de 1802, fora sepultado com o hábito da Nossa Senhora do Carmo, portanto, era irmão da Ordem Terceira do Carmo.

Para além de sua atuação religiosa, José Rabelo de Vasconcelos participou ativamente do Terço Auxiliar de Homens Pardos do Recife<sup>23</sup>. Ainda que não recebesse nenhum soldo por ocupar os postos das tropas militares, essa atuação rendia-lhe prestígio social, um fator de suma importância dentro da mobilidade social no Brasil Colonial e escravagista. Sobre isso, aliás, diversas pesquisas foram feitas: Crispin (2011), Bezerra (2016), Silva (2017), Souza (2017) e Menim (2019) são alguns exemplos. Nestes trabalhos, busca-se compreender como a participação em tropas militares de pretos e pardos contribuía para algum tipo de ascensão social de homens livres ou libertos dentro do *continuum* liberdade-escravidão (Menim, 2019) – discutiremos um pouco sobre a questão da mobilidade e seu impacto nas trajetórias individuais na subseção 3.4.

Em 1761, Vasconcelos já ocupava o posto de capitão da infantaria de um regimento da freguesia da Várzea (hoje, um bairro da capital pernambucana). Pouco mais de uma década depois, em 1774, solicitou a carta-patente de confirmação do seu posto de mestre de campo do Terço Auxiliar de Homens Pardos da Repartição do Sul de Recife. Bezerra (2016, p. 173) aponta que “para o posto de Mestre de Campo, comandante dos auxiliares, eram escolhidos aqueles dentre os denominados ‘principais da terra’. Em tal posto não receberia soldo algum, mas gozaria de ‘todas as honras, despachos, graças, franquezas, liberdades, privilégios e isenções””.

Não encontramos registros de nenhum filho da união entre José Rabelo de Vasconcelos e Micaela Arcângela. Para Bezerra (2016),

José Rabelo de Vasconcelos foi um homem de cabedal. A sua participação na irmandade do Livramento, onde pagava anuidades, assim como nas tropas militares, em que arcava com fardamento e armamento, mostrava que, apesar dos limites impostos aos sujeitos não brancos, a dinâmica do espaço urbano

---

<sup>23</sup> Cabe destacar que a divisão entre os Terços de Homens Pretos e os Terços de Homens Pardos foi comum durante o período colonial. Os Terços de Homens Pardos eram considerados auxiliares, ou seja, não possuíam jurisdição própria. Essa segmentação era alvo de contestação, como expusemos na subseção 3.1.1., quando d. João V tentou, com o apoio de governadores-gerais, unificá-los, porém, sem sucesso.

colonial pernambucano fez surgir um considerável número de pardos que, ligados às artes liberais e ofícios mecânicos, desfrutaram do prestígio de serem oficiais das milícias. (BEZERRA, 2016, p. 180)

A seguir, a ficha individual do escrevente José Rabelo de Vasconcelos:

**Quadro 49:** Ficha do escrevente José Rabelo de Vasconcelos

<p><b>Dados Pessoais</b></p> <p><b>Nome Completo:</b> José Rabelo de Vasconcelos</p> <p><b>Filiação:</b></p> <p><b>Avós Paternos/maternos:</b></p> <p><b>Naturalidade:</b> Pernambuco</p> <p><b>Nacionalidade:</b> Brasileira</p> <p><b>Data de Nascimento:</b> 1715</p> <p><b>Data de Falecimento:</b> 19 de setembro de 1802</p> <p><b>Idade do remetente (quando da escrita dos documentos):</b> 61 anos</p> <p><b>Estado civil:</b> Casado</p> <p><b>Profissão/ Ofício:</b> Pintor</p> <p><b>Principais atividades:</b> Mestre de campo do Terço Auxiliar de Homens Pardos da Repartição Sul de Recife</p> <p><b>Tipo de material para estudo:</b> Certidão</p> <p><b>Observações:</b></p> <p><b>Fontes:</b></p> <p>BEZERRA, Janaína Santos. <b>A fraude da tez branca: a integração de indivíduos e famílias pardas na elite colonial pernambucana (XVIII)</b>. 2016. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.</p>
---

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

### 3.2 QUANDO?

Seguindo as orientações de Mattos e Silva (2004), é necessário que discutamos um pouco acerca do regime de escravidão nos seiscentos e setecentos, por considerarmos que este fator, aliado às vicissitudes do Antigo Regime, condicionaram a formação, a estruturação interna e a coesão social dos Terços de Homens Pretos e Pardos.

#### 3.2.1. Os Terços militares de Homens Pretos e Pardos no Brasil Colonial

Silva (2013) e Menim (2019) concordam com o fato de que os integrantes Terços de Homens Pretos e Pardos configuravam-se como um grupo social singular

dentro da sociedade do Brasil Colonial. Conquanto eram indivíduos marginalizados por serem escravizados, forros ou livres, distinguiam-se dos demais por pertencerem a uma organização militar cujo contato com órgãos da administração lusa era constante. Para além disso, destaca-se o fato de que alguns dos integrantes das milícias de africanos e afrodescendentes dominavam a leitura e a escrita<sup>24</sup>, como atestamos a partir do *corpus* desta pesquisa.

O começo do processo de formação dos Terços de Homens Pretos e Pardos deu-se na esteira das guerras pernambucanas para a expulsão dos holandeses da região, quando, em 1633, Henrique Dias ofereceu-se voluntariamente para o combate na companhia de outros escravos forros para formar um batalhão de ordenanças, ao notar-se que os indígenas haviam sido armados. Nesse fito, Menim (2019, p. 88), alerta que

As milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos, apesar de estarem ligadas às guerras holandesas, não possuem sua origem num único grau zero ou começo absoluto. Pensar a sociogênese destas instituições é também olhar para os processos sociais históricos que se desenvolveram ao longo dos séculos XVI e XVII na América portuguesa, sem perder de vista que esta era uma sociedade escravista. E, como tal, esta figuração se valeu do tráfico de escravos como principal forma de reproduzir a mão-de-obra de que necessitava.

Os dados do *Slave Voyages*<sup>25</sup> ajudam-nos a desvendar os dados do tráfico transatlântico de africanos escravizados para a América Portuguesa, como observamos no gráfico a seguir. Entender essa nuance da colonização brasileira é primordial para situarmos a formação Terços de Homens Pretos e Pardos, visto que este é um aspecto crucial para as possibilidades e tentativas de diferenciação dentro de uma configuração social específica e complexa, tal qual o escravismo.

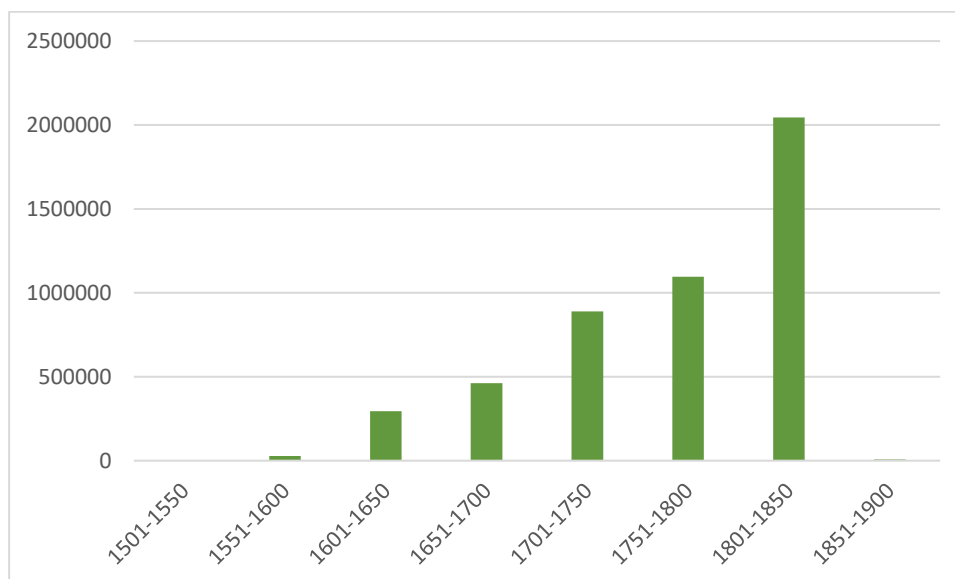
---

<sup>24</sup> Uma questão que nos chama a atenção é a da habilidade em escrita alfabética dos milicianos negros, uma temática interessante para pesquisas futuras, a despeito da invariação (Hernández-Campoy; Schilling, 2012). Sobre os critérios de inabilidade em escrita alfabética, cf. Barbosa (2017) e Santiago (2012, 2019).

<sup>25</sup> O *Slave Voyages* (<https://www.slavevoyages.org/>) é um banco de dados resultado de pesquisas que têm o objetivo de concatenar os números de africanos levados para diversas partes dos territórios colonizados por países europeus.



**Gráfico 3:** Dados do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil (1500-1900)



**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir dos dados extraídos do projeto *Slave Voyages*.

As informações do gráfico nos permitem perceber que o apogeu do tráfico transatlântico de escravizados africanos começa no início do século XVIII, coincidindo com a demanda de mão de obra causada pela descoberta das jazidas de ouro em Minas Gerais. O ápice, por sua vez, no século XIX, quando cerca de 2 milhões de africanos são trazidos à força<sup>26</sup> para trabalharem, entre outros espaços, nas lavouras de café. Silva (2013) sustenta que a constituição e a ulterior institucionalização dos grupos de milícias negras assentam-se no desenraizamento social de africanos e afrodescendentes nas Américas<sup>27</sup>, em virtude da *re-humanização* de sujeitos escravizados dentro de uma nova configuração social, após passarem por um processo de mudança de *status*. É no estágio de *re-humanização* em que se inserem os Terços de Homens Pretos e Pardos, visto mostrarem-se como uma possibilidade de diferenciação social no interior dessa nova estrutura. Silva (2013, p. 120-121) advoga que a

a gênese das milícias de pardos e pretos, considerando todas as capitanias da América portuguesa, constituiu processo desigual, marcado por compreensões diversas, tanto locais como metropolitanas, acerca de seu papel e de sua

<sup>26</sup> Segundo Luiz Geraldo da Silva, “e importante analisar esses números a partir das dinâmicas regionais, e não tratar o Brasil dos séculos XVI ao XIX tal como o vemos hoje, isto é, como uma unidade. Essa unidade não existia no período considerado, e não existia até 1853 do ponto de vista da unidade política do Brasil”.

<sup>27</sup> Salientamos que a existência das milícias negras não se restringiu ao Brasil. Ao contrário, foi um modelo importado para cá, dada a sua existência em outros espaços colonizados. Havia Terços formados por indígenas e, em maior número, Terços de Homens Brancos.

lealdade à Coroa. No entanto, se se tratou de um *processo social não planejado*, ele foi, ao mesmo tempo, dotado de coerência e estrutura. Não se tratou, enfim, de um conjunto caótico de ações disparatadas, como alguns historiadores tendem a sugerir. Tais variações decorriam tanto da estrutura e volume do tráfico de escravos quanto da integração de africanos e seus descendentes, mormente dos livres, em capitânicas específicas – ou, em outras palavras, em configurações sociais específicas. Por outro lado, a posterior institucionalização dos terços coincide, por sua vez, com o processo de enraizamento social de pardos e pretos livres na América portuguesa, conquistado a duras penas ao longo do século XVIII, e que implicou na criação grupo social extremamente numeroso, influente, vinculado a agricultura de subsistência, ao artesanato [...] e altamente comprometido com a escravidão, visto muitos serem pequenos proprietários de cativos.

O desenvolvimento inicial das milícias de africanos e afrodescendentes, como aludimos, deu-se no Pernambuco seiscentista: abordaremos nesta terceira parte os aspectos sócio-históricos da capitania no período colonial, sob a motivação de que a economia de *plantation*, tanto lá quanto na Bahia, foi o pontapé da gênese de uma colônia portuguesa na América. O êxito dos engenhos de cana de açúcar nessas capitânicas, por sua vez, atraiu a cobiça da Companhia das Índias Ocidentais, o que causou a ocupação da Bahia (1624-1625) e de Pernambuco (1630-1635; 1645-1654), e “foram estes aspectos estruturais combinados – o arranque da economia de *plantation* e a guerra atlântica contra os holandeses – que produziram as condições de emergência das milícias negras no Brasil” (Silva, 2013, p. 122).

É no pós-guerra, todavia, que são criadas as condições para a permanência dos Terços enquanto instituição colonial, ocasião na qual Dias representa à Coroa portuguesa o pedido de reconhecimento dos feitos de seus companheiros na Guerra da Restauração, a qual se comprometeu com a libertação dos cativos que participaram das batalhas, assim como delegou-lhes a tarefa de combater outras ameaças à colônia, permitindo que as milícias negras se tornassem instrumento de controle dos chamados inimigos internos, sobretudo, as resistências negras e indígenas nos rincões do território colonizado (Silva, 2013).

Tal tarefa foi determinante na continuidade dos Terços de Homens Pretos e Pardos, além de ser responsável pela criação das *normas crioulas*, formuladas pelos próprios negros milicianos em paralelo às regras da Metrópole para a concessão de postos militares, nas quais “em geral, havia critérios baseados em idade e anterioridade na

instituição. Em outros casos, [...], regras eram estabelecidas no calor da hora, em decorrência de fatores impositivos como o tráfico de escravos [...].” (Silva, 2012, p. 20). Por consequência, a condição de liberdade tornou-se critério de admissão e de promoção nas milícias africanas. Esses fatores, aliás, contribuíram para a coesão dos integrantes dos Terços de Homens Pretos e Pardos enquanto um grupo social, recurso de poder que condicionou a permanência dessa estrutura social.

Silva (2013), após o exame da documentação concernente às milícias africanas e afrodescendentes, afirma que a distinção entre Terços de Homens Pretos e Terços de Homens Pardos data da década de 1720 em Pernambuco, quando os primeiros passam a ser igualmente designados por “Terço de Henriques”. Menim (2019), por sua vez, encontra esta distinção na Bahia a partir de 1772. Assim, apesar de utilizarmos a nomenclatura mista, entendemos que estes não formavam um grupo homogêneo, indistinto, embora apresentassem uma forte harmonia, mesmo entre os agrupamentos de diferentes capitânias.

A coesão social entre os Terços de Homens Pretos e Pardos, aliás, garantiu-lhes a valência de suas demandas e a resistência ante os ímpetus de governadores coloniais e de camaristas em desfazer as milícias. Desse modo, “o *self* destes indivíduos tornara-se interdependente em relação à função social que exerciam, permitindo sua incorporação na tarefa de conservação da ordem social do Antigo Regime tal como este se apresentava nos trópicos” (Silva, 2013, p. 136). A institucionalização dos corpos militares de segunda e de terceira linha foi asseverada, ainda, pela Carta Régia de 1766, a qual ordenava a formação de milícias negras em todas as capitânias, como meio de certificar a proteção dos territórios colonizados e regularizar as companhias de ordenanças e auxiliares, então, “com tal ordem, estes dois tipos de arregimentação ganharam grande importância estratégica na defesa do território colonial, e o impacto da legislação atuou como um esforço para se ampliar a atuação militar na sociedade colonial” (Menim, 2019, p. 217).

A Carta Régia de 1766 orientava o alistamento de todos os moradores em condições de servir, sem exceção, os quais deveriam arcar com as custas do fardamento e do armamento, o que era “uma forma de distinguir-se socialmente, principalmente para aqueles que se vinculavam a um estigma ancestral ligado à escravidão, como no caso das companhias de auxiliares e ordenanças formadas por africanos e afrodescendentes livres e libertos” (Menim, 2019, p. 220), que se multiplicaram após as ordens régias

Houve um aumento significativo de companhias de segunda e terceira linhas, formaram-se novos terços e regimentos que contemplavam africanos e afrodescendentes em suas oficialidades e, conseqüentemente, surgiram novas oportunidades de mobilidade social para este grupo. E, apesar de muitos governadores e homens ilustrados do Estado terem criticado a Carta Régia de 1766, principalmente por proliferarem companhias formadas majoritariamente por africanos e afrodescendentes livres e libertos, estes indivíduos continuaram se inserindo tanto nas milícias quanto em outros espaços de visibilidade no intento de reduzirem sua marginalidade e conquistarem melhores condições de existência e prestígio social (Menim, 2019, p. 222).

Destarte, Silva (2013) adverte sobre o perigo da visão fragmentada da realidade colonial brasileira, um empecilho para a investigação da gênese dos corpos milicianos negros, porquanto as capitânicas estavam interligadas e os milicianos africanos e afrodescendentes possuíam

plena capacidade de intervir neste processo mediante a incorporação da palavra escrita em seu cotidiano. Através de petições, produzidas por eles ou por seus procuradores, demandavam posições pessoais ou corporativas, solicitavam recompensas por serviços prestados, denunciavam quebras às regras de promoção a cargos de oficiais, ou simplesmente demandavam direito de portar armas, fardas, insígnias ou receber cartas patentes – símbolos de distinção fundamentais no interior da configuração social particular formada pelos negros e de ascensão no âmbito da configuração social mais ampla de sua respectiva capitania (Silva, 2013, p. 121).

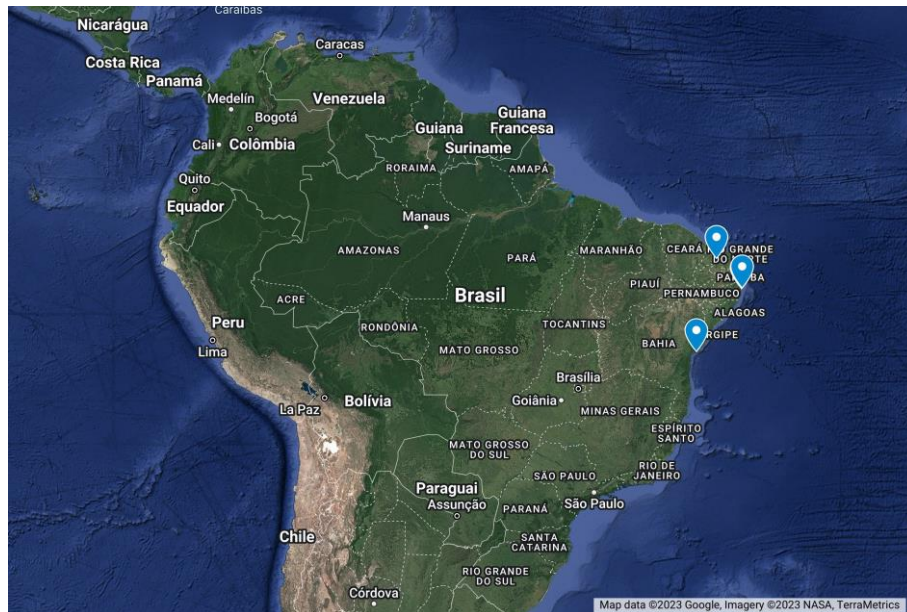
### 3.3 ONDE?

As condições de solo favoráveis para o cultivo do açúcar propiciaram o sucesso da economia de *plantation* nas capitânicas da Bahia e de Pernambuco, os dois principais espaços dos documentos dos Terços de Homens Pretos e Pardos. Encontramos, também, manuscritos do escrevente Jorge Luís Soares, cuja localização é a do Arraial de Santa Margarida do Assú, datados de 1689 – coincidindo com a campanha sertanista de conquista do território da capitania do Rio Grande, a chamada “Guerra do Açú” ou “Guerra dos Bárbaros”, que resultou na desterritorialização dos indígenas moradores da

região do sertão que compreende os atuais estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco, Piauí e Paraíba.

O primeiro mapa abaixo demonstra as localizações, com base nos limites geográficos e nomenclaturas atuais, dos documentos do *corpus* desta pesquisa. O segundo, retrata as áreas de invasão e domínio holandês na colônia:

**Mapa 1:** Localização da documentação dos Terços de Homens Pretos e Pardos



Fonte: Google Maps.

**Mapa 2:** Domínio holandês no Brasil Colonial



Fonte: <https://www.unifal-mg.edu.br/remadiah/brasil-colonial/>

### 3.3.1 A capitania da Bahia

Segundo Schwartz (1988), a única capitania capaz de fazer páreo à magnitude da produção canavieira de Pernambuco nos idos de quinhentos e seiscentos era a Bahia, posto as duas serem responsáveis pela produção de, aproximadamente, três quartos do açúcar brasileiro comercializado.

A história da capitania da Bahia começa em 1536, quando as terras foram doadas ao nobre português Francisco Pereira Coutinho, devido à sua boa prestação de serviços à Coroa na Índia. Entretanto, sua administração foi um fracasso: Coutinho não conseguiu atender à ambição dos colonos, o que levou os índios a sitiarem o povoado que se formava. O donatário foi obrigado a refugiar-se em Porto Seguro, mas foi morto por indígenas na Ilha de Itaparica ao tentar retornar à baía de Todos os Santos (Schwartz, 1988)

O fiasco do sistema de capitanias hereditárias obrigou a Coroa portuguesa a formular um novo modelo de administração colonial e defender suas posses no “novo mundo” de invasores europeus, como a França ou a Companhia das Índias Ocidentais. Em 1548, d. João III estabeleceu o sistema de governo geral, sendo Tomé de Sousa o primeiro nomeado pelo rei. No ano seguinte, o governador-geral ocupou a capitania da Bahia e iniciou a construção de uma capital para a colônia às margens da baía de Todos os Santos.

A capital, Salvador, “tornou-se um dos mais atrativos portos comerciais da colônia” (Schwartz, 1988, p. 34). Segundo Schwartz (1988) e Krause (2018), o desenvolvimento da cidade, no entanto, não pode se dissociar do Recôncavo, pois a capital se constituiria como uma hinterlândia. O Recôncavo baiano, “as terras ao redor da baía de Todos os Santos, um grande braço natural de mar que adentra cerca de quarenta quilômetros na costa, dando origem a uma baía de beleza incomparável” (Schwartz, 1988, p. 34), destacou-se tanto pela lavoura açucareira quanto pela produção da mandioca e do fumo, este centralizado na região da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira (atual Cachoeira, uma das cidades mais importantes do Recôncavo pela sua história, hábitos e tradições culturais).

Krause (2014) afirma que

Por volta da terceira década do século XVII, a fase inicial de ocupação do território, com montagem da economia açucareira, transição para a mão de



explicar uma questão que surge dos próprios dados apresentados pelo autor: se a conjuntura secular foi tão desfavorável, como a produção açucareira aumentou cerca de 70% entre 1632 e finais do século, enquanto o número de engenhos cresceu cerca de 80%?”.

O primeiro fato é que, ainda nos quinhentos, de modo a aproveitar as condições favoráveis de produção, a Coroa mandou que o governador-geral Tomé de Sousa construísse um engenho régio, que fora arrendado a particulares, mas demonstra os esforços para transformar a capitania em um importante centro açucareiro e assemelhá-la a Pernambuco (Schwartz, 1988).

Ainda que houvesse, sobretudo no Recôncavo, o cultivo de outras lavouras, a economia baiana era organizada para garantir o pleno funcionamento dos engenhos de açúcar com a possível justificativa de que esses empreendimentos

funcionavam não somente como unidades de produção, mas também núcleos populacionais, devido à grande quantidade de pessoas a ele ligadas: escravos, assalariados, agregados e lavradores, muitos com suas famílias; centros políticos, em razão do poder concedido pela posse da terra em sociedades de Antigo Regime; e até religiosos, devido às suas capelas. Consequentemente, construir um engenho, assumindo o título de senhor, implicava muito mais do que um cálculo racional entre a possibilidade de lucros superiores e a certeza de maiores despesas, tendo significados potenciais no status social, na preeminência política e até nas oportunidades matrimoniais da família em questão (Krause, 2018, p. 76-77).

A simbiose Salvador-Recôncavo beneficiou a economia açucareira baiana, principalmente devido ao fluxo do escoamento da produção para o porto da capital possibilitado pelo Rio Paraguaçu, que, em suas margens, abrigava diversos engenhos. Conquanto a ocupação holandesa de Salvador, entre 1624 e 1625, tenha diminuído o ritmo das fábricas de açúcar<sup>28</sup>, a ocupação neerlandesa de Pernambuco de 1630 transformou a capitania na região mais economicamente dinâmica da América Portuguesa, pois,

No geral, o Seiscentos baiano é uma história de sucesso, sendo sua economia vigorosa o suficiente para continuar a crescer, apesar de choques de preços, variações na oferta de mão de obra, prejuízos na navegação e catástrofes naturais. Em finais do século, a capitania ainda era a maior produtora mundial de açúcar [...]. Na América Portuguesa, é notável que os dízimos da Bahia tenham sido superiores aos do Rio de Janeiro e Pernambuco somados nos 12 anos da segunda metade do século para os quais temos dados para as três capitanias. O único momento em que as outras duas capitanias chegaram perto

---

<sup>28</sup> Para a compreensão do termo “fábricas de açúcar”, cf. Schwartz (2001).



foi em 1688, no auge da crise açucareira baiana, graças, principalmente, ao crescimento fluminense (Krause, 2017, p. 133).

O declínio da produção açucareira baiana foi causado por uma soma de diversos fatores, como o empobrecimento do solo, a disputa por lenhas e lavradores e, sobretudo, a competição com a descoberta do ouro nas Minas Gerais, que promoveu uma mudança na rota do tráfico negreiro transatlântico com prevalência do porto do Rio de Janeiro, o mais próximo das minas de ouro: em finais da década de 1720, a população carioca ultrapassou a soteropolitana (Krause, 2017). No entanto, a economia baiana colonial diversificou-se ao longo dos seiscentos e a produção de fumo no Recôncavo ocupou o espaço do açúcar. Ainda que fosse uma especiaria de menor prestígio e custos, não era o tabaco uma cultura de pequenos proprietários, pois também dispndia da mão de obra escravizada (Schwartz, 1988), assim, o fumo tornou-se “fonte de imensos lucros para a Coroa e uma alternativa para aqueles que desejavam adentrar na produção para exportação ou fugir dos problemas enfrentados pela economia açucareira.” (Krause, 2018, p. 89).

Destarte, embora a sua participação econômica tenha reduzido, a capitania da Bahia continuou a ser uma das grandes receitas da Coroa portuguesa no Novo Mundo, pois o crescimento populacional implicou a diversificação das culturas de produção. É esse cenário, sobretudo após a invasão holandesa de 1624, que proporcionou as condições para a criação dos Terços de Homens Pretos e Pardos, no qual três dos nossos escreventes encontram-se: Antônio de Sá de Jesus, capitão de uma companhia na praça de Salvador; Francisco Xavier Correa, capitão mor do Terço de Henrique Dias de uma guarnição de Salvador, pago pela Real Fazenda; e José Mendes de Moraes, também capitão mor de uma guarnição de Salvador, confirmado por Sua Majestade.

### **3.3.1.2. A demografia baiana colonial**

A estimativa populacional de uma capitania brasileira, como a Bahia, só pode ser feita por inferências, através, por exemplo, de relatórios eclesiásticos (batismos, fieis, casamentos, etc.), de dados portuários relacionados aos escravizados que aqui chegavam ou de outras fontes indiretas, afinal, o primeiro censo demográfico foi realizado apenas em 1872. Os dados anteriores a esse período são indiretos, porém, importantes para entendermos as dinâmicas demográficas e econômicas que possibilitaram a

(re)configuração do PB. Há, nos levantamentos feitos por ouvidores a pedido da Coroa, inconsistências devido à exclusão de crianças com menos de sete anos de idade e a utilização de faixas etárias diferentes para homens e mulheres.

De acordo com Krause (2018, p. 73)

em 1681, o desembargador sindicante Sebastião Cardoso de Sampaio estimava a população soteropolitana em 3 mil vizinhos (qualquer coisa em torno de 18 mil habitantes) e, em 1706, um levantamento eclesiástico apontou 4.296 fogos e 21.601 “almas de confissão”, indicando uma população total em torno de 27 mil, mais de quatro vezes superior à existente um século antes. Uma vez que a proporção entre livres e escravos não deve ter se alterado significativamente entre 1706 e 1718, para quando se possui o primeiro levantamento populacional mais preciso, a população escrava devia representar metade do total, e certamente uma parcela crescente dos livres era composta por forros e seus descendentes.

Um levantamento feito em 1759, a mando do governador-geral da capitania, indicava “40 263 pessoas em Salvador, 72 833 pessoas no Recôncavo e 215 142 em toda a capitania” (Schwartz, 1988, p. 87), excluídos indígenas, clérigos e seus serviçais e crianças menores de sete anos de idade. Grande parte dessa população era, possivelmente, escravizada. Krause (2018) considera que o crescimento demográfico vertiginoso se deve ao caráter de “fronteira aberta” da América Portuguesa, fomentado pelo despovoamento causado pelo decréscimo da população indígena – vítima de doenças, de guerras e da catequização europeias – o que estimulava a migração de europeus e o tráfico negreiro transatlântico. Logo, a partir dos seiscentos, a taxa de crescimento da população soteropolitana foi superior à registrada no velho mundo, sendo superada apenas por Lisboa, e em outros territórios colonizados por Portugal, a exemplo de Goa, na Índia, que viu a sua demografia decrescer graças à crise econômica (Krause, 2018).

Logo, concordamos com Mattoso (1983), que afirma ter sido Salvador o grande centro colonial, no qual se reuniam todas as riquezas produzidas na terra.

### **3.3.2 A capitania de Pernambuco**

A capitania de Pernambuco, ao lado da Bahia, mostrou-se a mais lucrativa para a Coroa portuguesa, ao menos no século XVI, quando foi considerada a mais bem-sucedida do “novo mundo”. O seu primeiro donatário, Duarte Coelho, ao contrário de Francisco

Pereira Coutinho, conseguiu intermediar as relações entre colonos e indígenas, aspecto que garantiu o progresso da atividade açucareira na região (Schwartz, 1988).

Em 1550, a região já contava com cinco engenhos em operação – o primeiro deles, o Nossa Senhora da Ajuda, pertenceu ao seu cunhado, Jerônimo de Albuquerque. Três décadas depois, a capitania de Pernambuco já possuía 66 engenhos e tornara-se a principal produtora de açúcar do Brasil. Neste mesmo século, Pernambuco superava as demais regiões, abrigando mais da metade dos engenhos de cana-de-açúcar.

Vanderlei Silva (2003) destaca que, até o segundo período português<sup>29</sup>, a Coroa mantinha pouco contato e controle político no território. Entretanto, nos tempos posteriores à insurreição de 1645-1654, a Coroa decide intervir na região e nomeia um governador-geral para supervisioná-la.

A ocupação holandesa de Pernambuco é, aliás, fato marcante em sua história e seus desdobramentos reestruturam a organização sócio-política da região. A Companhia das Índias Ocidentais (WIC), cuja permanência na região se estendeu entre 1630 e 1654, foi

atraída pelo comércio de açúcar, a Companhia decidiu ocupar a região mais rica do Império português na América no ano de 1630, após amargar uma derrota alguns anos quando tentou conquistar Salvador, em 1624. Os neerlandeses esperavam se apropriar de todo o processo fabril do açúcar, desde o controle dos canaviais e dos engenhos, até a venda do produto nos mercados em Amsterdã (Fonseca, 2019, p. 2)

Todavia, a oscilação no preço do açúcar e a resistência dos moradores luso-brasileiros da região – dentre os quais, estavam Henrique Dias e sua guarnição – tornaram a operação custosa para os neerlandeses, embora, inicialmente, contassem com o apoio da açucarocracia pernambucana, que, ao longo dos anos, se viu afundada nas dívidas contraídas com a WIC. Logo, a “Guerra da Liberdade Divina” mostrou-se como a única opção viável para sair do julgo monetário holandês, pois

os súditos portugueses não aguentavam mais sofrer as “intolerantes violências, [e] tirânica sujeição dos holandeses”, sobretudo por causa do excesso dos tributos cobrados pela Companhia das Índias. Além disto, argumentavam os líderes da rebelião, Pernambuco padecia sobre um infeliz destino: dentre todas as províncias sujeitas ao rei de Portugal, após a Aclamação da Casa de Bragança, apenas as Capitanias do Norte, incluindo Pernambuco,

---

<sup>29</sup> Este momento histórico inicia-se em 1654, após a expulsão dos holandeses de Pernambuco, e termina com a independência do Brasil de Portugal e a saída definitiva destes do território pernambucano (Vanderlei Silva, 2003).

permaneciam foram de sua esfera de jurisdição e sujeitas ao inimigo holandês. Diante destes fatos, os moradores resolveram tomar uma decisão e deliberaram “a negar a obediências aos holandeses, querendo antes morrer gloriosamente em defesa da liberdade e restauração de sua pátria de que ao poder das injúrias que [...] continuamente padeciam” (Fonseca, 2019, p. 5).

A designação “Liberdade Divina” tem raiz no fato de o movimento ser visto como uma investida contra os inimigos hereges, cujo objetivo maior era o de libertar os cristãos Pernambucanos dos protestantes neerlandeses. Os objetivos foram alcançados graças aos fatores supracitados – a queda no preço do açúcar, a própria resistência e a perda de apoio das Províncias Unidas.

Um dos reflexos do pós-insurreição na estrutura da capitania de Pernambuco foi o crescimento de Recife, que adquiriu importância política, econômica e social sob a administração nassoviana. Nesse mesmo período, finais dos seiscentos e começo dos setecentos, Olinda viu-se em decadência. Assim,

No início do segundo período português, essas disputas políticas entre Olinda e Recife têm como pano de fundo o crescimento do Recife em termos de população e volume de comércio, em contraste com a estagnação de Olinda. Uma estagnação que se opõe à grande influência política que a Câmara de Olinda detém junto ao governo da capitania e às capitanias anexas. Por outro lado, o Recife é elevado, em 1655, à categoria de paróquia, invocando S. Frei Pedro Gonçalves,<sup>72</sup> o que indica o despontar de sua influência política fruto do crescimento urbano iniciado com a ocupação da Companhia de Comércio das Índias Ocidentais (Vanderlei Silva, 2003, p. 46).

Desenvolveram-se, no Recife holandês, a população e o grupo de comerciantes, tanto é que Francisco Barreto de Menezes, ao assumir o governo da capitania, manteve a vila como capital de Pernambuco, levando os senhores de engenho residentes em Olinda à raiva e ao protesto. A situação é alterada por André Vidal de Negreiros, substituto de Menezes, ao retomar a função de sede da capitania para Olinda. No entanto, as disputas políticas entre comerciantes e senhores de engenho continuaram, enquanto o Recife crescia em importância e Olinda, em decadência.

### **3.3.2.1 A economia Pernambucana colonial**

Ao suplantando as capitanias da Bahia e de São Vicente, Pernambuco firmou-se, no século XVI, como a região de maior produção açucareira da América Portuguesa,

conforme abordamos na subseção anterior: ao final do século, se a colônia poderia ter até 128 engenhos funcionando, em Pernambuco localizavam-se mais da metade.

A posição geoestratégica da região, a falta de recursos defensivos da Coroa portuguesa e os lucros oferecidos pelo “ouro branco” despertaram o interesse da Companhia das Índias Ocidentais. A primeira região atacada fora a capital da colônia, Salvador, em 1624. A imperícia neerlandesa somada aos esforços luso-brasileiros fizera com que a cidade retornasse ao controle régio de Portugal já no ano seguinte.

Entretanto, meia década mais tarde, o alvo convertera-se em Recife-Olinda, quando a WIC se aproveitou do despreparo naval e militar português – causado, também, por apresamentos e naufrágios promovidos por ofensivas neerlandesas nos anos que se seguiram à desocupação soteropolitana.

Dado o endividamento da elite açucareira pernambucana devido às cobranças e manobras fiscais da WIC, interessa-nos o panorama econômico da capitania após a Insurreição de 1645-1654, momento em que a região se viu na crise da açucarocracia

Terminada a Restauração em 1654, a situação da agroindústria do açúcar em Pernambuco não era das mais promissoras. Além de estar com as rendas comprometidas por nove anos de onerosa guerra contra os flamengos, a açucarocracia teve que enfrentar uma grave crise econômica. Em 1655, contava Pernambuco com 109 engenhos funcionando num ritmo ainda precário, sendo que destes, 24 eram de fogo morto. Em alguns poucos anos a produção volta a um nível razoável, mas a conjuntura econômica para o açúcar já era outra (Lisboa, 2011, p. 22).

Embora a elite do açúcar tenha saído politicamente fortalecida da Restauração pernambucana, saiu igualmente dotada de problemas econômicos. Para além de haver um declínio na produção com a comercialização do açúcar das Antilhas pelos neerlandeses, os nobres pernambucanos investiram seu dinheiro e seus escravizados na guerra. Foquemos na questão do açucareira, porquanto

Desalojados de Pernambuco os holandeses aportam nas Antilhas, passando não só a controlar o comércio como também a produção do açúcar. Dessa forma, o açúcar antilhano produzido pelos holandeses entrou como concorrente do produto pernambucano, afetando sua colocação no mercado europeu. [...]. Ao mesmo tempo, outra questão também é pertinente no entendimento da dita crise. Por conta da debilidade do sistema de frotas, demorava-se a embarcar o açúcar para o Reino, transcorrendo por vezes dois anos entre a fabricação e o comércio do produto na Europa. De tal forma que o produto chegava já “velho” para o comércio, [...] (Lisboa, 2017, pp. 170-171).

Por outro lado, ainda segundo Lisboa (2017), a crise açucareira pode ter se dado pela simples ação do tempo, ou seja, independentemente da competição antilhana, porque houve, em finais de seiscentos, uma baixa geral nos preços, a qual afetou, inclusive, a produção caribenha. Somado a isso, há, ainda, a epidemia de varíola da década de 1660, que atingira em cheio os principais agentes da produção do açúcar: os escravizados. Muitos engenhos interromperam a fabricação do “ouro branco” devido ao elevado número de mortes, provocando a queda do preço do produto no mercado europeu e o consequente endividamento dos senhores de engenho.

Mesmo com uma leve recuperação no início dos setecentos, a crise retorna a partir de 1710, dessa vez, principalmente motivada pelo desabastecimento da mão de obra escravizada, importada para o garimpo do ouro nas Minas Gerais. Entretanto, a roda da economia continuou girando em torno da pecuária, atividade que se amplia ainda no século XVII e ganha força no seguinte, chegando a 800 mil cabeças de gado o raiar dos setecentos em Pernambuco (Lisboa, 2017), assim, “sem perder de vista a centralidade do açúcar e a gama de negócios que tomavam vulto a partir do doce produto, não esqueçamos que tabaco, cachaça e couro - e os negócios relacionados a esses produtos – também traziam seu dinamismo para a vitalidade econômica da capitania” (Lisboa, 2017, p. 185).

### **3.3.2.2 A demografia pernambucana colonial**

Assim como para a capitania da Bahia, é complexo sistematizar dados demográficos da capitania de Pernambuco, sobretudo no século XVII, um período pré-censitário. Contudo, Vanderlei Silva (2003) afirma existir, em 1654, por volta de 300 prédios na vila do Recife, entre casas térreas e sobrados – a população é desconhecida.

No século XVIII, porém, encontramos dados mais concisos. Segundo Krause (2018), havia, em Recife e Olinda, no ano de 1701, respectivamente, 860 e 2450 fogos<sup>30</sup>. Em 1782, a vila de Olinda (constituída pelas freguesias de São Pedro Mártir e da Sé de Olinda) contava com aproximadamente onze mil habitantes, sendo menor que centros açucareiros, como Goiana, que contava com mais de 14 mil moradores. Recife (constituído pelas freguesias de São Pedro Glorioso do Recife e Santíssimo Sacramento

---

<sup>30</sup> Segundo Krause (2018, p. 72), “utilizou-se o coeficiente tradicional na historiografia brasileira, que iguala cada “fogo”/“vizinho” a cinco moradores (razão presente no censo eclesiástico baiano de 1706 e no fluminense de 1687, [...])”.

do Recife), por sua vez, em 1788, possuía mais de vinte mil habitantes, ao passo em que as freguesias de Olinda não ultrapassavam os doze mil (Vanderlei Silva, 2003).

A população da capitania de Pernambuco,

por sua vez nos anos de 1762 e 1763, não contabilizando as anexas, é constituída por cerca de 90.105 habitantes. [...] veremos que dessa população, 74,45 % são livres, e 25,55% são escravos. Um predomínio da população livre que possibilita a Coroa impor a essa região a função de fornecimento de soldados para outras áreas da América portuguesa, uma vez que as tropas régias são formadas pelos homens livres (Vanderlei Silva, 2003, p. 70).

Logo, considerando que as maiores zonas populacionais comportavam, também, o poder político e econômico, a região açucareira de Pernambuco certamente abrigava o contingente militar da capitania. Portanto, as tropas principais localizavam-se em Recife e em Olinda, enquanto vilas como Goiana, Igarassú e Porto Calvo possuíam tropas auxiliares, tanto de homens brancos quanto de homens pretos e pardos.

Nesse cenário demográfico, estão situados temporalmente a maior parte dos documentos que compõem o *corpus* desta pesquisa. Os manuscritos são localizados tanto em Recife quanto em Olinda, onde ficavam as os Terços principais de Homens Pretos e Pardos.

### 3.3.3 A Guerra do Açú

Cabe-nos, neste momento, detalhar alguns pontos concernentes à Guerra do Açú, marco temporal de dois dos documentos desta pesquisa, ambos manuscritos pelo homem preto Jorge Luís Soares em fevereiro de 1689 no Arraial de Santa Margarida do Açú<sup>31</sup>, região que foi palco da Guerra dos Bárbaros<sup>32</sup>, o embate entre colonizadores sertanistas e indígenas, nos séculos XVII e XVIII, nas capitanias do norte. Embora, aqui, discutamos sobre o episódio ocorrido na então capitania do Rio Grande, é importante destacar que

A Guerra dos Bárbaros foi uma série de conflitos ocorridos nas Capitanias do Norte, entre 1651 e 1720, envolvendo diferentes povos nativos e os colonizadores. Até recentemente, a historiografia considerava apenas os embates que se verificaram no interior das Capitanias do Ceará, do Rio Grande (do Norte), da Paraíba e do Piauí como aqueles que podiam receber este rótulo.

---

<sup>31</sup> Presumimos, atualmente, encontrar-se na região do Seridó potiguar, provavelmente no município de Assú.

<sup>32</sup> Puntoni (1998; 2002; 2004) discute de modo mais detalhado as Guerras Bárbaras do período colonial.

Ultimamente foram incluídas no rol destas guerras aquelas sucedidas no Recôncavo Baiano e proximidades, bem como as que aconteceram no Rio São Francisco (Silva, 2021, p. 265).

Assim, a Guerra do Açu foi, segundo Puntoni (2000), o segundo momento, compreendendo os anos de 1687 a 1705 nas capitanias do Rio Grande e do Ceará, cujo mote inicial foi a expansão da pecuária para as margens do rio Piranhas, que banha os atuais estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba e recebe o nome de Açu após passar pelo município homônimo, mas aconteceu também em face da necessidade da Coroa portuguesa de ocupar o território, da exploração de recursos minerais, da ampliação de grupos religiosos e de grupos dedicados à apreensão de nativos (Silva, 2021). Os primeiros confrontos entre os indígenas, sobretudo os Tapuias, e os colonizadores acontecem já no pós-Insurreição pernambucana, entre 1655 e 1657 (Santos Júnior, 2022).

Estes, são indígenas chamados de “gentio bravo” por serem considerados inimigos dos interesses expansionistas lusitanos, logo, sobre eles, incidiam leis específicas para dominá-los e, sendo o caso, condicioná-los à escravidão (Silva V., 2019). Somados à essa prerrogativa dita legal, estavam os conflitos existentes na região em questão entre os povos autóctones e os pecuaristas do sertão. Segundo Santos Júnior (2022), não é possível estimar a data exata do início desses confrontos.

Fato é que, a partir de 1687, diversas expedições militares foram enviadas ao sertão da capitania do Rio Grande para enfrentar os Tapuias na região do rio Piranhas. Dentre elas, em 1688, está a do mestre de campo Jorge Luís Soares junto a cinco companhias de Henriques, dirigida ao Açu. A ele, une-se, ainda em 1688, o sertanista Domingos Jorge Velho, conhecido como “caçador de índios”, comandante da tropa responsável por capturar e assassinar o líder do Quilombo dos Palmares, Zumbi.

As investidas dos Terços pernambucano e paulista são narradas na certidão manuscrita pelo escrevente Jorge Luís Soares, datada de 3 de fevereiro de 1689. Nela, o militar descreve a investida de suas tropas, do Terço Paulista (de Jorge Velho) e a tropa de Manuel de Abreu Soares, além do coronel Antônio de Albuquerque Câmara, em busca do “inimigo bárbaro” por vinte e seis dias, nos quais passaram “muita fome e sede” pelo sertão, sustentando-se com “raízes e frutas agrestes”. Ao chegarem ao rio Jaguaribe, foram oprimidos pela falta de mantimentos e pelo adoecimento de muitos soldados, forçando-lhes a separarem-se do Terço paulista e seguirem para a capitania do Ceará, quando, no caminho, mataram um indígena.



Domingos Jorge Velho foi designado pela Coroa a seguir para os Palmares após promover um verdadeiro extermínio dos nativos da região em 1690. Coube ao capitão Matias Cardoso de Almeida, também paulista, concluir a guerra. Sobre a estadia de Soares no Açú, não encontramos outras informações.

O resultado da guerra é tristemente conhecido: a dizimação dos indígenas da região, a sua captura ou a sua assimilação enquanto “caboclos”

O extermínio indígena na guerra contra os “bárbaros” ainda continuaria após sua saída, prosseguindo, com menor intensidade, ano após ano, até o ano de 1720. Após o ano de 1725 em diante, não há mais nenhuma notícia a respeito de combates, mas, mesmo assim, o temor aos índios tapuias ainda permanecia vivo e constante na memória dos colonizadores. Intensifica-se então a fase dos aldeamentos. A terra dos índios e de seus ancestrais, pertencia, agora, aos portugueses (Santos Júnior, 2022, p. 13).

Desse infeliz modo, foi dada a manutenção da colonização dos sertões das capitanias do norte, região que, então, passaria a fazer parte do ciclo econômico e produtivo da cadeia mercantilista da América Portuguesa.

### 3.4 PARA QUÊ?

Conforme avançamos na análise da documentação dos Terços de Homens Pretos e Pardos, a constatação foi a de eles buscarem, através da escrita e dos meios legais disponíveis na época para pessoas de cor, algum tipo de ascensão social dentro do já citado *continuum* liberdade-escravidão. O fato de fazerem parte dos Terços já conferia aos seus integrantes certo prestígio social, porém, ocuparem postos hierarquicamente superiores ou serem agraciados pelo rei português com hábitos militares os distinguiria dos demais pretos e pardos, livres ou, acima de tudo, não-libertos, de sua sociedade. Por esse aspecto marcante nos textos manuscritos, entendemos ser a possibilidade de manutenção da mobilidade social a função principal, mas não a única, da escrita dos documentos discutidos nesta dissertação.

#### 3.4.1 Mobilidade social nos Terços de Homens Pretos e Pardos

Um olhar pouco criterioso sobre a história do Brasil colonial poderia julgar ser aquela uma sociedade sem possibilidade nenhuma de ascensão social. Por outro lado,

diversos estudos sobre a escravidão brasileira colonial e, no nosso caso específico, sobre os militares negros dos Terços, têm revelado o contrário (Krause, 2010; Silva, 2013; Mota, 2015; Silva, 2017; Menim, 2019; entre outros). Importante salientar, de antemão, que o conceito de mobilidade social não está exclusivamente atrelado ao enriquecimento de um grupo social, posto que

Além da dimensão da mobilidade material, outros elementos, como a dimensão da mobilidade do status formal e a dimensão da mobilidade afetiva, também são importantes na observação da mobilidade social. Ao dialogarmos com este modelo analítico, percebemos que um dos mais significativos indícios de mobilidade social de africanos e afrodescendentes na estrutura hierárquica da América portuguesa era a mudança de condição jurídica. A conquista da alforria no *continuum* escravidão-liberdade deve ser considerada um marco (Menim, 2019, p. 170).

Desse modo, conforme Mota (2015), a concessão de patentes, honorarias, soldo ou mercês para indivíduos que não possuíam “sangue limpo” pautava a relação de interdependência entre a Coroa e esses grupos sociais.

O conjunto de documentos aqui analisado foi solicitado, direcionado ou escrito para o Conselho Ultramarino. Fachin (2006) conta-nos que

Criado em 1642, pelo rei D. João IV, o Conselho Ultramarino nasceu da necessidade de sanar os inconvenientes que se seguiam ao serviço real no governo das Índias e dos demais territórios ultramarinos. Essa instituição foi responsável pela produção de documentos que constituem a memória de cinco séculos da administração portuguesa sobre as colônias. Nele, encontra-se todo tipo de documentação sobre os negócios ultramarinos tratados na época (Fachin, 2006, p. 9).

Todo documento enviado ao rei, no período colonial, era direcionado ao órgão, que os analisava, remetia à Sua Majestade, sob forma de consultas, e os despachava (Fachin, 2006).

Segundo Mota (2015), o ingresso nos Terços Militares proporcionava aos homens pretos prestígio social, visto que se distinguiam dos escravizados<sup>33</sup>. Entretanto, dentro dos Terços de Homens Pretos e Pardos, naturalmente, tal posto não lhes equiparavam aos brancos portugueses, mas permitiam-lhes diferenciarem-se dos seus pares negros,

---

<sup>33</sup> Segundo o professor Luiz Geraldo, à banca de qualificação desta pesquisa, “adentrando em uma milícia, afrodescendentes livres e libertos se distinguiam entre si, considerando que suas tropas eram ínfimas perto das ordenanças formadas por brancos. Os milicianos, pois, formavam uma elite bem pequena em meio a população afrodescendente livre e liberta”.

sobretudo aqueles que ainda eram escravizados, assim como acontecia com aqueles especializados dentro dos engenhos de açúcar. O soldo dos soldados negros, a título de exemplo, era menor do que os brancos, além de o pagamento atrasar rotineiramente, como relata o sargento mor do Terço Auxiliar dos Homens Pardos de Recife, Luís Álvares Pinto, em ofício passado ao mestre de campo do dito Terço, Luís Nogueira de Figueiredo, em 1770. Segundo ele, os militares das tropas tinham pouca esperança de serem pagos e pede ao seu superior que solicite à Sua Majestade pague-lhe os seus gastos em serviço para que ele possa dar baixa em sua patente e procurar outro meio de sustento, pois não poderia viver sem comer ou beber: sua família, segundo Pinto, sequer podia ir à missa, visto não terem mais vestimentas. O próprio Henrique Dias, em 1650, escreve ao rei queixando-se do mestre de campo geral Francisco Barreto de Meneses, pois este não lhe pagava o soldo e sequer lhe considerava um soldado. Ainda assim,

As graças e mercês alcançadas por diversas vezes geraram incômodos em outros grupos da população. A visibilidade que este grupo obteve, a partir das diferentes inserções que tiveram no cenário colonial, também despertou a hostilidade de seus contemporâneos. Muitos se expuseram publicamente com suas fardas e patentes. Diligências por eles praticadas eram elogiadas. Além disso, a quantidade de companhias que foram se formando ao longo das décadas não passava despercebida, principalmente porque sua presença não estava somente nos espaços urbanos, mas espalhada por recôncavos e sertões. Sem contar que, como vimos anteriormente, muitos milicianos também obtiveram prestígio em outras atividades e sociabilidades (Menim, 2019, p. 205).

Como é o caso do mestre de campo Luís Nogueira de Figueiredo e seu relato, através de um ofício apógrafo de 1774, ter sido aplaudido pela população do Recife ao desembarcar no porto da vila em seu retorno de Portugal. Ademais, muitos dos pretos e pardos juntavam-se a irmandades e alguns deles foram, inclusive, agraciados com hábitos militares, embora nunca os tenha recebido.

Logo, “as cartas patentes expressavam que os contemplados eram homens de ‘honra, valor e capacidade’, conceitos tão caros à sociedade do Antigo Regime. Desse modo, amenizava os efeitos do estigma da cor. Daí o orgulho em envergar aquela farda” (Mota, 2015, p. 175).

### 3.5 SÍNTESE DA SEÇÃO

A partir das perguntas de Petrucci (2003) e das vias de pesquisa propostas por Mattos e Silva (2004), objetivamos, nesta seção, compreender aspectos sociais, históricos, políticos e demográficos presentes na documentação do *corpus* da pesquisa. Assim, sobre o “Quem?”, apresentamos alguns dos escreventes dos manuscritos, sendo eles: Brás de Brito Souto, Domingos Rodrigues Carneiro, Henrique Dias, Jorge Luís Soares, José Rabelo de Vasconcelos, Luís Álvares Pinto e Luís Nogueira de Figueiredo. Infelizmente, não encontramos informações sobre todos, dado o fato de serem homens negros em uma sociedade colonizada baseada na escravidão. Como resultado, elaboramos fichas biográficas dos escreventes, nas quais constam as informações encontradas. Acerca do “Quando?”, analisamos alguns “segredos internos” da sociedade escravocrata do Brasil colonial, especificamente do período que compreende os documentos, 1650 a 1793. Notamos, neste estudo, brechas possíveis no sistema que permitiam a mudança de *status* social dos escravizados. Em relação ao “Onde?”, conjugamos aspectos econômicos e demográficos das capitanias da Bahia e de Pernambuco, de modo a entender a conjuntura social da época na qual os documentos foram escritos. Verificamos serem ambas regiões marcadas pela economia de *plantation* da cana-de-açúcar com uma população em crescente devido ao desenvolvimento da região. Além disso, as duas capitanias tiveram a sua história marcada pelas invasões holandesas, sobretudo Pernambuco, cujos reflexos da ocupação modificaram os rumos da estrutura da localidade. Detalhamos brevemente também a Guerra do Açú, posto ter sido uma localização geográfica de temporal dos documentos. A respeito do “Para quê?”, verificamos terem os manuscritos servido sobremaneira à mobilidade social dos militares negros inseridos em um *continuum* liberdade-escravidão.

**IV**  
**O CAMPO GRAMATICAL**

Nesta seção, abordaremos o fenômeno linguístico proposto para esta dissertação: a análise da variação entre a função acusativa e a função dativa do clítico *lhe* nos documentos manuscritos pelos integrantes dos Terços de Homens Pretos e Pardos da Bahia e de Pernambuco. Em 4, debateremos alguns estudos prévios sobre o tema, de modo a situá-lo no panorama sociolinguístico que trata da formação do PB. Na seção 4.1, dialogaremos com Lucchesi (2015 [2009]) e Lucchesi e Baxter (2015 [2009]) para discutirmos a *Transmissão Linguística Irregular* e seu papel na formação da variante brasileira do Português. Dedicamos 4.2 ao fenômeno linguístico em questão: nela, abordaremos as variáveis linguísticas e extralinguísticas selecionadas, bem como a sua aplicação nos dados obtidos. Em 4.3 avaliaremos os resultados à guisa da compreensão de seu papel no cenário histórico em questão.

#### **4 O CLÍTICO *LHE* E A INSTABILIDADE DO SISTEMA PRONOMINAL BRASILEIRO: ESTUDOS ANTERIORES**

Há um tempo significativo, os estudos linguísticos sobre o Português Brasileiro ocupam-se no que tange aos pronomes, mormente à sua reorganização paramétrica, fato que corroborou ainda mais a sua diferenciação em relação à variante europeia. Pesquisas como as de Tarallo, 2018 [1993]; Duarte, 2015; Pagotto, 2018 [1993]; Almeida, 2014; Gama, 2019; entre outras, marcam a reorganização do sistema pronominal, a partir da inserção do *você* em concorrência com o *tu*, como um dos fatores que diferenciam as gramáticas d'aquém e d'além mar, alterando, assim, a colocação dos clíticos na sentença, fato este que marca uma das principais diferenças entre o Português Brasileiro e o Português Europeu (Pagotto, 2018 [1993]). Para Almeida (2009, p. 104), os estudos que buscam caracterizar o uso dos pronomes no PB “sugerem a reorganização do quadro pronominal não somente na primeira e segunda pessoa, em menor ou maior grau, mas em todas as pessoas do discurso. Contudo, as pesquisas apontam para um índice de maior mudança no nível de terceira pessoa.”. Dessa forma, “com a gramaticalização do *você* na posição de sujeito, os clíticos de 3ª pessoa do singular (3SG) *o/a* e *lhe* passam a se referir também à 2SG” (Oliveira, 2015, p. 67). No entanto, a Gramática Tradicional, normativa, pouco se flexibilizou para refletir essas mudanças, conforme demonstra o quadro a seguir:

**Quadro 50:** Categorização pronominal de acordo com a Gramática Tradicional

Pessoa/Número	Pronomes pessoais retos	Pronomes pessoais oblíquos átonos	Pronomes pessoais oblíquos tônicos
1ª sing.	<i>Eu</i>	<i>Me</i>	<i>mim</i>
2ª sing.	<i>Tu</i>	<i>Te</i>	<i>ti</i>
3ª sing.	<i>Ele, ela</i>	<i>lhe, o, a, se</i>	<i>ele, ela, si</i>
1ª plural	<i>Nós</i>	<i>Nos</i>	<i>nós</i>
2ª plural	<i>Vós</i>	<i>Vos</i>	<i>vós</i>
3ª plural	<i>eles, elas</i>	<i>lhes, os, as, se</i>	<i>eles, elas, si</i>

Elaborado pelo autor com base em Bechara (2010)

Por outro lado, Ramos (1999) propõe uma descrição detalhada do rearranjo do sistema pronominal do português brasileiro falado, para efeitos de comparação à proposição normativa:

**Quadro 51:** Sistema pronominal do PB falado

PESSOA/ NÚMERO	FUNÇÃO		
	SUJ	OD	OI
1ª sing.	Eu	Me	para mim, me
2ª sing.	Tu	te,	para ti, te,
	Você	lhe, você	lhe, para você
3ª sing.	Você	você, te, lhe	para você, te, lhe
	ele/ela	o, ele/ela, lhe	para ele/ela
1ª plural	nós,	nos,	para nós,
	a gente	a gente	nos, para a gente
2ª plural	Vocês	lhes, vocês	lhes, para vocês
3ª plural	eles/	os,	para eles/elas,
	elas	eles/ elas, lhes	lhes

Fonte: Ramos (1999, p. 10)

As pesquisas realizadas com o objetivo de compreender a organização dos clíticos em relação às pessoas pronominais demonstram que o clítico *lhe*, embora, segundo a tradição normativa, seja exclusivamente dativo, é utilizado, também, na posição acusativa – como já atestado por Ramos (1999) – em referência à segunda pessoa do singular. Apesar de parecer, esse não é um uso recente: Souza (2014), ao pesquisar um *corpus* de 504 cartas pessoais datadas de 1880 a 1980, encontrou indícios, já na primeira década do século XX, o *lhe* na função acusativa, ocorrendo com maior frequência nas missivas cuja forma de tratamento *você* era a utilizada na posição de sujeito.

Ataíde *et al* (2021), ao analisarem o uso do acusativo em cartas amorosas do sertão pernambucano, manuscritas na década de 1950, ratificam os resultados de Souza (2014) ao também identificarem o *lhe* acusativo em referência à segunda pessoa do singular. Segundo os autores, “esses resultados indicam que, embora em menor quantidade, as formas pronominais do paradigma de 3ª pessoa, ao migrarem para a 2ª pessoa, também estão assumindo a posição acusativa” (Ataíde *et al.* 2021, p. 170).

Oliveira *et al* (2017) sintetizam que, na escrita missivista pessoal, “a presença do clítico *lhe* que, mesmo registrando menor frequência, parece concorrer mais diretamente com *te*, principalmente em função dativa” (Oliveira *et al.*, 2017, p. 111). Para Souza (2014), o uso do *lhe* acusativo de segunda pessoa é motivado pela

diminuição deste pronome como dativo; desuso do clítico acusativo *o/a*; analogia com outros pronomes que exercem tanto a função acusativa quanto a dativa; perda da distinção *tu/você* em algumas localidades do Brasil; acompanhamento da gramaticalização do *você*, o que teria transportado o significado de *lhe* para a 2ª pessoa; reanálise do objeto direto preposicionado; estratégia de esquiva ao clítico acusativo e ausência da preposição (Souza, 2014, p. 47)

Desse modo, segundo Duarte (2015, p. 30), com base em dados colhidos na fala de pessoas escolarizadas na década de 1970, o PB apresenta “a completa ausência do clítico dativo *lhe*, para referência à terceira pessoa”. O uso do *lhe* enquanto acusativo, isto é, objeto direto, é apontado como um dos frutos da reorganização do sistema pronominal do PB (Almeida, 2011), causada pela inclusão do pronome de tratamento *você* em concorrência com o pronome *tu*, o que “provocou um rearranjo no paradigma pronominal e um efeito na morfologia flexional” (Kato, 2017) em meados do século XIX. Galves *et al.* (2016) demonstram que o clítico *lhe*, acompanhado do *te*, foram as formas mais produtivas em finais do século XIX, entretanto, já apresentando a mudança gradual de referência à terceira pessoa para referir-se também à segunda pessoa, como demonstrado em (1):

- (1) “Eu não apressei-me em escrever **lhe** falando no seu novo despacho porque a falar a verdade não fiquei contente com o lugar que **lhe** deram (...)” [14-11-1874] (Galves *et al.*, 2016. Grifos nossos).



Duarte (1995), com base em estudos diacrônicos, conclui:

No caso do português, os resultados sugerem que a segunda pessoa foi a um só tempo a detonadora da mudança - graças à sua substituição pelos pronomes de tratamento (você(s), o(s) senhor(es)), que se combinam com formas verbais de terceira pessoa - e a que mais rapidamente incorporou seus efeitos, mostrando-se como um processo de mudança mais adiantado”. (Duarte, 1995, p.49)

Inúmeros trabalhos demonstram que a inserção do *você* no quadro da segunda pessoa do singular, na posição de sujeito, conforme mencionado, levou à reorganização dos pronomes complemento em suas diversas funções sintáticas.

Para Gama (2019, p. 104), por conseguinte, os estudos que buscam caracterizar o uso dos pronomes no PB “sugerem a reorganização do quadro pronominal não somente na primeira e segunda pessoa, em menor ou maior grau, mas em todas as pessoas do discurso. Contudo, as pesquisas apontam para um índice de maior mudança no nível de terceira pessoa.”.

Sobre isso, Carneiro (2005), no estudo do conjunto de Cartas Brasileiras, datadas de 1809 a 1904 e manuscritas por escreventes nascidos entre os séculos XVIII e XIX, destaca que o clítico *lhe* apresenta um comportamento distinto do verificado no PE, prevalecendo o seu uso como referente à segunda pessoa em 71,25% das 626 ocorrências, como exemplificado neste fragmento de uma carta de 1829:

(2) Já escrevi a Vosmice, e **lhe** dei parte de| ter vendido a sua parelha de Cavalos por 300\$000 Reis para o| Marquez deSanto Amaro, tomei esta resolução, meditando nas ava-|rias, á que são sугeitos os folegos. carta 13 (Carneiro, 2005).

Antes de detalharmos as ocorrências do fenômeno linguístico no *corpus* desta pesquisa e, por conseguinte, procedermos às análises, é preciso que discutamos sobre a aquisição imperfeita do PB por africanos escravizados no ínterim da colonização da América Portuguesa. Na subseção a seguir, portanto, dialogaremos, precipuamente, com Lucchesi e Baxter (2015 [2009]) no que tange à Transmissão Linguística Irregular, de modo a compreendermos as causas que levaram à reestruturação do PE em um cenário multilíngue.

#### 4.1 A TRANSMISSÃO LINGUÍSTICA IRREGULAR E A FORMAÇÃO DO PORTUGÊS POPULAR BRASILEIRO

A formação do Português Brasileiro e de suas variantes regionais deu-se em uma organização complexa dentro das condições sociais, econômicas e culturais, mas não só, postas no processo de escravização que marcou a colonização da América Portuguesa. O imenso e milionário, tanto em termos quantitativos, quanto financeiros, tráfico negreiro trouxe aos domínios lusitanos diversas comunidades linguísticas de África, dentre os quais se destacam os grupos da Costa da Mina, com prevalência de falantes do *iorubá* e de línguas do grupo *gbe* (mormente o *fon* e o *ewe*), e o grupo banto, principalmente falantes do *quimbundo*<sup>29</sup>.

Apesar de os estudos da crioulistica serem enfáticos ao afirmar que o PB não é uma língua crioula de base lexical portuguesa, como aconteceu em outras regiões de colonização lusa, como Cabo Verde ou São Tomé e Príncipe, a população africana escravizada não esteve livre da influência de uma língua diferente daquela(s) praticada(s) em seus locais de morada. Sendo assim, é importante examinarmos quais fatores desfavoreceram os cursos da *pidginização* e da *crioulização*.

Inicialmente, é impreterível definirmos as situações de *transmissão linguística irregular*, comum às regiões dominadas por reinos europeus ao longo dos séculos XVI ao XX na América e em África. Esta se dá quando

[...] a língua do grupo dominante, denominada **língua de superstrato** ou **língua-alvo**, se impõe, de modo que os falantes das outras línguas, em sua maioria adultos, são forçados a adquiri-la em condições bastante adversas de aprendizado, em função de sua sujeição e marginalização. As variedades de segunda língua que se formam nessas condições, mais ou menos defectivas consoante as especificidades de cada contexto histórico, acabam por fornecer os modelos para aquisição da língua materna para as novas gerações de falantes, na medida em que os grupos dominados vão abandonando as suas línguas nativas (Lucchesi; Baxter, 2015 [2009], p. 101).

---

<sup>29</sup> Cf. Mattos e Silva (2004) e Lucchesi (2019). Petter (2005, p. 194), considera que “As línguas negro-africanas, transplantadas para o Brasil há quase quinhentos anos, sobrevivem hoje sob a forma de línguas especiais, ou seja, como modos de falar próprios de uma faixa etária ou de um grupo de pessoas dedicadas a atividades específicas”.

De acordo com os autores, é importante delimitarmos o contexto sócio-histórico no qual aconteceram as mudanças nas estruturas de uma língua para afirmarmos ou não o seu caráter crioulo. Desse modo, alguns fatores são importantes para que, em uma circunstância anômala de interação linguística, a comunicação emergencial exija a formação de uma língua de contato entre, nos casos analisados, os ordenantes e aqueles que eram ordenados. Logo,

Os processos de transmissão linguística irregular que conduziram à formação de pidgins e crioulos ocorrem normalmente em contextos sócio-históricos que combinam os seguintes parâmetros:

- (i) o acesso mais restrito à LA na fase inicial do contato entre línguas; bem como
- (ii) a pouca influência da LA nas fases seguintes de reestruturação da gramática (Lucchesi; Baxter, 2015 [2009], p. 122).

Embora a aquisição precária do português pelos indígenas aculturados e pelos africanos escravizados tenha sido condicionada por uma irregularidade na transmissão linguística que, por sua vez, foi uma das responsáveis pela constituição das variedades do PB, a conjuntura da escravidão brasileira, entretanto, possuiu idiosincrasias responsáveis por diferenciá-la de outros empreendimentos coloniais nos quais houve a formação de línguas crioulas.

Para o estabelecimento do processo de crioulição de uma língua é primordial que haja um número reduzido de falantes da língua de superstrato em oposição a um total elevado de integrantes do grupo dominado, o que não aconteceu no contexto brasileiro. Conforme Mussa (1991)<sup>30</sup>, a população de brancos brasileiros e europeus manteve-se estável na faixa dos 30%. Em contrapartida, a porcentagem de africanos permanece na constante de pouco mais de 20% até o início dos oitocentos, quando declina consideravelmente e, ao final desse século, representa um pequeno percentual da população brasileira<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> O gráfico detalhando a demografia brasileira entre os séculos XVI e XIX construído com base nas pesquisas de Mussa (1991) encontra-se na seção 3 desta dissertação.

<sup>31</sup> Lucchesi e Baxter (2015 [2009]) e Lucchesi (2019) chamam a atenção para o fato de que esses percentuais não podem ser universalizados, levando-se em consideração a complexidade da sociedade colonial brasileira. Assim, algumas especificidades dos rincões do território, como propriedades açucareiras onde número de escravizados poderia exceder o contingente proposto, bem como pequenos engenhos, que contavam com até cinco cativos – situação mais comum nesse ciclo econômico do que os grandes latifúndios; e os quilombos, devem ser consideradas para uma análise mais acurada do contexto colonial.

A manutenção da razão de brancos brasileiros e europeus em relação aos africanos e afro-brasileiros revela-se como o primeiro fator de impedimento da *pidginização/crioulização* no Brasil. Ademais, Lucchesi (2019) indica outro determinante para a impossibilidade desse processo na América Portuguesa: o ciclo do ouro mineiro, cujo início se deu em finais do século XVII, visto que

A dinâmica do trabalho escravo na mineração era bastante distinta da escravidão na lavoura, de modo que a situação do escravo na sociedade mineira se distancia da massa amorfa da escravaria das plantations e se assemelha mais à condição do escravo doméstico e urbano, possibilitando-lhe um maior acesso aos modelos da língua dominante inibindo, por conseguinte, a P/C (Lucchesi, 2019, p. 239).

A mineração do ouro trouxe, além disso, a expansão da pecuária, que exigiu novos territórios para pastagem e criação do gado, levando a maiores embates com comunidades quilombolas, onde possíveis *pidgins* e *crioulos* de base lexical portuguesa poderiam ter se formado (Lucchesi, 2019, p. 240).

Com efeito, o fator categórico para obstar a crioulização, consoante Lucchesi e Baxter (2015 [2009]), foi a miscigenação da sociedade brasileira, dado o percentual de pardos – os chamados mulatos na tabela de Mussa (1991) – e de negros brasileiros ter crescido exponencialmente ao ponto de serem 40% da população nacional em fins dos setecentos. À vista disso,

O impacto demográfico traz em si a força profunda de um processo sociocultural de enormes proporções. Alargando os níveis de interação sociocultural entre os setores dominantes e dominados, a miscigenação foi descortinando progressivamente, para os indivíduos mestiços, novas vias que lhes permitiam uma maior integração na sociedade. Como consequência disso, temos a posição particular do mestiço, que, apesar de estar a cavaleiro entre duas culturas, tende historicamente a buscar a sua integração na cultura do grupo dominante (Lucchesi, 2015 [2009], p. 68-69).

O maior nível de relações entre os pardos e os brancos – falantes da língua-alvo, o português europeu –, leva a “uma espécie de ideal normativo, na medida em que as

formas da LA gozam de um maior prestígio social. Em tais contextos, os modelos da língua do grupo dominante tendem a suplantar os processos de transferência de estruturas das outras línguas e/ou de reestruturação original da gramática (Lucchesi; Baxter, 2015 [2009], p. 107).” O desfecho dessa situação,

[...] pode não ser a formação de um sistema linguístico muito distinto da LA, mas uma nova variedade histórica dessa língua que não deixa de apresentar certas características decorrentes do processo de transmissão linguística irregular que ocorreu com a sua socialização/nativização entre os falantes das outras línguas e seus descendentes (Lucchesi; Baxter, 2015 [2009], p. 107).

O caso brasileiro facilitou a influência do Português Europeu no desenvolvimento linguístico das gerações seguintes ao início do tráfico negreiro e aclimatou, ainda, um processo de Transmissão Linguística Irregular do *tipo leve*, nos termos que debatemos nesta seção.

Nesta subseção, não esgotamos, evidentemente, a discussão sobre a hipótese de criouliização do PB, tampouco tínhamos tal pretensão. Assim, para uma compreensão maior dessa configuração linguística, bem como de outros contextos sócio-históricos que, ao contrário do Brasil, propiciaram a formação de *pidgins* e *crioulos*, vale a leitura das referências aqui consultadas e discutidas.

Por conseguinte, na próxima seção discutiremos os usos do clítico *lhe* com base nos documentos dos Terços de Homens Pretos e Pardos. Para esse fim, fizemos, *a priori*, os sintagmas nos quais o clítico fora utilizado e relacionamo-los às variáveis linguísticas condizentes com o propósito do trabalho, conforme Oliveira (2014, 2018) e Lopes *et al.* (2018).

#### 4.2 “MERECEDORES DE TODA A HONRA E MERCÊ QUE SUA MAJESTADE FOR SERVIDO FAZER-LHE”: O CLÍTICO *LHE* NOS DOCUMENTOS DOS TERÇOS DE HOMENS PRETOS E PARDOS

Dadas as ponderações nos campos teóricos que subsidiam esta pesquisa feitas neste e nos capítulos anteriores, compete-nos, agora, detalhar a metodologia aplicada para a obtenção e posterior apreciação dos resultados.

Após a edição semidiplomática e análise paleográfica dos Documentos dos Terços de Homens Pretos e Pardos, as ocorrências do clítico *lhe* foram levantadas e catalogadas<sup>32</sup>. A isso, seguiu-se a identificação das variáveis linguísticas e extralinguísticas que favoreceram ou não a variação entre o acusativo e o dativo do *lhe*; então, esses fatores foram aplicados ao *corpus* e, fundamentados nos resultados, construímos a explicação para a confirmação ou não da hipótese linguística inicial.

No que se refere às variáveis, elaboramos quatro grupos para a análise de dados, sendo dois de natureza linguística e outros dois de natureza extralinguística, respectivamente, a forma pronominal utilizada na posição de sujeito, o tipo de verbo quanto à estrutura argumental, a seção do documento e o período de produção. Nas subseções seguintes, discorreremos sobre a organização desses grupos de fatores e quais objetivos pretendemos atingir a partir deles.

Antes, cabe-nos indicar que foram encontradas 46 ocorrências do *lhe* nos documentos em questão. Reconhecemos que é uma pequena porção de dados, mas isto corrobora os resultados de pesquisas que investigam os complementos verbais dentro da reorganização do sistema pronominal do Português Brasileiro, que encontram pouco uso desse clítico em missivas e outros documentos estudados.

Nesse sentido, Lopes *et al.* (2018) destacam que há quatro fases nas estratégias de referência à segunda pessoa (2P) no Português Europeu e, por sua vez, na variante brasileira. O quadro abaixo sintetiza o sistema de tratamento para 2P e apresenta os paradigmas referentes aos estágios I e II, do século XIV ao XIX:

---

<sup>32</sup> Relembramos que, conforme abordado anteriormente, os documentos considerados apógrafos e aqueles dos quais não pudemos atestar a autoria foram descartados para o estudo linguístico, de modo a evitar erros analíticos e anacronismos. Os documentos excluídos foram listados na segunda parte desta dissertação.

**Quadro 52:** Sistema de tratamento de 2ª Pessoa até o século XVIII

	<b>Intimidade</b>		<b>Cortesia</b>
<b>Nominativo</b>	Tu	Vós	Vossa Mercê
<b>Acusativo</b>	Te	vos	o/a, Vossa Mercê
<b>Dativo</b>	te, a/para ti	vos, a/para vós	lhe, a/para Vossa Mercê
<b>Oblíquo</b>	prep. + ti, contigo	prep. + vós, convosco	prep. + Vossa Mercê
<b>Genitivo</b>	Teu	vosso	seu, de Vossa Mercê

**Fonte:** Extraído de Lopes *et al.* (2018)

Os documentos da CDTHPP foram escritos na segunda fase proposta pelos autores, que corresponde ao período que vai dos quatrocentos aos oitocentos. Esta etapa é marcada pela introdução da forma *Vossa Mercê* no paradigma de tratamento de cortesia [+formal], passando a competir com o pronome *vós*. Esse estágio encerra-se quando da gramaticalização da forma *Vossa Mercê* para o pronome *você* (Lopes *et al.*, 2018). A análise do quadro apresentado permite-nos observar que o clítico *lhe* aparece como categoricamente dativo, ao passo em que, neste trabalho, buscamos confrontar esta percepção alicerçados na possibilidade de que houve, ainda no estágio II, usos do *lhe* acusativo<sup>33</sup> dentro da complexa configuração linguística do PB.

Sigamos, agora, ao exame descritivo – não propomos, aqui, a exaustão da possibilidade de pesquisa – das ocorrências registradas.

#### 4.2.1 Variáveis Linguísticas

Para este aspecto, definimos dois grupos: a forma pronominal utilizada na posição de sujeito e o tipo de verbo quanto à estrutura argumental, com base na pesquisa de Oliveira (2014).

##### 4.2.1.1 A forma pronominal utilizada na posição de sujeito

Quanto a esta variável, Oliveira (2014) afirma que é importante estabelecer uma comparação entre o sistema predominante, se de 2ª ou de 3ª pessoa, e as formas de complemento verbal, acusativo ou dativo, com o fito de identificar se há uma correspondência entre o sistema e as posições sintáticas. Tradicionalmente, espera-se que

---

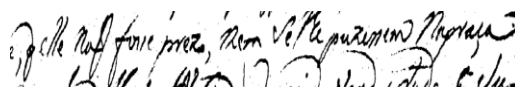
<sup>33</sup> Com base em Lopes *et al.* (2018), definimos o **acusativo** como aquele que desempenha a função sintática de objeto direto, sobretudo. Já o **dativo** corresponde aos argumentos internos (complementos) selecionados por verbos de dois (transitivos) ou de três (bitransitivos ou transitivos diretos e indiretos) lugares.

pronomes de 3P favoreçam o uso do clítico *lhe*, ao passo em que os de 2P, o *te*. Por outro lado, a reconfiguração do sistema pronominal brasileiro permitiu que o clítico dativo acumulasse, também, a função acusativa (Lopes *et al.*, 2018).

Os documentos da CDTHPP, todavia, mantém a relação do sistema de tratamento em uso até o século XVIII, segundo o quadro 42, no qual o *lhe* tem apenas referência dativa, conforme atestam o exemplo abaixo:

(i)

[...] que elle não fosse prezo, nem se **[lhe]** puzesseno na praça [...]



(CDTHPP-LAP-PE-OFI-1770.1, l. 27)

Em (i), o sujeito de terceira pessoa do singular *ele* condicionou o uso do *lhe* na função dativa, isto é, de objeto indireto.

#### 4.2.1.2 Tipo de verbo quanto à estrutura argumental

A estrutura argumental é definida a partir do condicionamento verbal em selecionar ou não complementos, sejam acusativos ou dativos: se relaciona àquilo que as gramáticas normativas denominarão de transitividade verbal. Aqui, enfatizaremos as noções de verbos de dois e três lugares: o primeiro, o qual consideraremos o argumento interno direto, tem a estrutura  $SU \rightarrow V \rightarrow OI^{34}$ ; e o segundo, com dois argumentos internos, um direto e um indireto, também chamados de verbos bitransitivos ou transitivos direto e indireto, com a estrutura  $SU \rightarrow V \rightarrow OD \rightarrow OI^{35}$ . A hipótese de Oliveira (2014, p. 102) é de que “os clíticos sejam mais recorrentes entre os verbos de três lugares, devido à presença do objeto direto”.

Observamos nos documentos manuscritos pelos pretos e pardos integrantes dos Terços um uso categórico do *lhe* na função dativa em verbos de três lugares, como exemplificamos em (ii) e (iii):

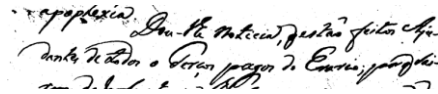
<sup>34</sup> SU = sujeito; V = verbo; OI = objeto indireto.

<sup>35</sup> SU = sujeito; V = verbo; OD = objeto direto; OI = objeto indireto.



(ii)

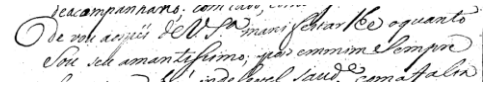
[...] Dou-**[lhe]** noticia, que estão feitos Ajudantes de todos o Terços pagos do Erareio; [...]



(CDTHPP-LAP-PE-OFI-1770.2, l. 17)

(iii)

[...] de vou aos pés de *Vossa Senhoria* manifestar **[lhe]** o quanto sou seu amantissimo; pois em mim sempre [...]

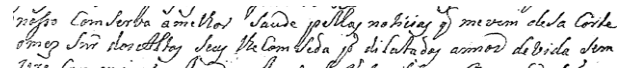


(CDTHPP-ACP-PE-OFI-1770, l. 7)

Em (ii), o verbo *dar* é tipicamente de triplo lugar, exigindo, destarte, complementos acusativo e dativo. Nota-se que o clítico *lhe* assume a função de objeto indireto, em referência à *Vossa Senhoria*. O exemplo seguinte (iii) assume igual arranjo, valendo-se o clítico em estudo a função dativa com a mesma referência de tratamento. O registro (iv) demonstra o uso do clítico regido por um verbo de dois lugares:

(iv)

[...] o mez Senhor das Altos seus **[lhe]** com seda para dilatados annos de vida sem [...]



(CDTHPP-LNF-PE-OFI-1776, l. 10)

A ocorrência acima confirma, também, o uso marcadamente dativo do *lhe* em verbos de dois lugares que exige um complemento indireto, como o caso de *com seda* (conceda).

Concluimos que, no tangível às variáveis linguísticas engendradas, o uso do clítico de 3P, *lhe*, ratifica o sistema pronominal vigente até o século XVIII, quando é apenas dativo, sem nenhum grau de variação.

#### 4.2.2 Variáveis Extralinguísticas

Para este campo, seleccionamos dois grupos de análise: a seção do documento e o seu respectivo período de produção.

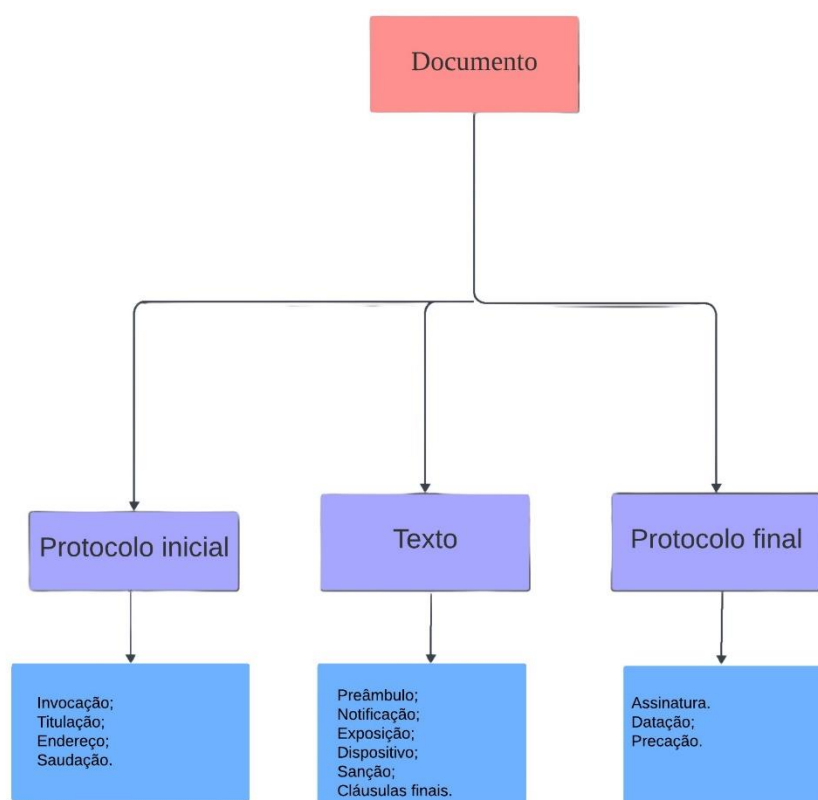
#### 4.2.2.1 *Seção do documento*

Prospectamos, conforme detalhado na segunda parte desta pesquisa, algumas espécies documentais para compor o *corpus* da CDTHPP. À título de recapitulação, foram: atestado, carta, certidão, ofício e requerimento. Podemos tratá-los no campo das tradições discursivas que, de acordo com Kabatek (2006), definem-se como

[...] a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio (portanto é significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição estabelece uma relação de união entre atualização e tradição; qualquer relação que se pode estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos lingüísticos empregados (Kabatek, 2006, p. 512).

Na figura a seguir, identificaremos os elementos constitutivos das espécies documentais diplomáticas, conforme Belloto (2002):

**Figura 44:** Constituição das espécies documentais



**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir de Belloto (2002)<sup>36</sup>

Percebemos, a partir da figura 44, que as partes dos documentos diplomáticos, “o registro legitimado do ato administrativo ou jurídico, conseqüência, por sua vez, do fato administrativo ou jurídico (Belloto, 2002, p. 17)”, tornam-se cristalizadas através de composições formulaicas que são reproduzidas por quem os escreve. Nas investigações para a organização dos resultados, observou-se a conservação do clítico *lhe* nas cláusulas finais dos documentos, em estruturas consolidadas na maioria dos documentos, como a extração que nomeia a subseção 4.2, como observa-se em (v) e (vi):

(v)

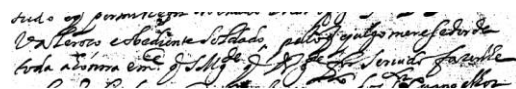
[...] talento esatisfação . hedino emereçedor ditoda ahonra que sua Magestade for servido fazer **[lhe]** passa oReferido nesta na [...]

(CDTHPP-DRC-PE-CER-1702, l. 16-17)

<sup>36</sup> Cf. Belloto (2002) para maiores informações sobre a análise diplomática e tipológica de documentos notariais e/ou governamentais.

(vi)

[...] toda a honra emerge *queSuaMagestade que Deus guarde for* servidofazer[**lhe**] [...]



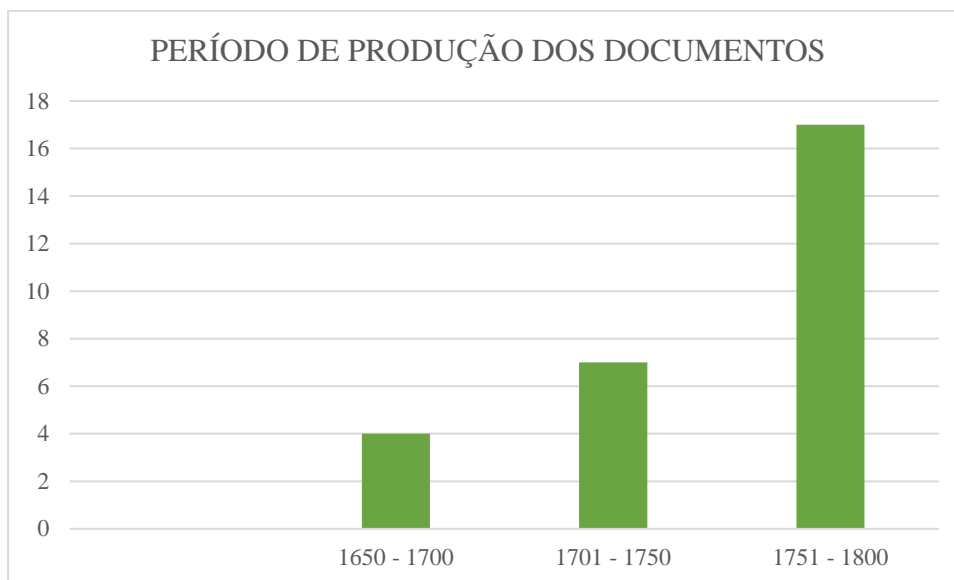
(CDTHPP-JLS-RN-CER-1689.2, l. 26)

Nos dados acima, todos retirados das cláusulas finais de documentos notariais, demonstram que não há diferença formas clíticas utilizadas. Logo, o *lhe* é cristalizado como caso dativo. Inferimos, desse modo, que documentos diplomáticos pouco favorecem a variação dos usos linguísticos, assim, sustentando a oposição de formas e a possibilidade de referenciação do *lhe* à segunda pessoa.

#### 4.2.2.2 Período de produção

No gráfico abaixo, situamos os documentos da CDTHPP em períodos de cinquenta anos, de modo a observar a hipótese de, em algum ponto, ter acontecido a recorrência da variação dativa/acusativa do clítico *lhe*, conforme o gráfico a seguir:

**Gráfico 4:** Quantidade de documentos por período de tempo



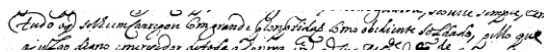
**Fonte:** Elaborado pelo autor.

O terceiro período (1751-1800) destaca-se como o mais produtivo, no qual foram encontrados dezessete documentos manuscritos por integrantes dos THPP, ao passo em que no período de 1650-1700, apenas quatro documentos foram prospectados.

Examinemos, então, os dados coletados à luz da hipótese proposta em dados das três sincronias elaboradas:

(vii)

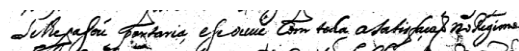
[...] tudo oque se **lhe** emCarregou com grande prontidão como obediente soldado, pello que [...]



(CDTHPP-JLS-RN-CER-1689.1, l. 29)

(viii)

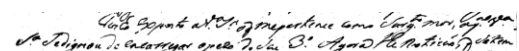
[...] se **lhe** pasouí portaria, ese ouve com toda asatisfação no Regime [...]



(CDTHPP-DRC-PE-CER-1702, l. 13)

(ix)

[...]Tenho exposto avossasenhoria o que me pertence como sargento mor, aquem vossa senhoria se dignou de encarregar o pezo do seu 3º Agora **lhe** noticaõ que se tem [...]



(CDTHPP-LAP-PE-OFI-1770.1, f. 3, l. 31-32)

Notamos que os registros das três sincronias mantêm a categorização do clítico *lhe* na sua forma dativa. Em (vii), refere-se à 3P, tendo como sujeito não-marcado o pronome *ele*; (viii), por sua vez, corresponde a *para/a ele*, funcionando, também, como objeto indireto; finalmente, (ix) refere-se à forma *vossa senhoria*, evidenciando o sistema de tratamento do século XVIII exposto por Lopes *et al.* (2018).

Portanto, a hipótese linguística inicial desta pesquisa, a de que o *lhe* poderia assumir, em variação, a função acusativa nos documentos manuscritos por homens pretos e pardos foi contrariada pela análise descritiva dos dados. Na subseção seguinte, buscaremos entender as motivações através de três possibilidades investigativas.

#### 4.3 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

No que tange ao fenômeno linguístico estudado, os documentos da CDTHPP não ofereceram margens de variação e uma possível indicações de mudanças para a formação de um Português Brasileiro à vista já nos séculos XVII e XVIII, o que iria de encontro à proposta de Tarallo (2018 [1993]). Para explicarmos, aventamos três caminhos investigativos possíveis entre diversos outros que podem ser levantados:

- a) O constante contato com a língua-alvo;
- b) O fato de que documentos notariais pouco favorecem a variação linguística;
- c) As relações sociais dos escreventes no contexto colonial.

Sobre (a), discorreremos na subseção 4.1, demonstrando como o contato dos povos dominados com a língua de superstrato no cenário de aquisição precária foi um dos fatores que impossibilitou a criouliização do Português Brasileiro ao mesmo tempo em que condicionou a diversidade linguística dentro do PB. Lucchesi (2015 [2009]) considera, aliás, que a migração massiva interna que perpassou os ciclos econômicos do Brasil Colonial garantiu, em grande parte, a “homogeneidade diatópica das variantes populares do português do Brasil” (p. 48). Assim, podemos pressupor que os homens pretos e pardos integrantes dos Terços tinham um contato frequente com o Português Europeu, de forma que cultivaram o superstrato como o modelo ideal de bem falar e de bem escrever.

Em relação à (b), consideramos que os documentos perscrutados, por serem diplomáticos, i. e., de origem, sobretudo, notarial, mas também governamental, pouco oportuniza variações linguísticas<sup>37</sup>. Belloto (2002, p. 18), ao definir o objeto da diplomática, pontua que esse tipo de documento “e terá sua construção semântica obrigatória, na qual cabem dados fixos, que ocorrerão em todos os documentos que utilizaram como veículo a mesma espécie documental”, além dos dados variáveis, nos quais seria possível a inovação em termos da língua. No entanto, conforme o caminho investigativo (a), entendemos que a idealização da fala e da escrita lusitana conteve essa possibilidade.

A respeito de (c), Lucchesi (2015 [2009]) entende que os fatores inibidores da criouliização do PB tiveram, paralelamente, o papel de difundir as mudanças causadas pelo contato linguístico nas comunidades de fala brasileiras. Sendo assim,

A integração social dos escravos ou dos ex-escravos e, sobretudo, a miscigenação são fatores que atuam em dois sentidos: favorecem a assimilação dos padrões linguísticos dominantes por parte dos dominados, ao tempo em que abrem vias de introdução na fala das camadas médias e altas de estruturas criadas por mudanças ocorridas nos extratos mais baixos (Lucchesi, 2015 [2009], p. 71).

---

<sup>37</sup> Outras pesquisas realizadas com documentação notarial também encontraram poucos ou nenhum caso de variação linguística, como Araújo (2023) e Santos (2021).

Como detalhamos na primeira parte desta pesquisa, os Terços de Homens Pretos e Pardos constituíam um grupo singular no contexto do período colonial brasileiro, principalmente no *continuum* escravidão-liberdade a partir da sua institucionalização no tecido social da colônia na América Portuguesa. Dessa maneira, é razoável pensar que os milicianos transitavam em diversos espaços da sociedade colonial e, assim, tiveram reduzidas as suas possíveis características de aquisição precária, o que coaduna com o ponto (a).

Juntos, esses três aspectos ajudam-nos a desvelar as razões da invariabilidade do clítico *lhe* nos documentos aqui estudados. Por outro lado, considerando que a formação do PB no panorama colonial ainda nos é um mistério a ser desvendado, poderíamos afirmar que, em outros documentos menos formulaicos, como cartas pessoais, havia variação?

Este é um ponto para futuras pesquisas.

#### 4.4 SÍNTESE DA SEÇÃO

Nesta seção, na qual cumprimos a terceira agenda proposta para esta dissertação, buscamos desvelar o fenômeno linguístico em análise: a provável variação do *lhe* nas funções acusativa e dativa em documentos diplomáticos manuscritos por homens pretos e pardos integrantes dos THPP nos seiscentos e setecentos. Iniciamo-la com uma breve revisão dos estudos feitos até aqui sobre o tema para, em seguida, debatermos sobre a Transmissão Linguística Irregular à luz dos estudos de Lucchesi e de Baxter, nos quais pretendíamos fontes para entender a formação de uma variante brasileira do Português Europeu. À mão desses estudos, partimos à descrição das ocorrências do clítico *lhe* nos documentos que compõem a CDTHPP, tendo como direção quatro variáveis: duas linguísticas, a forma pronominal utilizada na posição de sujeito e o tipo de verbo quanto à estrutura argumental; e duas extralinguísticas, a seção do documento e o seu respectivo período de produção.

Contrariando a hipótese linguística inicial, não encontramos variação do *lhe* nos documentos, visto que o clítico assume apenas a função dativa nestes, concordando com o sistema pronominal vigente até o século XVIII no Brasil, antes da reorganização deste com a inserção do *você*. Então, arrolamos três caminhos investigativos para explicar a invariabilidade: o contato regular dos escreventes com a língua-alvo; a natureza da

documentação notarial, que inibe a variação linguística; e as relações sociais dos integrantes do THPP no período colonial. Concluimos, por fim, que esse conjunto de fatores é o principal motivador do contraste entre a hipótese e os dados obtidos.



V  
A EDIÇÃO DOS DOCUMENTOS DOS TERÇOS DE HOMENS  
PRETOS E PARDOS

Nesta seção, serão apresentados os fac-símiles e a edição semidiplomática dos vinte e oito manuscritos que compõem o *corpus* desta pesquisa. Entre esses documentos, vinte e cinco foram localizados no estado de Pernambuco – sendo um destes manuscrito em Lisboa e outros dois na capitania do Rio Grande, atual Rio Grande do Norte, porém inseridos no arquivo deste estado – e três foram localizados no estado da Bahia, durante os séculos XVII e XVIII, nos anos de 1650 a 1793. Como já citamos ao longo do trabalho, os documentos foram coletados no Projeto Resgate Barão do Rio Branco, cuja salvaguarda dos fac-símiles é de responsabilidade da Biblioteca Nacional do Brasil.

Também apresentamos os padrões utilizados para a identificação dos documentos, com base naqueles prescritos pelo CE-DOHS, assim como os critérios para a edição semidiplomática, cuja descrição pormenorizada foi feita na seção 2.2, intitulada *Crítérios para a edição diplomática*.

## 5 A EDIÇÃO

Ao longo desta pesquisa, apresentamos e discutimos características dos documentos que compõem a Coleção Documental dos Terços de Homens Pretos e Pardos, manuscritos no período colonial brasileiro, entre os seiscentos e os setecentos, em sua maioria por Mestres de Campo e Sargentos-mor. Destacamos, assim, a sua importância para a pesquisa em Linguística, visto que são testemunhos de escreventes cujo volume de *corpora* é raríssimo.

Para a identificação dos documentos neste trabalho e no CE-DOHS, utilizamos os seguintes parâmetros: iniciamos com a sigla da coleção documental a qual os manuscritos pertencem, neste caso a Coleção Documental dos Terços de Homens Pretos e Pardos (CDTHPP); seguimos com as iniciais do nome do *scriptor*, para o qual tomaremos Henrique Dias (HD) como exemplo; após, a capitania na qual o documento foi localizado: Bahia (BA), Pernambuco (PE) ou Rio Grande (RN); logo após, a tipologia documental: atestado (ATE), carta (CAR), certidão (CER), ofício (OFI), requerimento (REQ); no final, a data no qual o documento foi manuscrito. Temos, então, a estrutura para a identificação dos documentos, a exemplo: CDTHPP-HD-PE-CAR-1650.

No que tange aos critérios utilizados para a edição, conforme explicado, modificamos as orientações do PHPB de acordo com as necessidades do labor filológico

para que houvesse adequação aos documentos e possibilitasse, então, uma edição semidiplomática criteriosa e útil para esta e outras pesquisas que podem ser feitas com a coleção documental. Retomamos, aqui, para melhor facilidade na leitura da seção e subseções seguintes:

a) as abreviaturas serão desenvolvidas, marcando-se em itálico as letras omitidas e observando-se os seguintes casos:

b) não estabelecemos fronteira de palavras que venham escritas juntas;

c) a pontuação original será mantida;

d) em relação a trechos que demandem maior esforço para decodificação, incluímos, em nota de rodapé, uma possível interpretação.

e) a acentuação original será mantida;

f) será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original;

g) eventuais grafias diferenciadas serão remetidas para nota de rodapé, onde registramos a(s) variante(s) mais comum(ns) e, quando possível, considerações sobre a variação em si;

h) inserções feitas posteriormente, para não conferir à mancha gráfica um aspecto demasiado denso, obedecem aos seguintes critérios: se na entrelinha do documento original, entram na edição, em alinhamento normal e entre os sinais: <◇>; <↑>, se na entrelinha superior; <↓> se na entrelinha inferior; se nas margens superior, laterais ou inferior, entram na edição entre os sinais <◇>, na localização indicada.

i) intervenções de terceiros no documento original devem aparecer em nota de rodapé marcadas em fonte diferente;

j) letras ou palavra(s) não legíveis por deterioração ou rasura justificam intervenção do editor com a indicação entre colchetes: [.] para letras; [ilegível] para vocábulos; [ilegível + n linhas] para a extensão de trechos maiores.

k) letras ou palavra(s) simplesmente não decifradas, sem deterioração do suporte, justificam intervenção do editor: [?] para letras; [*inint.*] para vocábulos; [*inint.* + número de linhas] para extensão de trechos maiores.

l) a divisão das linhas do documento original foi preservada, com a transcrição feita linha a linha;

m) na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta;

n) os sinais públicos, diferentemente das assinaturas e rubricas simples, serão sublinhados e indicados entre colchetes. Agora, apresentaremos os fac-símiles, obtidos no site do Projeto Resgate, em uma página e, na seguinte, a edição semidiplomática.

## 5.1 OS DOCUMENTOS DOS TERÇOS DE HOMENS PRETOS E PARDOS



CDTHPP-ASJ-BA-ATE-1774

*Atestado passado por Antônio de Sá de Jesus por ordem do Conselho Ultramarino, no qual declara que o Alferes Manoel Pereira da Silva comandou a faxina do Forte de São Pedro, em Salvador. Datado de julho de 1774.*

<N. 5><sup>36</sup>

5                   <sup>37</sup>Antonio de Saá de JESVS, Capitam de hũa Companhia doTerço de Henriquez Diaz desta praça, deque hé Capitão mor Jozé Mendez de Moraez; pago por *Sua Magestade Fidelissima que Deus guarde et caetera*

10                   Atesto, *que* no dia sete no diaoito, eno dia nove thé o dia onze, do mez de Julho do presente anno, Comandando a faxina do Forte de Sam Pedro a seztio aella Manoel Pereira da Sylva, Alferez domezmo Terço, da Companhia do Capitão Feliz de oliveira, o qual Alferez, seportou em tudo  
15                   compromptidaõ, e dizvello sem *que* foce precizo, maiz *que* ocoi= dado com *que* sempre acodio asua obrigação nadita faxina, como testemunhou oCapitam mandante Antonio de chrizto Buelhoez, aobediencia do Alferez, *que*, estando molestado della não sahio sem ser rendido, ê por passar na verdade oreferido,  
20                   o juro aoz santos Evangelhoz Bahia \_ deJullo de1774

25

30

ODr.

Antonio de Saa deJESVS

---

<sup>36</sup> Abaixo, há a marca do carimbo da “BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA”

<sup>37</sup> Há dificuldade média de leitura deste documento devido à tinta repassada na maior parte do fólio.



CDTHPP-JMM-BA-ATE-1780

*Atestado passado por José Mendes de Moraes por ordem do Conselho Ultramarino, no qual declara que Manoel Pereira da Silva serve à Vossa Majestade há vinte e um anos, Datado de janeiro de 1780.*

<Nº. 1[.]><sup>38</sup>

5 JozeMendes de Moraes cappitaõ  
Mor doTerço de Henrique Dias daguar  
niçaõ destaPraça, confirmadopor SuaMagestade  
Fidelissima que Deus Guarde et caetera

10 Attesto<sup>39</sup> que Manoel Pereira<sup>40</sup>  
da Silva Cappitaõ dehuã das Companhia domeu Terço estáser  
vindo aSua Magestade actualmente ávinte ehum annos, e<sup>41</sup>  
seis mezes desde soldado voluntario, sargento supra, do nu=  
maro, e Alferes té oposto de Cappitaõ queproximamente e  
zerçe, com valor, Cappacidade, ehonra emtodas as occa  
15 oẽns que se lhe tem encumbido do Real Serviço, fazendo  
destacamentos<sup>42</sup>, faxinas, guardas<sup>43</sup>, com inviolavel desve  
lo, eobediência, edespeza desuafazenda, servindo tão bem  
muitas vezes de Ajudante, principalmente naprepara  
ção em que estacidadesepos no anno de1776 para sedefen  
20 der dainvazaõ que os Hespanhoes lhepertenderaõ fazer  
mostrandosenpre emtudo ser humperfeito e ágil offe  
cial; pelo que sefas digno detodas as merces ehonrras que Sua  
Magestade Fidelissima for servidafazerlho Epor meserpedida  
esta lha mandei passar por mim somente aSignada,  
25 ejurada aõs Santos Evangelhos. Bahia 20 de  
Janeyro de1780 annos.

30 JozéMendesdeMoraes  
Capitam Mor  
ODr

<sup>38</sup> Na microfilmagem, a folha está dobrada e, deste modo, esconde o restante do número.

<sup>39</sup> Possivelmente, “A” capitular

<sup>40</sup> Na lateral, a marca do carimbo da “BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA”

<sup>41</sup> Na lateral, a marca do carimbo do “ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO”

<sup>42</sup> Parte do vocábulo está manchado, possivelmente devido à digitalização. Pelo contexto e pelo que se vê das letras, infere-se que seja a palavra “destacamentos”

<sup>43</sup> Idem. Infere-se que seja a palavra “guardas”



Antonio e Manoel Cor. Sargento  
por Com. de 50<sup>o</sup> do Reg. de Henrique Dias  
em Com. por Sua. Mag. J. M. D. G. B. P.



Atesto q. Manoel Mendes ajudante do  
mesmo 50<sup>o</sup> nelle seve com honrada frequencia. Dando exco. v. c.  
as ordens q. he das encomendas do Real servico com similitud  
de mais. adestrando a todos os soldados n. d. o. q. o. d. d. d. d. d.  
criadas no campo das armas e v. l. u. p. n. s. d. e. h. a. q. u. a. n. d. o. h. e.  
he encomendado. e q. a. t. e. s. t. a. c. o. m. v. e. r. d. a. d. e. q. r. e. n. d. o. n. e. p. e. a. r. o. o. j. u. r. a.  
rey em S. Evangelho. Lisboa Lo de Junho de 1790

Antonio M. S. Sargento  
Cor.

Atesto q. Manoel Mendes ajudante do  
mesmo 50<sup>o</sup> nelle seve com honrada frequencia. Dando exco. v. c.  
as ordens q. he das encomendas do Real servico com similitud  
de mais. adestrando a todos os soldados n. d. o. q. o. d. d. d. d. d.  
criadas no campo das armas e v. l. u. p. n. s. d. e. h. a. q. u. a. n. d. o. h. e.  
he encomendado. e q. a. t. e. s. t. a. c. o. m. v. e. r. d. a. d. e. q. r. e. n. d. o. n. e. p. e. a. r. o. o. j. u. r. a.  
rey em S. Evangelho. Lisboa Lo de Junho de 1790

1790 Manoel  
Aluysio Mendes Sargento

João Francisco de Carvalho

CDTHPP-AMC-PE-ATE-1790

*Atestado passado por Antônio Manoel Correia Garces por ordem do Conselho Ultramarino, declarando que Manoel Mendes dos Prazeres serve no Terço Velho de Henrique Dias de Pernambuco. Datado de julho de 1790.*

Antonio Manoel Correia Garces sargento  
Mor comandante do 3º Velho de Henriques Dias  
em Pernambuco por sua Magestade *Fidelissima que Deus guarde et caetera*

5

10

Attesto *que* Manoel Mendes, Ajudante<sup>44</sup> do=  
mesmo 3º nelle serve com honrado procedimento dando execução  
as ordẽns *que* **he** são emcarregadas do Real serviço com limpeza  
demãoz: adestrando atodos osSoldadoz nas ocaziõs dos ex-  
ercissios no manejo das armas, evoluçõs dellaz quando **he**  
he emcarregado: o *que* atestho com verdade *que* sendo neseçario ojura  
rey aos *santissimos* Evangelhos. Olinda 20 deJulho de 1790.

15

Antonio Manoel Correia Graces  
Comandante

[ilegível + 12 linhas]

20

25

Nome Sobrenome    Escrivão o Subscrevy

30

[Joze Antonio deCampos]

---

<sup>44</sup> Acima, na lateral direita, há marca do carimbo da “BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA”



CDTHPP-HD-PE-CAR-1650

*Carta passada por Henrique Dias para Vossa Magestade, na qual descreve a má administração do Mestre de Campo Francisco Barreto, que o trata com palavras indecentes e não lhe paga o devido soldo. Datada de agosto de 1650.*

[fol. 01]

+  
Senhor

5

Prostrado aos pez Reaiz<sup>45</sup> de Vossa Magestade com toda a<sup>46</sup> devida sumição<sup>47</sup>,  
manifffesto em como a vinte Annos que sirvo a Vossa Magestade com ho  
zello que hé nottorio, derramando meu samgue por muittas vezes,  
10 e ficando sem huã mão, que me não faz falta pera deixar de comti  
nuar na guerra como actualmente Estou fazendo: e em todos estez  
tempos servj com Generaiz que me tratavão com toda a cortezia, e  
fazião de minha peçoa grande estimassão, por conheserem omis[?]ção por  
minhas obraz, e pello que viaô obrar no Real Servisso trattandome  
15 Como soldado, e mandandome pagar parte de meus soldos, e vaj  
por sinco Annos que assisto nesta guerra de Pernãobuco, passando gran  
des descomodidadez, e mizeriaz, soportando tudo como com comvinha ácom-  
servação daguerra; e nella tenho obrado o que os mestres de campo go  
vernadorez passados dirão; poremtodos os trabalhos ser seu compa  
nheiro: e ora pello mestre de campo General Francisco Barretto ,  
20 que governa, sou trattado com pouco Respeitto, e com pallavraz  
indicentez aminha pessoa; nem me conhece por soldado, e que  
não sou nada nem venço soldo, aeste Respeitto outtras muittas  
molestias que todos geralmente padecem atté que Vossa Magestade seja  
servido mandar Remedear tantas faltaz pello que convem a con  
25 servação deste estado. guoarde Deos acatholica pessoa de Vossa Magestade  
para aumento da Cristandade. fronteira do Reciffe em Pernambuco  
primeiro de Agosto 650.

30

Anrryque dias<sup>48</sup>

<sup>45</sup> Acima da palavra “Reaiz”, há o carimbo do “ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL”

<sup>46</sup> Acima da letra “a”, há o carimbo do “ARQUIVO DE MARINHA E ULTRAMAR”

<sup>47</sup> O diacrítico til assemelha-se ao número “3”

<sup>48</sup> Possivelmente, uma assinatura

Governador Henrique Dias.

650



Representa a s<sup>ra</sup> de em como em de  
Campo de Francisco Barreto, tra-  
ta m<sup>a</sup> de palavras, sembedas  
todo, sendo q<sup>e</sup> teve sa 2o amor  
e no seu tempo perdido sua m<sup>a</sup>.

+

O governador Henrique Dias.

650

5

Representa a *Vossa Magestade* em como *omestre* de  
Campo *general* Francisco Barretto, otra-  
ta *muito* mal de palavras, sem lhedar  
soldo, sendo *que* Serve se ha 20 annos  
e no *serviço* tem perdido hua mão.

10

15

20

25

30

+

---

<sup>49</sup> Carimbo do “ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL” na lateral esquerda



CDTHPP-JLS-RN-CER-1689.1

*Certidão passada por Jorge Luís Soares para Vossa Majestade, requisitada pelo Conselho Ultramarino, em que descreve uma investida no interior do Nordeste durante a Guerra do Açú, na qual contou com a companhia do capitão Amaro Cardigo, genro de Henrique Dias. Datada de fevereiro de 1689.*

+

Jorge Luis Soarez Mestre de Campo de hũm<sup>50</sup> Terço  
de infantaria paga de gente preta em a Capitania  
de Pernambuco por sua<sup>51</sup> Magestade que Deus guarde

[número ilegível]<sup>52</sup>

5

10

15

20

25

30

Certifico<sup>53</sup> que em 25 de outubro de Ceis çentos corenta e oito Pondose em marcha o Cappitam Major Manoel de Abreu Soarez com a Tropa que tinha a seu cargo que constava de Cento, esesenta esinco homẽns emtre brancos, e pretos, jndios<sup>54</sup>, indo eu em sua companhia com agente que a meu cargo tinha, hindo a buscar o Araial das Piranhaz aonde assistia aguarda Paullista, e o Coronel Antonio de Albuquerque da Camara, e emcorporandonos marchamos em busca do inimigo Barbaro, seguindo as suas trilhas por espasio de vinte e seis dias passando muitas fomez, esedes pella aspereza do sertão e travesiaz, sustentandonos com Raizes, e fruj taz agrestes, e chegando aos rjos<sup>55</sup> jaguaribe sendo sintidoz do inimigo, cujo<sup>56</sup> dinoute a reconhecer o noso poder, e sepos em fugida, e indo nos em seu signimento algũs dias, es palhandose, se retirou a ointimo do sertão, e oprimido nos, da falta de mantimentos vendo os soldados estrosados da marela e adoesendo muitos delles nos foj forsozo de vidirnos do Paullista, e hir buscar a capitania doseharã, e topando no Caminho com algũs descobridores do inimigo; lhe matamos hũm<sup>57</sup>; e estando nadita Capitania refazendonos de algũs<sup>58</sup> mantimentos chegou a tropa Paullista com a mesma nezesidade, e refis az do Pouco mantimento que Senos deu tornamonos a incorporar, e posthos em marcha vimos [ilegível] as [ilegível] do Podj, deichando todo o mais sertão franqueado, e afugentado o inimigo Barbaro, gastando no dis curso desta manhã trez mores, e por imtrar o insumo se recolheu cada qual ao seu a Rajal.; e em todas estas marchas, trabalhou fomez, sedes o que soĩs de nezesidadez me a Companhia Amaro Cardigo Cappitam do meu Terço, Com sua Companhia avendose nas o Cazioĩz como vallerozo, e esperimentado soldado, não faltando a nada do quelhefoj imCarregado por min do Real serviso, e fazendo guarda as monisoĩs<sup>59</sup> pella Companhia com a sua Companhia, e navanguarda, e retta guarda, seou ve sempre, e em tudo o que selhe em Carregou com grande prontidão como obediente soldado, pello que o julgo digno e merecedor de toda a honra e merce que sua Magestade que Deos<sup>60</sup> guarde for servido fazer-lhe, passa o referido naverdade pelo juramento dos santos evangelhos, e por meser pedida aprezenete lhadej por min assignada e sellada com osignete de minhas armas

<sup>50</sup> Sinal semelhante ao acento circunflexo acima da letra “m”

<sup>51</sup> Abaixo da palavra “sua”, há o carimbo do selo do “ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO”

<sup>52</sup> Há uma numeração à margem do documento sobreposta pelo carimbo do selo da “BIBLIOTECA NACIONAL”

<sup>53</sup> Possivelmente, “C” capitular

<sup>54</sup> Há uma mancha, possivelmente devido à digitalização, sobre a palavra “índios”

<sup>55</sup> A letra “r” foi escrita acima do “s” da preposição precedente

<sup>56</sup> Sobre a letra “j”, há um sinal que se assemelha a um acento circunflexo

<sup>57</sup> Sobre a letra “m”, há um sinal que se assemelha a um acento circunflexo

<sup>58</sup> Sobre a letra “n”, há um sinal que se assemelha a um acento circunflexo

<sup>59</sup> Diacrítico til acima das sílabas “oĩns”

<sup>60</sup> Diacrítico til acima do “s”



[aRaial de santa]<sup>61</sup> Margarida do Asu 3 de fevereiro de 689 annos<sup>62</sup>

35

Jorge Luis Soares<sup>63</sup>

Manoel avreu coares

---

<sup>61</sup> Parte dos vocábulos estão manchados, possivelmente devido à digitalização. Pelo contexto e pelo que se vê das letras, infere-se que seja o topônimo “asRaial de santa”

<sup>62</sup> O “s” termina com uma laçada

<sup>63</sup> Idem



CDTHPP-JLS-RN-CER-1689.2

*Certidão passada por Jorge Luís Soares para Vossa Magestade, requisitada pelo Conselho Ultramarino, em que descreve a ocasião na qual ele, o capitão Amaro Cardigo e uma tropa de homens enveredaram-se pelas matas para armar emboscadas durante a Guerra do Açú. Datada de fevereiro de 1689.*

+  
JorgeLuiz Soarez Mestre<sup>64</sup> decampo do Terso  
pago deInfantariaprettapor Sua Magestade<sup>65</sup>  
queDeus guarde<sup>66</sup>

5

65<sup>67</sup>

10 Certifico *que* sendo em 5 de outubro de 688 annos chegou  
aeste aRayal aCampanha doAsu aonde eu asistia em cum  
panhia doCapitamMayor Manoel<sup>68</sup> deAvreu soarez; o Cappitam  
do meu terso AmaroCardigo, vindo percabo de dez homenz *que*  
oacompanhavão, eordenan[d]o<sup>69</sup> oditto Cappitam Mayor Ao capitam  
Antonio PinhoPereira marchase com huã tropa deento esincoenta  
15 homenz, a dezcobrir efranquiar aRibeira, e fazer embos  
cadaz ao enemigo, por seacharem *multaz* vezez trilhaz, ein-  
do eu emsua *companhia* franqueando acampanha efazen  
do asditas emboscadas per espasio detrez dias, enão aven  
do descuberto o enemigo nem oachando nadita Ribeira  
nos Recolhemos ao nosso, enesta ocazião, emarcha me acom  
panhou oditto Capitam AmaroCardigo avendose com *grande* valor  
20 evigilansia emtodo *oque* pormilhe foi encarregado, eoutro  
si fez sempre sua obrigação fazendo rondaz em todo  
otempo que asistiu nesta Campanha *que* forão sinco me  
zez acudindo *puntualmente* as obrigasoinz deseucargo ea  
todo *oque* pormilhefoi ordenado e seos offisiaiz mayorez como  
25 valerozo, eobedientesoldado, pelloque ojulgo meresedor de  
toda a honra emerce *que VossaMagestade que Deus guarde* for servidofazerlhe  
pasaoreferido naverdade pello juramento dos *santoz* Evangelhos  
epormoser pedida *aprezente* lha pasei pormi asignada eselada  
comosignete deminhaz armaz Arayal de *santa* Margarida do Asu  
30 26 de Fevereiro de 689 annos

[Manoel avreu coares] [Jorge Luis Soares]

<sup>64</sup> Mancha entre as palavras “Mestre” e “de”


<sup>65</sup> Abaixo da palavra “Magestade”, há o carimbo do selo da “BIBLIOTECA NACIONAL”


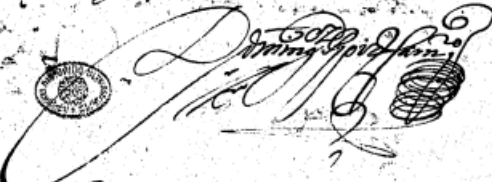
<sup>66</sup> Centralizado, abaixo da palavra “guarde”, há o carimbo do selo do “ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO”

<sup>67</sup> Há uma mancha sobre o número 6

<sup>68</sup> Parte do vocábulo está manchado, possivelmente devido à digitalização. Pelo contexto e pelo que se vê das letras, infere-se que seja o nome “Manuel”

<sup>69</sup> Idem. Infere-se que seja a letra “d”

22  
 2  

 D. J. O. A. S. A. M. A. R. Q. U. E. S. D. I. G. O. y por esta H. N. G. U. E. X.  
 fuere sendo nella H. N. C. I. A. D. E. J. U. R. I. S. D. E. L. A. P. I. T. A. C. A. B. O. D. E.  
 todo este todo q. d. a. i. e. p. e. n. d. i. e. n. t. e. J. e. m. t. u. d. o. C. o. m. t. e.  
 V. a. q. u. e. o. r. d. e. n. a. d. o. J. o. s. M. a. r. q. u. e. s. y. C. o. m. i. s. f. a. b. r. e. r. e. f. e. r. e.  
 D. e. S. u. a. M. a. j. e. C. o. m. i. s. q. u. e. f. u. e. r. e. n. d. i. c. i. a. r. i. o. J. e. r. o. N. o. s. d. e. p. u. e.  
 f. i. e. r. e. m. i. s. d. e. l. u. s. r. e. f. e. r. e. n. d. i. a. C. o. m. i. s. q. u. e. f. u. e. r. e. n. d. i. c. i. a. r. i. o.  
 O. b. e. d. i. e. n. t. i. a. C. o. m. i. s. q. u. e. f. u. e. r. e. n. d. i. c. i. a. r. i. o. S. e. l. e. c. t. i. o. n. e. s. d. e. d. i. c. t. o. J. u. r. i. s.  
 D. o. m. i. q. u. e. f. u. e. r. e. n. d. i. c. i. a. r. i. o. C. o. m. i. s. q. u. e. f. u. e. r. e. n. d. i. c. i. a. r. i. o. C. o. m. i. s. q. u. e. f. u. e. r. e. n. d. i. c. i. a. r. i. o.  
 C. u. r. i. a. m. q. u. e. f. u. e. r. e. n. d. i. c. i. a. r. i. o. C. o. m. i. s. q. u. e. f. u. e. r. e. n. d. i. c. i. a. r. i. o. C. o. m. i. s. q. u. e. f. u. e. r. e. n. d. i. c. i. a. r. i. o.  
 C. o. m. i. s. q. u. e. f. u. e. r. e. n. d. i. c. i. a. r. i. o. C. o. m. i. s. q. u. e. f. u. e. r. e. n. d. i. c. i. a. r. i. o. C. o. m. i. s. q. u. e. f. u. e. r. e. n. d. i. c. i. a. r. i. o.  
 14 de 1693.

D. J. O. A. S. A. M. A. R. Q. U. E. S. D. I. G. O. y por esta H. N. G. U. E. X.  
 fuere sendo nella H. N. C. I. A. D. E. J. U. R. I. S. D. E. L. A. P. I. T. A. C. A. B. O. D. E.  
 todo este todo q. d. a. i. e. p. e. n. d. i. e. n. t. e. J. e. m. t. u. d. o. C. o. m. t. e.  
 V. a. q. u. e. o. r. d. e. n. a. d. o. J. o. s. M. a. r. q. u. e. s. y. C. o. m. i. s. f. a. b. r. e. r. e. f. e. r. e.  
 D. e. S. u. a. M. a. j. e. C. o. m. i. s. q. u. e. f. u. e. r. e. n. d. i. c. i. a. r. i. o. J. e. r. o. N. o. s. d. e. p. u. e.  
 f. i. e. r. e. m. i. s. d. e. l. u. s. r. e. f. e. r. e. n. d. i. a. C. o. m. i. s. q. u. e. f. u. e. r. e. n. d. i. c. i. a. r. i. o.  
 O. b. e. d. i. e. n. t. i. a. C. o. m. i. s. q. u. e. f. u. e. r. e. n. d. i. c. i. a. r. i. o. S. e. l. e. c. t. i. o. n. e. s. d. e. d. i. c. t. o. J. u. r. i. s.  
 D. o. m. i. q. u. e. f. u. e. r. e. n. d. i. c. i. a. r. i. o. C. o. m. i. s. q. u. e. f. u. e. r. e. n. d. i. c. i. a. r. i. o. C. o. m. i. s. q. u. e. f. u. e. r. e. n. d. i. c. i. a. r. i. o.  
 C. u. r. i. a. m. q. u. e. f. u. e. r. e. n. d. i. c. i. a. r. i. o. C. o. m. i. s. q. u. e. f. u. e. r. e. n. d. i. c. i. a. r. i. o. C. o. m. i. s. q. u. e. f. u. e. r. e. n. d. i. c. i. a. r. i. o.  
 C. o. m. i. s. q. u. e. f. u. e. r. e. n. d. i. c. i. a. r. i. o. C. o. m. i. s. q. u. e. f. u. e. r. e. n. d. i. c. i. a. r. i. o. C. o. m. i. s. q. u. e. f. u. e. r. e. n. d. i. c. i. a. r. i. o.  
 14 de 1693.

CDTHPP-DRC-PE-CER-1693

*Certidão passada por Domingos Rodrigues Carneiro para o Conselho Ultramarino, na qual confirma que Amaro Cardigo exerce o posto de Capitão há quase 6 anos em sua companhia. Datada de fevereiro de 1693.*

5

Ordeno ao Capitão Amaro Cardigo que por estafique ex<sup>70</sup> ser sendo nesta estância o Cargo de Capitão cabo de todo este terço para dar espediente em tudo coanto lhe for ordenado pelo senhor.<sup>71</sup> Marques governador e os mais cabos no serviço de sua Magestade e o mais que for necessário; por fiar da sua eficiência de sua pessoa e expedição; ofara 6 anno; a quem obedecerão todos os Officiais soldados do dito terço como a seu Cabo; e minha ausência por convir hira curarme ao hospital, e assim o tenham hūs e outros em tinda idos Recife 7 de fevereiro 14 de 1693

15

<sup>72</sup>Domingos Rodriguez Carneiro

20

O Doutor Joseph Ignacio de Arouche do Desembargo de Sua Magestade<sup>73</sup> com a merce de Beca e lugar de desembargador na Relação deste estado do Brazil o Juiz do Crime e Cível nesta Capitania de Pernambuco e suas annexas vencidos dal fan de sua nas Causas dos loms?cio ????ção Jucia ??-ser na da da junta do Comercio e das Justifficiações tudo com alçada por o dito Senhor que Deus Guarde faço saber aos que a presente Certidão de justifficação virem que a mim constou por fe do Escrivão que esta ??? ser a letra da ordem assim e signal ao pe della de Domingos Rodriguiz Carneiro Mestre de Campo do terço dos pretos de Pernambuco

<sup>70</sup> Acima da palavra “esta”, há o carimbo do selo da “BIBLIOTECA NACIONAL”

<sup>71</sup> A letra “r” foi escrita acima da letra “S”

<sup>72</sup> Ao lado da assinatura, há o carimbo do selo do “ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO”

<sup>73</sup> Escrita de outra mão

Deo Privilegiario. Causa. na Tordem de 18 de Maio  
De 18 de Maio de 1702. De 18 de Maio de 1702. De 18 de Maio de 1702.  
De 18 de Maio de 1702. De 18 de Maio de 1702. De 18 de Maio de 1702.



De 18 de Maio de 1702. De 18 de Maio de 1702. De 18 de Maio de 1702.  
De 18 de Maio de 1702. De 18 de Maio de 1702. De 18 de Maio de 1702.  
De 18 de Maio de 1702. De 18 de Maio de 1702. De 18 de Maio de 1702.

De 18 de Maio de 1702. De 18 de Maio de 1702. De 18 de Maio de 1702.

De 18 de Maio de 1702. De 18 de Maio de 1702. De 18 de Maio de 1702.

CDTHPP-DRC-PE-CER-1702

*Certidão passada por Domingos Rodrigues Carneiro para o Conselho Ultramarino, na qual relata ter nomeado Amaro Cardigo para governar uma companhia do seu Terço por este ser o capitão mais velho. Datada de novembro de 1702.*

+

Domingos Rodriguez Carneiro cavaleiro na hordem de são Bento de asis  
Mestre deCampo dehũ 3º deInfantaria paga dagornição  
Desta praça governador Eadministrador detodos ospretos forros  
do Extado doBrazil por sua Magestade que Deos guarde<sup>74</sup> et caetera<sup>75</sup>

5

10 Certifico<sup>76</sup> que sendo no anno de 1693 sendo Eu<sup>77</sup> sargento Major  
e Cabo deste 3º por falisimento doMestre decampo delle mefoi nesisario  
passar aLixboa ameus Requerimentos E por ser conviniente deichar cabo  
suficinte e capaz pessoa desatisfação para governar o dito 3º fiz  
nomeação napesoa de Amaro Cardigo Capitão mais velho do  
mesmo terço por ser o mais agil para a dita administração para oque  
selhepasou portaria, ese ouve com toda asatisfação no Regime  
dele; Easim mais servio odito Capitão decabo outras vezes dã  
15 do de tudo boa conta como seconfiou sempre doseu proçedimento  
talento esatisfação. e edino E mereçedor ditoda ahonra que  
sua Magestade for servido fazerlhe, passa oReferido nesta na  
Verdade pelo juramento dosantos Evangelhos, que aseu pedimento lhamã  
dey paçar por min asignada Eselada com osinete deMinhas  
20 Armas dada nesta Estança denossasenhora da asunpção Efronteira  
de novembro 28 de1702

DomingozRodriguezCarneiro

25

30 O Doutor Jozeph Ignacio de Arouche do dezembargo<sup>78</sup>  
De Sua Magestade com merce de Beca e lugar de Dezembargador

<sup>74</sup> Abaixo, carimbo do selo do “ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO”

<sup>75</sup> Na lateral, carimbo do selo da “BIBLIOTECA NACIONAL”

<sup>76</sup> Possivelmente, “C” capitular. Além disso, o “e” foi escrito acima dessa letra

<sup>77</sup> Ao longo do documento, o “E” confunde-se com o “h” do *scriptor*

<sup>78</sup> Escrita de outro punho





CDTHPP-MBL-LIS-CER-1707

*Certidão passada por Manuel Barbalho de Lira, quando em Lisboa, para o Conselho Ultramarino, na qual relata ter deixado Amaro Cardigo responsável pelo seu Terço em sua ausência, pois fora convocado, em 1697, para a Guerra do Açú. Datada de outubro de 1707.*

Senhor

Manuel Barbalho de Lira sargento Mor do 3º da gente  
pretta da goarnição da Capitania de Pernambuco; por<sup>79</sup> sua Magestade  
que Deus guarde et caetera

5

10 Certifico que em 11 de Marco de 697<sup>80</sup>, marchei ao Rio  
grande por ordem do Governador Caetano De Mello de Castro,  
apoiar hum prezidio no siará merim, para o socorro de que<sup>81</sup>  
Caresia o Prezidio do Asú, e hera de muita autoridade; que marcha  
se eu com algũs capitais demeui 3º, a povoar aquelle des  
trito e como nesta ocaziam, hera o Tenente Amaro Car  
digo, o Cappitam mais velho domeui 3º, e por achar nelle sufi  
15 encia e capacidade ezello no Real Servico de Sua Magestade lheem  
carreguei, o posto de cabo, em que ficace Governando o 3º em  
minha auzenca; por espacio de dez mezes que asesti no dito prezi  
dio, e o dito Cappitam Amaro Cardigo seouve com toda a satisfa  
ção a o de que foi emcarregado no Real Servico; emui obediente  
de tudo o que selheem carregou, da parte de seus officiaes Majores,  
20 de que o Julgo ser digno emeresedor de toda a honra emerce que  
sua Magestade for servido fazer lhe, por meser pedida aman  
dei pasar, ao Referido passa naverdade; pello Juramento dos santos  
evangelhos, e por mim assignada como sinete de minhas  
25 armas Lixboa 16 de outubro de 1707<sup>82</sup>

25

Manuel Barbalho de Lira

Antonio da Silva Canto *Escrivam* de notas por El Rey nosso Senhor em esta<sup>83</sup>  
cidade de Lixboa certifico o sinal ao pe da certidão assim he de Manoel  
Barbalho de Lira nelle contheudo Lixboa de Outubro Dezouto de mil settecentos  
e sette anos Em testemunho de verdade

[Antonio da Silva Canto] [sinal público]

<sup>79</sup> Abaixo, há carimbo do selo da “BIBLIOTECA NACIONAL”

<sup>80</sup> Acima, há o carimbo do selo do “ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO”

<sup>81</sup> Acima da letra “q”, há um sinal semelhante ao diacrítico til

<sup>82</sup> Há uma laçada na linha abaixo

<sup>83</sup> Escrita de outro punho.



CDTHPP-MOM-PE-CER-1725

*Certidão passada por Manoel de Oliveira Miranda por ordem do Conselho Ultramarino, na qual relata ter examinado Brás de Brito Souto e confirma as suas qualidades enquanto militar. Datada de agosto de 1725.*

[fol. 01]

+ç[?]

<sup>84</sup>[*inint*]

5 Dis Bras de Brito Souto que elle *suplicante* tem servido asua  
Magestade *que Deus guarde* adezesete annos nesta prassa de  
Pernambuco em prassa desoldado, *sargento supra e numero* no terso  
10 Dos homens Pretos, e *Cappitam* da ordenança e hora esta ex  
ercendo o posto de *sargento* mor da cummarca da mesma or  
denança e para bem de seu Requerimento lhe he neseçario huã  
Certidão da Rais quádra, Maneyo, e for mat??ra dos  
escoadros para cujo efeito he nesseçario por seder ex  
ame, pello que

15 *Pede A Vossa Senhoria* seja<sup>85</sup> servido mandar que  
em qual quer dos tersos da Infanta  
ria, paga, o examinẽ aquelles ofi  
ciais que para o tal exame estão de  
putados, e lhe passem certidão desua  
20 Suficiencia em modo *que* fasafée

25 *EReceberáMerce*  
Certifico eu Manoel de Oliveira Miranda *sargento* Ma  
yor do 3º que *guarneçe* a cidade de olinda, *que* em ver  
tude do dezpacho asima do *Governador General Dom* Manoel  
Rolim de Mora. *exemimei* ao *suplicado* no que pertence  
30 ao militar, o qual *achey* saber tirar a rais coadra, *asim,*  
e *[?]vor* pena como de cabo *[ilegível]* muyto bem, e *algũs* manejo

<sup>84</sup> Ao lado esquerdo, há o selo do carimbo da “BIBLIOTECA NACIONAL”

<sup>85</sup> Na linha acima, há o selo do carimbo do “ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO”

Muy qd se le mandará fazer de fin qd aally,  
 O qual me pareça Orar Caspas pera qual quer parte  
 qd se mover no seu Regimento doz Comenz ptoz, se tua  
 Mage qd se for servido pravelto, papa  
 todo O referido na verdade pello juramento deylantoy  
 e vangeltoy. O Linda 15 quinze do mes de Agosto  
 de mil e setecentos e vinte e cinco annos.

M. de S. L. e S. R. e S. R. e S. R. e S. R.

*[Faint handwritten text and signature follow]*

[carimbo]<sup>86</sup>

5

Mais *que* selhe mandarão fazer, deu definiçã aellez,  
o qual meparece estar capaz pera qual quer posto  
*que* se mover no seu Regimento doz homeñz pretoz sesua  
Magestade *que* *Deuz* *garde* for servido provello, passa  
10 todo o Referido naverdade pello juramento doz santos  
evangelhoz: Olinda 15(quinze do Mes deAgosto  
demil esete sentoz evinte e sinco annoz.

[Manoel deoliveiraMiranda]

15

Do Concelho de *Sua* Magestade  
seu secretario e da Rainha nossa Senhora  
Concelheiro de sua fazenda Juis das Justifi  
cacoënz della et *caetera* Faço saber aos que a presente  
virem que a min me constou por fee do escri  
20 vão que a sobreveo ser o signal atras  
do *Dezembargador* Francisco Lopes de Carvalho contheudo nesta  
o que hey por Justificado Lixboa ?? 22 de Dezembro de  
1725 [assinatura ilegível]

Antonio ??? P???

---

<sup>86</sup> Há o carimbo de um selo desgastado pelo tempo ou pela digitalização, o que impossibilita a sua leitura

*Handwritten initials and decorative flourishes*



ras de Brito Louito, Al. de campo pago  
 de Infantaria do Terço dos Henriquez da guarni  
 nicas desta Praça do R. de Pernambuco, por sua Magestade  
 do R.

Certifico q' Em vinte e cinco de Julho Anno de  
 mil e sete centos e trinta e nove, me ordenou o Sr. Com. Gen. e Cap. General  
 desta Capitania, Sr. Henrique Luis de Freyre, mandalle por destacamento quatro  
 Com. do Terço de Infantaria, para trabalhar doz dias no Tombo dos Bandos, e Desfilada  
 de gaguez, melancolia, e Ray de Sol de Oyda e N. de deserto, eua caza  
 distante de Leuão do R. foi o Capitão Victorino de Azevedo, e doz man  
 doz nomear q' era Com. a sua Com. a d'ito Trabalho, donde se foy mostrando  
 grande zelo no modo Com. a foy o Sr. Brigadao e soldado, a trabalhar sendo muy  
 limpo de mag. q' Com. ellis, e obediente a q' officio mayor. Em tudo q' o  
 Encargado destas, e outras diligencias do Real Serviço, em qual nunca venceu  
 soldo algum, pellos, e gasta nada, agilidade, e inclinação q' tem, a Iconomia, e  
 disciplina militar, e procura Com. a foy bon exemplo, e aq' mag. e andoz de instrui  
 nella, aq' do mesmo terço, e julga q' q' Emeraender de ida e vinda, e m. a foy  
 Mag. do Terço de Infantaria, para o serviço facil, e para o serviço na vinda, e  
 doz eany Com. a foy. E por estas razões, e por ser muy digno, e por ser muy  
 muy affligido, e a foy Com. a foy, e q' q' Com. a foy, e q' q' Com. a foy,  
 e q' q' Com. a foy, e q' q' Com. a foy, e q' q' Com. a foy, e q' q' Com. a foy,  
 e q' q' Com. a foy, e q' q' Com. a foy, e q' q' Com. a foy, e q' q' Com. a foy,  
 e q' q' Com. a foy, e q' q' Com. a foy, e q' q' Com. a foy, e q' q' Com. a foy,

Das de Brito Louito

*Extensive handwritten notes and signatures at the bottom of the document.*

*Large handwritten signature*

CDTHPP-BBS-PE-CER-1739

*Certidão passada por Brás de Brito Souto para Vossa Magestade, requisitada pelo Conselho Ultramarino, na qual relata ter nomeado o capitão Victorino Pereira da Silva para a captura dos ditos bárbaros no interior de Pernambuco. Datada de setembro de 1739.*

Bras de Brito Soutto<sup>87</sup>, Mestre de campo pago de Infantaria do Terço doz Henriquez da guarnição desta Praça do Recife de Pernambuco, por Sua Magestade que Deoz Guarde et caetera.

5

Certifico *que* em vinte e Sinco domes de Julho Anno de mil e sete centoz enove, me ordenou o *Illustrissimo*, e *Exceletissimo Governador*, e *Capitam General*

10

desta Capitania, Henriques Luiz Pereira Freyre, mandasse por destacamento quatro *Companhiaz* das do meo terço, trabalhar dous diaz no vorabo dos bardoz, *que* Sefizerão *para* dividido

15

as aguaz nocaminho, *que* vay da Cidade de Olynda *para* Nossa Senhora do desterro, huã Legoa distante da Praça do Recife, foy o *Cappitam* Victorino Pereira da Sylva, hũ doz *que* mandey nomear *para* hir com a Sua *Companhia* ao ditto trabalho, donde assistio mostrando grande zelo no modo, com *que* afavel obrigava ossoldadoz a trabalhar, sendo muy Limpo de mãoz *para* com elles, eobediente aseoz officiaiz mayorez; em tudo o *que* lhe encarregavão destas, eoutraz diligencias do Real Serviço, em o qual nunca vençeo Soldo algum, pello *que*, epella muita agilidade, e inclinação *que* tem, a iconomia, e disciplina militar, procurar com *afinco* bom exemplo todoz os mezos, emodoz de instruir nella aos do mesmo terço, o julgo digno e mereçedor de toda ahonra, e *merce*, que Sua Magestade que Deos Guarde forservido fazerlhe: passa o referido na verdade pello juramento doz Santos Evangelhoz; e por meser pedida apresente, amandey passar sendo por mim assignada, esellada com osinete, de *que* costume uzar. Cidade de Olynda Vinte<sup>88</sup> de Septiembre Anno de mil Sete centoz e trinta enove.

20

BrasdeBritoSoutto

25

[ilegível + 9 linhas]<sup>89</sup>

30

[Antonio Rebello de [inint.]]

<sup>87</sup> Acima da palavra “Soutto” há o carimbo do Arquivo de Marinha e Ultramar

<sup>88</sup> Ao lado direito da palavra “Vinte”, há um carimbo não identificável.

<sup>89</sup> Escrita de outra mão

1A  
João de Brito Louro Alde de Campo  
Capão de Infantaria do Terço dos Henriquez  
da guarnição desta praça do Rio de Pernambuco  
por Sua Magestade, que D.º g. de D.º



certifico que em observancia das ordens do Il.º e Ex.º mo  
V.º Sr. General desta Capitania Almirante Luiz de  
Albuquerquequerque, e do Sr. Capitão de Compañia  
daquelle Terço em parte, e Sr. de Jangro de mil e setecen-  
tos, e quarenta e nove da Parte duas legoas fora da praça do  
Terço com moçambo de negras Ladroões, na mata de Santo An-  
tão, que da dita Povoação desta minha Legoa egalhou nãta di-  
ligencia dia, e meyo, e uma noite com devesse, e risco de vida  
por ser mata de Cobras peçonhentas; e estar ditta moçambo ser-  
cado de estripes, Constando-me Cauor se adriro Capão nãta dili-  
gencia com zelo, e promptidão, dando cabal e inteira satisfação,  
e logo nãta se lhe en carregou do Real Serviço; obrigando dos sol-  
dados com exemplo de sua pessoa, e boas palavras a não temerem  
opções, e a suportar com-no, e mostrar-se no caminho p.º Com elles  
franco e liberal no sustento, emuito tempo de mais, tratandos com  
afabilidade e amor, com o qual they suavitava o suppo rigor da es-  
tura noite, e risco das Cobras, e estripes alem do mais; pello q.º cam-  
obediencia, e promptidão, Com sempre obedeço a suas officias ma-  
yores, e justas digno emorcedor de toda a honra em q.º Sua Mag-  
e.º se for servido fazerlle; pãta o referido nãta de pello suva-  
mento dos Santos Evangelhos; e por me ser pedida a presente a  
mandei passar, e por mim assignada e sellada Com o Seneite dos cus-  
tums, Ditta Cidade de Olinda opp.º de Junho anno de mil, e  
sette Centos, e quarenta.

João de Brito Louro



CDTHPP-BBS-PE-CER-1740.1

*Certidão passada por Brás de Brito Souto para o Conselho Ultramarino na qual relata a ida do capitão de seu Terço, Victorino Pereira da Silva, a um dito mocambo de negros, por ordem do governador da capitania de Pernambuco, Henrique Pereira Freire. Datada de fevereiro de 1740.*

Bras de Britto Souto Mestre de Campo  
pago de Infantaria do Terço dos Henriquez  
da guarnição desta praça do Recife de Pernambuco  
por Sua Magestade, que *Deus guarde et caetera*<sup>90</sup>

5

10

15

20

25

30

Certifico que em observancia das ordenz do *Illustrissimo* e *Excelentissimo* Governador e *Cappitam* General desta Capitania Henriques Luiz Pereira freyre, foy Victorino Pereira da Sylva *Cappitam* de huã Companhia das domeu Terço em vinte e seis de Janeyro de mil e settecentos equarenta a Povoação da Varje duas Legoas fora da praça a cercar hum mocambo de negros ladroenz na mata de Santo Cosme; que da ditta Povoação dista meya Legoa; egastou na tal diligencia dia, emeyo, e huma noyte com desvello, e risco de vida por ser mata de cobras peçonhentas; e estar oditto mocambo sercado de eztrepis, Conzitando-me haverse oditto *Cappitam* nesta diligencia com zelo, e promptidão, dando cabal, e inteyra Satsysfação, doque nella se lhe encarregou do Real Serviço; obrigando aos Soldados com exemplo de Sua pessoa, eboas palavras á não temerem os perigos, e asupportarem-no, emostrar-se no Caminho para Com elles franco, e liberal no sustento, emuito limpo de mãos, tratandoos com afabilidade, e amor, com o qual lhes suavizava o aspero rigor da escura noyte, e risco das cobras, e estrepy alem do maiz; pello *que* e a muita obediencia, e promptidão, com *que* sempre obedeceo a seus officiais maiores, o julgo digno, emerecedor de toda ahonra emerce *que* Sua Magestade *que Deus guarde* for servido fazerlhe; passa o Referido na verdade pello juramento dos Santoz Evangelhos; e por me ser pedida a presente ás mandei passar, e por mim assignada, e sellada com o sineite de *que* costume, vsar Cidade de Olinda o *primeiro* de Fevereyro anno de mil, e Sette<sup>91</sup> centos, e quarenta.

BrasdeBritoSoutto

<sup>90</sup> Abaixo da palavra ininteligível, há o carimbo do “ARQUIVO DE MARINHA E ULTRAMAR”

<sup>91</sup> Abaixo da palavra “Sette”, há um carimbo não identificável.

Bras de Brito Juro M<sup>o</sup> de Campo de Cum Cerco de Infantaria  
dos Comys prelos daquarmicos desta praça de S. An<sup>o</sup> do R. de Penn.  
por Sua Maj. A. que D<sup>o</sup> guarde etc.



Devifico e tocandase debate na praça do R. na noyte vinte de Setem-  
bro do anno de mil e sette centos e quarenta e p. Se tomar oen Contro aos  
prelos da Cadaya Chiminosos, e della Cavida fugido por Cum Lambro,  
Vizias na mesma Cadaya m<sup>o</sup> Consta acudir aditio debate Victorino  
da dafilia Cap<sup>o</sup> m<sup>o</sup> de huma Companhia des domcu Cerco não estem-  
te estar amirado pello crime que falsamente lhe imputarao nadeveste  
do R. do Vigor Geral julgando por mayor mal odixar de acudir ad de-  
bate pello temor de ser prelo nova occasiã, que o ser prelo Com tanto  
e não faltasse a Sua obrigaçao, e Com resolucão magnanimidade e prom-  
ptidão de valeroso soldado a Curo Compublicidade de sua pessoa a Pa-  
Lacio donde por Ordem do M<sup>o</sup> e Ex<sup>o</sup> m<sup>o</sup> Cor e Cap<sup>o</sup> m<sup>o</sup> General desta  
Capitania Henriquez fizeo D. A. Freyre Cap<sup>o</sup> m<sup>o</sup> de Soldados da sua  
Companhia atravessar Cum a estrada que vai de S. Amaro p. a Cid<sup>o</sup>  
Oinda e de lá p. o Eng. do Monteyro, e mangues do Papa terra em pro-  
cura dos ditos prelos, na qual diligencia andou oditio Cap<sup>o</sup> m<sup>o</sup> Com  
trabalho, e diavello até o amanhecer, obrigandoos Soldados Com prudenciã,  
e amor nista diligencia a suportar o calor dos Mosquitos, d'arva, e gar-  
ranchos dos Mangues, e Comperão em nistis pello que cõelia muita  
promptidão, Comque sempre obedecco a seus officiaes mayores em tudo,  
os lhe ordenarão do real Serviço, e ser limpo de mãos, e de honros trata-  
mento, e viridade julgo digno emreccion de toda a honra em que sua  
Maj. e D. A. se for servido fazerlle pello orfendido naverdade  
pello juramento dos Santos Evangellos, e por me ser pedida e presente  
a mandeipavar inco por mim assignada: Cidade de Oinda de C  
de Jbr. anno de mil e sette centos e quarenta.

Bras de Brito



*Porque muita das obediencia e praeza  
as hal perca. Com a  
pali d. casti de*

Prax de Brito Souto Mestre de Campo  
pagador da Infantaria do Terço dos Henriquez  
da Guarnicaõ desta Praça de R. de Pernambuco  
por sua Alga e Decz de 88



Etílico Ser o capm Victorino Pr<sup>a</sup> da Silva Entre todas as officinas  
do meo Terço Omay astucioso e exercitado na economia e disciplina militar  
e como tal enaturalmente inclinado a ella, Com a chegada do Excm<sup>o</sup>  
Gor e capm General Henrique Luiz Pr<sup>a</sup> Freyre a esta Capitania,  
no novo levantamento e reformaõ do Terço sey oprimyvo, e nelle doo  
Principio a Exercitar os Soldados e publicamente Operaõ o Exercicio  
em Talacõ e fora delle Com Louvavel accetuaõ dos militares e ensinam  
do particularmente de noite em sua Casa Com afebilidade e amor  
manejo e Exercicio das Armas aos Soldados de sua Com<sup>o</sup>, e em  
do meo Terço, e ao Domingos e dias Santos sem ser obrigado.  
Eia a boa vista e a varias partes do exercitacõ Com bastante trabalho,  
e diuõ de sua pessoa, por se acharem hedos nestas Com<sup>o</sup>s Rusticos e  
bizonhos no Exercicio das Armas, antes de chegar a ella o Excm<sup>o</sup>  
Gor e capm General, mudando o referido Capm a sua vista e final  
alem Gerado deo a Tambor, e Supria aos Exercicios gerays e  
particulares, e achando se em talõ ellos em as marchas, rebates,  
batalhoes, e mais funcioes do real Serviço, e se offerecerõ deo  
ver nesto Praça e fora della, satisfazendo as Obligacões de deo  
posto, e obedecendo Com promptidã e humildade a seos Off<sup>es</sup> maiores,  
pelo q<sup>o</sup> e pela sua limpeza de mais, a sejo, e hum tratam<sup>to</sup> exord<sup>o</sup> o  
julgo digno Emercedor de toda a honra, em ce q<sup>o</sup> sua Alga e  
D<sup>o</sup> de deo Com Serviço fazelle, passa o referido na Verd<sup>e</sup> pelo  
juram<sup>to</sup> dos S<sup>tes</sup> Evangelhos, e por meo ser pida a presente amans  
dey pagar Jordo por mim assignada e delhada Com o sinete  
de que costume vzar. Cidade de Olinda dezoys de Mayo  
Anno de mil, e setecentos, e quarenta, e duma.

*Victorino Pr<sup>a</sup> da Silva*

*Prax de Brito Souto*

CDTHPP-BBS-PE-CER-1741

*Certidão passada por Brás de Brito Souto para o Conselho Ultramarino na qual relata a boa vontade do capitão de seu Terço, Victorino Pereira da Silva, em exercitar publicamente os seus soldados, assim como de ensiná-los o manejo das armas. Datada de maio de 1741.*

<Porque mostra ser obediente e promp[*inint*]>

<as real serviço com ca>

<pacidade e actividade><sup>100</sup>

Bras de Britto Souto Mestre de Campo  
pago da Infantaria fo Terço doz Henriquez  
da guarniçam desta Praça do Recife de Pernambuco  
por Sua Magestade que Deoz Guarde et caetera.

5

10

15

20

25

30

Certifico<sup>101</sup> ser o cappitam Victorino Pereira da Sylva entre todoz os officiais<sup>102</sup> do meo Terço omais aztuciozo eperfeito na iconomia, edisciplina militar, e como tal; enaturalmente inclinado a ella, com a chegada do Excelentissimo Governador eCappitam General Henrique Luiz Pereira Freyre a esta capitania, no novo levantamento ereformação do dito Terço foy oprimeyro, que nelle deo principio a exercitar os Soldadoz, epublicamente<sup>103</sup> operou o exercicio - em Palacio, efora delle com louvavel aceitação<sup>104</sup> doz militarez ensinando particularmente de noite em sua caza com afabilidade, eamor O manejo e exercicio daz armaz aoz Soldadoz da sua Companhia, eamilitarez do mesmo Terço; eaoz domingoz e diaz Santoz sem ser obrigado, hia a boa vizta, ea variaz partez exercitaloz com bastante trabalho, e disvelo dasua pessoa, por se acharem todoz nestaz Capn<sup>ta</sup>z rusticoz, e bizonhoz no exercicio daz armaz, antes de chegar a ella o dito Excelentissimo Governador eCappitam General, mandando o referido Cappitam a sua custa ensinar a hum escravo seo à Tambor, que supria aoz exercicioz geraiz, e particularez; achandosse em todoz ellez em as marchaz, rebatez, batalhoênz<sup>105</sup>; emais funçãoz do real serviço, que se offereçerão haver nesta praça efora della; satisfazendo az obrigaçoênz do seo pozto, e obedecendo com promptidam ehumildade aseoz officiaez mayorez, pello que, epella sua limpeza de mãoz, asejo, e bom tratamento everdade o - julgo digno emerecedor de toda a honra, emerge que Sua Magestade, que Deus Guarde forservido fazerlhe; passa o referido na Verdade pello juramento doz Santoz Evangelhoz, epor meser pedida a presente amandey passar sendo por mim assignada; e sellada com o sinette deque costume uzar. Cidade de Olynda dezaseiz de Mayo<sup>106</sup> anno de mil, eSetecentoz, equarenta, e hum.

BrasdeBritoSoutto

[ilegível + 2 linhas]

<sup>100</sup> Escrita no canto superior esquerdo

<sup>101</sup> Possivelmente, “C” capitular

<sup>102</sup> Selo do Arquivo de Marinha e Ultramar

<sup>103</sup> Sinal após a palavra “publicamente” que se assemelha a um parênteses

<sup>104</sup> Variável do “a”

<sup>105</sup> Diacrítico acima da letra “n” que se assemelha a um til. Idem acima do “n” da palavra “funçoenz”

<sup>106</sup> Abaixo da palavra “anno”, há um carimbo não identificável.



CDTHPP-BBS-PE-CER-1755

*Certidão passada por Brás de Brito Souto para o Conselho Ultramarino, por solicitação do Terço de Homens Pretos e Pardos da capitania da Bahia, na qual atesta que todos os soldados de seu Terço são naturais da terra e que nenhum negro oriundo da Costa da Mina, em África, foi nomeado para Cabo. Datada de maio de 1755.*

[fol. 01]

Por não findo incen[*inint*] Rº 30 de  
Abril de 1755

Illustrissimo Excelentissimo Senhor

5

Dizem<sup>107</sup> os capitaens<sup>108</sup> e maizofficiaez do 3º dos Hen=  
riques dacidade daBahia; que para bem de sua junta e requerimentos que tem  
perante Sua Magestade que Deozgarde lhe he necessário huma attestaçã jura  
10 da, passada pelo Mestre de Campo do 3º dos Henriques dagoarnição des-  
tapaça de Pernambuco pela qual conste se todos os officiaez de seu 3º prin=  
cipiando pelo cabo deezquadra he os argento mor são todos crioulos  
nacionaes da terra; e se outro sy elle dito Mestre de Campo, nome  
ou desde que entrou a servir no dito emprego apreto mina al-  
15 gum para ocupar postos no dito emprego digo no dito 3º, ese  
nesta capitania he estillo puxar separa official os desta in-  
festa nasção; como-tambem attesta, que forma de insignia  
trazem os capitaens do matto. -

20

*Pede a vossa Excelencia se sirva mandar passar a dita  
attestaçam com toda a individuação e cla  
reza, em modo que faça fé.*

*E receberá Merce*

25

Bras de Britto Souto Mestre de Campo pago de Infantaria do 3º dos  
Henriques de toda esta Capitania de Pernambuco por sua Magestade que Deos  
Guarde et caetera certifico, e attesto que â vinte e cinco annos que commando  
egoverno o sobredito meu 3º que consta de homens prettos de todas as na-  
30 çoens livres, e libertos eno referido [*inint*] não nomeey para official de

<sup>107</sup> Acima, na linha 5, há o carimbo do selo do “ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL”

<sup>108</sup> Entre a palavra “capitaens” e a conjunção “e”, há o carimbo do selo do “ARQUIVO DE MARINHA E ULTRAMAR”





5

de cabo de esquadra para sima<sup>109</sup> a homem algu. que não fosse filho natural da terra, e todos os officiaes de que se compoem o dito 3º são crioulos. E outrosi certifico que os ca[pi]taens<sup>110</sup> do matto ordinariamente trazem hũ pao de madeira sem castão, capaz de dar, e lutar com os escravos fugidos, e amucambados, quando **hes** não he util valer da espada ou arma de fogo, que juntamente trazem consigo. Oreferido passo na verdade pelo juramento dos santos evangelhos, e por me ser pedida a presente a passey por mim assinada em comprimento do despacho retro. Cidade de Olinda de Pernambuco 9 de Mayo de 1755.

Bras de Brito Soutto

O Dr. João Bernardo Gonzaga do Dezembargo da sua Magestade seo [inint] e Auditor geral no Crime e Cível de Pernambuco e Juis das Justificaçoens tudo com alca de pello dito *Senhor que Deus gorde et caetera*; faço saber aoz que a presente Certidão de Justificação virem que amim me constou por fé do escrivão que esta subscreveo ser a letra do signal asima ao pé da certidão retro do Mestre de Campo Bras de Brito Soutto nella contheudo o que hey por justificado e verdadeiro Recife de Pernambuco 12 de Mayo de 1755 E eu [ilegível] ?????? ??? a fis escrever

João Bernardo gonzaga

30

<sup>109</sup> Leitura impossibilitada devido à tinta repassada no fólio

<sup>110</sup> Devido à tinta repassada, parte do vocábulo encontra-se ilegível. Pelo que se pode ler das letras, inferimos ser a palavra "capitaens"

13

Francisco Xavier Correa, Cap.<sup>m</sup> mór do Terço de Henrique Dias da Guarnição desta Praça pago pela Real Fazenda.

Certifico e attesto que sendo me determinado por ordem do Il.<sup>m</sup> Governor Geral aqua guarnição de off.<sup>es</sup> e soldados do meu Terço do qual então era Saiz.<sup>te</sup> major p. as Fortalezas desta Praça, foy sem duvida destacado p. a Fortaleza de S. Paulo o Alferes M.<sup>or</sup> Ser.<sup>te</sup> da Sylva sendo Saiz.<sup>te</sup> do numero da Com.<sup>da</sup> do Cap.<sup>m</sup> Felix de Oliveira em 1.<sup>o</sup> de Abril de 1762 e no d.<sup>o</sup> serv.<sup>o</sup> destacado, esteve até ser mudado, e depois disto dava Com.<sup>da</sup> promptidão o soldado q.<sup>o</sup> he tocava p. ord.<sup>m</sup> destacado, como tambem foy nomeado p. a faxina e fadura da Fortaleza do Amará, assistindo nella o zelo Cuid.<sup>o</sup> promptidão sem interposições alguma, e alem disto isto no posto de Alferes q.<sup>o</sup> exerce tambem assistio a faxina q.<sup>o</sup> se fez na Fortaleza de S. Pedro, e depois disto foy destacado por varias vezes p. a Fortaleza do Rio Vermelho, dando promptam.<sup>te</sup> execucao ás Ordens e delib.<sup>es</sup> do Real Serv.<sup>o</sup>, e outro sem tem feito vezes de Ajud.<sup>ante</sup> Cuid.<sup>o</sup> ass. Santos, e assistindo as exercicios q.<sup>o</sup> se faz de portando se em tudo e portado Com.<sup>da</sup> Cumul.<sup>ta</sup>, p.<sup>o</sup> parte de feridos navens. do juro por obigação do meu posto ass. Santos, e v.<sup>o</sup> q.<sup>o</sup> passy aprez.<sup>o</sup> attestação por me ser pedida do m.<sup>o</sup> por mim assignada. P.<sup>o</sup> e de Sever.<sup>o</sup> de 1767.

Francisco Xavier Correia  
 D.<sup>o</sup> Antonio Gomez Ribeiro

CDTHPP-FXC-BA-CER-1767

*Certidão passada por Francisco Xavier Correia por pedido do Conselho Ultramarino na qual relata as atribuições militares do Alferes Manuel Pereira da Silva do Terço cujo capitão era Félix de Oliveira. Datada de fevereiro de 1767.*

<N. 3>

Francisco Xavier Correa Capitam mór do Terço de Henrique Dias da guarnição desta<sup>111</sup> Praça pago pela Real Fazenda.

5

Certifico e attesto que sendo-me determinado por ordem do Illustrissimo Governo Geral aguarrição de officiaes e soldados do meu Terço do qual então era Sargento major para as Fortalezas desta Praça; foy sem duvida destacado para a Fortaleza de São Paulo o Alferes Manuel Pereira da Sylva sendo sargento do numero da companhia do capitam Felix de Oliveira em 1º de Abril de 1769 e no dito servio e destacamento esteve até ser mudado; e depois disto dava com prontidão os soldados 'que **lhe** tocava para os ditos destacamentos, como tão bem foy nomeado para a faxina, e factura da Fortaleza do Camará, assistindo nella com zelo cuidado e prontidão sem interpolação alguma; e alem de tudo isto no posto de Alferes que exerce, tão bem assistio á faxina que se fez na Fortaleza de São Pedro, e depois disto foy destacado por varias vezes para a Fortaleza do Rio Vermelho, dando prontamente execução ás Ordens e diligencias do Real Serviço; e outro sim tem feito vezes de Ajudante hindo aos Santos, e assistindo aos exercicios que se fazê, portando-se em tudo e portudo com muita humildade; passa o referido naverdade o que juro por obrigação do meu posto aos Santos Evangelhos; que passey a presente attestação por meser pedida só mente por mim assignada. Bahia e de Fevereiro 4. de 1767.

10

15

20

25


30

Francisco Xavier Correia

O Doutor Antonio Gomes Ribeiro Proses

<sup>111</sup> Abaixo da palavra "desta", há o carimbo do selo da "BIBLIOTECA NACIONAL"

<sup>112</sup> Ao lado da sílaba "sol", o carimbo do selo do "ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO"

Ordens ao Comandante do Terço dos Homens  
 pãndos da Companhia do Sul José Rabelo de Vencelator  
 prave por Certidão por breves razões desta, se no tempo, em que  
 foi Capitão Mandante do mesmo Terço Anastácio Cle-  
 mente José a fiançou o fundamento de todos os Soldados da  
 Sua Companhia, e os armou á Sua custa.  de e Novem-  
 bro de 1776.

*[Handwritten flourish]*

Certifico q Anastácio Clemente José Nuncio Sorio no 3º cin-  
 que sou Comandante de Capitão Mandante Nem nelle Ven. Graça al-  
 qua por onde pudesse fazer Armar e munição a fiançou Soldado algu-  
 por qualer de Capitão do 3º do Terço de São Luiz Negro e por  
 Certidão Meu Idido meu 3º a 3 de Julho de 1776 e sobre o tempo  
 que a culpa do tal e munição Menas Comta Armado e munição fardas  
 ou a fiançou Soldado algum a munição fardas de São Luiz  
 munição de meu Idido e Comta Armado e munição fardas de São  
 Luiz do 3º e 3º do Terço de São Luiz Negro e por  
 Nador e Jaym General desta Capitania de Pernambuco porci  
 Esta de minha letra e signal Hei em 7 de Novembro de 1776

*[Handwritten flourish]*

*[Handwritten signature]*

CDTHPP-JRV-PE-CER-1776

*Ordem do Conselho Ultramarino e certidão passada por José Rabelo de Vasconcelos por ordem do Conselho Ultramarino, na qual relata que Anástacio Clemente José nunca serviu em seu Terço nem armou ou afiançou soldados neste. Datada de novembro de 1776.*

5 Ordeno ao Comandante do Terço dos Homens  
pardos da Repartição do Sul Joze Rabelo de Vasconcelos  
passe por certidão por trez vias aope desta, se no tempo, em que  
foi capitam Mandante do mesmo Terço Anastacio Cle-  
mente Jozé afiançou o fardamento detodos os Soldados da  
Sua Companhia, e os armou á sua custa Recife<sup>113</sup> 6 de Novem-  
bro de 1776.


[guarda não identificada]

10  
15 Certefico que Anastacio clemente Jozé nuncaServio no 3º en=  
quesou comandante deCapitam mandante nem nelle Veve Prasa al=  
guã por onde pudese fardar Armar emenos afiansar soldado algũ  
por pasar de Capitam do 3º doMestre deCampoLuis Nogueira para  
Sargento Mor dodito meu 3º a 3 deJulho de 1769 edesdeotempo  
20 queocupa otalemprego menão consta Arimase emenos fardase  
ouafiansase soldado algum acimaafirmo deBaixo doJura  
mento demeu Posto eobservancia do venerando despacho desta por-  
taria doIllustrissimo eExcelentissimo Senhor Jozé Cezar demenezes MeuGover-  
nador Capitam Jeneral destaCapitania dePernambuco pasei  
esta deminha letra esignal Recifeem 7 de Novembro de1776

25  
30 *Recebido*

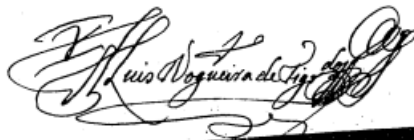
JozéRabellodevasconcelos

<sup>113</sup> Sobre a abreviação da palavra “Recife”, encontra-se do carimbo da “BIBLIOTECA NACIONAL”


 Vendo Asimandante do Terço dos Homens Brancos desta Praça Luiz Nogueira de Figueiredo para por Certidão por tres Vias de si de dita, ser sempre sempre foi Capitão Mandante do mesmo Terço Anastacio Clemente Fico affiançou o Armamento de todos os Soldados da sua Companhia, e os Armou a sua Cuzta. Recife 6 de Novembro de 1776




Certifico em virtude da portaria do Ilmo. Sr. meu Genral Sr. da  
 Letra de Almeida Com. e Ilmo. Sr. Conde de Vila Rica  
 q. teve de sua Mage. Sua Gra. do Sr. Du. de S. Carlos e Cavallaria Com. de Illes  
 q. for o Com. do Terço desta praça do Sr. e contra o fustigado e fustigado  
 mior. Anastacio Clemente Fico q. foi Capitão e fustigado  
 a Luiz Alves Pinto como me Ilmo. Sr. Conde de Vila Rica  
 deu o Armamento de. Sr. Fico q. da o Armamento como de  
 hume ser o Armamento para o Terço do mesmo Sr. e ser hum de q. Armamento  
 mou Soldado Com. Armamento a sua Cuzta e se o Armamento Comprova  
 Eu q. patrono a D. Jeronima Viuva do Sr. Antonio de S. Carlos  
 tam bem naq. fustigado a sua Comp. q. fustigado Eu q. fustigado  
 de S. Carlos e fustigado nada q. fustigado q. fustigado a sua  
 para q. fustigado e fustigado hume de S. Carlos e fustigado q. fustigado  
 fustigado. Para o Armamento na verdade e fustigado q. fustigado  
 fustigado q. fustigado fustigado e fustigado e fustigado q. fustigado  
 pro fustigado N. 7 de S. Carlos de 1776


 Luiz Nogueira de Figueiredo

CDTHPP-LNF-PE-CER-1776

*Ordem do Conselho Ultramarino e certidão passada por Luís Nogueira de Figueiredo por ordem do Conselho Ultramarino, na qual relata que Anastacio Clemente José foi nomeado capitão de seu Terço, e não mandante. Datada de novembro de 1776.*

5 Ordeno ao Comandante do Terço dos Homens<sup>114</sup> Pardos desta Praça Luiz Nogueira de Figueiredo passe por certidão por tres vias ao pé desta, se no tempo em que foi Capitão Mandante do mesmo Terço Anastacio Clemente Joze afiançou o Fardamento de todos Os Soldados da sua Companhia; e os armou<sup>115</sup> a sua custa. Recife 6 de Novembro de 1776

[guarda não identificada]

10 Certifico em vertude da portaria do Illustrissimo Excelentissimo Senhor meu General Joze Sezerra de Menezes em como o Illustrissimo Excelentissimo Senhor Conde V<sup>a</sup> J<sup>[1]</sup> por ordem que teve de Sua Magestade Fidelissima criou os 3<sup>os</sup> Ausolares e Cavallarias hum dellez foy o em que so Comendante desta prassa do Recife e entre os officiais que fez lumiou Anastacio clemente Jose por Capitam e não por mandante e por mandante

15 a Luis Alves Pinto eo mesmo Illustrissimo Excelentissimo Senhor Conde foy o que a todoz deu o Armamento de Sua Magestade Fidelissima cujo ja o entreguey como he costume se nos dar para o servico do mesmo Senhor; e enum denos Armou soldado com Arma a sua custa e so o dito capitam comprou huas patronas a Dona Jeronima viuva do Capitam Antonio Joze Correia

20 tam bem não fardou a sua Companhia sim afiansou huus poucos de soldados e não pagou nada para elles por coanto as letras ainda ficaram em meu poder e disto mesmo ja lhe dey Certidão por elle ma pedir Passa o referido na verdade e por fis nesta certidão por mim feita e assignada eo afirmo pello abito de que

25 professo Recife 7 de Novembro de 1776.

30 Luis Nogueira de Figueiredo<sup>116</sup>

<sup>114</sup> Acima das letras “N” e “S” da palavra “Homens”, há um diacrítico que se assemelha ao acento circunflexo

<sup>115</sup> Abaixo da palavra “armou”, há o selo da “BIBLIOTECA NACIONAL”

<sup>116</sup> Assinatura com laçada





CDTHPP-IGF-PE-CER-1785

*Certidão passada por Ignacio Gomes da Fonseca por ordem do Conselho Ultramarino, no qual relata que Antônio José da Cunha serve em seu Terço há doze anos. Datado de julho de 1785.*

5 Ignacio Gomes da Fonseca  
Mestre de Campo, e Commandante do 3º  
Auxiliar dos homens pardos da Repartição de  
Olinda para o Norte por Sua Magestade Fidelíssima  
que Deus guarde et caetera

10 Certefico, que Antonio Jozé daCun-<sup>117</sup>  
ha, Ajudante do mencionado 3º seacha servindo nomes-  
mo à doze annos, desoldado, Cabo de Esquadra, Porta  
Bandeira; e no dito Posto de Ajudante, sempre com prompti-  
daõ, zelo, e capacidade em todas as operações do Real Serviço  
15 sem nota de auzencia, e sestando-lhe juntamente à honra neces-  
saria a dito Posto, o que tudo o afirmo em fé do Cargo que  
occupo; e por me ser esta pedida amandei passar por mim  
sómente assignada Recife de Pernambuco aos 2 de Ju-  
lho de 1785.

20 Ignacio Gomes da Fonseca

[ilegível + 9 linhas]

25

30

---

<sup>117</sup> Acima, há o carimbo do selo da “BIBLIOTECA NACIONAL”



CDTHPP-LAP-PE-OFI-1770.1

*Ofício passado por Luís Álvares Pinto para o Mestre de Campo Luís Nogueira de Figueiredo no qual relata os maus tratos sofridos pelos homens pretos e pardos por parte do Ouvidor Geral da capitania, que não lhes paga os devidos soldos, além de aplicar severos castigos aos ditos homens pretos e pardos por ser inimigo deles. Datada de abril de 1770.*

[fol. 01]

<Pernambuco><sup>118</sup>

<27 Abril><sup>119</sup>

<1770><sup>120</sup> Para Luiz Nogueira de Figueiredo

5

Infinitamente applaudirei, se esta achar a Vossa<sup>121</sup> *Senhoria* livre da  
quelles sustos, *que* a incostancia do oceano costuma dar, a quem  
e elle se entrega. Mais estimarei chegarse com feliz saude, e *que* as delicias  
dessa corte o não fação esquecer-se dos  
que por *Vossa Senhoria* nesta Aldêa ficam suspirando.

10

Dou parte a  
*Vossa Senhoria* como o seu 3º está de todo enfraquecido; porque  
se tem auzentado infinitos soldados pelas evoluções continuas, em  
*que* seviram anno, e meio sujeitos á tantos castigos, e prizões  
as perrimas, edilatadas; e pela desatenção, com *que* são trata-  
dos não obstante servirem gratuitamente e finalmente por *que*  
sempre se nos estão tirando soldados para a Infantaria paga.

15

O Ouvidor por outra parte nos trata com tanta  
desatenção, *que* além de ser nosso inimigo acerrimo, como *Vossa*  
*Senhoria* o vai nas defferenças com o nosso Capitam Granadeiro; mas por  
ver-nos indesenordeis, tem mandado prender Officiaes de Paten-  
tes por dividas Civeis; não obstante estes darem bens á penho-  
ra, como aconteceu a hũ Capitam do 3º de Rebello.

20

A dito cabo de  
esquadra nosso aconteceu peor; por *que* pedindo por huã petiçam a á côrte  
fizesse, *que* elle não fosse prezo, nem se lhe puzessem na praça  
huãs cazinhas, *que* lhe tinhão ficado depois devender tudo, por su-  
stentar-se em huã doença adquirida no serviço Real em deligencias  
e notificações desoldo fóra, teve por despaxo Excuzada.

25

E sendo penhorado fugiu, e deixou a mulher, e filhos perdi-  
dos, edelle não tenho noticia. Os privilegios de *Sua Magestade*  
são verdadeiros Logo afalta da execução delles he de *Sua Magestade* não  
saber da infelicidade *que* passen os seus fidelissimos Pardos Pa-  
ranambucanos; pois bem sabe, *que* os Pardos, e Pretos (emvisto  
poucos Brancos) e Indios foram os *que* conquistaram este paiz  
do infame dominio dos Belgas, e por isso estes os mais ultra-  
jados dos Bravos, como oexperimentáram os Indios, se

30

35

---

<sup>118</sup> Escrita inclinada

<sup>119</sup> Idem

<sup>120</sup> Idem

<sup>121</sup> Acima, há o carimbo do selo do “ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL”



se elle com a sua Real benevolencia os não amparasse. Nós porém, *que* ainda estamos destituídos deste amparo, padecemos cadaves mais, e mais ultrages; e proseguirão, se *Vossa Senhoria* não representar á *sua Magestade* já *que* foi aiso. Eu busquei todos os modos, e meios *para* evitar sentar-se praça ao nosso soldado Manoel Filippe, *por quem Vossa Senhoria* pediu na Vespera de seu embarque, e não foi possivel deixar de passar *para* Granadeiro da Infantaria depois de 26 dias de prizão.

*Vossa Senhoria*, lھےpeço, representante a *Sua Magestade Fidelissima* *que* se nos não dá cumprimento ao seu Decreto; no qual diz: Que gozem dos mesmos privilegios dos soldados pagos todo o tempo, que estiverem alistados et caetera. Os soldados pagos não passam de hũ Regimento *para* outro, sem *que* se ouça o Capitam e *quando* o qual ofaça tem o Capitam direito de pretender asua regatia no conselho de guerra, e depois ao Rei; e parece, *que* não conserava asua honra aquelle, *que* tendo *aquem* recorra, deixa perder asua regalia. Assim me ensina a *Nossa ordenação* no *capitulo* 206, e 209. Logo não devem passar os nossos soldados sem ser ouvidos os seus *Capitaens* em *minha* pessoa; *por que* eu trabalho nestas couzas com mais ardencia; *por ver que* elles o não podem fazer; *por cuidar* cada hum, como ha de agenciar asua vida.

O nosso soldado não pediu passagem, (ainda *que* o pedisse), como lھے sentam praça em outro corpo sem attenção a seu superior?

Diz mais *Sua Magestade*: Que os que tiverem hũ anno de Serviço nas Fronteiras na fórma do meu Regimento, se poderão excuzar de ir aellas, pedindo-o elles; e em seu lugar se nomearão outros. *Que* o nosso soldado não pediu, sabe-o *Vossa Senhoria* Elle serve ha dous annos e meio *asua Magestade Fidelissima* no novo Terço; como o tiram de nós? E se nos tiram, *qual* foi o outro, *que* elle nos deram, ou pelos *que* se nos tem tirado? *Quando* não dou agente, *que* se me pede, vou prezo?

Aqui se excitam duas questões. Primeira, *que* nós não servimos nas Fronteiras. Segunda, *que Sua Magestade* manda se tirem dos *Auxiliares* os mais capazes *para* a Infantaria, ficando agente inutil *para* auxiliar. Não me persuado de tal decreto. Vamos por partes.

He certo *que* nós não servimos nas Fronteiras do reino; *por que* la não estamos; porém eu estou, *que sua Magestade* não duvidará reputar-nos este serviço *por* aquelle, ainda trabalhando nós sem paga alguã, e agora ofizemos anno, e meio successivo com a mediação sómente de hũs 4 mezes incompletos; *por que* no mesmo Decreto *que* acima aponteí prosegue: Posto *que* deixem de ir ás Fronteiras por não serem necessarios, se lhes terá respeito, como se servissem naguerra.

Veja *Vossa Senhoria* este por não



Por não serem necessarios. E quando não somos? Quando evolueu a Infantaria Paranambucana sem incorporar-se, e incorporar-se com os Auxiliares? Quem rendeu as Infantarias esse anno, e meio, se não os Auxiliares? E quando se não entenda assim, *VossaSenhoria* suplique a *Sua Magestade* a intelligencia deste Capitulo, visto não servir-mos nas Fronteiras. Emfim oque eu pretendo he *que* não só se nos não tirem os nossos soldados para a Infantaria, se não *que* nos restituam os *que* se nos tem tirado; por *que* tão bem somos Infantaria, e não fomos ouvidos, quando se nos tirou.

5  
10  
15  
20  
Que somos Infantaria está provado pelo Decreto: que se nos deve mais respeito, *que* a Infantaria, o mostro agora. Os Heróes, *que* expelliram do paiz Paranambucano aos Belgas foram o primeiro João Fernandez Vieira. 2º Henrique Dias. 3º Dom Antônio Filippe Camarão. Eu dezejara *que* me dicessem, de *que* Infantarias foram Cabos, ou Chefes? Estou certo, *que* de hūs poucos de Pardos, de Indios, ede Pretos. Não duvido, *que* houve Brancos; mas não os bastantes para expulsarem tanto poder. He verdade *que* se achou Andre Vidal de Negreiros, *que* vinha não apelejar; mas aprender a João Fernandez Vieira e como este (aindaque Mestre de Campo de Infantaria na Bahia) era Pardo não traria com sigo muitos Brancos; e posto *que* obrou valorosamente como Paranambucano, todavia podiam estes conquistar sem sua presença.

25  
30  
Pois seos Auxiliares Paranambucanos (*que* eram Pretos, Indios, e Pardos certamente) são o exemplar de todos os Auxiliares do mundo, como hão deser gente inutil? Como me persuadirei, *quesua Magestade* determina, *que* o seja, e ainda Paranambucanos? Com isto respondo á 2ª questão; e mostro á preferencia dos Auxiliares Pardos, Pretos e Indios á mesma Infantaria

35  
40  
Digo agora: como Eu hei de servir ao meo soberano, se elle manda, *que* eu fiscalize gente inutil? Gente inutil he mulher, menino, e velho. E com estes hei eu de pelejar, e auxiliar a Infantaria Paranambucana? E *que* gente dá á Ordenança, se esta he oque se me entrega?

Tenho exposto a *VossaSenhoria* o *que* me pertence como sargento mor, *aquem Vossa Senhoria* se dignou de encarregar o pezo do seu 3º. Agora lhe noticaõ *que* se tem extranhado muito a sua ida a Lixboa por *que* se pretende ser attendido dos Reis, não faz cazo de mulatos. Se não desmente este ultraje, avize-me antes; por *que* eu não quero ver o infame trato, *que* farão aos Pardos, oque não soffrerei, sem perder-me, de *que* Deos me livre, *eguarde a VossaSenhoria* por delatados annos. Recife 27 de Abril de 1770

De *VossaSenhoria*

<sup>122</sup>O mais humilde, e affectuozo soldado

40

Luiz Alvarez Pinto

<sup>122</sup> Ao lado esquerdo, há o carimbo do selo do “ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL”





CDTHPP-LAP-PE-OFI-1770.2

*Ofício passado por Luís Álvares Pinto para o Mestre de Campo Luís Nogueira de Figueiredo, no qual pede para o dito superior relatar à Vossa Majestade pague os soldos que lhe são devidos, pois a situação dos homens pretos e pardos dos Terços de Pernambuco é de calamidade. Datado de maio de 1770.*

[fol. 01]

Senhor Mestre de Campo Luiz Nogueira de Figueiredo.<sup>123</sup>

Paranambuco 27 de maio de 1770

5 Não me dilato em relatar vardades por *que* Eu so <↑a>cu-  
zado referillo; ssem novidades; por *que* he encher papel;  
e algũa, couza, ja dice a *VossaSenhoria* não escrevi antece-  
dentes, *que* por la não saber de monças meficou  
na mão da *Senhora Dona Anna maria Pereira* a quem entreguei  
10 <sup>124</sup>navespera dapartida dos navios; porém ja  
foi tarde. Ella esteve *muito* doente dos olhos; porém  
ja se acha melhorada. Eu *para* morrer de huã sufo-  
cação, *que* tive no peito. Fica *para* morrer Jeronimo  
15 Mendes da mesmamolestia passada. O Gouvim,  
se não morreu, estará *para* isso; por *que* ja estava com  
apoplexia.

Dou-lhe noticia, *que* estão feitos Aju-  
dantes de todos o Terços pagos do Erario; por *que* sai-  
ram daInfanteria. Nos com pouca esperança de  
20 ser-mos pagos; por *que* pela minha Patente se mostra ter  
*SuaMagestade* tomado outra rezoluçaõ; pois depois de man-  
dar se nos pagasse, diz: Haverá o soldo, que va compe-  
tir, e eu determinar. He certo, *que* *Sua Magestade* sabia o *que* ti-  
nha mandado, e como diz isso, ja está com a mesma  
25 intensão. Euja agora só quero, *que* *VossaSenhoria* peça, *que* *Sua Magestade*  
me mande dar o *que* eu gastei em seu serviço; *que* eu quero  
dar baixa, ebuscar a minha vida; pois não posso viver,  
sem comer, beber, vestir, calçar, e dar de comer a minha  
30 família, *que* ja não vai aMissa, *por* não ter, conquê  
sair

<sup>123</sup> Há dificuldade média de leitura deste documento devido à tinta repassada na maior parte do fôlio

<sup>124</sup> Na lateral esquerda, há o carimbo do selo do “ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL”

Jair à Tu, gajo do Mano ja d' Mano Hara, por cativa  
do Mano Mano do Madi, of de da a la escuro, f' cu  
bebu, tomar, d'aku, e caler, e a b'atencia d'ay, mas t'cu,  
nao tenha adquirido proceja, por d'vino no Mano t'cu como  
laira, amor, e f' d' d' d' d' e mais de modo t'cu d'ito, e  
com tudo d' d' d' e t'cu g'vino g'vino, f' d' d' g'vino  
metido no g'vino, de Mano l'ga me d' d' d' d' d' d'  
de modo g'vino, e g'vino, e it' d' d' d' d' d'  
metido em d' d' d' d' d' d' g'vino, e g'vino  
de da e d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d'  
d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d'  
dit, Sem de experimental.

Determina d' d' d' d' d' d' d' d' d' d'

Abade, como f' d' d' g'vino, f' d' d' d' d' d' d' d'  
com d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d'

Pray lat. d' d' d'

D. P. ja faz mostra geral  
da d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d'  
d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d'  
d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d'  
d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d'  
d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d'  
d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d'  
d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d'  
d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d'  
d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d' d'

sair á rua; pois ao menos ja *que* não por Vassallo, por cativo  
ao menos mereço se medê, o *que* se dá a hũ escravo, *que* he  
beber, comer, vestir, e calçar, e asistencia das notes frias, *que*  
5 não tenho adquirido poucas por servir ao meu Rei com  
honra, amor, efidelidade; e não se me dá nada disto, e  
com tudo sirvo, e tão pouco gostozo, *que* só por servir  
melhor as pensões do meu cargo me rezolveria á pezar  
de minha pobreza, e impossibilidade a ir aprender Geo-  
10 metria em Olinda [ilegível] pagando canôa pa-  
ra ir e vir. E pois *Sua Magestade* não attenderá ao-  
menos aeste desvello? Não me hei de persua-  
dir, sem experimentar.

Determine *Vossa Senhoria* da minha  
vontade, como for seu gosto, *que* eu hei de mostrar, *que*  
15 com todo respeito su

*De Vossa Senhoria*

Omais Leal soldado

20 O *Senhor General* faz mostra geral  
a todos os Terços, e eu fazendo re  
vista ao de *Vossa Senhoria* achei-me com  
sincoenta, e quatro homens; por *que* a  
hũs se tem dado baixa, aoutros sen-  
25 tado Praça na Infanteria, eoutros  
tem morrido, e a nada disto se provê.  
Dizem-me, *que* esta mostra geral será Luiz Alvarez Pinto  
para fazer soldados, ea ser assim aca-  
bados estão os Auxiliares de Pernambuco  
30 *que* sempre foram exemplo, espelho dos *Auxiliares*  
do Brazil.

M. de Campos Luis Rogi. de S. J.  
Paran. 27 de Mayo 1777



Suplico, V. S., no me quise dar origen  
y acompañarlo, como fué baltamos  
de vol. acopié de V. S. manifestar lo quanto  
sou seu amantissimo, para conmin. sempre  
e conserva sua indelével saud. com a falta  
da a frequencia de V. S. Por casualidad  
me achou em casa de hum principal de sua terra,  
e falando se em V. S. ouve q. se fosse fora de sua  
Corte formand. do abito Compayen, ou contra  
q. este dava contra o Sr. de Campos, e q.  
Dyotife estava o General m. picado de hum. pro-  
cedim. com q. sempre fui devido, e V. S. nao ex-  
cusa de se considerar. por um Comtudo, como este  
me lembra V. S. q. ha se peca em neste particular  
Quene ha Corte hoje de V. S. saud. m.  
a seu dez. ablaudirey m. grande am. e gent.  
degeria a sua obed. e q. D. J. M. an.

Seu  
mais humilde  
Sr. de Campos

CDTHPP-ACP-PE-OFI-1770

*Ofício passado por Antônio da Costa Pereira para o Mestre de Campo Luís Nogueira de Figueiredo, no qual conta ter ouvido em casa de um principal da terra que o dito Mestre de Campo havia ido à corte tentar à favor dos Terços e contra os seus superiores. Datado de maio de 1770.*

Senhor Mestre de Campo Luis Nogueira de Figueiredo.  
Paranbuco 27 de Maio de 1770




5           Supôsto, *VossaSenhoria*, não me quizesse dar o rigozijo<sup>125</sup>  
de acompanharllo; com tudo, como subalterno umil-  
de vou aos pés de *VossaSenhoria* manifestarlhe o quanto  
sou seu amantissimo; pois emmim sempre  
se conserva huã indelevel *saudade* com afalta  
10          da assistenciade *VossaSenhoria* Por cazoalidade  
me achei emcaza de hum principal desta terra,  
efalandose em *VossaSenhoria*; ouve *quem* dissesce fora a essa  
corte pormandamento dosolto com papeis, oucontta;  
15          *que* este dava contra o Povo, ea favor da *acompanhia*; e *que*  
porisso estava o General muito picado de *semelhante* pro-  
cedimento; com *que* sempre pús duvido, e *VossaSenhoria* não ca-  
hiria nessacensura; porem comtudo, como os ho-  
mens érrão *VossaSenhoria* saiba-se precaver nesse particular.  
20                 Que nessacorte logre *VossaSenhoria* saude igual  
ao seu dezejo aplaudirey muito ficando a *minha* vontade  
sugeita asua obediência *que Deos Goarde* muitos annos  
                              De *VossaSenhoria*  
                              o mais umilde e Reverente Servo  
                              Antonio da Costa Pereira  
25

30

<sup>125</sup> Acima, há o carimbo do selo do “ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL”

22-9-

M<sup>te</sup> Ex<sup>ma</sup> Sr.

Agradeço em mim bade ser sempre indelével para com V. Ex.<sup>a</sup> Não  
 opoio meitar senão nestes frequens longes do terrissimo affeto com q.  
 a V. Ex.<sup>a</sup> por sua buma memoria e caridade: com Má. Felicidade as  
 mais felizes novas da boa saúde de V. Ex.<sup>a</sup> maiores Felicidades de que  
 se faz digno o Espulavel caracter de V. Ex.<sup>a</sup>

Nam não dispensar-me de roticular a  
 V. Ex.<sup>a</sup> o progresso da minha viagem. Não gastei quarenta e hum  
 dias, sem aquelles juizos que consiliai as inmutancias do mar. E  
 quey a Pernambuco em sexta feira vinte e seis de Agosto decorrente an-  
 no, e saíey em terra, com aquelle universal aplauso, que não esperava  
 ou por myulgar indigno de tanto amor, ou por meparecer que não abia  
 zia os animos taõ propensos a minha felicidade. Tudo se deve a  
 V. Ex.<sup>a</sup> que me exaltará, sem aquella vaidade de poder ao depois cair.

Na mesma tarde em q. desembarquei  
 dirigi suplicas sem muita demora para a parte aporme na presença do  
 Ex.<sup>mo</sup> Sr. Manoel da Cunha, que me recebeu com alegre semblante  
 muito atbeyo daquella pátria com que se servio de mediar baroa, por que  
 fui noticiado que estava com alta animo que se soube que eu era rebgado a  
 este país. Mas não obstante emmois vni me utilijiar, se serviu de  
 mandar que se medisse alta, por buma Secretaria uyo-teser em a seguinte

O Vedor geral, mandará supprimir abaixo cada a Juiz

*Ofício passado por Luís Nogueira de Figueiredo para Vossa Excelência, no qual relata a sua chegada à capitania de Pernambuco após viagem para a Corte, assim como a sua visita ao governador da dita capitania, Manoel da Cunha e Meneses, e a recepção do Bispo. Datada de setembro de 1774.*

[fol. 01]

<22-9-><sup>126</sup>

Illustrissimo Excelentissimo Senhor

5

Eu<sup>127</sup> heidemostrar<sup>128</sup> aVossaExcelencia<sup>129</sup> que  
 10 a gratidão em mim ha de ser sempre indelevel para comVossa Excelencia. Naõ  
 o posso mostrar senaõ nestes pequenos longes do ternissimo affecto com que  
 aVossa Excelencia profeço huma memoravel escravidão: com ella solicito as  
 mais felises novas daboasaude deVossa Excelencia; e maiores felecidades deque  
 15 sefaz digno o Respeitavel caracter deVossa Excelencia

Nam<sup>130</sup> posso dispensar-me denoticiar a  
 Vossa Excelencia os progressos daminhaviagem; Nella gastey quarenta ehum  
 dias, sem aquelles sustos que consiliaõ as inconstancias do mar. che  
 guey aPernambuco em sexta feira vinte eseis deAgosto do corrente an-  
 20 no, e saltey emterra, com aquelle universal aplauzo, que não esperava,  
 ou por mejulgar indigno detanto amor, ou por meparecer, que naõ acha  
 ria os animos tão propensos aminha felicidade. Tudo se deve a  
 Vossa Excelencia, que me exaltaraõ, sem aquella vaidade depoder ao depois cair.

Namesmatarde em que dezembarquiei  
 25 dirigi ospassos sem muita demora para acorte aporme naprezença do  
 Excelentissimo Senhor Manoel da Cunha, que me recebeo com alegre semblante  
 muito alheio daquella paixãõ com que seservio demedar baixa, porque  
 fui noticiado que estava com alta assim que sesoubes que eu era chegado a  
 este paiz. Mas naõ obtante, omesmo Senhor mo certificar, seservice de  
 30 mandar que seme desse alta, por huma Portaria, cujo teor era oseguinte  
 Ovedor geral, mandará supprimir abaxa dada a Luiz

---

<sup>126</sup> Escrita inclinada

<sup>127</sup> Maiúscula interessante

<sup>128</sup> Acima, há o carimbo do selo do “ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL” duas vezes

<sup>129</sup> Acima, há o carimbo do selo da “BIBLIOTECA NACIONAL SEÇÃO ULTRAMARINA”

<sup>130</sup> Maiúscula interassante

*Miguel de Almeida*  
 que nuncia mais vicia, e darão alta, por quanto a transgressão de L.ª  
 que demora sobre, foi por immediata vinda de S. Mag. Fideli-  
 ma, por me constar por carta que tive de S. Mag. de S.º de S.º com  
 a Rubrica. S.º de S.º

Proigo anunciar a V. Ex. aile-  
 gados, dos S.ºs Ex.ºs S.ºs Príncipes Eclesiásticos, e Civis, q.  
 sendo vistos no dia vinte e oito de Agosto; foram por em fundo em tranqui-  
 lidade no dia de dito do mesmo dia, aos trinta as mesmas horas de manhã.  
 Amaya ora para huma tarde, parará em cada vintinha pela  
 frente de certos Batalhões, que se acharão prontos, sobre as Armas  
 para esse effeito, com todo alvitre, e mayor gesto. - A quarta de  
 de Agosto tomou posse o Sr. General em Olinda, em a mesma tarde dada  
 apose, se embarcou o Sr. General Conde para a Bahia.

No Domingo seguinte quates  
 de dezembro, tomou posse o Sr. Bispo, com toda a magnificencia Militar.  
 Na quinta de dezembro, dia da celebração da festa da Senhora  
 do da S.ª Virgem, mandou o Sr. Sargento Major, que fosse cantado  
 Se Deus Laudamus a deus coros, pelas melhores de S. Mag. Fideli-  
 ma, e que se fez com toda a exaustão e grandura, e obediencia, assistendo neste  
 acto os S.ºs Ex.ºs Príncipes Temporal, e Espiritual: e que tal bem  
 fizesse na Domingo seguinte onze do mesmo M.º, quando se dignou



5

10 Nogueira Mestre de campo do 3<sup>o</sup> desta Praça et[.]ncalla p[ilegível]<sup>131</sup>  
 que nunca mais selea, e darlhe alta por quanto a transgressão de *Licenca*  
 que demim obtive, foi por immediata vontade de *Sua Magestade Fidelissi*  
 ma, por me constar por carta que tive de 15 de Julho de 1774 // com  
 a rubrica de *Sua Excelencia*.

15 Prosigo a noticiar a *Vossa Excelencia* a che-  
 gadas dos *Illustrissimos e Excelentissimos Senhores Principes Ecelez[i]astico, e Secullar,*  
*que*  
 sendo vistos no dia vinte e oito de Agosto; deraõ porem fundo em Franquia  
 em vinte e nove do dito ao meyo dia, aos trinta as mesmas horas de desembar-  
 20 caraõ. A meya ora para huma datarde, passaraõ em cadeirinhas pela  
 frente de nossos Batalhoens, que se acharaõ promptos, esobre as Armas  
 para esse effeito, com todo alustre, e mayor gosto. A quarta feira trinta e hũ  
 de Agosto tomou posse o *Senhor General* em Olinda, e na mesma tarde dada  
 aposse, se embarcou o *Senhor General* e endido para a Bahia.

No Domingo seguinte quatro  
 de Setembro, tomou posse o *Senhor Bispo*, com toda a magnificencia Militar.

25 Na quinta feira oito de Setembro, dia da seledridade da festa da *Sollida*  
 de da *Santissima* Virgem, mandey ao meo Sargento Mór, que fizesse cantar hũ  
 Te Deum Laudamus a dous coros, pelas melhoras de *Sua Magestade Fidelissi*-  
 ma, o que fez com toda a exaição e grandeza, e obediencia, assistindo a este  
 30 acto os *Illustrissimos e Excelentissimos Principes Temporal, e Espiritual*: o que taõ bem  
 fizeraõ na Dominga seguinte onze do mesmo *Setembro*; quando se dignou

---

<sup>131</sup> Há tinta repassada na extensão da primeira linha deste fólio



*Ex. Mo. Am. Sr. Bispo* Baptizar o sino de que me fez graça  
 o Almo Alce, e Serenissimo Sni' Infante Dom Pedro, mes Sni'. Nou  
 mesmo dia, depois de baptizado o sino, foi que se cantasse outro Terce  
 um pela vida e saúde do Almo Ex. Mo. Sr. Clemente Rey e que Deus  
 Sni' nos quira conservar para Alumno do Real Varalho do Nosso  
 soberano.

*Tenho dado a V. Ex. hũa breve e*  
*diminuta Relação da minha viagem, e projectos. V. Ex. se digna de*  
*esquecer-se de arrojô com que levei occupar o tempo de V. Ex. com*  
*estes meus importunos projectos. Fico legando a V. Ex. por propo*  
*seguite a V. Ex. dilatados annos, para que em V. Ex. se faça em*  
*min interminaveis. e tales favores. Eu sou com o mayor respeito*

*De V. Ex.*

*Mais humilde, e Reverente*

*Pernambuco 22 de*  
*76.º 1776*

*Aluis Nogueira de G.º*

5

10

15

oExcelentissimo eReverendissimo<sup>132</sup>Senhor. Bispo Baptizar o sino de que me fez<sup>133</sup> graça o Muito Alto, e Serenissimo Senhor Infante Dom Pedro, meo senhor. Nesce mesmo dia, depois de Baptizado osino, fiz que se cantasse outro Te Deum, pela vida e saude do Illustrissimo eExcelentissimo Senhor Renente Rey, e que Deus senhor nos queira conservar para columna dos Leaes Vassallos do Nosso Soberano.

20

Tenho dado a Vossa Excelencia hũa breve e diminuta relação da minha viagem, e projectos. Vossa Excelencia se digne de esquecerse do arrojio com que receei ocupar o precioso tempo de Vossa Excelencia com estes meus importunos projectos. Fico Rogando a DEOS propore felicite a Vossa Excelencia dilatados annos, para que em Vossa Excelencia se faça em mim interminaveis os seus favores. Eusou com o mayor respeito

25

De Vossa Excelencia

OMais humilde, e Reverente<sup>134</sup>

30

Pernambuco 22 de Setembro de 1774

Luis Nogueira de Figueiredo

<sup>132</sup> Acima, na linha 5, há o carimbo do selo do “ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL”

<sup>133</sup> Acima, há o carimbo do selo da “BIBLIOTECA NACIONAL SEÇÃO ULTRAMARINA”

<sup>134</sup> A palavra termina com uma laçada

Parrambucos 22 de Setembro 1777  
De Srta. Nogueira de Albuquerque

[fol. 04]

Pernambuco Em 22 de Setembro de 1774  
De Luiz Nogueira de Figueiredo

5



CDTHPP-LNF-PE-OFI-1775

*Ofício passado por Luís Nogueira de Figueiredo para Sua Majestade, no qual relata a tentativa de impedi-lo de ir à festa do Santíssimo Sacramento por ser homem pardo. Apresenta, também, um mapa do Terço dos Homens Pardos da praça do Recife em 1774. Datado de junho de 1775.*

[fol. 01]

<18-6-1775><sup>135</sup>

Illustrissimo Excelentissimo Senhor

5 Com A malhor omildade do<sup>136</sup> mais obediente criado vo por estaz  
aos pez de *Vossa Excelenca* y por *oque* me ha acontecido hoye *senhor* pois  
a pena e o cauzo menão da mais espera  
Nesta minha venya sefas *senhor* a festa do Santissimo Sacra  
mento e esta emtruduzido o hirem os cavalleiros, estes são covi  
10 dados; Domingo da Mota e o *Padre Nicolao Irmão* de Joze vas sal  
gado e o Mestre de campo Anrique Martiis e seu *Irmão* Clerigo  
todos coatro cavallejros estes se a juntaraõ sendo cabessa  
Domingo da Mota eo dito *Padre Nicellao* cabessa *para que* eu não  
fosse ao auto por pardo como se *vossa Excelenca* menaõ conhesera  
15 Vendo eu hido aos autos mais publico da Corte aonde me on  
raraõ *Vossaz Excelencaz* e me armaraõ *vossaz Excelencaz* Cavalleiro pois *senhor*  
Sua *Magestade Fidelissima* se serve com homes enaõ com asidentes *que* estes *que*  
*Deos* mefes *merecer* estou *muito* satisfeito eem *que* cuido he servido a *Deos*  
*senhor* do seo mostrando *que* so christaõ, e ao *Deos* da terra *que* he ono  
20 so *muito* alto soberano *que* so seu vasallo eyzecutando tudo  
coando me mandar o meu General, e sendo *muito* obediente aos se  
us ministro  
Eu *senhor* estou em juriado nesta terra tratado nessa Corte  
por sua *Magestade Fidelissima* e por *vossaz Excelencaz* e armado Cavalleiro por *vossaz*  
25 *Excelencaz*  
e nesta minha terra abatido e corido por coatro cavalleiros com  
preyunsão de soberba outrayando *aquem vossaz Excelencaz* e sua *Magestade Fidelissima*  
tanto onraraõ, do meu presedimento esta *vossa Excelenca* em formado  
e o como me emprego no Real *Servico* basta *senhor que* desne *que* cheg  
uey aesta terra estamos com as armas nas maus sem nem hum  
30 ora faltar com os meus suditos esta Injuria *senhor* he noto  
ria e eu ja *muito* tinha posto na prezencia de *vossa Excelenca que* de  
todo heramos desprezados detodas as comfrarias ainda  
das mesmas ordem Terceiras e *vossa Excelenca* me dise dava providen  
cia a tudo agora vera *vossa Excelenca que* são tam soberbos *que* gue  
35 rem abater *aquem sua Magestade* onra e *vossaz Excelencaz* ao *que* rogo

<sup>135</sup> Anotação posterior feita a lápis.

<sup>136</sup> Acima, há o carimbo do selo do “ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL” e, ao lado deste, o carimbo do selo da “BIBLIOTECA NACIONAL”

Logo me fazei Pytubia, com grande injuria feita a mim  
 onrado de V. Mage. e a mimuy de mimmo a si deute e servimo ao  
 meho soberano por mi yta terra tem may Soberby e  
 foy de com a padey e por by como Senay foramy foy de  
 D. e da Hallay de S. M.

Me foy pedindo a D. pella vida e saude de V. Mage.  
 Sempre na boa tempo de S. Mage. e a camyars da Co. p. as  
 da e prata prinis pal m. de S. Mage. e a camyars ondo em ta  
 de foy de pedindo p. S. Mage. e a camyars foy de taon gran  
 de injuria may estou corte emy tendo a V. Mage. e a  
 Corte eu mi nyta terra mostrando q. So.

An. de Bern. 18 de Junho de 1775

B. Jov.

Comy ondo em abento

Manuel Aguiar de S. M.



5

Rogo me faça Nestut[?]r tam Grande injura feita amim  
onrado *por vossaz Excelenca* e oas (sic) meus do mesmo asidente *que* servimo ao  
nosso soberano pois *senhor* esta terra tem mais soberbos *que* o  
mildes com os pardos e pretos como senaõ fomos filhos de  
Deose vassallos de *sua Magestade*

10

*Senhor* Fico pedindo a *Deos* pella vida e saude de *vossa Excelenca*  
sempre na boa *companhia* de *Sua Magestade Fidelissima* eamparo da cor par  
da e preta principalmente de hum *que vossa Excelenca* tam onro em lhe  
*que* foy seu padrinho para hoye o quereremo fazer tam gran  
de Inyuria mais estou certo em *que* tenho a *vossa Excelenca* nessa  
Corte eu *Senhor* nesta terra mostrando *que* so

15

Recife de Pernambuco 18 de Junho de 1775      Devossa Excelenca  
O mais omilde em atento<sup>137</sup>

20

25

30

Luis Nogueira de Figueiredo<sup>138</sup>

---

<sup>137</sup> A palavra termina com uma laçada

<sup>138</sup> A assinatura termina com uma laçada



*Mapa do 3.º Auxiliar N.º For do 50  
mons Pardos desta Praça do Recife de que se Mestre de Camps Luiz Nogueira  
de Siqueiros em 2.ª de Br. 1774*

<i>Companhia</i>	<i>Companhia</i>										<i>Soldados de Br.</i>				<i>Altares</i>										
	<i>Comandante</i>	<i>Alf.º</i>	<i>Sarg.º</i>	<i>Cabo</i>	<i>Sambor</i>	<i>Sarg.º</i>	<i>Cabo</i>	<i>Sambor</i>	<i>Sarg.º</i>	<i>Cabo</i>	<i>Sambor</i>	<i>Alf.º</i>	<i>Sarg.º</i>	<i>Cabo</i>	<i>Sambor</i>	<i>Alf.º</i>	<i>Sarg.º</i>	<i>Cabo</i>	<i>Sambor</i>						
<i>Companhia de Comandante</i>	1	0	3	0	2	0	4	0	3	0	0	2	5	4	2	2	22	5	28	0	6	14	3	8	2
<i>Plana</i>	0	3	3	0	3	3	3	1	0	3	0	0	36	3	2	0	26	5	24	0	0	0	0	0	0
<i>Luiz Nogueira de Siqueiros</i>	3	0	3	0	2	0	4	0	3	0	0	0	6	13	0	0	26	6	24	3	6	12	0	0	3
<i>José de Sousa Alves</i>	0	3	3	0	2	0	4	0	0	0	0	0	3	12	0	0	28	5	28	0	6	12	0	0	3
<i>João de Sá</i>	3	0	3	0	2	0	3	3	3	0	0	0	5	8	4	0	26	5	25	0	8	0	0	0	0
<i>Antônio José Lopes de Sá</i>	3	0	3	0	2	0	4	0	3	0	0	0	3	7	3	0	23	5	23	3	16	3	0	0	0
<i>Companhia de S.º</i>	0	3	3	0	2	0	4	0	0	3	0	0	5	7	0	0	24	5	26	3	6	5	3	7	4
<i>Luiz Nogueira de Siqueiros</i>	3	0	3	0	2	0	4	0	3	0	0	0	7	13	0	0	29	5	25	0	0	0	0	0	0
<i>Luiz Nogueira de Siqueiros</i>	3	0	3	0	2	0	3	3	3	0	0	0	6	13	0	0	24	5	26	2	4	24	4	0	8
<i>João de Sá</i>	3	0	3	0	2	0	4	0	3	0	0	0	6	7	3	0	23	5	27	0	3	12	2	5	2
<b>Total</b>	7	3	10	0	19	3	37	3	4	6	0	2	57	83	12	3	242	50	208	5	33	110	14	24	16
<i>Aggregados</i>	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

*Luiz Nogueira de Siqueiros*

<sup>139</sup>Mappa do 3° Auxiliar de *Villa Flor* dos ho  
mens Pardos desta Praça do Recife de que he Mestre de Campo Luiz Nogueyra  
de Figueredo em 2<sup>da</sup> de *Outubro* de 1774<sup>140</sup>

Primeyra plana	Comandante	Major	Ajudante	Companhia	Furriel	Tambor Mor	Capitães		Alferes		Sargentos		Cabos		Tambores		Pifanos		Soldados do Esta do effectivo				Alterações								
							Promptos	Faltam	Promptos	Faltam	Promptos	Faltam	Promptos	Faltam	Promptos	Faltam	Promptos	Faltam	Fardados	Por fardar	Doentes	Prezos	Total	Para o Est.companhia	Faltam	Dregradados	Passados	Auzentes	Incapazes	Baixa	Mortos
<b>Companhias de Comandante</b>							1	0	1	0	2	0	4	0	1	0	0	2	5	4	2	2	22	50	28	0	6	4	3	8	2
Granadeiros .							0	1	1	0	1	1	3	1	0	1	0	0	16	3	2	0	26	50	24	0	0	0	0	0	0
Luiz Nunes da Silva .							1	0	1	0	2	0	4	0	1	0	0	0	6	11	0	0	26	50	24	1	6	12	0	0	3
Felis de Souza Alves .							0	4	1	0	2	0	4	0	0	0	0	0	3	12	0	0	22	50	28	0	6	42	0	1	0
Gabriel Alvarez Soares.							1	0	1	0	2	0	3	1	1	0	0	0	5	8	4	0	25	50	25	0	0	8	0	0	0
Antonio Joze Lopes Neto São Jago							1	0	1	0	2	0	4	0	0	1	0	0	3	7	3	0	21	50	23	1	0	16	1	0	0
Cosme Garcia dos Santos							0	1	1	0	2	0	4	0	0	1	0	0	40	7	0	0	24	50	26	1	6	5	3	7	4
Antonio Nogueyra de Figueredo							1	0	1	0	2	0	4	0	0	1	0	0	7	13	0	1	29	50	21	0	0	0	4	0	0
Caetano Xavier de Almeйда							1	0	1	0	2	0	3	1	0	1	0	0	6	11	0	0	24	50	26	2	4	24	4	0	5
Joam Correa Amado							1	0	1	0	2	0	4	0	1	0	0	0	6	7	1	0	23	50	27	0	5	42	2	5	2
<b>Total</b>							7	3	10	0	19	1	37	3	4	6	0	2	57	83	12	3	242	50 0	258	5	33	140	14	21	16
<b>Aggregados</b>							2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Luiz Nogueira de Figueiredo

<sup>139</sup> Acima do mapa, na lateral direita, há os carimbos dos selos, respectivamente, do “ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL” e da “BIBLIOTECA NACIONAL”

<sup>140</sup> Optamos por, neste mapa, não desenvolver as abreviaturas dos nomes próprios para evitar erros de identificação, à exceção do *scriptor*



CDTHPP-LNF-PE-OFI-1776

*Ofício passado por Luís Nogueira de Figueiredo para o Marquês de Pombal, no qual relata não ter conseguido embarcar para o Rio de Janeiro e ter mandado celebrar missa de ação de graças pela vida do Marquês de Pombal e de outros ministros. Datado de julho de 1776.*

<10-7-776><sup>141</sup>      *Illustrissimo Excelentissimo Senhor*

5  
10  
Com A mayor omilde eobediencia de criado vo aos<sup>142</sup> Inlustrisimos  
pes de *Vossa Illustrissima* por estas certificar a *Vossa Excelenca* o coanto estimo em *que Deus Senhor*  
nosso comserva a melhor saude pellas noticias *que* me vem desa corte  
o mez *Senhor* dos Altos seus **lhe** com seda por dilatados annos de vida sem  
pre com omayor Agrado, Amor do Nosso Sobera Rey e *Senhor* da Terra

15  
20  
*Senhor* em *Setembro de*1775 ja estive embarcado com omeu 3º eoutro  
de Arique para hirmos para o Rio de Janeiro Alegri com *que* eu hia dira omeu  
General etodo este povo pois amim mesmo e dava eu os parabais por se  
me achar capais para essa jnpresa, foy desgrasa minha não se  
guir mas viagem por *que* onaõ sey e eramos dois mestre de campos emil  
e coatro centos homes, sete centos pardos, eoutros tantos pretoz  
eos meus *filhos* e criados de *Vossa Excelenca* logo se foraõ ofertar ao meu General  
de *que* elle *Senhor* Respondeo *que* bem paresiaõ ser filhos de semiante Pay

25  
30  
*Vossa Excelenca* perdo esses tres papeis *que* Remetoequefoy de huã a çam *que* fiz  
eyzicutar em acaõ degrasa pella presioza vida do *Illustrissimo Excelentissimo*  
*Senhor* Marquez de Pombal, unto com *Vossa Excelenca Illustrissimos* e *Excelentissimos*  
Menistros de estado de*Sua Magestade Fidelissima que Deus Senhor* nosso *guarde por muitos annos*  
para Gloria amparo de todo oseu povo ou vassallos por cauza de  
molestia não vay outro sermaõ pois sefes dia emeyo o*que* Reme  
terey mas atras

Eu fico Rogando a *Deus* pella a vida de *Vossa Excelenca que* como afiado  
obediete aquem *Vossa Excelenca* fes honra de o fazer cavalley equé tanto oestimo  
sempre Rogarey ao mesmo et *caetera et caetera et caetera*

Pernambuco 10 de Julho de1776      *Devossa Excelenca Senhor*  
o Criado mais Atento e omilde Servo<sup>143</sup>

Luis Nogueira de Figueiredo<sup>144</sup>

<sup>141</sup> Anotação posterior feita a lápis

<sup>142</sup> Acima, há o carimbo da “BIBLIOTECA NACIONAL”

<sup>143</sup> A palavra termina com uma laçada

<sup>144</sup> A assinatura termina com uma laçada

24 de Fev. de 1799.

Ilmo Sr. meo Senhor.



Cheguei nesta terra com Cecenta dias de  
 Viagem e com meus Compañheiros fizemos a fei-  
 ção de navegar para o Rio de Janeiro e fomos  
 Recomendado por Sr. Ex. do Almirante Sr. João  
 de Antunes da Silva Com. de Real Fragata S. Ant-  
 ônio: e Poliferno, depois de muita espera que foi a 2 de  
 Dezembro, no dia seguinte Logo nos apresentamos ao Cap-  
 itão Gn. al. cas. D. João de S. João quando aberra com  
 muita fôrça Chamado de por falta de quantidades  
 de Dízios Vão passando, os Soldados dizo que os pobres  
 mortos a fome, e supp. por Ser de 2 mil de em deste  
 neste respeito nada mais Diz, Sr. Sim bem Comfido  
 na Real Palestra do Principe Meo Senhor, em 2 de Fev.  
 entrou em Fev. deste presente anno a requerer ao Sr. Gn.  
 os Srs. Sold. atrasados, e que se não verificando, e quanto  
 o Porto de S. João que Vagou por falta de al. Antonio  
 Manuel Com. Graças por ter o supp. a felicidade  
 de tudo Representar ao Sr. Alca. Real, e Sr. Ex. de na  
 Ora do Sr. Supp. do Gn. al. tem tudo Ordem agora nã se men-  
 te Vou com esta ao Benigno e Declaro os meus Sr. de Sr. e  
 Sr. pedindo e Rogando pelo Divino Almor de Deus  
 attendendo a minha pobreza, e nao ter Com que suppr  
 a Breve Obrigação que tem o supp. de Mother e Sr. Hoj

*Ofício passado por Manuel Mendes dos Prazeres para sua majestade, no qual relata estarem os soldados dos Terços passando fome porque seus soldos não têm sido pagos. Datado de fevereiro de 1793.*

[fol. 01]

24 de Fevereiro de 1793

Illustrissimo e Excelentissimo Senhor.

5

Cheguei a esta terra com<sup>145</sup> cecenta dias de-  
 viaje, [inint]<sup>146</sup> eos meos companheiros tivemos afelici-  
 10 dade naboa pasaje que *sua Mejestade* nofes a *merce* e *Esmola*  
 e *Recomendado* por *Vossa Excelencia* toda ahonrra nos fes Jo-  
 ze Antonio da Silva *Comandante* da Real *Fragata Santo Anto-*  
 nio o *Polofemeo*, despoz da dita xegada que foi a 9 de-  
 15 *Dezembro* no dia seguinte logo nos apresentemos ao cap-  
*pitam General*, eaos nossos *Rijimentos* e axando aterra em-  
 huã taõ forte clamidade por falta de mantimentoz,  
 oz *Ricoz* Vão pasando, os soldados dizertoz, eos pobres  
 mortos afome, o*supplicante* por ser da cor *Vmilde*, emodesto  
 aeste respeito nada mais Diz, so-sim bem comfiado  
 20 na Real *Palavra* do *Principe* meo senhor, e nade *Vossa Excelencia*  
 emtrou em *Fevereiro* deste presente anno a requerer ao seo *General*  
 os seos soldos atrazados, eos que se vão vencendo, ejuntamente  
 o *Posto* de *sargento* mor que vagou por *falicimento* de Antonio  
 Manuel [inint] *Gracss* pois teve o*supplicante* afelicidade  
 25 de tudo representar a*Sua Alteza* Real, e a*Vossa Excelencia* de na-  
 da diz o*supplicando* *General* tem tido *Ordem*, agora nova-men-  
 te vou com esta aoz *Benignos* e *Peclarissimos* *Pez* de *Vossa E-*  
*xcelencia* pedindo e *Rogando* pello *Divino* amor de *Deos*  
 atendendo a minha pobreza, e não ter com-que supra  
 30 a crecida obrigação que tem o*supplicante* de molher e *Filhoz*

<sup>145</sup> Acima, na linha cinco, há o carimbo do selo da “BIBLIOTECA NACIONAL SEÇÃO ULTRAMARINA”

<sup>146</sup> Há tinta repassada na extensão do fólho, o que comprometeu a sua leitura

A Vossa Magestade e Junta de Guerra em que se tem o  
 Supp. impregado no Real Serviço de S. Magestade para tu-  
 do bem da Real e de V. Magestade. Se acha previsto na Ordena-  
 ção proreza de V. Ex.<sup>a</sup> e como o Supp. nesta Corte já su-  
 a felicidade, V. Ex.<sup>a</sup> como Pais dos pobres. Omparou na  
 sua Comfiansa, a Real Magestade. Para que se quira atenden-  
 do a tudo quanto exposto tem, mandar ao Ex.<sup>to</sup> a Real de  
 a Junta para o fim do Supp. a Colar os seus Exames, e  
 pagar o que está de vendo tanto nesta Corte como nesta  
 em que se acha. Potenti a os meus Camaradas a firação e  
 Soldados e Grandiozas honrras publicadas por V. Ex.<sup>a</sup>  
 M. Q. no tem m. em sua Real S.<sup>a</sup> Junta de Guerra e como he  
 que o Supp. de V. Ex.<sup>a</sup> Recebeo, eu celho e estamos muito a  
 Gradado: mais Ex.<sup>to</sup> Torr. Vivem os ditos Soldados que  
 Ex.<sup>to</sup> presente, queixos por cauza do Gn. al. Vigorosa m.  
 Castigar a Prateca dos Soldados que servem ad. M.  
 Contra todo direito mal-trataoz com ados tes, para todo  
 Coanto o Supp. adogada tem e para na grandioza e illustre  
 Bondade de V. Ex.<sup>a</sup> como Verdadeiro Ministro de S. Magestade  
 nade a Providencia necessaria, e assim ficamos pagando  
 a Deus nas nossas Orasões, pela Real Vida e Saude de  
 S. Magestade e Junta de Guerra  
 De V. Ex.<sup>a</sup>  
 D. M. de V. Ex.<sup>a</sup> / O Mais a Venciozo Subdito, e Pr.<sup>to</sup> de  
 Manuel Mendes dos Prazeres



5

E filhos, eJuntamente os annos em que, se tem o-  
 supplicante impregado no Real Sirvisso deSua Mejestade pois tu-  
 do, bem claro edestintamente seache previsto na Benig-  
 na prezensa de *Vossa Excelencia*, e como osupplicante nesta cortte por su-  
 a felicidade, *Vossa Excelencia* como Pay dos pobres. O amparou, ne-  
 sa comfiansa, animozamente Roga epede queira atenden-  
 do atudo coanto exposto tem, mindar decreto aessa Re-  
 al Junta para ofim do supplicante acodir os seos Vexames, e-  
 pagar o que eztá devendo tanto nesta cortte, como nesta  
 em que seaxa = Patientiei aos meos camaradas ofiziaês, e  
 soldados az Grandiozas honrras honrras publicadas por *Vossa Excelencia Sua*  
*Magestade* nos tem muito em sua Real [*Licenca*], ejuntamente az Esmollaz  
 que osupplicante de *Vossa Excelencia* Recebeo, eu eellez estamoz muito a-  
 Gradecidoz: mais *ExcelentissimoSenhoor* vivem os ditos soldados nao-  
 cazião prezente queixozos por cauza do *General* rigorozamente  
 caztigar, aPretoz. ea Pardos soldados que servem a*Sua Mejestade*  
 contra todo o direito mal-tratadoz com asoitez, para tudo  
 coanto osupplicante alegado tem ezpera na grandioza, e Iluztre  
 Bondade de *Vossa Excelencia* como Verdadeiro Ministro de *Sua Mejestade*  
 nos dê a Providencia necesaria e asim ficamos Rogando  
 aDeos nas nossas orasõns pella Real Vida e saude de-  
 sua Mejestade ejutamente a

De *Vossa Excelencia*

Pernambuco 24 de Fevereiro de 1793/. OMais aTenciozo subdito, eoBrigado

30

Manuel Mendes dos Prazeres


5.1.5. Requerimentos

CDTHPP-MMP-PE-REQ-SD

Fólio 01

Caril

Serissimo Sr.



Manuel Mendes dos Prazeres, opobre a-  
judante do Pajis m. do S. Velho da Infanteria de  
H. Dias da Pasturação de Pernambuco, elle Supp.  
por Deo Ser servido, teve a felicidade nesta Capiti-  
tal Corte, V. Alteza Real Se Correl, e favoroselo, Com Re-  
a e Comendas Com-que elle Supp. a Cordia os. Ser Vexame-  
nades curso de dois annos, e quatro Dias que na dita Capiti-  
tal esteve o Supp. e sempre bem esperavado de V. Alteza  
Real, e com esta mesma fe, teve o Supp. a grandioza dita  
chejar no meiyado de Agosto do anno de noventa, e dois, V.  
Alteza Real Despaçou ao Supp. e juntam. de dois Comen-  
do do Supp., e por despedida, no dia 6 de Set. do mesmo anno  
indo o Supp. Beijar a Real. Mas de V. Alteza Real, teve  
o Supp. a maior gloria, por V. Alteza assim foi servido  
Dizer ao Supp. que Real m. mandava ao D. desta praça pa-  
gar os Sol dos atrezados do Supp. e os q. Se fosse em Vexenda, e li-  
mo o Supp. tao bem aquidado ja tinha ab. H. teza o D. de  
S. J. por por felicidade. Logo e era V. Alteza Real m. disse  
ao Supp. vi nha bem Despaçado, e Exarado a sua praça, lo-  
go aprezenteuse o Supp. as Sees Reas m. e Amstruando no Real-  
S. J. de S. M. e oprez. esta na mesma com. dantes era, Sim  
q. o D. he queira dar o que V. Alteza Real ampla, e Real m. pro-  
metto ao Supp. e. mais Constar, o Supp. Amo. V. mil de V. S. de  
S. M. a V. Alteza Real oferece o D. Com. Juntos p. V. Alteza Re-  
al V. de ferir como Real m. Costuma: pois de prezente esta o Supp.

CDTHPP-MMP-PE-REQ-SD

*Requerimento passado por Manuel Mendes dos Prazeres para Sua Majestade, no qual solicita o pagamento dos soldos atrasados e dos que fossem vencendo. Não possui datação.*

[fol. 01]

<[inint]>

Serenissimo<sup>147</sup> Senhor

5 Manuel Mendes dos Prazeres, o pobre a-  
judante do Rijimento do 3º Velho da Infantaria de-  
Henrique Dias da Restauração de Pernambuco, elle supplicante  
por Deos ser servido teve afelicidade nesta cappi-  
tal cortte, Vossa Alteza Real se correto, efavoreselo, com Re-  
10 aës Esmollas com-que elle supplicante a codia os seos vexamez  
no des curso de dois annos, e coatro Dias que na dita cappi-  
tal esteve osupplicante: e sempre bem esperansado de Vossa Alteza  
Real, e com essa mesma fé, teve osupplicante agrandioza dita  
15 chegar no meyado de Agosto do anno de noventa, e dois, Vossa  
Alteza Real Despaxou ao supplicante ejuntamente os dois companheiros  
do supplicante, e por despedida, no Dia 6 de Outubro do mesmo anno  
indo osupplicante Beijar a Real-Maõ de Vossa Alteza Real, teve  
osupplicante amayor gloria, pois Vossa Alteza assim foi servido  
20 Dizer ao supplicante que Realmente mandava ao Governador desta prassa pa-  
gar os soldos atrasados do supplicante eos que se fosem vencendo, e co-  
mo o supplicante taõ-bem Requirido já tinha aVossa Alteza o Posto de-  
sargento mor por falicimento do que o era, Vossa Alteze, Realmente disse  
ao supplicante vinha hem Despaxado, e xegando a sua prassa, lo=  
25 go apresentouse osupplicante ao seo Rijimento e continuando no Real-  
servisso de sua Mejestade the o prezente eztá na mesma emque dantes era, sem  
que o Governador lhequeira dar o que Vossa Alteza Real ampla, e Pia-mente pro=  
meteo ao supplicante epara mais constar, o supplicante como Vmilde Vassallo de-  
Sua Mejestade aVossa Alteza Real oferece os documentos juntos para Vossa Alteza Re=  
30 al lhedefinir como Real-mente costuma: pois deprezente eztá o supplicante  
no-

<sup>147</sup> Abaixo, há o carimbo do selo da “BIBLIOTECA NACIONAL SEÇÃO ULTRAMARINA”

Atos Dijim. bem se empregando no Real Ser-  
vicio de S. M.ª, Exercitando o cargo de Reclutador  
e, quando os Vigiilantes, Seg.º Real atizo de S. M.ª Real  
al.º de Supp.º dos Supp.º obrarem com abarida-ra, Cruel, e im-  
quieta nas suas f.ªs e ceza, o que antigam.º obrava com os Chan-  
cezes como bem consta, e Notorio, e assim opera o Supp.º em-  
p.º. Ateza Real atendo o Exposto, pello Amor de Deos  
Vhe mande desfrir:

C. R. M.ª

Manuel Mendes dos Prazeres

5

10 Noso Rijimento bem se empregando do Real Ser-  
visso de *Sua Mejestade* Exercitando o seo 3º, e nova-mente Reclutran-  
do, epondo-os Vigilhantes *seguindo* o Real avizo de *Vossa Alteza Re-*  
al *para* o *supplicante* e os *supplicados* obracem com abarba-ra, cruel, eim-  
Quieta nasão franceza, o que *antigamente* obrarão com os Olan-  
dezes como bem consta, e E notorio, e assim espera o *supplicante* em-  
15 *Vossa Alteza Real* atendendo o Exposto, pello o Amor de Deos  
Ihe mande defirir:

20

*EReceberáMerce*


25

Manuel Mendes dos Prazeres

30


*Paulo de Faria de Almeida por seu procurador*  
*de Faria de Almeida*

*Ilmo Sr. Gov. e Int.*



Com todo respeito respeito suprema aindavido Sr.  
 João de S. Magal. obediente servo de V. Exa. declarando que  
 por seu Antigo soldo ser diminuto Sr. Ant. eguarenta reis.  
 por cada um mez. V. Exa. em julho do anno de 70 e by servido or-  
 denar aodefunte Antonio e Manuel Com. Garcia Sarg. Major,  
 Me. Suppl. e Suppl. Gern. a praxima de V. Exa. a praxima de  
 suas. Arentes p. V. Exa. por sestaras confirmadas, respondeo  
 e Suppl. de st. a sua ja tinha mandado p. d. d. do Conde  
 Mo. e Maria, como adchupp. nao estava confirmada, e Est.  
 Meordinau amanda p. aki Logo duplicou de suppl. de V. Exa. a sua  
 ida aonde Logo se transportou e nãt. Corte teve de suppl. a feli-  
 coade maquede grandioze Ministro de S. Real e Magal. e Secreta-  
 rio do Ultramar e Ilmo Sr. Sr. Martinho de Mello e Castro  
 fazer huma grã expreie de admiração pelo diminuto soldo q.  
 deubia de suppl. e deide q. estave de suppl. naquelle Corte sempre  
 soy bem expremado do soberano Sr. Principe e juntaam. de m. m.  
 Ministro, julga de suppl. etem por se ade deuber na forma do  
 may. Alia. Auxiliares e chuy armados, Soldos, juntaam. de que se  
 frem venando e de p. r. e q. de que a V. Exa. p. com seu Prothi-  
 mo de suppl. saber se obra ou nãt.

*J. B. M. e*

*Manuel Mendes, do Grzereff*  


CDTHPP-MMP-PE-REQ-1793

*Requerimento passado por Manuel Mendes dos Prazeres para Sua Magestade, no qual solicita o aumento de seu soldo que já fora autorizado. Datado de fevereiro de 1793.*

Tenho deferido pelo meu despaxo. Recife

Illustrissimo e Excelentissimo

Senhor

15 de Fevereiro de 1793 ./.

[guarda não identificada]

5

Com todo o devido Respeito se presta o individuo<sup>148</sup> vassalho de Sua Magestade e obediente servo de Vossa Excelencia declarando que por o seu antigo Soldo ser diminuto seiscentos e quarenta e seis por cada hum mez Vossa Excelencia em Julho do anno de 90 foy servido ordenar ao defunto Antonio Manuel Correia Sargento Mayor, elle supplicado e supplicante fosse a presença de Vossa Excelencia apresentarem as suas Patentes para Vossa Excelencia ver se estavam confirmadas, respondeo o supplicado defunto a sua já tinha mandado para a cidade de Lisboa ao conselho Ultramar, e como a do supplicante não estava confirmada, Vossa Excelencia lhe ordenou amandasse, ahi logo supplicou o supplicante a Vossa Excelencia a sua ida aonde logo se transtornou, e a dita Corte teve o supplicante a felicidade naquele grandioso Ministro de Sua Real Magestade o secretario do Ultramar o Illustrissimo e Excelentissimo senhor Martinho de Mello e Castro fazer huma grande especie de admiração pelo diminuto soldo que recebia o supplicante desde que esteve o supplicante naquela Corte sempre foy bem esperançado do soberano senhor Principe, e juntamente do mesmo Ministro, julga o supplicante e tem por fé á de receber na forma dos mais Ajudantes auxiliares os seus atrasados soldos, e juntamente os que se forem vencendo e de presente o que e quer a Vossa Excelencia para com seu Retissimamente despaxo saber se obra ou não.

30

Manuel Mendes, dos Prazeres

E Receberá Merce

<sup>148</sup> Acima, na linha 5, há o carimbo do selo da “BIBLIOTECA NACIONAL SEÇÃO ULTRAMARINA”

**VI**  
**CONSIDERAÇÕES FINAIS**



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da formação do Português Brasileiro pela ótica da Sociolinguística Histórica dá-se, como o realizado nesta dissertação, por vias indiretas, através dos indícios deixados em textos manuscritos, nos quais buscamos uma reaproximação à língua daquela época. Evidentemente, dadas as limitações teóricas e às questões sociopolíticas coevas, como o baixo grau de alfabetizados e, mesmo entre estes, a pouca recorrência de espécies documentais que se associam mais a usos cotidianos da língua, como cartas pessoais, não conseguimos um panorama de como seria o PB, apenas breves esboços, com os quais, a muitas mãos, tentamos montar um quadro mais ou menos próximo da realidade linguística colonial. Logo, seria uma grande pretensão nossa esperar que documentos notariais, manuscritos por indivíduos negros ocupantes de um pequeníssimo grau de prestígio, fosse refletir a totalidade da língua portuguesa falada àquela época. Por outro lado, esses documentos são importantes justamente por terem sido produzidos pelas mãos de homens pretos e pardos, cuja condição imposta era a de degradação e a de falta de humanidade diante os colonizadores europeus.

Esta pesquisa, então, teve como objetivo principal a prospecção e a exploração dos vinte e oito documentos notariais manuscritos por milicianos negros, os integrantes dos chamados Terços de Homens Pretos e Pardos, uma organização social relevante do período colonial brasileiro, entre os anos de 1650 e 1793. Essa documentação foi localizada no acervo do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, vinculado à Biblioteca Nacional do Brasil, de modo on-line, através de reproduções digitais feitas no século XX. Em função do estudo em questão, observamos as três agendas para o estudo do Português Brasileiro propostas pelo Programa para a História do Português Brasileiro, o PHPB: a histórico-filológica; a da história social linguística; e a gramatical. A seguir, traremos os principais resultados alcançados para cada um dos três campos de pesquisa:

Para o campo **histórico-filológico**, a parte mais extensa e de maior contribuição da pesquisa, desenvolvemos a edição fac-similada e semidiplomática dos vinte e oito manuscritos, a partir de critérios elaborados por Castilho (2019) para o PHPB, e revisados para se adequarem às especificidades do *corpus* de pesquisa, composto por documentos notariais. Nota-se que este campo foi dividido em duas partes: a que trata da análise paleográfica e a que trata da edição fac-similar e semidiplomática. Concluímos que:

- i. O domínio da escrita era de grande importância nos Terços de Homens Pretos e Pardos, principalmente para os ocupantes dos postos militares mais altos, como os mestres de campo e os sargentos-mor, visto que era necessária a constante comunicação com órgãos da administração lusa, a fim de cobrarem o pagamento dos soldos ou de solicitarem a concessão de hábitos militares, além de certificarem os seus trabalhos dentro dos Terços. Desse modo, se os milicianos negros não se encaixavam na realidade de seus pares, tampouco faziam parte da elite branca colonial, o que lhes caracterizava como um grupo social singular no período colonial, e nos indicou a necessidade de não os considerarmos como usuários das variantes socialmente desprestigiadas da época, haja vista a sua aquisição da escrita e o seu contato contínuo com a língua-alvo, o Português falado por brancos europeus e brasileiros letrados. Ainda assim, o *corpus* permanece com grande valorosidade, considerando serem documentos coloniais manuscritos por homens pretos e pardos, via de regra, uma raridade;
- ii. Dada a condição de recolha da documentação, feita por meio digital, as condições de análise foram imperfeitas, mas contornadas em grande parte, graças à Paleografia – importante, também, para atestarmos a autenticidade dos documentos, visto conseguirmos confirmar terem sido escritos na data de sua assinatura. Quanto aos aspectos extrínsecos, o *corpus* encontra-se em bom estado de conservação, em um sentido devido à microfilmagem, e os desgastes, manchas e corrosões são considerados prováveis, por não termos contato direto com os manuscritos;
- iii. Em relação aos aspectos intrínsecos, verificamos pertencerem às espécies documentais atestado, carta, certidão, ofício e requerimento, entre os quais seis são apógrafos. Os documentos possuem escrita cursivo-humanística, em geral;
- iv. Descartamos, por ora, alguns escreventes da análise comparativa dos aspectos gráficos, visto dispormos de apenas um documento manuscrito por eles, o que dificulta o processo analítico. Certamente, em uma etapa posterior, na forma de artigos científicos, as grafias poderão ser comparadas e atestaremos se a autoria fora ou não delegada. Sobre aqueles que localizamos dois ou mais documentos, averiguamos que os cinco

documentos assinados por Brás de Brito Souto tiveram a sua escrita delegada, e que um documento de Luís Nogueira de Figueiredo, um ofício de 1774, também é apógrafo;

- v. A escolha da edição semidiplomática atende aos propósitos da pesquisa linguística, pois poucas modificações foram feitas, buscando sempre a manutenção do texto original, fator determinante para que a análise linguística seja realizada, bem como favorece a edição digital em linguagem XML e as anotações morfológica e sintática do *corpus*, disponibilizando-o para um número maior de pesquisadores e interessados na temática.

O campo da **história social linguística** mantém associação direta à agenda filológico-paleográfica, considerando que as perguntas elaboradas por Petrucci (2003) direcionam-se aos pormenores tanto dos documentos quanto de seus escreventes. Então, se na parte anterior aplicamo-la aos manuscritos, nesta, aos seus *scriptores*, uma vez que consideramos a sócio-história dos indivíduos como elemento imprescindível para a compreensão de suas trajetórias de escrita e, complementarmente, esta ajuda-nos a entender quais foram as necessidades responsáveis por leva-los à aquisição da escrita em um contexto desfavorecedor para pessoas negras. Constatamos que:

- i. Embora os seus grupos étnicos estivessem postos à margem social, os homens pretos e pardos integravam uma categoria social distinta no *continuum* escravidão-liberdade, porque dominavam a escrita e contatavam figuras importantes, como governadores coloniais, e até mesmo a Coroa Portuguesa, na tentativa de terem suas demandas atendidas, justificando-se o *para quê?* da documentação. Contudo, devemos ponderar a questão do acesso à *pena* de modo geral: segundo Houaiss (1985), à época colonial, aproximadamente 0,5% da população brasileira era alfabetizada, levando-nos diretamente ao entendimento de que, em um estudo por via indireta, por de manifestações textuais, nenhuma documentação será representativa, uma vez serem pouquíssimos aqueles com acesso à escrita;
- ii. Assim, os escreventes cuja escrita resistiu ao tempo são justamente os ocupantes de postos mais elevados dentro da organização militar dos

Terços de Homens Pretos e Pardos. Por outro lado, não conseguimos encontrar dados suficientes para compor o perfil sociocultural de todos os *scriptores*, dada as questões sociopolíticas responsáveis pela exclusão de grande parte da história negro-brasileira;

- iii. A recuperação da sócio-história de alguns dos escreventes, aqueles cujas trajetórias individuais foram resgatadas por pesquisas anteriores, ratificou a característica *sui generis* das milícias negras, pois, enquanto eles estavam nas milícias negras, possuíam, também, seus ofícios vários dentro da estrutura da sociedade. Essa circunstância específica dos Terços, somada à penetração da língua escrita em seu seio, permitiu-lhes a continuidade ao longo dos seiscentos e setecentos;
- iv. As duas capitanias nas quais localizamos documentos, Bahia e Pernambuco, foram ocupadas pela Companhia das Índias Ocidentais, em uma tentativa holandesa de colonizar a região, graças à proeminência do açúcar no mercado. É nesse interim que as primeiras companhias dos Terços de Henriques são formadas. A região do rio Açu, entre os atuais Rio Grande do Norte e Paraíba, surge na documentação a partir do escrevente Jorge Luís Soares, encaminhado para a luta nas guerras bárbaras junto a outros Terços paulistas e ao bandeirante Domingos Jorge Velho.

Na etapa **gramatical**, propusemos a descrição dos usos do clítico *lhe* em contexto de variação entre o dativo, objeto indireto e marca característica da gramática lusa, e o acusativo, objeto direto, registro mais comum na gramática do Português Brasileiro. A escolha de investigar o sistema pronominal nos documentos dos Terços deu-se em razão da proposição de Tarallo (2018 [1993]), além daquelas presentes em outros estudos sobre os clíticos e citadas no corpo da pesquisa, sobre a reorganização do quadro de pronomes do PB ser um dos diferenciais entre a língua d'aquém e d'além mar. Naturalmente, após os estudos filológico-paleográfico e sócio-histórico, não esperávamos que houvesse algum *respingo da tinta*, palavras de Fernando Tarallo, africana ou de um português mais popular usado à época, seja pela condição social específica dos escreventes, seja pela pouca representatividade, em um contexto geral, dos documentos – vinte e oito, os quais formavam pouco mais de quarenta fólhos – para pensarmos o Brasil Colonial. Assim, foi possível entender que:

- i. A Transmissão Linguística Irregular do tipo leve pode ter sustado processos de pidginização e crioulização que ocorreram no Brasil Colonial, bem como corrobora as conclusões da agenda sócio-histórica, tendo em vista ser o convívio com a língua-alvo um fator condicionante para o apagamento de marcas de contato linguístico;
- ii. Ademais, a estrutura formulaica dos documentos notariais produzidos pelos milicianos negros coloca-se como outro possível fator inibidor da variação do clítico *lhe*, uma vez que estes possuem estruturas cristalizadas e, no corpo do texto, é possível ter sido a idealização da língua-alvo como um elemento de ascensão social fator decisivo para a manutenção dos usos linguísticos lusitanos por parte dos *scriptores*;
- iii. Se compararmos, preliminarmente, os resultados desta pesquisa com aqueles obtidos a partir da análise dos documentos da Sociedade Protetora dos Desvalidos, editados por Oliveira (2006), datados do século XIX e manuscritos igualmente por negros, não se nota diferença, uma vez que neles há também uma forte influência da gramática portuguesa, conforme Galves (2019).

À vista disso, consideramos que a documentação dos THPP guarda grande opacidade em relação à oralidade de seus *scriptores* no que tange aos linguísticos do clítico *lhe*, mas julgamos haverem outros caminhos de estudos sociolinguísticos a serem percorridos com base nesses importantes e raros documentos, por termos dado, neste momento, uma atenção mais minuciosa às questões filológico-paleográficas do *corpus*. Logo, a expansão da pesquisa é possível:

- a) Com a prospecção e a inclusão de novos documentos manuscritos por milicianos negros ao *corpus*, pois sabe-se que houve Terços de Homens Pretos e Pardos em outras capitanias, como Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo; em uma perspectiva temporal que avance até as primeiras décadas dos oitocentos;
- b) Ao ampliar a sócio-história dos documentos e, sobretudo, de seus *scriptores*, principalmente ao enquadrá-los dentro da tessitura da sociedade colonial com mais exatidão, considerando as contradições entre a sua posição na estrutura colonial e a sua condição social;

- c) A partir da localização e construção de coleção documental relativa aos pardos, grupo social importante para o contexto colonial que, por razões diversas, tiveram potencialmente mais acesso à escrita. Nesse sentido, as irmandades religiosas surgem como fontes importantes, até porque muitos milicianos integravam essas organizações;
- d) Através de outros estudos sintáticos que possam ser realizados no *corpus*, como um panorama mais geral dos clíticos e do sistema pronominal, das relações de concordância verbo-nominais, etc.;
- e) Por pesquisas contrastivas entre os resultados obtidos com o *corpus* de milicianos e outros *corpora* manuscritos por negros, indígenas, brancos brasileiros ou portugueses em diferentes sincronias;
- f) Em trabalhos que analisem a dimensão de inabilidade em escrita alfabética dos escreventes e as compare à dos seus pares ou à de outros grupos sociais;
- g) Por meio do estudo do *corpus* em outros níveis linguísticos, como o léxico-semântico e o morfológico, e em outros campos da pesquisa linguística, como a psicolinguística, a análise do discurso, entre outros.

Como se vê, outros desdobramentos são possíveis e, mais do que isso, são desejáveis, dada a originalidade de um *corpus* escrito por homens negros e por situar-se em um período mais recuado da história, no qual impera a escassez documental, seja de negros, seja de brancos, seja de indígenas. O trabalho com os documentos dos Terços de Pretos e Pardos teve início nesta dissertação e, a partir da sua publicação em livro e das edições modernizadas, poderá servir como base de outros estudos da língua (ou da história, da antropologia, a lista é longa), afinal de contas, as pesquisas que buscam a reaproximação ao Português Brasileiro colonial são feitas por muitos.

E estão apenas no começo.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Gilce de Souza. **Quem te viu quem lhe vê: a expressão do objeto acusativo de referência à segunda pessoa na fala de Salvador**. 2009. 192 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/10995>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- ALMEIDA, Gilce de Souza. **Prescrição gramatical e uso: o caso do pronome “lhe” no Português Brasileiro**. Cadernos do CNLF, Vol. XV, Nº 5, t. 3, p. 2398-2408. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/xv\\_cnlf/tomo\\_3/204.pdf](http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_3/204.pdf)>. Acesso em 11 out. 2021.
- ATAÍDE, C. A. de; DA SILVA, A. C. A.; GOMES, V. S. As estratégias acusativas de 2ª pessoa em cartas amorosas do sertão de Pernambuco: um estudo pela via da Sociolinguística Histórica (The accusative strategies of 2nd person in romantic personal letters from the Pernambuco: a study through the Historical Sociolinguistics). **Estudos da Língua(gem)**, [S. l.], v. 19, n. 4, p. 157-182, 2021. DOI: 10.22481/el.v19i4.8171. Acesso em: 8 jan. 2024.
- BARROS, Surya Pombo de. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do xix. **Educação e Pesquisa**, [S.L.], v. 42, n. 3, p. 591-605, set. 2016.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37.ed. revista, ampliada e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2002.
- BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário português e latino**. Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva/Impressor de Sua Magestade, 1712-1728. 8 v.
- BURKE, Peter. A nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992. p. 1-13. Tradução de: Magda Lopes. Disponível em: [https://etnohistoria.fflch.usp.br/sites/etnohistoria.fflch.usp.br/files/Burke\\_Nova\\_Historia.pdf](https://etnohistoria.fflch.usp.br/sites/etnohistoria.fflch.usp.br/files/Burke_Nova_Historia.pdf). Acesso em: 16 jan. 2024.
- CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. **Cartas brasileiras: um estudo linguístico-filológico**. 2005. Tese (Doutorado) – Unicamp, 2005.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida & BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Secretaria da Cultura, 1996.
- CASTILHO, Ataliba T. de. **História do português brasileiro: corpus diacrônico do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2019.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Informe sobre o Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB). **Linguística**, [S.L.], v. 39, n. 2, p. 147-159, dez. 2023. Disponível

em: <http://www.scielo.edu.uy/pdf/ling/v39n2/2079-312X-ling-39-02-00147.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio; SÁEZ SÁNCHEZ, Carlos. **Paleografía e Historia de la Cultura Escrita**, del signo a lo escrito. Alcalá de Henares: Síntesis. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10017/6784>. Acesso em: 14 fev. 2023.

COSTA, F. A. Pereira da. **Dicionário Bibliográfico de Pernambucanos Célebres**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982.

DUARTE, M. E. L. **A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro**. 1995. 151f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270366>>. Acesso em: 10 dez. 2023.

DUARTE, M. E. L. (2015). Para uma nova descrição da sintaxe do ‘português padrão’. **Cadernos de Letras Da UFF** Dossiê: Variação Linguística e Práticas Pedagógicas, 51, 23-41. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cadernosdeletras/issue/view/2214>. Acesso em 28 dez. 2023.

ESPADA LIMA, Henrique. Micro-História. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 207-223.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FACHIN, Phablo Roberto Marchis. **Estudo paleográfico e edição semidiplomática de manuscritos do Conselho Ultramarino (1705-1719)**. 2006. 122 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FONSECA, Marcos Arthur Viana da. Entre as tiranias holandesas e o tirano governador: governação na capitania de pernambuco (1645-1646). **Revista de História da Ueg: Porangatu**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 1-24, jun. 2019. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/9002>. Acesso em: 28 abr. 2023.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX**. 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

GALVES, Charlotte, et al. Morfossintaxe e Uso dos Pronomes Pessoais na Sincronia e na Diacronia do Português Brasileiro, p. 123 -154. In: **Rumos da linguística brasileira no século XXI**. São Paulo: Blucher, 2016.

GAMA, D. E. R. S. O uso variável dos clíticos acusativos para referenciar o interlocutor. **A Cor das Letras**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 102–115, 2019. DOI: 10.13102/cl.v19i2.3699. Disponível em:



<http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasleytras/article/view/3699>. Acesso em: 11 dez. 2023.

HEBDA, Anna. Phonological Variables. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, Juan Manuel; CONDE-SILVESTRE, Juan Camilo. **The Handbook of Historical Sociolinguistics**. New Jersey: Blackwell Publishing, 2012. Cap. 13. p. 237-252.

HERNÁNDEZ-CAMPOY, Juan M.; SCHILLING, Natalie. The Application of the Quantitative Paradigm to Historical Sociolinguistics: problems with the generalizability principle. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, Juan Manuel; CONDE-SILVESTRE, Juan Camilo. **The Handbook of Historical Sociolinguistics**. New Jersey: Blackwell Publishing, 2012. p. 61-79.

HOUAISS, A. **O português do Brasil**. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1985.

JESUS, Adilson Silva de. **O sertão por escrito no Livro de Razão: um microcosmo sócio-histórico e linguístico da bahia rural oitocentista**. 2021. 701 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: [https://43f732ad-b5b4-4926-ad06-b21be791f1d4.filesusr.com/ugd/c8e334\\_cda50467413747a7b9941a0958503ce0.pdf](https://43f732ad-b5b4-4926-ad06-b21be791f1d4.filesusr.com/ugd/c8e334_cda50467413747a7b9941a0958503ce0.pdf). Acesso em: 15 fev. 2023.

KABATEK, Johannes (2006). Tradições discursivas e mudança lingüística. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide e ALMEIDA, Norma (orgs.): **Para a História do Português Brasileiro VI - Novos dados, novas análises**, Salvador: EDUFBA, Tomo II, 505-527.

KATO, Mary A. A variação no domínio dos clíticos no Português Brasileiro. **Lingüística**, Montevideu, v.33, n.1, pág. 135-145, junho de 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/2079-312x.20170009>. Acessado em 18 jan. 2024.

KRAUSE, Thiago. **Em Busca da Honra: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das ordens militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683)**. 2010. 240 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/17024>. Acesso em: 14 maio 2023.

KRAUSE, Thiago. Compadrio e escravidão na Bahia seiscentista. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 50, p. 199-228, jan. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21351/13914>. Acesso em: 29 maio 2023.

KRAUSE, Thiago. Uma elite local e o Atlântico: a câmara de salvador e o comércio marítimo (1630-1730). In: MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer *et al.* **Ramificações ultramarinas: sociedades comerciais no âmbito do atlântico luso - século XVIII**. Rio de Janeiro: Mauad, 2017. p. 131-149.

KRAUSE, Thiago. Crise ou prosperidade? A Bahia no século XVII. In: REIS, Adriana Dantas; ADAN, Caio Figueiredo Fernandes. **Estudos em história colonial: a Baía de**

**Todos os Santos e outros espaços luso-americanos** [organizadores]. – Feira de Santana: UEFS Editora, 2018. p. 71-97.

LABOV, William. Building on empirical foundations. In: LEHMANN, Winfred P.; MALKIEL, Yakov (ed.). **Perspectives on Historical Linguistics**. Ottawa: John Benjamins Publishing Company, 1982. p. 17-92. (Current issues in Linguistic Theory).

LISBOA, Breno Almeida Vaz. **Uma elite em crise: a açucarocracia de pernambuco e a câmara municipal de olinda nas primeiras décadas do século XVIII**. 2011. 224 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

LISBOA, Breno Almeida Vaz. **Uma das principais dos domínios de Vossa Majestade: poder e administração na capitania de pernambuco durante o reinado de d. João V**. 2017. 387 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

LOBO, T. C. F. Arquivos, acervos e a reconstrução histórica do português brasileiro. In: OLIVEIRA, K.; CUNHA E SOUZA, H. F.; SOLEDADE, J. (Orgs.). **Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2009.

LOPES, C., Marcotulio, L., Lucena, R., Oliveira, T., & Souza, C. (2018). A reorganização do sistema pronominal de 2ª pessoa na história do português brasileiro: outras relações gramaticais. In: C. Lopes (Ed.), **História do Português Brasileiro: Mudança sintática das classes de palavra: perspectiva funcionalista**. Ed. Contexto.

LOSE, Alícia Duhá. Ver más allá del texto: análisis material de los Pasquines Sediciosos de la Revolución de los Sastres en Bahía en el siglo XVIII. **Espacio, Tiempo y Forma Serie IV - Historia Moderna**, v. 35, p. 71-96, 2022.

LOSE, A. D.; SOUZA, A. S. de. Para uma Filologia na pesquisa em Linguística Histórica. **Letras, [S. l.]**, n. 60, p. 11–32, 2020. DOI: 10.5902/2176148542058. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/42058>. Acesso em: 8 jun. 2022.

LOSE, Alícia Duhá et al. Edições de documentos históricos: a quem interessam? A quem se destinam?. *Revista da ABRALIN*, v. 16, n. 2, p. 71-86, jan.-abr. 2017.

LOSE, Alícia Duhá; PAIXÃO, Gregário; OLIVEIRA, Anna Paula Sandes de; SANCHES, Gércica Alves. TELLES, Célia Marques. col. **Dietário do Mosteiro de São Bento da Bahia: edição diplomática** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história Sociolinguística do Brasil (1500-2000). **DELTA**. São Paulo, v. 17, n. 1, p. 97-132, 2001.

LUCCHESI, D. História do contato entre línguas no Brasil. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 44-73.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A. A Transmissão Linguística Irregular. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 101-124.

LUCCHESI, D.; RIBEIRO, I. Teorias da estrutura e da mudança linguísticas e o contato entre línguas. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 125-153.

LUCCHESI, D. A periodização da história sociolinguística do Brasil. **D.E.L.T.A**, São Paulo, n. 33, v. 2, p. 347-382, p. 2017.

LUCCHESI, Dante; CALLOU, Dinah. Os cenários sociolinguísticos do Brasil Colonial. In: CALLOU, Dinah; LOBO, Tânia (org.). **História do Português Brasileiro vol. IX: da história social à história linguística**. São Paulo: Contexto, 2020. p. 156-181.

MACHADO, Estevam Henrique. Marcados pela cor: as frustradas buscas por hábitos das ordens militares por homens negros na primeira metade dos setecentos em pernambuco. **Revista Labirinto (Unir)**, Rondônia, v. 23, n. 1, p. 204-226, dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/view/1613/1504>. Acesso em: 12 out. 2023.

MAIA, Clarinda. Linguística Histórica e Filologia. In: LOBO, T. et al. (Org.). **Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador: Edufba, 2012, p. 533 – 542. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16749>. Acesso em: 12 abr. 2023.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **A dinâmica da escravidão no Brasil**. Novos Estudos, n. 74, p. 107-123, 2006. Disponível em: [https://biblio.fflch.usp.br/Marquese\\_RB\\_1572285\\_ADinamicaDaEscravidaoNoBrasil.pdf](https://biblio.fflch.usp.br/Marquese_RB_1572285_ADinamicaDaEscravidaoNoBrasil.pdf). Acesso em: 28 maio 2023.

MATTOS E SILVA, R. V. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MATTOS E SILVA, R. V. **Caminhos da Linguística Histórica: ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATTOS, Hebe. Da guerra preta às hierarquias de cor no Atlântico Português. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. **História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos: anais do XXIV Simpósio Nacional de História**. São Leopoldo: Associação Nacional de História - Anpuh, 2007. p. 1-11. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Hebe%20Mattos.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2023.

MATTOS, Hebe. “Black troops” and hierarchies of color in the Portuguese Atlantic world: The case of Henrique Dias and his Black regiment. **Luso-Brazilian Review**, v. 45, n. 1, p. 6-29, 2008.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. Bahia opulenta: uma capital portuguesa no Novo Mundo (1549 — 1763). Disponível in: [www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/62048/64877/0](http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/62048/64877/0). Acesso em: 27 abr. 2023.

MEGALE, Heitor; TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida; FACHIN, Phablo Roberto Marchis (orgs.). **Por rumos da agulha**: documentos do ouro do século XVIII. São Carlos: Cubo, 2015.

MENIM, Francielly Giachini Barbosa. **Sociogênese e institucionalização de milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos na América Portuguesa: Bahia e Rio de Janeiro (1638-1766)**. 2019. 264 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/trabalhoConclusaoWS?idpessoal=30504&idprograma=40001016009P0&anobase=2019&idtc=152>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MOTA, Célio de Souza. O "Terço de Henrique Dias" na Bahia seiscentista: construindo uma "tradição". **Revista Ultramares**, Maceió, v. 8, n. 4, p. 150-178, dez. 2015.

MUSSA, A. **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991.

OLIVEIRA, Klebson. **NEGROS E ESCRITA NO BRASIL DO SÉCULO XIX**: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo lingüístico. 2006. 1198 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/12042>. Acesso em: 16 fev. 2023.

OLIVEIRA, Thiago Laurentino de. **Entre o linguístico e o social: Complementos Dativos de 2ª pessoa em Cartas Cariocas (1880-1980)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: [https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS\\_08f223bb914f3cf972ab92920d5803d4](https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_08f223bb914f3cf972ab92920d5803d4). Acesso em: 11 jan. 2024.

OLIVEIRA, T. L. de. Clíticos de 2ª pessoa na escrita popular: a posição do português brasileiro. **Domínios de Linguagem**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 61–90, 2015. DOI: 10.14393/DL19-v9n3a2015-4. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/28801>. Acesso em: 10 jan. 2024.

OLIVEIRA, T. L. de; LOPES, C. R. dos S. L.; KENEDY, Eduardo. O processamento dos clíticos de 2ª pessoa do singular no Português Brasileiro. **Solettras**, [S. l.], n. 33, p. 105-136, 2017. DOI: <https://doi.org/10.12957/solettras.2017.29689>. Acesso em: 8 jun. 2022.

PAGOTTO, Emílio Gozze. Clíticos, mudança e seleção natural. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Orgs.). **Português brasileiro**: uma viagem diacrônica. Campinas: Editora da UNICAMP, 2018 [1993].

PAIXÃO DE SOUSA, M. C. *Linguística Histórica*. In: Claudia Pfeiffer; José Horta Nunes. (Org.). **Introdução às Ciências das Linguagem**: Língua, Sociedade e Conhecimento. 1ed. Campinas: Pontes, 2006, v. 3, p. 11-48.

PEREIRA, José Neilton. **Além das formas, a bem dos rostos: faces mestiças da produção cultural barroca recifense (1701-1789)**. Dissertação de mestrado. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

PETRUCCI, A. **La ciencia de la escritura: primera lección de paleografía**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. Línguas africanas no Brasil. **Gragoatá**, v. 10, n. 19, 2005.

PUNTONI, Pedro. A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. 1998. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP. São Paulo.

RAMINELLI, Ronald. Impedimentos da cor: mulatos no Brasil e em Portugal c. 1640-1750. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 699-723, jul. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3844/384434846011.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023.

RAMOS, C. M. A. **O clítico de 3ª pessoa: um estudo comparativo português brasileiro/espanhol peninsular**. Alagoas, 1999, 109f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Alagoas.

ROMAINE, Suzanne. **Socio-historical linguistics: its status and methodology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009[1982]. 315 p. (Cambridge Studies in Linguistics).

SANTOS JÚNIOR, Valdeci dos. A participação de Domingos Jorge Velho durante a “Guerra dos Bárbaros”, no final do século XVII: um genocídio oficializado. **Tarairiú: Revista do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB**, João Pessoa, v. 20, n. 1, p. 1-16, ago. 2022. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REVELAP/article/view/1223/1083>. Acesso em: 29 abr. 2023.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. 5. ed. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein; prefácio de Isac Nicolau Salum. São Paulo: Cultrix, 1973.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Tradução de: Laura Teixeira Motta.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: Edusc, 2001. 306 p. Tradução de Jussara Simões.

SILVA, Luiz Geraldo. Sobre a “etnia crioula”: o terço dos Henriques e seus critérios de exclusão na América portuguesa do século XVIII. In: VENÂNCIO, R. P.;

GONÇALVES, A. L.; CHAVES, C. M. das G. (Org.). **Administrando impérios: Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 71-96.

SALOMÃO, Ana Cristina Biondo. Variação e mudança linguística: panorama e perspectivas da sociolinguística variacionista no Brasil. **Fórum Lingüístico**, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 187-207, jul./dez. 2011. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8412.2011v8n2p187>. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2011v8n2p187>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SILVA, Luiz Geraldo. Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII. **Revista de História (São Paulo)**, p. 111-144, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i169p111-144>>. Acesso em 23 mar. 2023.

SILVA, Luiz Geraldo. Indivíduo e sociedade: Brás de Brito Souto e o processo de institucionalização das milícias de afrodescendentes livres e libertos na América Portuguesa (1684-1768). **Tempo**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 175-203, 2017. DOI: 10.1590/TEM-1980-542X2017v230201. Acesso em: 10 mar. 2023.

SILVA, Paulo Robério Ferreira. A guerra esquecida: os anaió e os colonizadores na guerra dos bárbaros, no sertão do rio São Francisco, entre 1684 e 1688. **Faces da História**, Assis, v. 1, n. 8, p. 264-284, jun. 2021. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/1938/1794>. Acesso em: 30 abr. 2023.

SILVA, Victor André Costa da. Guerras justas na capitania do Rio Grande: guerra dos bárbaros e desterritorialização. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 25, n. 13, p. 2-18, jun. 2019. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/9631/5267>. Acesso em: 01 maio 2023.

SOUZA, Camila Duarte de. **Eu te amo, eu lhe adoro, eu quero você: a variação das formas de acusativo de 2ª pessoa em cartas pessoais (1880-1980)**. 2014. 156 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1Iu\\_cHC\\_hz1sIXENJHqmn6TJgB8eTn0S7/view](https://drive.google.com/file/d/1Iu_cHC_hz1sIXENJHqmn6TJgB8eTn0S7/view). Acesso em: 11 jan. 2024.

TARALLO, Fernando. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Orgs.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2018 [1993].

TELLES, Célia Marques. **Estudos filológicos: linguística românica e crítica textual**. Salvador: EDUFBA, 2016.

TELLES, C. M.; LOSE, A. D. Qual edição e o que editar. **A Cor das Letras**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 271-293, 2017. DOI: 10.13102/cl.v18i2.1863. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/1863>. Acesso em: 8 jun. 2022.

VANDERLEI SILVA, Kalina. **“Nas solidões vastas e assustadoras”**: os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. 2003. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

## APÊNDICES



## ÍNDICE ANALÍTICO

**Nº da carta e identificador do arquivo em ordem cronológica. A datação, o nome do destinatário e o nome do remetente mantêm a grafia original.**

## Assunto

### **Carta de Henrique Dias**

**Carta 1.** CDTHPP-HD-PE-CAR-1650

fronteira do Recife em Pernambuco

*primeiro* de Agosto 650

Para: *Vossa Magestade*

### **Certidões de Jorge Luís Soares**

**Certidão 1.** CDTHPP-JLS-RN-CER-1689.1

[aRaial de santa] Margarida do Asu 3

defevereiro de 689 annos

Para: Conselho Ultramarino

**Certidão 2.** CDTHPP-JLS-RN-CER-1689.2

Arayal de *santa* Margarida do Asu

26 de Fevereiro de 689 annos

Para: Conselho Ultramarino

### **Certidões de Domingos Rodrigues Carneiro**

**Certidão 3.** CDTHPP-DRC-PE-CER-1693

Reçiffe 7 defevereiro 14 de 1693

Para: Conselho Ultramarino

**Certidão 4.** CDTHPP-DRC-PE-CER-1702

Estança denossasenhora da asunção Efronteira

de novembro 28 de 1702

Para: Conselho Ultramarino

### **Certidão de Manoel Barbalho de Lira**

**Certidão 5.** CDTHPP-MBL-LIS-CER-1707

Lixboa 16 de *outubro* de 1707

Para: Conselho Ultramarino

### **Certidão de Manoel Oliveira de Miranda**

**Certidão 6.** CDTHPP-MOM-PE-CER-1725

Olinda 15(quinze do Mes de Agosto

demil esete sentoz evinte e sinco annoz.

Para: Conselho Ultramarino

### **Certidões de Brás de Brito Souto**

**Certidão 7.** CDTHPP-BBS-PE-CER-1739

Cidade de Olynda

Vinte de Septembro Anno de mil Sete centoz e trinta enove.

Para: Conselho Ultramarino

**Certidão 8.** CDTHPP-BBS-PE-CER-1740.1

Cidade de Olinda o *primeiro* de Fevreyro anno de mil, e

Sette centos, e quarenta.

Para: Conselho Ultramarino

**Certidão 9.** CDTHPP-BBS-PE-CER-1740.2

Cidade de Olinda sette

Descreve a má administração do Mestre de Campo Francisco Barreto, que o trata com palavras indecentes e não lhe paga o devido soldo.

Descreve uma investida no interior do Nordeste durante a Guerra do Açú, na qual contou com a companhia do capitão Amaro Cardigo, genro de Henrique Dias.

Descreve a ocasião na qual ele, o capitão Amaro Cardigo e uma tropa de homens enveredaram-se pelas matas para armar emboscadas durante a Guerra do Açú.

Nesta certidão, Domingos Rodrigues Carneiro confirma que Amaro Cardigo exerce o posto de Capitão há quase 6 anos em sua companhia.

Relata ter nomeado Amaro Cardigo para governar uma companhia do seu Terço por este ser o capitão mais velho.

Relata ter deixado Amaro Cardigo responsável pelo seu Terço em sua ausência, pois fora convocado, em 1697, para a Guerra do Açú.

Relata ter examinado Brás de Brito Souto e confirma as suas qualidades enquanto militar.

Relata ter nomeado o capitão Victorino Pereira da Silva para a captura dos ditos bárbaros no interior de Pernambuco.

Relata a ida do capitão de seu Terço, Victorino Pereira da Silva, a um dito mocambo de negros, por ordem do governador da capitania de Pernambuco, Henrique Pereira Freire.

Relata o empenho do capitão de seu Terço, Victorino Pereira da Silva, em capturar presos que fugiram da cadeia, mesmo

de Outubro anno de mil, esette centos, equarenta, correndo o perigo de ser preso por um crime que lhe foi falsamente imputado.

Para: Conselho Ultramarino

**Certidão 10.** CDTHPP-BBS-PE-CER-1741

Cidade de Olynda dezaseiz de Mayo anno de mil, eSetecentoz, equarenta, e hum.

Para: Conselho Ultramarino

**Certidão 11.** CDTHPP-BBS-PE-CER-1755

Cidade de Olinda de Pernambuco 9 de Mayo de 1755.

**Certidão de Francisco Xavier Correia**

**Certidão 12.** CDTHPP-FXC-BA-CER-1767

Bahia e deFevereiro 4. de1767.

Para: Conselho Ultramarino

**Ofícios de Luís Álvares Pinto**

**Ofício 1.** CDTHPP-LAP-PE-OFI-1770.1

Recife 27 de Abril de1770

Para: Luiz Nogueira de Figueiredo

**Ofício 2.** CDTHPP-LAP-PE-OFI-1770.2

Paranambuco 21 de maio de1770

Para: *Senhor Mestre* de Campo Luiz Nogueira de Figueiredo

**Ofício de Antônio da Costa Pereira**

**Ofício 3.** CDTHPP-ACP-PE-OFI-1770

Paranbuco 27 de Maio de1770

Para: *Senhor Mestre* de Campo Luis Nogueira de Figueiredo.

**Ofício de Luís Nogueira de Figueiredo**

**Ofício 4.** CDTHPP-LNF-PE-OFI-1774

Pernambuco 22 de

Setembro de1774

Para: *VossaExcelencia*

**Atestado de Antônio de Sá de Jesus**

**Atestado 1.** CDTHPP-ASJ-BA-ATE-1774

Bahia \_ deJullo de1774

Para: Conselho Ultramarino

**Certidão de Jozé Rabello de Vasconcelos**

**Certidão 13.** CDTHPP-JRV-PE-CER-1776

Recifeem 7 de Novembro de1776

Para: Conselho Ultramarino

**Certidão de Luís Nogueira de Figueiredo**

**Certidão 14.** CDTHPP-LNF-PE-CER-1776

Recife 7 de Novembro de1776

Para: Conselho Ultramarino

**Ofícios de Luís Nogueira de Figueiredo**

**Ofício 5.** CDTHPP-LNF-PE-OFI-1775

Recife de Pernambuco 18 de Junho de1775

Para: *Vossa Excelenca*

Relata a boa vontade do capitão de seu Terço, Victorino Pereira da Silva, em exercitar publicamente os seus soldados, assim como de ensiná-los o manejo das armas.

Certifica que todos os soldados de seu Terço são naturais da terra e que nenhum negro oriundo da Costa da Mina, em África, foi nomeado para Cabo.

Relata as atribuições militares do Alferes Manuel Pereira da Silva do Terço cujo capitão era Félix de Oliveira.

Relata os maus tratos sofridos pelos homens pretos e pardos por parte do Ouvidor Geral da capitania, que não lhes paga os devidos soldos, além de aplicar severos castigos aos ditos homens pretos e pardos por ser inimigo deles.

Pede para o dito superior relatar à Vossa Majestade pague os soldos que lhe são devidos, pois a situação dos homens pretos e pardos dos Terços de Pernambuco é de calamidade.

Conta ter ouvido em casa de um principal da terra que o dito Mestre de Campo havia ido à corte tentar à favor dos Terços e contra os seus superiores.

Relata a sua chegada à capitania de Pernambuco após viagem para a Corte, assim como a sua visita ao governador da dita capitania, Manoel da Cunha e Meneses, e a recepção do Bispo.

Atesta que o Alferes Manoel Pereira da Silva comandou a faxina do Forte de São Pedro, em Salvador.

Relata que Anástacio Clemente José nunca serviu em seu Terço nem armou ou afiançou soldados neste.

Relata que Anástacio Clemente José foi nomeado capitão de seu Terço, e não mandante.

Relata a tentativa de impedi-lo de ir à festa do Santíssimo Sacramento por ser homem pardo. Apresenta, também, um mapa do

**Ofício 6.** CDTHPP-LNF-PE-OFI-1776

Pernambuco 10 de Julho de 1776

Para: Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo)

**Atestado de Joze Mendes Morais**

**Atestado 2.** CDTHPP-JMM-BA-ATE-1780

Bahia 20 de

Janeyro de 1780 *annos*.

Para: Conselho Ultramarino

**Certidão de Ignácio Gomes da Fonseca**

**Certidão 15.** CDTHPP-IGF-PE-CER-1785

Recife de Pernambuco aos 2 de Ju-

lho de 1785.

Para: Conselho Ultramarino

**Atestado de Antônio Manoel Correia  
Graces**

**Atestado 3.** CDTHPP-AMC-PE-ATE-1790

Olinda 20 de Julho de 1790.

Para: Conselho Ultramarino

**Requerimentos de Manuel Mendes dos  
Prazeres**

**Requerimento 1.** CDTHPP-MMP-PE-REQ-  
SD

(sem data)

Para: Conselho Ultramarino

**Requerimento 2.** CDTHPP-MMP-PE-REQ-  
1793

*Recife*

15 de Fevereiro de 1793

Para: *Vossa Excelencia*

**Ofício de Manuel Mendes dos Prazeres**

**Ofício 7.** CDTHPP-MMP-PE-OFI-1793

24 de Fevereiro de 1793

Para: *Vossa Excelencia*

Terço dos Homens Pardos da praça do Recife em 1774.

Relata não ter conseguido embarcar para o Rio de Janeiro e ter mandado celebrar missa de ação de graças pela vida do Marquês de Pombal e de outros ministros.

Declara que Manoel Pereira da Silva serve à Vossa Majestade há vinte e um anos.

Relata que Antônio José da Cunha serve em seu Terço há doze anos.

Declara que Manoel Mendes dos Prazeres serve no Terço Velho de Henrique Dias de Pernambuco.

Solicita o pagamento dos soldos atrasados e dos que fossem vencendo.

Solicita o aumento de seu soldo que já fora autorizado.

Relata estarem os soldados dos Terços passando fome porque seus soldos não têm sido pagos.

EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA E FAC-SÍMILES DO CLÍTICO *LHE* EM CONTEXTO DATIVO EXTRAÍDOS DOS DOCUMENTOS MANUSCRITOS POR HOMENS PRETOS E PARDOS<sup>1</sup>

1. CDTHPP-HD-PE-CAR-1650

[...] Campo general Francisco Barretto, otra-ta muito mal depalavras, sem **[lhe]**dar [...]

2. CDTHPP-JLS-PE-CER-1689.1

[...] doinimigo; **[lhe]**matamos hũm ; e estando nadita Capittania refazendonos de algũs [...]

[...] nada do que**[lhe]**foj imCarregado por min do Real serviso, efazendo guarda as monisoõs [...]

[...] tudo oque se**[lhe]**emCarregou com grande prontidão como obediente soldado, pello que [...]

[...] ojulgo digno e meresedor detoda ahonra e merce que sua Magestade que Deos guarde for servido fa-Zer**[lhe]**, passa

<sup>1</sup> A organização será por ano de produção, do documento mais antigo ao mais recente.

3. CDTHPP-JLS-PE-CER-1689.2

[...] evigilansia  
emtudo oque  
pormi[the] foi  
encarregado, eoutro  
[...]

pan...  
evigilansia emtudo q[ue] pormi[the] foi encarregado, eoutro  
si fey sempre d[os] brigadas fazendo rondas emtudo  
[...]

[...] tudo oque  
pormi[the] foi  
ordenado e seos  
offisiaiz mayorez  
como [...]

...  
tudo q[ue] pormi[the] foi ordenado e seos offisiaiz mayorez Com  
[...]

[...]toda a honra  
emerce que  
Vossa Magestade que  
Deus guarde for  
servidofazer[the] [...]

...  
toda a honra em q[ue] se serve de  
[...]

4. CDTHPP-DRC-PE-CER-1693

[...] todo este terço  
para dar espediente  
emtudo coanto  
[the] for ordenado  
pelo senhor. Marques  
governador eosmais  
cabos noservico [...]

...  
todo este terço q[ue] dar espediente emtudo coanto  
[the] for ordenado p[or] S[er] Marques q[ue] eosmais cabos noservico  
[...]

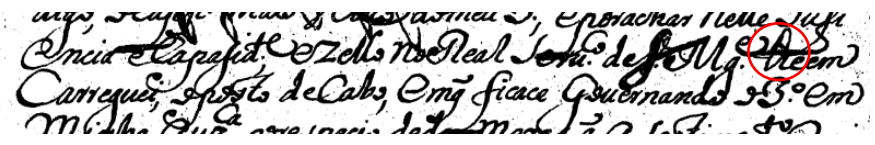
5. CDTHPP-DRC-PE-CER-1702

[...] mesmo terço por  
ser o mais agil para a  
dita administração  
para oque  
se[the] pasou  
portaria, ese ouve  
com toda asatisfação  
no Regime [...]

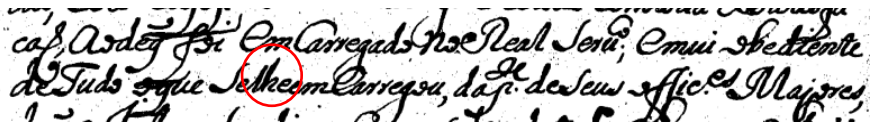
...  
nomeação na mesma de outro cargo captao mas  
mesmo terço p[or] ser o mais agil p[ar]a a administração p[or] q[ue]  
[the] pasou portaria, ese ouve com toda asatisfação no regime  
[...]

6. CDTHPP-MBL-LIS-CER-1707

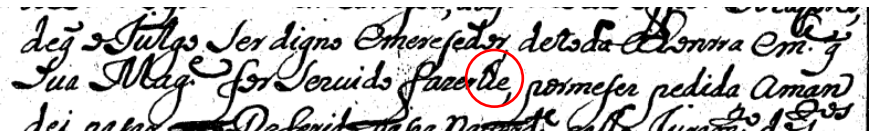
[...] digo, ocappitam mais velho domeu 3°, eporachar nelle sufi encia ecapasidade ezello noReal Servico de Sua Magestade [lhe]em [...]



[...] cão aodeque foi encarregado noReal Servico; emui obediente de Tudo o que se[lhe]emcarregou, daparte de seus officiaes Maiores [...]

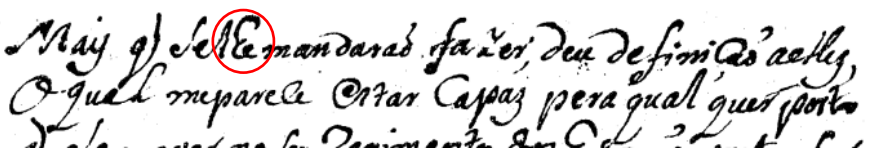


[...] deque ojulgo ser digno emeredor detoda ahonra emerge que sua Magestade for servido fazer[lhe], pormeser pedida aman [...]



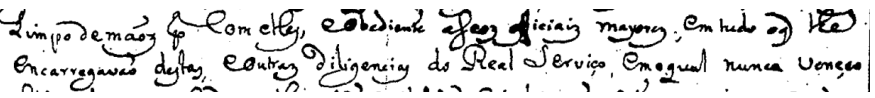
7. CDTHPP-MOM-PE-CER-1725

[...] Mais que se[lhe] mandarão fazer, deu denifição aellez, o qual meparece estar capaz pera qual quer porta [...]



8. CDTHPP-BBS-PE-CER-1739

[... ] Limpo de mãoz para com elles, eobediente aSeoz officiaiz mayorez , em tudo oque [lhe] encarregavão destas, eoutraz diligencias do Real Serviço , em o



qual nunca vençeo  
[...]

[...] nella aos do  
mesmo terço , o julgo  
digno e mereçedor de  
toda ahonra , e merce  
, que Sua' Magestade  
que Deos guarde  
for Servido fazer **[lhe]**  
. paSsa o referido na  
Verdade pello  
juramento [...]

nella aos do mesmo terço, o julgo digno Emerecedor de toda a honra e merce, que Sua Magestade que Deos guarde for servido fazer **[lhe]** . passa o referido na Verdade pello juramento [...]

#### 9. CDTHPP-BBS-PE-CER-1740.1

[...] gencia com zelo,  
e promptidão; dando  
cabal, e inteyra  
Satysfação  
doque nella se **[lhe]**  
encarregou do Real  
Serviço; obrigando  
aos Sol= [...]

gencia com zelo e promptidão, dando cabal e inteyra Satysfação, doque nella se **[lhe]** encarregou do Real Serviço; obrigando aos Sol= dados com exemplo de Real pessoa [...]

[... ] afabilidade, e  
amor, com o qual  
**[lhes]** suavizava  
o aspero rigor da es=  
cura noyte, e risco das  
cobras, e estreyo alem  
do maiz; pello que e a  
mostrado [...]

afabilidade e amor, com o qual **[lhes]** suavizava o aspero rigor da escura noyte, e risco das cobras e estreyo alem do maiz; pello que e a mostrado [...]

[...] yores, o julgo  
digno, emerecedor de  
toda ahonra emerce  
que Sua Magestade  
que Deus guarde for  
servido fazer **[lhe]**;  
passa o Referido na  
verdade pello jura=  
[...]

yores, o julgo digno emerecedor de toda a honra e merce, que Sua Magestade que Deus guarde for servido fazer **[lhe]**; passa o Referido na verdade pello juramento dos Santos Evangelhos: e por mais medida [...]

#### 10. CDTHPP-BBS-PE-CER-1740.2

[...] Pereira da[Sylva]  
, Cappitam de huma

de humia Companhia das Bandeiras do Terço, não obstante estar amparado pello crime que falsamente **[lhe]** imputarão na verdade do P. do Reg. Geral, julgando por mais mal, e de mais [...]



Companhia das do  
meu Terço, não  
obStan=  
te estar [amiziado]  
pello crime, que  
falsamente [lhe]  
imputarão nadevaSsa  
[...]

[...] promptidão, Com  
que Sempre obedeceo  
aSeus officiaiz  
maiores em tudo,  
o que [lhe] ordenarão  
do real Serviço, e ser  
Limpo de mãos, e de  
honrozo trata= [...]

promptidão, Com que Sempre obedeceo a seus officiaiz maiores em tudo,  
o que [lhe] ordenarão do real Serviço, e ser Limpo de mãos, e de honrozo trata=

[...] mento, e verdade  
julgo digno, e  
merecedor detoda a  
honra, e merce que  
Sua  
Magestade que Deus  
guarde for servido  
fazer[lhe] paSsa o  
referido na verdade  
[...]

Magestade que Deus guarde for servido fazer[lhe] paSsa o referido na verdade

#### 11. CDTHPP-BBS-PE-CER-1741

[...] julgo digno  
emerecedor de toda a  
honra , emerce que  
Sua Magestade , que  
Deus Guarde  
forServido fazer[lhe]  
; posSa o referido na  
Verdade pello [...]

Julgo digno emerecedor de toda a honra, emerce que Sua Magestade, que Deus Guarde forServido fazer[lhe]; posSa o referido na Verdade pello

#### 12. CDTHPP-BBS-PE-CER-1755

[...] hũ pao de madeira  
sem castão, capaz  
dedar, e lutar com os  
escravos  
fugidos e  
amucambados,

hũ pao de madeira sem castão, capaz dedar, e lutar com os escravos fugidos, e amucambados, [lhe] em util vazer de escravo ou de arma





sentam praça em outro corpo sem atenção a seu superior? [...]

[...] Posto que deixemo de ir ás Fronteiras por não serem necessarios, se **[lhes]** terá respeito, como se servissem naguerra. [...]

*Parto de deixem de ir ás Fronteiras por não serem necessarios, se **[lhes]** terá respeito, como se servissem naguerra.*

[...] Tenho exposto avossasenhoria o que me pertence como sargento mor, aquem vossa senhoria se dignou de encarregar o pezo do seu 3º Agora **[lhe]** noticaõ que se tem [...]

*4466 exposto a V. S.ª de pertence como sargento mor, aquem se dignou de encarregar o pezo do seu 3º Agora **[lhe]** noticaõ que se tem [...]*

15. CDTHPP-LAP-PE-CER-1770.2

[...] Dou-**[lhe]** noticia, que estão feitos Ajudantes de todos o Terços pagos do Erareio; por que sai [...]

*apoplexia Dou-**[lhe]** noticia, que estão feitos Ajudantes de todos o Terços pagos do Erareio; por que sai [...]*

16. CDTHPP-ACP-PE-CER-1770

[...] de acompanharlo; com tudo, como subalerno umil- de vou aos pés de VossaSenhoria manifestar**[lhe]** oquanto [...]

*de vou aos pés de VossaSenhoria manifestar**[lhe]** oquanto [...]*

17. CDTHPP-LNF-PE-OFI-1774

[...] Nogueira Mestre de campo 3º desta Praça et[.]ncalla [ilegível] que nunca mais selea, e dar **[lhe]** alta por quanto atrangressao de Licenca [...]

que nunca mais selea, e dar **[lhe]** alta, por quanto atrangressão de Licença que demora sobre, foi por immediata vontade de El. Mag. Idelfi

18. CDTHPP-LNF-PE-OFI-1775

[...] da e preta principalmente de hum oque vossa Excelência [ilegível] em **[lhe]** que foy seu padrinho para hoje o quereremo fazer tam gran [...]

da e preta principalmente de hum oque vossa Excelência [ilegível] em **[lhe]** que foy seu padrinho para hoje o quereremo fazer tam grande de injuria mai, estou certo em q. tendo a V. Ex. m. lha

19. CDTHPP-LNF-PE-OFI-1776

[...] nosso comserva a melhor saude pellas noticias que me vem desa corte o mez Senhor das Altos seus **[lhe]** com seda para dilatados annos de vida sem [...]

o mez Senhor das Altos seus **[lhe]** com seda para dilatados annos de vida sem [...]

20. CDTHPP-LNF-PE-CER-1776

deSoldados não pagou nada para elles para coanto as letras ainda foaram em meu poder e disto mesmo ja **[lhe]**dey Certidão para elle [...]

deSoldados não pagou nada para elles para coanto as letras ainda foaram em meu poder e disto mesmo ja **[lhe]**dey Certidão para elle [...]

21. CDTHPP-JMM-PE-ATE-1780

[...] zerçe, com valor, Cappacidade, ehonra emtodas as occa oẽns que se [Ihe] tem encumbido do Real Serviço, fazendo [...]

*zerçe, com valor Cappacidade, ehonra emtodas as occa  
[Ihe] tem encumbido do Real Serviço, fazendo*

[...] ção em que estacidadesepos no anno de1776 para sedefen der dainvazaõ que os Hespanhoes [Ihe]pertenderaõ fazer [...]

*caõ em que estacidadesepos no anno de1776 para sedefen  
der dainvazaõ que os Hespanhoes, [Ihe]pertenderaõ fazer,*

22. CDTHPP-AMC-BA-ATE-1790

[...] as ordẽns que [Ihe] são encarregadas do Real serviço com limpeza [...]

*mesmo [Ihe] serve com honrada proposita. Dando execucao  
as ordens q. [Ihe] são encarregadas do Real serviço com limpeza*

[...] ercissios no manejo das armas, evoluçõs dellaz quando [Ihe] he encarregado: o que atestho com verdade que sendo neseçario ojura [...]

*ercissios no manejo das armas, evoluçõs dellaz quando [Ihe]  
he encarregado: o que atestho com verdade que sendo neseçario ojura*

23. CDTHPP-MMP-PE-REQ-1793

[...] lho Ultramar, e como adosupplicante não estava confirmada, Vossa Excelência [Ihe] ordenou amandasse, ahi Logo suplicou osupplicante aVossa Excelência asua [...]

*Suppl. de st. asua ja tinha mandado p. a. is. acado. uo como  
lho Ultramar, e como adosupplicante não estava confirmada, V. Ex.  
[Ihe] ordenou amandasse, ahi Logo suplicou osupplicante aVossa  
Excelência asua [...]*

24. CDTHPP-MMP-PE-REQ-SD

[...] que o Governador  
**[Ihe]**queira dar o que  
Vossa Alteza Real  
ampla, e Pia – mente  
pro=  
meteo ao supplicante  
epara mais constar, o  
supplicante como  
Vmilde Vassallo de-  
[...]

*...  
q. o Sr. **Ihe**queira dar o que V. Alteza Real ampla, e Pia m. pro=  
meteo ao supp. ep. mais constar, o supp. como Vmilde Vassallo de-  
[...]*

[...] sua Mejestade  
aVossa Alteza Real  
oferece os  
documentos juntos  
para Vossa Alteza  
Re=  
al **[Ihe]**definir como  
Realmente costuma:  
pois deprezinte ezta'  
o supplicante [...]

*meteo ao supp. ep.  
S. M. e. A. V. Alteza Real oferece os d. juntos p. V. Alteza Re=  
al **Ihe**definir como Real m. costuma: pois deprezinte ezta' o supp.  
[...]*

[...] Vossa Alteza  
Real atendendo o  
Exposto, pello o  
Amor de Deos  
**[Ihe]** mande defirir:  
[...]

*V. Alteza Real atendendo o Exposto, pello o Amor de Deos  
**Ihe**mande defirir:  
[...]*